

Soberania alimentar

**Biodiversidade, cultura
e relações de gênero**

Dalva Maria da Mota
Emma Siliprandi
Maria Emília Lisboa Pacheco
Editoras Técnicas



Soberania alimentar

Biodiversidade, cultura e relações de gênero

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Associação Brasileira de Agroecologia

Coleção Transição Agroecológica
Volume 5

Soberania alimentar

Biodiversidade, cultura e relações de gênero

Dalva Maria da Mota
Emma Siliprandi
Maria Emília Lisboa Pacheco
Editoras Técnicas

Embrapa
Brasília, DF
2021

Embrapa

Parque Estação Biológica (PqEB)

Av. W3 Norte (final)

CEP 70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4433

www.embrapa.br

www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

Responsáveis pelo conteúdo

Embrapa Amazônia Oriental

Associação Brasileira de Agroecologia

Responsável pela edição

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial

Alexandre de Oliveira Barcellos

Heloiza Dias da Silva

Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial

Cristiane Pereira de Assis

Revisão de texto

Everaldo Correia da Silva Filho

Normalização bibliográfica

Márcia Maria Pereira de Souza

Projeto gráfico e capa

Ralfe Braga

Editoração eletrônica

Leandro Sousa Fazio

1ª edição

Publicação digital (2021): PDF

**Comitê Editorial da
Coleção Transição Agroecológica**

Presidente

João Carlos Costa Gomes

(Embrapa Clima Temperado)

Vice-presidente

William Santos de Assis

(ABA-Agroecologia)

Membros

Claudenir Fávero

(ABA-Agroecologia)

Cristiane Pereira de Assis

(Embrapa, Secretaria-Geral)

Irene Maria Cardoso

(ABA-Agroecologia)

Marcos Flávio da Silva Borba

(Embrapa Pecuária Sul)

Maria Emília Lisboa Pacheco

(ABA-Agroecologia)

Mário Artemio Urchei

(Embrapa Meio Ambiente)

Paulo Frederico Petersen

(ABA-Agroecologia)

Tatiana Deane de Abreu Sá

(Embrapa Amazônia Oriental)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.160).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa, Secretaria-Geral

Soberania alimentar : biodiversidade, cultura e relações de gênero / Dalva Maria da Mota, Emma Siliprandi, Maria Emília Lisboa Pacheco, editoras técnicas. – Brasília, DF : Embrapa, 2021.

PDF (391 p.) : il. color. (Coleção Transição Agroecológica; v.5).

ISBN 978-65-87380-09-4

1. Ciências ambientais. 2. Sustentabilidade. 3. Segurança alimentar. 4. Agricultura sustentável. 5. Condição ambiental. I. Mota, Dalva Maria da. II. Siliprandi, Emma. III. Pacheco, Maria Emília Lisboa. IV. Título. V. Coleção.

CDD (21. ed.) 333.95

Márcia Maria Pereira de Souza (CRB-1/1441)

©Embrapa, 2021

Autores

Ana Dorrego Carlón

Engenheira-agrônoma, doutorado em Geografia, pesquisadora da Universidade Nacional Agrária La Molina, Lima, Peru

Bruna Rodrigues Almeida

Estudante de graduação em Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP

Carla Redin

Nutricionista, mestrado em Desenvolvimento Rural, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional (Nesan) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Carlos Armênio Khatounian

Engenheiro-agrônomo, doutorado em Produção Vegetal, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP

Dalva Maria da Mota

Socióloga, doutorado em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Elisete Schwade

Cientista social, doutorado em Antropologia Social, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

Emma Siliprandi

Engenheira-agrônoma, doutorado em Desenvolvimento Sustentável, oficial de Agricultura da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (Scaling up Agroecology Initiative Secretariat), Roma, Itália

Flávia Charão-Marques

Engenheira-agrônoma, doutorado em Desenvolvimento Rural, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Gabriela Coelho-de-Souza

Bióloga, doutorado em Ciências, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Gabriela Mariano Mendonça

Gestora ambiental, mestrado em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

Economista doméstica, doutorado em Sociologia, professora da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Inês Claudete Burg

Pedagoga e engenheira-agrônoma, doutorado em Recursos Genéticos Vegetais, professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC

Islandia Bezerra

Nutricionista, doutorado em Ciências Sociais, professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas (Fanut/Ufal), Maceió, AL

Juliana Bernardi Ogliari

Engenheira-agrônoma, doutorado em Genética e Melhoramento de Plantas, professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Katiuscia Fernandes Miranda

Engenheira ambiental, mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, coordenadora adjunta do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Belém, PA

Luna Dalla Rosa Carvalho

Cientista social, mestrado em Antropologia Social, doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Marcos dos Santos Silva

Licenciado em Educação do Campo com habilitação em Ciências Humanas e Sociais, assistente técnico do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Belém, PA

Maria Emília Lisboa Pacheco

Assistente social, mestrado em Antropologia Social, assessora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Rio de Janeiro, RJ

Michelle Jacob

Nutricionista, doutorado em Ciências Sociais, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

Natal João Magnanti

Pedagogo e engenheiro-agrônomo, doutorado em Agroecossistemas, coordenador de projeto do Centro Viane de Educação Popular, Lages, SC

Noemi Miyasaka Porro

Engenheira-agrônoma, doutorado em Antropologia Social, professora da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Oscar José Rover

Engenheiro-agrônomo, doutorado em Desenvolvimento Rural, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Engenheiro-agrônomo, livre-docência em Sociologia, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP

Ruth Corrêa da Silva

Socióloga, analista socioambiental do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Belém, PA

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Geógrafa, doutorado em Geografia, professora da Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE

Tatiana Mota Miranda

Ecóloga, doutorado em Ciências Biológicas, professora colaboradora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Veruska Prado Alexandre-Weiss

Nutricionista, doutorado em Ciências Sociais, professora da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral

Engenheira-agrônoma, doutorado em Ciências Sociais, analista socioambiental do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Belém, PA

Yamira Rodrigues de Souza Barbosa

Engenheira-agrônoma, mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Agradecimentos

Em 2017 recebemos da Embrapa e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) o convite para coordenar um volume para a *Coleção Transição Agroecológica*, que tratasse das relações entre biodiversidade, cultura alimentar e relações de gênero, sob a ótica da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Lançamos, então, um chamado a pesquisadoras e pesquisadores para que enviassem propostas, e, a partir daí, um longo processo de diálogo se instaurou, até que este livro fosse concluído.

Gostaríamos de agradecer, em primeiro lugar, a confiança depositada em nós por estas duas instituições, para a coordenação deste trabalho.

Em segundo lugar, agradecemos às pesquisadoras e pesquisadores que colaboraram com seus textos e que, com muita paciência e, diríamos até, perseverança, entenderam os inúmeros atrasos ocorridos até a publicação do livro.

Somos especialmente gratas a todas as pessoas, famílias e organizações locais de agricultoras e agricultores que participaram das pesquisas e experiências relatadas neste volume e que receberam as pesquisadoras com a generosidade do compartilhamento.

A todas as instituições e financiadores que apoiaram e valorizaram as pesquisas e reflexões sobre o tema, possibilitando o seu registro e socialização por meio desta obra, externamos nosso reconhecimento.

Também gostaríamos de expressar nosso profundo agradecimento à equipe de coordenação editorial da Embrapa, responsável, entre outras tarefas, pela revisão, editoração e normalização bibliográfica dos originais. Sem o seu trabalho cuidadoso e competente, este livro não teria tomado a bonita forma que vemos aqui.

Acreditamos que trabalhos feitos em equipe com compromisso e generosidade sempre devam ser valorizados. Nosso muito obrigada a todas e a todos.

Apresentação

É com imensa satisfação que apresentamos o quinto volume da *Coleção Transição Agroecológica*, fruto da parceria da Embrapa com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia).

Trata-se do livro intitulado *Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero*, e o seu lançamento corresponde ao compromisso de difundir os princípios da Agroecologia mantendo a dinâmica de promoção e socialização de trabalhos de pesquisa em contexto de crescente preocupação da sociedade com a alimentação saudável.

Com publicações dessa grandeza, contribui-se para o enriquecimento da base científica da agroecologia a partir de reflexões sobre experiências vividas por diferentes grupos sociais, particularmente pelas mulheres agricultoras, em universos culturalmente distintos. Não obstante, todas têm em comum práticas que objetivam a conservação da biodiversidade associada à produção de alimentos saudáveis referenciados regionalmente.

Em se tratando da soberania e segurança alimentar e nutricional, os desafios da sociedade brasileira ainda são enormes e o compromisso da Embrapa é investir em ciência e inovação para superá-los. Com tal finalidade, assegura na sua programação espaço privilegiado para o desenvolvimento de projetos nas áreas de Sistemas de Produção

de Base Ecológica, Inovação Social e Alimentos: segurança, nutrição e saúde.

Com mais um produto da parceria Embrapa e ABA-Agroecologia, esperamos que o debate incentivado por esta publicação contribua para universalizar compromissos e ações em prol de iniciativas para uma alimentação adequada, acessível e saudável para todos os brasileiros.

Celso Moretti
Presidente da Embrapa

Prefácio

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) trazem, mediante a *Coleção Transição Agroecológica*, uma oportunidade ímpar de pensar a agroecologia (e a transição agroecológica) como algo factível e, portanto, capaz de disparar processos complexos de ver/ouvir/sentir e viver outras relações com a natureza a partir das experiências das mulheres.

Essa assertiva reforça o lema “Sem feminismo, não há Agroecologia”, e nos oportuniza a refletir sobre as dimensões que se apresentam nesta obra cujo tema central é Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero. Assim, problematizar, compreender e, sobretudo, transformar processos que são estruturais na nossa sociedade é urgente e necessário.

Como ABA-Agroecologia, é fundamental destacar o quanto esta obra se apresenta providencial e oportuna, sobretudo se considerarmos o contexto que estamos vivenciando em nível global. Desde fevereiro de 2020 o mundo vem assistindo – e sofrendo – os inúmeros impactos sociais, econômicos, culturais, ambientais e também alimentares, causados pela pandemia da Síndrome Respiratória Aguda Grave de coronavírus 2 (SARS CoV-2), ou mais comumente conhecida por Covid-19 (ou coronavírus). Outras crises ocorridas em outras épocas,

certamente, não tiveram os impactos que esta atual crise anuncia, não apenas no Brasil, mas em todo planeta¹.

Esta crise sanitária deu visibilidade a um sistema alimentar industrial que destrói, contamina, adoce e mata. Segundo a carta da ABA-Agroecologia à sociedade brasileira, *COVID-19 e seu impacto na sociedade*: “A pandemia do Covid-19 se instaura em meio a uma crise climática sem precedentes, associada a um movimento intensivo de destruição da biodiversidade e de desestabilização dos processos ecológicos que sustentam a vida no planeta”. A destruição de ecossistemas bem como a criação de ambientes forjados comumente utilizados no atual modelo de produção (sistema alimentar de produção industrial) e consumo de alimentos (e de não alimentos) são, no limite desta crise, aspectos que precisam ser questionados.

A crise evidenciou também um modelo de sociedade na qual predominam relações desiguais de poder entre mulheres e homens, que, por sua vez, naturalizam, invisibilizam, amortecem e falham nos encaminhamentos práticos capazes de gerar mudanças. Estamos falando, por exemplo, de ações e estratégias no campo das políticas públicas, que não levam em conta as relações de gênero e, por sua vez, seguem reproduzindo iniquidades.

Obviamente, devemos considerar que, proporcionalmente, os impactos de qualquer fenômeno que abale as estruturas impostas, tais como uma pandemia, afetam de forma desigual – tanto em nível macro como em nível micro – as diferentes sociedades do globo, como já mencionaram Jaime Breilh, ainda em 2006, no seu livro *Epidemiologia Crítica. Ciência Emancipadora e Interculturalidade*, e também Asa Laurell em 2015 ao analisar as políticas neoliberais no México².

Em entrevista concedida à editora *Traficante de Sueños*, a filósofa e feminista Silvia Federici afirma que “... esta pandemia faz com

1 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **A COVID-19 e seu impacto na sociedade**. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/covid-19-e-seu-impacto-na-sociedade/>.

2 LAURELL, A. C. The mexican popular health insurance: myths and realities. *International Journal of Health Services*, v. 45, n. 1, p. 105-125, 2015. DOI: [10.2190/HS.45.1.h.105](https://doi.org/10.2190/HS.45.1.h.105).

que injustiças que ocorrem todos os dias (como as guerras, os despejos, os deslocamentos forçados, as expropriações, a contaminação ambiental) se tornem muito visíveis e evidentes, e que se resumem na destruição da natureza”³.

Neste livro serão trazidas experiências que inspiram, questionam e propõem. As autoras e autores mencionam, registram e analisam o protagonismo das mulheres na agroecologia, assim como na transição agroecológica, em vários territórios e em distintos “campos de batalha”. Os textos evidenciam o quanto as mulheres se fortalecem, crescem e se apoderam frente a situações adversas. No entanto, a transformação necessária nesse sistema alimentar tóxico, bem como das relações das pessoas com elas mesmas e delas com a natureza, não terá êxito se não incorporarmos, cotidianamente nas nossas práticas, o lema “Sem feminismo não há Agroecologia”.

Lançar luz sobre os debates que giram em torno das questões de gênero, de agroecologia e transição agroecológica, de soberania alimentar e de direitos segue sendo necessário e urgente. Seguramente esta obra cumpre com esta demanda já que sua importância se localiza em vários debates e nas distintas áreas de conhecimento.

Em tempos de pandemia, refletir, mas, sobretudo, dar concretude ao que se concebe por soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e agroecologia, aliado ao princípio do direito humano à alimentação adequada (DHAA) – entrelaçando aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, sobretudo em relação ao cuidado (das pessoas e da natureza) do produzir alimentos, do se alimentar e alimentar aos demais, do comer individual e/ou coletivamente, do nutrir corpo e mente, de garantir os direitos conquistados, mas, também, de reivindicar outros – ganham força. Isso porque são as ações e atitudes do cotidiano nas dimensões pública e privada que, em alguma medida, podem interferir nesse processo de reflexão-ação-transformação.

3 FEDERECI, S. Capitalismo, reprodução e quarentena. **Traficantes de Sueños**, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://editoraalefante.com.br/capitalismo-reproducao-e-quarentena/>.

Assim, se é para refletir-agir e transformar, é fundamental evocarmos a força dessas mulheres – em que pese suas particularidades e realidades de vida, seus territórios e suas condições de acesso aos espaços decisórios. São elas (somos nós) que estão, dia após dia, enfrentando essas desigualdades e gerando expectativas de um mundo melhor, mais justo, solidário e equânime.

Por isso, acessar esta obra em tempos de pandemia é algo singular. Agradecemos às editoras pelos esforços empreendidos e pela oportunidade desta escrita coletiva e colaborativa, os quais procuram refletir sobre toda a diversidade dos territórios, da agroecologia e das mulheres.

Não gostamos deste mundo que está aí. Por isso, lutamos (e lutaremos sempre) para transformá-lo. A Agroecologia, portanto, é o nosso alimento diário, que nos alimenta o corpo e nutre nossa alma, mente e coração.

Islandia Bezerra

Presidenta da Associação Brasileira de Agroecologia
(ABA-Agroecologia)

Sumário

Introdução

Biodiversidade, cultura alimentar e agroecologia: reflexões sobre as contribuições das mulheres rurais para a soberania e segurança alimentar e nutricional21

Capítulo 1

Onde a vida pode florescer: experiências de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência 35

Capítulo 2

Cultura e gênero na agroecologia: um estudo de caso sobre biodiversidade e alimentação saudável na Bolívia.....71

Capítulo 3

Semeando agroecologia e soberania alimentar: a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina 101

Capítulo 4

Mulheres sertanejas e o queijo caseiro: comida diária e alimento essencial na reprodução familiar 129

Capítulo 5

Gênero, territorialidades e agroecologia: experiências de mulheres assentadas 151

Capítulo 6

Produção em circuitos curtos:

protagonismo feminino no Assentamento Milton Santos185

Capítulo 7

Terras de uso comum na conexão entre soberania territorial
e soberania alimentar: uma luta das quebradeiras de

coco-babaçu quilombolas em esferas públicas concorrentes 205

Capítulo 8

Extrativismo do pinhão:

soberania e segurança alimentar, agroecologia e gênero 239

Capítulo 9

Pissacã: uso da planta na cultura

e conhecimento tradicional de agricultoras271

Capítulo 10

As mulheres agricultoras na conservação on farm de

variedades crioulas de milho-pipoca.....291

Capítulo 11

Mulheres, trabalho e segurança

alimentar no Marajó, estado do Pará 335

Capítulo 12

Mulheres, agroecologia, alimentação e nutrição:

caminhando juntas pela soberania alimentar355

Introdução

Biodiversidade, cultura alimentar e agroecologia: reflexões sobre as contribuições das mulheres rurais para a soberania e segurança alimentar e nutricional

Dalva Maria da Mota
Emma Siliprandi
Maria Emília Lisboa Pacheco





Muitas experiências de promoção da agroecologia no Brasil e no conjunto da América Latina estão baseadas em conhecimentos tradicionais sobre a produção agrícola em harmonia com a natureza, assim como no consumo de alimentos saudáveis que se apresentam de várias formas: nas refeições cotidianas, em festas e rituais, em determinadas fases da vida e que carregam sentidos e símbolos das culturas alimentares de diferentes povos. Os alimentos com sua história e seus usos são fundamentais para a conservação da biodiversidade, que é, ao mesmo tempo, protegida pela diversidade cultural. As mulheres rurais são, em geral, as principais detentoras dos conhecimentos sobre a produção de alimentos e suas formas de preparação, por sua condição de responsáveis pelos cuidados da família, incluindo a alimentação. Este é o tema principal deste livro: as relações entre a cultura alimentar e a biodiversidade, perpassada pelas relações de gênero, e suas contribuições para a soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos, a partir de experiências locais agroecológicas.

Foi reunido um grupo extenso de pesquisadoras e pesquisadores do Brasil e de outros países, propondo-lhes que trabalhassem as seguintes questões: a) a dimensão cultural da soberania e segurança alimentar e nutricional e suas conexões com as concepções e práticas agroecológicas, visando à conservação da biodiversidade e à alimentação saudável; b) as expressões de resistência dos diferentes grupos

sociais às investidas do agronegócio e das grandes corporações; c) as diferenças conceituais expressas pelos diferentes grupos sociais que se colocam, na prática, na luta por soberania e segurança alimentar e nutricional. Para tanto, particularmente, foi de interesse desta obra que os estudos tivessem um enfoque de gênero: que fossem capazes de olhar para a realidade diferenciada vivida por mulheres e homens nessas experiências, revelando as dificuldades enfrentadas pelas agricultoras em ser visibilizadas como protagonistas, mostrando claramente seu papel, suas vivências, as propostas e projetos em que elas estão envolvidas.

Após 2 anos de discussões à distância entre as editoras, autoras e autores, consolidou-se este livro, formado por 12 capítulos que refletem essa diversidade, tanto em termos dos temas abordados como das áreas geográficas representadas. Os textos trazem resultados de pesquisas realizadas em diferentes regiões e biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, áreas periurbana do estado de São Paulo, região Oeste e Planalto de Santa Catarina, Zona Serrana do Rio Grande do Sul), assim como uma pesquisa realizada na Bolívia.

A primeira parte do livro é constituída de três capítulos nos quais as experiências agroecológicas vividas pelas mulheres são enfocadas como práticas produtivas e políticas anti-hegemônicas, se contrapondo ao avanço da generalização das relações monetarizadas no campo. Na segunda parte, são encontrados quatro textos que abordam a construção de territorialidades mediante práticas agroecológicas, de agricultura tradicional e extrativistas realizadas por mulheres. Na terceira parte, são trazidas para a discussão quatro pesquisas sobre a participação das mulheres no manejo, conservação e uso da biodiversidade, incluindo práticas culinárias e produtos alimentícios regionais. O capítulo que encerra o livro trata das relações entre a ciência da nutrição e a construção de sistemas alimentares saudáveis, destacando-se o papel das mulheres na materialização de estratégias que conectam esses campos, focando-se em experiências acadêmicas em três estados (Paraná, Goiás e Rio Grande do Norte). A seguir, será feita

uma breve apresentação de cada uma das partes para facilitar a consulta de leitoras e leitores.

Agroecologia na contracorrente do domínio das relações monetarizadas

O capítulo que inicia este livro, de autoria de Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, trata das transformações vividas pelas mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil, a partir da participação dessas mulheres em lutas pela melhoria de suas condições de vida, que resultaram na implantação de políticas públicas e projetos de equipamentos (ou tecnologias) sociais, tais como as cisternas. A base utilizada para a pesquisa foram boletins e materiais de comunicação produzidos por organizações não governamentais de três estados brasileiros (Ceará, Pernambuco e Paraíba), e também pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da região Nordeste e da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), durante o período 2010 a 2018, nos quais se buscou ver como as mulheres rurais apareciam e se autodefiniam em suas experiências como agricultoras. Segundo a autora, com essas experiências, as mulheres expõem a existência de outras formas de conhecimento de mundo e de relação com a vida humana e a natureza; transgridem a ordem social e econômica dominante com manifestações públicas no 'coração' do capitalismo e afirmam vozes e práticas dissonantes ao projeto de civilização capitalista, como beneficiárias em torno da produção da existência.

Para analisar essas transformações, a autora constrói uma série de pressupostos analíticos, a saber: a) a prioridade atribuída pelas mulheres à garantia da reprodução e existência de suas famílias, para saírem da condição de pobreza material, social e cultural; b) a luta dessas mulheres para saírem do estado de dependência econômica e constituírem processos de autonomia e liberdade; c) a existência de uma distinção entre as lutas das mulheres e dos homens no campo produtivo e político da agroecologia, e os conflitos daí decorrentes, que são, em geral, invisibilizados. Os resultados de pesquisa apontam

para as contradições vividas por essas mulheres na sua luta por existência, e como a agroecologia de base feminista pode ser o veículo que desvende essas contradições em um sistema que não responde às suas aspirações de modelo de sociedade.

O segundo capítulo, de autoria de Ana Dorrego Carlón, analisa como as mulheres campesinas da província de Tarija, na Bolívia, vivem suas experiências com a agroecologia, o que as motiva, e em que medida essas propostas se adequam às suas cosmovisões e àquelas dos movimentos sociais nos quais estão inseridas. É uma reflexão sobre os vínculos e conexões entre os saberes tradicionais, a cultura, a conservação da biodiversidade e a alimentação saudável como elementos fundamentais na cotidianidade e na prática dessas mulheres. De forma semelhante à Gema Esmeraldo, neste capítulo a autora aponta que a proposta agroecológica adotada pelas mulheres camponesas, desde a sua experiência e cotidianidade nos vales de Tarija, se revela como uma alternativa holística ao modelo de produção capitalista e do agronegócio, já que dialoga com a cultura e cosmovisões andinas; se baseia em seu sistema de organização (com forte raiz na comunidade) e em seus princípios (complementariedade, reciprocidade e equilíbrio) e dá resposta aos interesses das mulheres.

Mesmo assim, Ana Dorrego Carlón salienta que as mulheres sofrem distintas limitações para concretizar esse modelo de produção, especialmente quanto à posse da terra, à falta de oportunidades de desenvolvimento no meio rural e às dinâmicas migratórias decorrentes, o que torna ainda mais importante a existência de políticas públicas que enfrentem esses gargalos e potenciem uma produção alternativa, com inclusão das mulheres na condição de sujeitos. Políticas de comercialização, por exemplo, que impulsionem os mercados locais, poderiam ser extremamente benéficas para essas mulheres, que centram sua atuação na conservação e cuidado da vida, no seu sentido mais amplo, assim como da biodiversidade.

O terceiro capítulo, escrito por Yamira Rodrigues de Souza Barbosa, trata de um movimento social específico, o Movimento de

Mulheres Camponesas do Oeste de Santa Catarina (MMC/SC), e aborda como o enfoque de gênero contribui para evidenciar a atuação das mulheres na consolidação de experiências agroecológicas e promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. A autora mostra como as ações em torno do resgate e uso de plantas medicinais e produção e melhoramento de sementes crioulas são pilares fundamentais do projeto de agricultura camponesa e feminista que vem sendo realizado pelo MMC/SC. Essas experiências se constituem como espaços de resistência camponesa e de (re)configuração dos territórios, onde se busca conciliar práticas agrícolas e conservação da natureza.

Ela advoga, como outras autoras desta coleção, que a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil incentivam o fortalecimento da autonomia das mulheres camponesas e da ampliação do potencial e impacto de suas ações nos territórios rurais.

Práticas agroecológicas, identidades e construção de territorialidades

Nos quatro capítulos que serão apresentados a seguir, constam análises sobre as experiências de mulheres na construção de territorialidades específicas, mediante práticas agroecológicas, de agricultura tradicional e extrativistas.

A autora Sônia de Souza Mendonça Menezes se pergunta sobre a territorialidade de domínio feminino em uma região do Sertão Sergipano, onde a produção de queijo de coalho continua sendo realizada pelas mulheres, apesar do crescimento de fabriquetas de queijo e do assédio existente sobre tais mulheres por parte de outras empresas na região. Em sua pesquisa, ela mostra que, por um lado, as mulheres continuam essa produção como uma estratégia de reprodução familiar porque a renda adquirida com a venda dos queijos contribui de forma decisiva para prover as necessidades das famílias. Por outro lado, se constrói uma territorialidade feminina nessa produção, pela apropriação simbólica e efetiva do espaço, utilizando os recursos disponíveis no território – o leite e o saber-fazer transmitido por gerações

de mulheres –, aproveitando os subprodutos (soro) para alimentar os animais, as aves e os suínos, que conformam rendas essenciais para a reprodução familiar. O queijo é considerado por essas mulheres como parte da sua identidade, da sua “vida”, ainda que não haja o reconhecimento nem do seu “saber-fazer”, nem da renda auferida com essa produção, permanecendo uma atividade desvalorizada pela família e pelo entorno local. Nesse contexto, a ameaça que sofrem de diluição do seu trabalho em fabriquetas é identificada como uma tentativa da masculinidade hegemônica de se apropriar dessa atividade, cujos conhecimentos foram passados a elas mediante gerações.

No quinto capítulo, das autoras Luna Dalla Rosa Carvalho, Elisete Schwade e Flávia Charão Marques, se discutem as experiências com agroecologia realizadas por mulheres do Assentamento Quilombo dos Palmares II, no Rio Grande do Norte. Segundo as autoras, a proposta é refletir sobre como a opção pela agroecologia se insere no processo de ocupação dos espaços produtivos e sociais pelas mulheres agricultoras, buscando-se evidenciar como suas práticas e saberes se expressam na construção de uma territorialidade no assentamento.

Trata-se de experiências com a produção de hortas e de roçado, com apoio de uma instituição externa ao assentamento. De forma semelhante a outros estudos, as conclusões mostram que, tendo acesso a recursos financeiros e a novos conhecimentos (no caso, técnicas de cultivo baseadas na agroecologia), as mulheres os utilizam com base em uma ética do cuidado e de busca pela soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias. Ao mesmo tempo, a inserção dessas mulheres no contexto produtivo do assentamento vai mudando positivamente, passando a ter mais visibilidade e poder de agência.

No sexto capítulo, de autoria de Gabriela Mariano Mendonça, Paulo Eduardo Moruzzi Marques, Bruna Rodrigues Almeida e Carlos Armênio Khatounian, se apresenta a experiência de mulheres assentadas com a comercialização de produtos ecológicos a partir do seu envolvimento em uma organização de controle social, a Terra Viva. A pesquisa mostra que, nesta organização, as mulheres se encontram

no primeiro plano dos processos em curso, atuando para assegurar uma produção mais respeitosa do meio ambiente e uma valorização de seu trabalho graças a uma relação de maior proximidade entre produtores e consumidores. Assim, essas mulheres buscam alcançar maior independência financeira, autonomia política, reconhecimento social e participação nos espaços de deliberação do assentamento.

Segundo as autoras e os autores, com isso, também ocorrem a formação e a tomada de consciência dessas mulheres acerca das suas possibilidades de crescimento por meio da agricultura de base ecológica e da consolidação de canais solidários de comercialização e consumo responsável. Como apontado em outras experiências, as mulheres agricultoras analisadas neste capítulo assumem a produção agroecológica como uma forma de inserir-se produtivamente em um mercado alternativo e melhorar as suas condições de vida, transformando-se em porta-vozes desse novo modelo produtivo dentro do assentamento.

Fechando esta parte do livro, o trabalho de Noemi Miyasaka Porro examina a luta de mulheres quilombolas quebradeiras de coco-babaçu na construção e sustentação das chamadas “terras de uso comum”, a partir de um estudo empírico no Quilombo de Monte Alegre, no Vale do Rio Mearim, no estado do Maranhão. São analisadas as ameaças que pairam sobre a soberania dos povos quilombolas no uso das terras, soberania esta que hoje vem sendo promovida com especial protagonismo das mulheres. A autora toma como ponto de partida a reflexão crítica da feminista Nancy Fraser sobre a noção de esfera pública, tal como proposta por Habermas.

Biodiversidade e patrimônio alimentar

Abrindo esta parte, tem-se o trabalho de Natal João Magnanti e Oscar José Rover, no qual os autores direcionam o foco analítico para as mulheres trabalhadoras rurais que compõem o Núcleo Planalto Serrano da Rede Ecológica de Agroecologia em Santa Catarina, e que se ocupam prioritariamente do extrativismo do pinhão. O objetivo

do texto é mostrar o papel que as mulheres exercem na conservação dessa espécie, abordando as oportunidades e os limites que encontram para o seu empoderamento social e econômico a partir dessa atividade. Segundo os autores, o extrativismo do pinhão realizado pela agricultura familiar do Planalto de Santa Catarina pode contribuir para a conservação da espécie pelo seu uso. O manejo praticado pelos agricultores e agricultoras familiares tem contribuído para a regeneração da espécie. O pinhão tem assumido importante função como fonte alimentar e como produto comercial. As mulheres têm assumido papel protagonista em diversas esferas do núcleo estudado neste capítulo e contribuído decisivamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, dinamizando os processos agroecológicos em curso.

No nono capítulo, as autoras Carla Redin, Gabriela Coelho-de-Souza e Tatiana Mota Miranda apresentam o caso da planta *pissacã*, cujo uso culinário é mantido pelas agricultoras de origem italiana da região serrana gaúcha. O *pissacã* é importante como tradição alimentar (por causa das suas propriedades nutricionais) e também por sua contribuição à conservação ambiental, uma vez que permite que os parreirais (uma das principais fontes de renda agrícola nessa área) sejam manejados com menor uso de agrotóxicos. Nesse capítulo, vemos um exemplo concreto de valorização do conhecimento dessas mulheres sobre o ambiente em que vivem, contribuindo para a segurança alimentar das famílias e para a manutenção do repertório cultural regional.

No terceiro capítulo desta abordagem, das autoras Inês Claudete Burg e Juliana Bernardi Ogliari, trata-se do protagonismo das mulheres na seleção, manejo e conservação de variedades crioulas de milho-pipoca, tendo como eixo condutor a pesquisa realizada no município de Novo Horizonte, na região Oeste de Santa Catarina. O trabalho mostra que há uma grande variedade genética (interespecífica e intraespecífica) sendo conservada anonimamente pelas mulheres nos seus quintais e roças, o que é fundamental para a segurança alimentar das famílias, assim como para a manutenção de germoplasma para

futuros cruzamentos. Fazendo uma denúncia da omissão histórica quanto ao reconhecimento dos conhecimentos das mulheres nessa área, as autoras salientam que o papel das mulheres na conservação e uso das variedades crioulas de milho-pipoca é imprescindível. Por que esse tema é importante? Essa perspectiva resgata a alimentação relacionada à história de vida das famílias, ao sabor do alimento, a reunião da família e o consumo de alimentos não contaminados por agroquímicos. Esse movimento tem identificado que em muitos locais ainda se cultivam variedades crioulas e anualmente reserva-se parte da produção como semente para a próxima safra, a exemplo do constatado na região Oeste de Santa Catarina. Dessa forma, demanda-se que na elaboração de políticas públicas e planos estratégicos de conservação se incorpore a perspectiva de gênero, a valorização e visibilização do conhecimento e do trabalho das mulheres guardiãs.

As mulheres resistem ao abandono dessas variedades para a adoção de variedades “modernas”, possibilitando que a produção mantenha certo nível de independência em relação ao uso de insumos externos. A existência de um grande número de variedades crioulas mantidas pelas mulheres na região, como mostrado na pesquisa, está fortemente associada a aspectos socioculturais e ao uso tradicional na alimentação humana, conhecimentos esses que vêm sendo passados de geração em geração por essas mulheres.

O capítulo que encerra esta parte, de Waldiléia da Silva Amaral, Katiuscia Miranda Fernandes, Ruth Silva Corrêa e Marcos dos Santos Silva, trata de uma experiência exitosa de organização de mulheres ribeirinhas da Ilha de Marajó, no Pará, para participação em programas de alimentação escolar, valorizando-se os produtos regionais. As preocupações dessas mulheres eram oferecer uma alimentação de qualidade para a escola local e garantir melhorias de renda, por meio de ações mais respeitadas com o meio ambiente e de cuidado com a saúde. O capítulo aborda essa experiência desde um ponto de vista de promoção da segurança alimentar e nutricional em uma realidade específica da Amazônia, que visa à manutenção e diversificação dos ingredientes da cultura alimentar local sem uso de agrotóxicos e

de (re)conhecer e valorizar a inserção produtiva de mulheres para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Essa experiência gerou visibilidade ao trabalho das mulheres, melhorando a sua autoestima, melhorando a sua renda e abrindo portas para a sua participação em espaços de discussão política em nível local e regional.

Ressignificação da questão nutricional no diálogo com a agroecologia

Ao finalizar o livro, tem-se o capítulo de Islandia Bezerra, Michelle Jacob e Veruska Prado Alexandre-Weiss, em que as autoras discorrem sobre as intersecções entre agroecologia, alimentação e nutrição, enquanto campo de conhecimento (formação) e prática (profissional), a partir de experiências acadêmicas que remarcam lutas, resistências e enfrentamentos na construção desse conhecimento no âmbito da Ciência da Nutrição. Destaca-se o papel das mulheres em materializar as estratégias em ações que religam e conectam esses campos. Segundo as autoras, essa análise mostrou a necessidade de pensar na formação de profissionais que possam atuar na elaboração de uma agenda futura que comporte as complexidades da Nutrição sob a ótica da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de redirecionar métodos e técnicas, que vão desde os componentes curriculares (disciplinas), na perspectiva do ensino e extensão, até às questões de pesquisas de modo que estas problematizem e incidam em transformações reais (sociais, políticas e ambientais) na dimensão do ato de alimentar (a si e aos demais), tomando-se como princípios as bases de uma produção e consumo de alimentos agroecológicos, fortalecendo, assim, a relação entre Agroecologia, Alimentação e Nutrição, bem como dando-se ênfase às questões de gênero.

Um convite à continuidade das reflexões

Os temas e métodos utilizados pelas autoras e autores nesta coleção, obviamente, não alcançam todos os conteúdos que pontuam

o debate sobre relações de gênero, soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos, a partir de experiências locais agroecológicas. Não obstante, de forma original e competente, registram histórias e demonstram iniciativas seminais de resistência à expropriação no seu sentido ampliado e nos convidam a prosseguir os debates e reflexões.

As experiências motivam-nos a pensar a ressignificação da agroecologia pela ação das mulheres. Chamam atenção para a complexidade dos sistemas agrícolas, as práticas de coleta, manejo e conservação das sementes, das plantas medicinais e a relação entre os processos ecológicos e seu sentido cultural para a alimentação. A ética do cuidado e o papel de tecelãs da memória alimentar conclamam pela conexão afirmativa da agroecologia com a soberania e segurança alimentar e nutricional, conservação da biodiversidade e alimentação saudável mediada, sobretudo, pela ação das mulheres. Nesse caminho, vão construindo sua história de busca da emancipação, da autonomia política e financeira, e expressam demandas por políticas públicas de produção, comercialização que assegurem a igualdade nas relações de gênero.

Comida não é mercadoria. Comida é patrimônio, exprimem as mulheres em suas práticas produtivas e de agroextrativismo que afirmam o sentido das identidades sociais e das histórias das culturas alimentares. Importante lembrar que a nossa Constituição de 1988 se antecipou à Convenção de 2003 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ressaltando a participação da comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Seus significados estão expressos no art. 216, que diz ser o patrimônio constituído de bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Na construção da afirmação dessas mulheres como sujeitos de direitos, mostra-se que precisamos de novas narrativas, de novos objetivos e de outros valores. São elas que nos estimulam a abordar a alimentação como bem comum. Elas representam a principal força

social que se interpõe no caminho da completa mercantilização da natureza.

São muitos os desafios atuais. Após quase duas décadas de busca pela afirmação dos direitos das mulheres do campo com projetos de políticas afirmativas inspiradas nos ecos da Constituição de 1988, vive-se o risco de ver essas vozes serem silenciadas. Da mesma forma, estão aumentando os indicadores das desigualdades em geral, e os de gênero em particular, com o crescimento da violência contra as mulheres. O desmonte de políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional e agroecologia, a extinção de espaços de participação e controle social – a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Diretoria de Política para as Mulheres, e de conselhos como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Comissão Nacional de Agroecologia – representa enorme retrocesso.

Mas, tem-se a convicção de que o conjunto de capítulos deste volume representa um chamado à persistência da reflexão, do debate e da busca de novos caminhos que conduzam a modelos diversos, mais inclusivos, solidários e agroecológicos.

Capítulo 1

Onde a vida pode florescer: experiências de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo





Introdução

Circulam nas feiras agroecológicas, nos encontros de formação, em reuniões de redes de produtores(as) agroecológicos(as), nas comunidades e assentamentos rurais da região Nordeste do Brasil boletins informativos com títulos diversos, como *Lamparina*, *O Candeeiro*, *Ô de Casa!*, *Construindo Conhecimentos*, *Mulheres e Agroecologia no Nordeste*, *Boletim Semiá*, *Tecendo Redes*, *Partilhando Experiências*, *Maria Vem com as Outras*, dentre outros títulos. Visam apresentar histórias exitosas de homens e mulheres agricultores(as) que desenvolvem a agroecologia como modo de existência em seus territórios e em suas áreas de produção agropecuária.

O material é elaborado por organizações não governamentais (ONGs) e também pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da região Nordeste do Brasil, com o apoio da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)¹. Trazem diferentes sujeitos sociais e as experiências por eles construídas para uma nova relação com a região, que não mais se expressa no combate à seca, mas, na convivência com o Semiárido.

A ASA surge no início da década de 1990, no estado de Pernambuco, a partir da mobilização de diferentes movimentos sociais

¹ A ASA congrega cerca de 3.000 entidades, compreendidas por sindicatos de trabalhadores(as) rurais, associações de agricultores(as), cooperativas, organizações ambientalistas, pastorais, igrejas, ONGs, organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), dentre outras entidades.

rurais que se aglutinam para construir propostas de políticas voltadas para a convivência com o Semiárido. Dessa mobilização surgem ações estruturantes decididas a transformar as políticas e práticas clientelistas, historicamente, adotadas pelo governo brasileiro.

A primeira ação se dá com a formulação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) em 2001, incorporado em 2003 no Programa Fome Zero (períodos 2003–2007 e 2008–2011 do governo federal).

Enfrentar a escassez hídrica; garantir água para o consumo e a produção; estimular o cultivo e a criação de forma agroecológica; produzir tecnologias sociais de fácil acesso e baixo custo; envolver as famílias de agricultores(as) rurais em metodologias participativas para torná-las experimentadoras e autônomas são alguns dos princípios adotados pela ASA em parceria com entidades que se reúnem em torno dessa missão. O desafio de construção de instrumentos de comunicação popular é colocado, inicialmente, em prática com a criação do boletim informativo *O Candeeiro*, que, em seguida, passa a receber outras denominações nos diferentes estados do Nordeste.

Neste capítulo pretende-se debruçar, especialmente, sobre os boletins², produzidos por ONGs dos estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba, publicados entre os anos de 2010 a 2018, que dialogam com narrativas de mulheres em seus espaços de vida, de trabalho e de mobilidade; com os significados introduzidos por meio da instalação das tecnologias sociais, dos quintais produtivos, das casas de sementes; das feiras agroecológicas e das redes de agricultores(as) agroecológicos(as).

As mulheres agricultoras, aqui pensadas, estão situadas na região semiárida do Nordeste do Brasil, região composta por nove estados federativos. O Semiárido ocupa cerca de um quinto do território nacional e

2 Para este trabalho foram consultados 40 boletins informativos denominados *O Candeeiro*.

[...] abrange 1.262 municípios brasileiros, considerando a delimitação atual, divulgada em 2017 (Resolução 115 de 23 de novembro de 2017, da SUDENE). Aproximadamente 27 milhões de brasileiros/as (12% da população brasileira) vivem na região, segundo informação divulgada pelo Ministério da Integração Nacional³.

O pensamento sobre a formação histórica e econômica da região Nordeste construiu para essa área do País o estigma do atraso e da pobreza. Tais atributos estão diretamente relacionados ao seu bioma Caatinga, considerado como de poucos recursos socioambientais; ao clima semiárido, caracterizado por possuir, em média, temperaturas anuais de 25 °C a 29 °C; com estações de seca de 7 a 10 meses; precipitação anual que não passa de 800 mm e elevada taxa de evapotranspiração.

Em contrapartida, no último século, análises produzidas em torno da execução de políticas governamentais de enfrentamento aos períodos de estiagem indicam que outros fatores foram e são determinantes para a manutenção das condições de pobreza na região. Os estudos assinalam que as intervenções governamentais se dão na região, de maneira exclusiva, nos períodos críticos de seca, e se voltam, basicamente, para atender às demandas de grandes proprietários de terra, de empresários agroindustriais e políticos, ou seja, são executadas políticas comprometidas, prioritariamente, com os interesses dos poderes econômicos e políticos que dominam, secularmente, a região.

Essas políticas foram e são, ainda, as principais responsáveis pela histórica e recorrente perpetuação da concentração de terra e de renda nas mãos de grupos econômicos e políticos, que se ampliam para o controle e concentração dos recursos ambientais, com destaque para os recursos hídricos da região. Tais políticas são, também, determinantes para a contínua migração na direção campo – cidade.

O cenário de mudanças no sistema agroalimentar mundial, determinado pelo modelo agrícola denominado de agronegócio, avança e amplia seus domínios sobre as terras agricultáveis, os recursos

3 Disponível em: www.asabrazil.org.br/semiarido.

ambientais e hídricos da região Nordeste, trazendo um padrão global de trabalho e de relações humanas que atinge de forma perversa a vida cotidiana e as condições de reprodução das famílias agricultoras, com destaque para as mulheres, diretamente responsabilizadas pela reprodução familiar.

As transformações no modo de vida e a fragilização das famílias agricultoras em relação ao acesso a terra e à segurança alimentar e nutricional são sentidas, de forma especial, por mulheres agricultoras que atuam na base da agricultura familiar, produzindo de forma diversificada, com pouco ou nenhum uso de agrotóxicos, e destinando, basicamente, a produção para garantir a reprodução familiar e a economia local.

São mudanças de ordem social, econômica, cultural e política, realizadas nas últimas décadas em países da América Latina e provocadas pela modernização da agricultura de base capitalista e globalizante. Tais mudanças estão sendo enfrentadas pelas mulheres agricultoras por meio da criação de novas formas de resistência e a partir de suas diferentes posições de gênero, de classe social, de raça e de sua relação direta com a reprodução social e a preservação da vida humana.

No Brasil e no Nordeste as mulheres agricultoras realizam diversas lutas, debates, exercitam outras experiências humanas que trazem marcas de um modelo de sociedade que conflita com o projeto de desenvolvimento a se impor no País, que é intensificado na década de 1980 pela ordem neoliberal, ao comprometer, de forma radical e decisiva, a manutenção da cultura da agricultura de base familiar.

As mulheres expõem a existência de outras formas de conhecimento de mundo e de relação com a vida humana e a natureza; transgridem a ordem social e econômica dominante com manifestações públicas no “coração” do capitalismo e afirmam vozes e práticas dissonantes ao projeto de civilização capitalista (Esmeraldo, 2014).

A partir da leitura dos testemunhos de experiências registrados nos boletins, foram construídos alguns pressupostos analíticos

voltados para o entendimento da luta dessas mulheres. Um primeiro se refere à prioridade atribuída pelas mulheres à garantia da reprodução e existência de suas famílias, para saírem da condição de pobreza material, social e cultural. Um segundo pressuposto analítico se refere à luta para saírem do estado de dependência econômica e constituírem processos de autonomia e liberdade; um terceiro se refere à apresentação de distinções entre as lutas das mulheres e dos homens no campo produtivo e político da agroecologia, que são permeadas por conflitos não explicitados e, em geral, invisibilizados.

A condição de subalternidade, a posição das mulheres em processo de permanente colonização, de relações desiguais referentes ao gênero masculino e suas estratégias e formas de ação voltadas para afirmar outras possibilidades de existência e de superação ao estado de opressão imposto por corporações dominadoras da política e da economia no País serão problematizadas para compor e relacionar o cenário local ao global.

Os boletins informativos e suas possibilidades em dar voz à mulher subalternizada

Em geral, os boletins informativos são elaborados por assessorias de comunicação de ONGs, como também de alguns movimentos de mulheres rurais, e possuem o compromisso de apresentar com a maior fidelidade as falas e experiências das mulheres. Na sua simplicidade, os boletins são constituídos por, no máximo, quatro páginas A4, com narrativas e imagens.

Por meio de uma linguagem acessível, os boletins visam atingir, num processo formativo e comunicativo, diferentes famílias de agricultores(as), indígenas, quilombolas. Neles são apresentados cotidianos de mulheres e de suas famílias, que divulgam histórias não registradas na oficialidade, mas vividas no limiar da existência, da incerteza do amanhã, na luta por sobrevivência.

Houve o cuidado em aportar-se nos depoimentos a expressão de que essas mulheres possuem outras histórias a contar. Isso indica

que as narrativas dessas mulheres estão num campo de possibilidades de alteração de leituras do mundo contemporâneo, desafiando os discursos hegemônicos instituídos.

Esses discursos normatizam a leitura e o aprendizado para produzir o entendimento de um movimento único de progresso e desenvolvimento e de uma sociedade homogênea. No caso da academia, o progresso a que se propõe

Está alicerçado fundamentalmente em duas matrizes – a da ciência moderna e a do desenvolvimento. A ciência atua para intensificar pesquisas a produzir tecnologias dirigidas para fortalecer o processo de produção e consumo, processo este considerado basilar para a economia capitalista. O desenvolvimento pensado e voltado para uniformizar, universalizar, centralizar modos de produção e de consumo, prioriza a exploração intensiva da natureza e a constituição maquinica do homem/mulher (Esmeraldo et al., 2017, p. 313).

Portanto, filtrar e infiltrar-se nos depoimentos das mulheres afirma-se como um processo de escuta, de escrita atenta para quebrar silêncios, para documentar existências, para analisar em conjunto e não parcialmente, ou em fragmentos, a vida dessas mulheres e para construir conhecimentos contra hegemônicos.

Os boletins são propostas de diálogos diretos com as populações subalternizadas que raramente possuem o acesso ao direito à escolarização e à possibilidade de serem ouvidas, conhecidas e compreendidas. Spivak (2014, p. 25-27), ao trabalhar com o termo subalterno, traz para o debate a onipresença do “Sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como Sujeito”, e nesse diálogo propõe “uma crítica persistente” e a revelação e o conhecimento do “discurso do Outro da sociedade”. Segundo Almeida, o termo subalterno é descrito por Spivak como

[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante (Almeida, 2014, p. 13-14).

Membro do Grupo de “Estudos Subalternos” situado na Universidade Columbia, Nova Iorque, Spivak realiza, inicialmente,

seus estudos sobre a vida cotidiana da Índia e traz em seus escritos outras versões da história, a partir de suas considerações, sobre as margens e a partir “do circuito marcado por essa violência epistêmica”, destacando nessas margens “homens e mulheres entre os camponeses iletrados, os tribais, os estratos mais baixos do subproletariado urbano” (Spivak, 2014, p. 69). Seu pensamento trata de compreender como as narrativas da história se fizeram e se fazem sob um mesmo ângulo e se estabelecem como normativas, sob a égide dos discursos hegemônicos.

Tomando-se as provocações de Spivak (2014, p. 85), quando lembra que, “na produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar”, e que “o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”, os textos dos boletins trazem fortes possibilidades de retirada da mulher do silêncio e tornam evidentes as lutas e insurgências dessas mulheres frente à sua indeterminação produtiva e política representada nas arenas e discursos institucionalizados. Nesse sentido, os boletins desconstroem representações tradicionais atribuídas às mulheres rurais como seres não políticos, não atuantes na economia e produção familiar e não ativos nos espaços políticos em suas comunidades e territórios.

Essas mulheres, situadas numa sociedade de classes e conjugadas às relações de sexo e raça, estão submetidas ao patriarcado, aos papéis socialmente impostos para atuação limitada ao espaço familiar, doméstico, reprodutivo. Na sociedade capitalista, que possibilidades essas mulheres agricultoras constroem para desenvolverem a consciência de classe, de sexo e de raça, e constituírem consistências e novas relações que a elas deem um sentido político e de vida?

Os depoimentos das mulheres estão centrados na intenção de retratar múltiplas formas de ação voltadas para garantir, fundamentalmente, *a existência*, quando são relatadas histórias de luta diária, que perduram por anos, para garantir a terra, a água, a produção, o trabalho, o alimento, a moradia, a escolarização, a participação política, como requisitos básicos e de vida digna para si e suas famílias.

A constante busca por condições de sobrevivência para os membros de suas famílias coloca as mulheres em permanente situação de reação ao estado de opressão diante do intermitente movimento de retirada de condições de existência dessas mulheres.

A força das experiências: a terra como condição estruturante para tornar viva a vida

Muitas foram as experiências de migração, relatadas por Luzia Bezerra da Silva, conhecida como Lita (*O Candeeiro*, PB, abril/2016), em busca de trabalho. Mas, para ela, nenhuma ofereceu oportunidades suficientes para garantir a estabilidade familiar. Lembra Lita que, para realizar o sonho de estudar, foi para a cidade trabalhar como doméstica e então “Foi quando começou minha escravidão, foi quando fui morar na casa dos outros, começou meu sofrimento. É a coisa pior do mundo” (comunicação pessoal)⁴. Nos caminhos percorridos por Lita, os maus-tratos, as ofensas à sua dignidade humana se acumularam para alimentar a indignação, a reação, a resistência e a luta por liberdade.

A obediência e o respeito à hierarquia em relação às classes dominantes podem também ser reveladores das contradições entre as classes a partir da desnaturalização dos aspectos mais cruéis da dominação (Scott, 2013). Dar evidência a essas contradições, que, no caso de Lita, estão fortemente permeadas por tensões e conflitos de classe, é necessário para expressar o que é realidade e o que é aparência, e, assim, compreender como a sociedade funciona e para qual classe social ela atua.

Somente quando retorna para sua terra e decide adquirir “uma morada na Serra Velha” para voltar a trabalhar na agricultura, como nos tempos de infância, Lita se move para alterar comportamentos fora dos padrões da cultura dominante e se desafiar em atitudes de construção de autorreconhecimento, de autonomia, de autoestima e dignidade.

4 Relato de Luzia Bezerra da Silva, agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, PB, em Serra Velha, PB, em abril de 2016.

A tomada de consciência pode criar mecanismos de resistência prática, como os percebidos na vivência de Lita relatada no boletim informativo, a qual, cansada de buscar um lugar no mundo do trabalho capitalista, torna-se referência em agricultura agroecológica a partir “de formações, intercâmbios e troca de experiências”, assessorias oferecidas pela ASA e pelo Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste.

Hoje a felicidade de Lita está em ter a segurança da terra e de seu trabalho libertos, na família com saúde, no alimento saudável que produz, nos aprendizados que ganhou e compartilha com a comunidade. Tais conquistas são ressaltadas ao experienciar, em coletivo, uma nova condição social de negação da dominação da classe patronal sobre uma classe que vive do trabalho.

Uma primeira denúncia na narrativa de Lita e de outras mulheres se refere à constante vulnerabilidade das mulheres em relação ao acesso à terra de trabalho, de moradia e de reprodução da vida. Vários depoimentos falam de famílias que trabalham em terras de grandes proprietários, em pequenas porções de terra arrendadas, para produzirem alimentos para o próprio sustento.

Até a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) um direito básico era violado para as mulheres agricultoras: o da posse da propriedade e posse real da terra. As legislações anteriores negavam à mulher o direito à propriedade da terra que era atribuída à família como direito de herança; à comunidade, na forma de concessão de uso, nos casos de assentamentos rurais, de terras indígenas e quilombolas; ao Estado e ao mercado.

Somente com a Constituição de 1988, Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, art. 189, parágrafo único, autoriza-se o título de domínio e a concessão de uso da terra a homens e mulheres (Brasil, 1988). Mas sua aplicação, em áreas de reforma agrária, apenas se realiza com a Portaria do Incra nº 981/2003, que “tornou obrigatória a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou de

união estável". Esta conquista é reivindicada durante a realização da *Marcha das Margaridas* no ano de 2003 (Butto; Hora, 2008, p. 28).

O debate e a luta sobre o direito da mulher a terra em programas de reforma agrária, de titulação de terra e de colonização tem trazido lentas mudanças nas estatísticas desiguais de propriedade da terra entre homens e mulheres. O Censo Agropecuário 2017 aponta que a participação de mulheres na direção dos estabelecimentos aumentou, chegando a 18,6%. Em 2006, as mulheres representavam 12,7% dos produtores (IBGE, 2017).

Cabe destacar que numa sociedade de classes a propriedade da terra enquanto meio de produção faz desta um importante elemento de disputa entre a classe patronal e a classe trabalhadora e no próprio interior da classe trabalhadora. A ordem capitalista que conforma as classes também orienta as relações de gênero em favor do gênero masculino nas duas classes. Assim é que, para garantir igualdade na posse e propriedade da terra às mulheres – mesmo no interior da sua classe social que vive do trabalho –, há que se desenvolver a tomada de consciência da condição de subalternidade da mulher e sua organização política para superar as condições materiais e ideológicas de dominação.

Acesso à água: base fundamental para a convivência com o Semiárido

As experiências que relatam a necessidade de terra livre para o labor se somam àquelas que levam famílias inteiras a migrarem em períodos de estiagem, para outras regiões, em busca de trabalho. A água que "cai dos céus" quando não é suficiente para plantar em tempos sazonais; quando não é possível armazená-la; quando está confinada nas grandes barragens em terras do latifúndio, espaços proibidos para seu uso por famílias agricultoras, produz condições adversas de sobrevivência no Semiárido nordestino.

Vivendo em condições desfavoráveis no Sertão de Ouricuri, dona Francisca recorda que a água que "a família bebia era salobra" e exigia que caminhassem muito para pegá-la num poço em outra

propriedade. A conquista da cisterna de 16 mil litros para o consumo familiar e a “barraginha” mudam as condições e a relação com esse bem de máxima necessidade e facilitam a produção de feijão, de fruteiras, a criação de aves, de suínos, de capim para os animais de serviço.

Para dona Francisca

Água é vida. A gente tendo água, a gente faz plantio. Todo programa que a gente tá recebendo é uma benção de Deus, porque o pessoal carente tem desejo, mas não tem a condição. A gente tendo água, a gente faz plantio, pois quem quer vanter uma coisa é só ter oportunidade que se desenvolve e multiplica. Se eu vender um porco, com o dinheiro eu compro até três porquinhos pequenos pra ficar no lugar, porque desse jeito nunca vai acabar, sempre vai continuar indo pra frente” (comunicação pessoal)⁵.

A água para o consumo familiar, voltada para atender às necessidades próprias à reprodução familiar, para o consumo dos animais e a produção agrícola compõe e expõe ainda as contradições que o modelo capitalista impõe para as mulheres numa relação intrínseca entre classe e gênero. Considerada um bem da natureza para as mulheres, a água é para o capitalismo um meio de produção, uma mercadoria que, como a terra, passa por disputas entre as classes sociais.

Para enfrentar essa controvérsia, ecoa das vozes de muitas mulheres registradas nos boletins o grito “*Lutar para sobreviver*”, com a atuação em espaços coletivos de luta, que se volta para confrontar o Estado e exigir sua posição frente ao estabelecimento de direitos sociais e universais. São reações frente à ausência de políticas estruturantes para mantê-las em seus territórios e garantir as condições de sobrevivência de suas famílias.

Nessa direção, ações das mulheres no interior dos movimentos mistos rurais, dos movimentos específicos de mulheres rurais – com expressões de lutas nas ruas em ocupações e marchas, desde a década de 1990 – são organizadas para fazerem: a defesa de uma agenda

5 Relato de dona Francisca, agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, PE, em Ouricuri, PE, em fevereiro de 2014.

política voltada para os interesses da mulher no interior da classe trabalhadora rural e a crítica ao caráter excludente das políticas de Estado. Essas ações exercem duas funções em ligação: a de formação e a de luta em conjunto, para desvelarem o caráter submisso dos aparelhos estatais às forças dominantes, econômicas e políticas vinculadas ao capitalismo.

Compreender que o trabalho e o capital são duas forças em confronto no sistema capitalista é elemento reflexivo central para o entendimento de uma sociedade de classe que possui antagonismos. Essa apreensão e tomada de consciência com relação à posição de classe dos sujeitos da sociedade se faz com a luta de classes, de gênero e de raça. Nesse sentido, entender o papel do Estado numa sociedade democrática (também entendida como burguesa) se faz necessário para lutar, resistir para conquistar e assegurar os direitos de liberdade, de autonomia e de igualdade para as mulheres.

Daí é que as vozes das agricultoras, que chegam às ruas, trazem reivindicações, historicamente, negadas por um Estado construído para uma classe que se estrutura com base no patrimonialismo, no clientelismo, em valores meritocráticos, no racismo, sexismo e no patriarcado.

Políticas públicas e as tecnologias sociais: disputas para a autonomia das mulheres em seus territórios

Agendas de trabalho apresentadas em diferentes lutas por movimentos sociais rurais além da pauta de reivindicações apresentada ainda e a partir, principalmente, da *2ª Marcha das Margaridas*⁶ ao governo federal em 2003, com destaque para a realidade adversa da região Nordeste, produzem respostas importantes para a criação de políticas públicas para a agricultura familiar em convivência com o Semiárido.

⁶ A *1ª Marcha das Margaridas* é realizada no ano 2000, durante o governo federal (período de 1998 a 2001), com o lema “Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. Desde então, é realizada a cada 4 anos mobilizando mulheres agricultoras para a capital federal – Brasília, DF, no mês de agosto. A cada edição da marcha há um aumento na participação das mulheres que apresentam uma pauta de reivindicações construída e discutida nas esferas dos sindicatos municipais, estaduais e nacional.

Cabe destacar que no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, é instituído no ano de 2003 o Pronaf Semiárido voltado para implantar e recuperar infraestrutura produtiva na região.

Na primeira década do século 21, várias políticas são constituídas para alcançar também as famílias do Semiárido. São elas: o Pronaf Jovem em 2004; o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em 2003; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003; o Programa Bolsa Família em 2004; o Programa Nacional de Habitação Rural em 2004; a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) em 2007; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em 2009; a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) em 2009; a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) criada em 2004 e instituída em 2010; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) em execução desde 1998 e instituído como política pública em 2010, dentre outros projetos (Esmeraldo et al., 2017). No ano de 2012, é instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) pelo governo federal (Brasil, 2012).

No caso específico do acesso à água para o Semiárido, além do P1MC, voltado para a construção de cisternas, o Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2 é conquistado para incluir possibilidades de aquisição de terra e a instalação de tecnologias sociais para garantir água para consumo familiar e produção agropecuária.

As tecnologias sociais são variadas e escolhidas pelas famílias de acordo com o tamanho, relevo da terra e necessidades de produção da família. Citam-se: cisterna-calçadão, barragem subterrânea, tanque de pedra ou caldeirão, cisterna-enxurrada, sistemas de microaspersão, barreiro-trincheira, bomba d'água popular e barraginha.

As políticas agregadas às tecnologias sociais são antecipadas por reuniões informativas nas comunidades, capacitações para a apropriação da técnica, do uso, da manutenção e construção das tecnologias. Assim é que, com a compreensão de todo o processo de realização

das tecnologias, as mulheres se fazem educandas e educadoras numa dimensão de formação humana que prioriza e torna as agricultoras protagonistas de sua própria história.

Essa marca da política, que se materializa em metodologias participativas, é fundamental. Ao reconhecer e valorizar a força da experimentação enquanto condição de compartilhamento de aprendizados e de transmissão de saberes entre agricultoras, as políticas tecem forças potencializadoras de transformação e de libertação humana.

A instalação de tecnologias sociais é vinculada a formações de multiplicadoras para dar oportunidade a essas mulheres de receberem visitas de grupos de agricultoras para realizarem o compartilhamento de experiências na prática e em diálogo. O conjunto de metodologias experimentadas em coletivo e animadas por técnicos(as) torna o aprendizado horizontalizado, vivenciado e debatido entre pares. Os conhecimentos partilhados nas formações e nos intercâmbios de experiências revelam alcances profundos sobre os modos de existência das famílias, traduzidos em alianças, em solidariedade e fortalecimento das lutas e resistências entre agricultoras.

Mesmo em governos ditos populares, que realizam o confronto e a disputa dos interesses entre as classes, a mulher agricultora faz lutas para externalizar no interior de sua classe o caráter patriarcal na relação e nas práticas do gênero masculino da classe trabalhadora. Assim é que a atuação organizada de mulheres nas lideranças sindicais, de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, de associações, de comunidades rurais além da pauta de reivindicações apresentada pelas mulheres ao governo federal e desde a 2ª *Marcha das Margaridas*, realizada em Brasília no ano de 2003, provocam a criação de arranjos institucionais no Estado para a formulação e gestão de políticas públicas específicas para as mulheres.

Com a intenção de assegurar a participação das mulheres rurais na proposição e gestão de políticas a partir das necessidades dessas mulheres, são gestados espaços de controle social das políticas por

meio da participação de lideranças e mulheres agricultoras em conferências, em fóruns específicos, em grupos de trabalho, em comitês (Santos, 2007) e em outros espaços, donde se constitui a representação igualitária da sociedade civil organizada e do Estado.

Conforme Butto e Hora (2008, p. 26),

A partir de 2003, há uma mudança importante no governo federal com a implantação de iniciativas de ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais e de seu protagonismo envolvendo o fortalecimento de alternativas econômicas e a criação de oportunidades específicas e dirigidas às mulheres assentadas da reforma agrária. Mudança também expressa no caráter participativo que passou a ser adotado na elaboração das políticas e nas ações voltadas para incentivar a participação das mulheres rurais em diversos espaços.

No governo federal (2003–2006), é criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em vinculação direta com o gabinete da Presidência da República, e, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, a assessoria especial denominada Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), depois chamada Assessoria de Gênero, Raça e Etnia (Aegre), e, em seguida, nominada de Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ).

Esses aparelhos institucionais se dirigem para atuar e propor às mulheres rurais e quilombolas políticas de acesso, com destaque para a documentação, ao crédito, à assistência técnica, às chamadas públicas de projetos específicos para a organização produtiva das mulheres, dentre outras ações (Butto; Dantas, 2011).

Cabe ressaltar que, no período de 2003 a 2010, diversas políticas e projetos são implementados para o apoio específico às mulheres rurais e quilombolas, como: o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), iniciado em 2004 e regulamentado em 2007, que, até o ano de 2006, “garantiu a emissão de 360 mil documentos, que beneficiaram mais de 185 mil mulheres trabalhadoras rurais” (Brasil, 2007, p. 16); o Programa de Fortalecimento das Redes de Órgãos Colegiados de Desenvolvimento Rural Sustentável,

importante iniciativa para estimular e garantir a participação de mulheres rurais nos órgãos colegiados e de decisão de políticas para o campo rural; a aplicação da Portaria nº 981/2003, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a instituir a Instrução Normativa nº 38/2 (Incra, 2007), que inclui a mulher no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); a criação do Pronaf Mulher no Plano Safra 2005/2006; a presença das mulheres na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) por meio da participação nas capacitações e da garantia de recursos específicos para as mulheres desde 2004; a participação nas “edições anuais da Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária” (Brasil, 2007, p. 35) por meio de projetos de apoio da produção para geração de renda, os quais estimulam a inclusão das mulheres em espaços de comercialização; além do incentivo à participação em programas como PAA e Pnae.

A formação se faz em todas as etapas de acesso às políticas e projetos para propiciar a compreensão da condição subalternizada de classe, de gênero e de raça vivenciada pelas mulheres, bem como para fortalecer as discussões nos espaços institucionais. Um caso emblemático se manifesta durante a realização da *3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*, em Brasília, no ano de 2013, quando, em acirrada disputa com o conjunto dos delegados membros do evento, as mulheres conquistam para o conjunto das chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a obrigatoriedade de, no mínimo, 50% de mulheres como público beneficiário e 30% dos recursos destinados às Chamadas Públicas para as mulheres. E, ainda, a manutenção de recreação infantil nessas chamadas (Santos, 2017, p. 33).

A expressão da luta das mulheres parece ganhar uma dimensão nova e de perspectiva feminista ao confrontar direitos negados, ao lutar por igualdade e paridade nas relações e condições materiais de existência, ao denunciar o caráter patriarcal das relações sociais no âmbito político e econômico.

É assim que, para garantir políticas e projetos para fortalecer o trabalho das mulheres agricultoras no entorno de suas casas – nos chamados “quintais”, lugares de cultivo e criação e de onde garantem os meios para a reprodução familiar –, as agricultoras produzem pautas específicas, para negociarem com a institucionalidade e no interior dos mediadores dos governos, com reivindicações de Chamadas Públicas, crédito e assistência técnica específicos para as mulheres.

Defendem os quintais como espaços: de produção de um sistema agroalimentar complexo que incorpora o cultivo, a criação, a transformação, o extrativismo de forma sustentável; de gestão da biodiversidade; de defesa e proteção dos recursos ambientais; de produção e consumo com o mínimo de entrada de insumos externos; de produção de alimentos saudáveis; de garantia da segurança alimentar e nutricional; de potencialização de relações em esferas solidárias, de compartilhamento de bens comuns; de salvaguarda de sementes crioulas; de transmissão de conhecimentos ancestrais, dentre outras possibilidades construídas nas relações afetivas e na realização das atividades realizadas nos espaços dos quintais.

Conforme Esmeraldo et al. (2017, p. 317),

Os “quintais” significam elementos de ruptura com a lógica neutralizadora de saberes do sistema hegemônico. As mulheres têm construído uma experiência produtiva a partir do sistema agroalimentar que não está limitada à dimensão econômica capitalista, mas a outra racionalidade que integra dimensões como afetividade, sociabilidade, humanidade, economia não capitalista, dimensão física e intelectual.

Dona Cida, que recebe assessoria técnica da Casa da Mulher do Nordeste duas vezes por mês, afirma que seu “quintal produtivo é a menina dos olhos de ouro”. E completa: “Por mim eu vivia direto na horta. Até reclamam porque só ligo para ela. Mas o canteiro é minha alegria de viver” (comunicação pessoal)⁷.

Com essa dedicação, dona Cida produz alimentos de qualidade, pois não usa agrotóxicos para garantir alimentos saudáveis para sua

7 Relato de dona Cida, agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, PE, em julho de 2013.

família e para os clientes que compram seus produtos com segurança. Trabalha de forma agroecológica e, com os aprendizados, aprendeu a preparar o composto orgânico que utiliza para fertilizar o solo, dentre outros manejos agroecológicos.

Valcilene Gomes Paz (*O Candeeiro*, CE, março/2010) é também uma agricultora agroecológica que possui um belo quintal produtivo. Iniciou sua produção com bananeira e hoje possui uma grande variedade de fruteiras. No seu quintal são encontrados: banana, goiaba, acerola, mamão, caju, graviola, laranja, limão, coqueiro, maracujá, abacaxi, batata-doce, tomate, hortelã e até plantas ornamentais. Lembra que não tinha nada para oferecer aos filhos como “merenda” (comunicação pessoal)⁸ e hoje seu quintal oferece muitas opções de alimentos, realça a agricultora, com a segurança de que protege a saúde e a nutrição de sua família.

Aparecida Santos Ferreira (*O Candeeiro*, PE, janeiro/2014) fala que “Esse quintal é tudo para mim” e dele faz um exemplo de “respeito à natureza” (comunicação pessoal)⁹. Produz grande variedade de frutas (manga, goiaba, graviola, laranja, lima, maçã, jaca, limão, mexerica, coco, acerola, figo, maracujá, banana, pinha, mamão, etc., numa área de meio hectare), além de hortalças, ervas medicinais e a criação de aves e suínos. Para garantir irrigação na sua área, implantou um sistema de microaspersão, que, com orgulho, conhece seu funcionamento e sua praticidade.

Dona Aparecida não mais trabalha com práticas da agricultura convencional e sim, com o manejo do solo por meio de práticas agroecológicas, descobrindo “que tudo no planeta está conectado”. Assim é que passa a dedicar-se na produção de mudas nativas para o Projeto Mulheres na Caatinga, com o objetivo de enfrentar a desertificação, priorizando a preservação da biodiversidade da Caatinga e seu manejo sustentável. Dona Aparecida descreve também que sua

8 Relato de Valcilene Gomes Paz, agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, CE, em março de 2010.

9 Relato de Aparecida Santos Ferreira, agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, PE, em janeiro de 2014.

área produtiva possui a característica de ligação entre os sistemas produtivos, “que além de garantir um equilíbrio no sistema produtivo, garante a segurança e soberania alimentar e nutricional humana e animal”. E conclui: “seu quintal é um exemplo de convivência com o semiárido para a região”.

A partir de sua participação em processos de formação, da assessoria técnica recebida e do acesso às tecnologias de convivência com o Semiárido, dona Aparecida anima-se e amplia seu desejo de atuar e participar nos espaços organizativos e políticos da comunidade e do território, envolvendo-se no Grupo de Mulheres “Vivendo e Aprendendo”, na Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Ladeira Dantas e na Associação Agroecológica do Sertão do Pajeú. Sua atuação política é, para ela, considerada necessária para agregar outras mulheres na adoção da agroecologia como estratégia de convivência com o Semiárido.

Priscila Coelho (*O Candeeiro*, PE, dezembro/2013) relata que, ao ser beneficiada com o Programa Uma Terra Duas Águas por meio de uma cisterna-calçadão, passou a desenvolver atividades de cultivo e criação no entorno da casa. Ela narra:

As coisas antes não estavam bem, mas eu espero melhorar ainda mais. Tenho minha cisterna que está cheia, a gente botou água que serve para as hortalças, galinhas e para os serviços de casa. Eu aprendi também muitas coisas nas capacitações que a gente fez. Aprendi a fazer o canteiro econômico, biofertilizante e a compostagem (comunicação pessoal)¹⁰.

Esses depoimentos indicam deslocamentos nos papéis sociais tradicionalmente socializados para homens e mulheres, bem como a ascensão das agricultoras para uma atuação protagonista nos espaços políticos e de produção. A importância do trabalho de ONGs que incorporam na sua missão o debate sobre as relações de gênero e o feminismo e sua problematização nas formações desvela as opressões vivenciadas pelas mulheres no interior das relações familiares, como

10 Relato de Priscila Coelho, agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, PE, em dezembro de 2013.

também desnaturaliza a existência de pensamentos e práticas, nas próprias entidades e instituições, que fomentam a normatização do domínio masculino sobre as mulheres, as técnicas e assessoras.

Lembra Siliprandi (2015, p. 100) que, no “Brasil, os primeiros textos reivindicando maior atenção à participação das mulheres na construção da agroecologia apareceram em meados da década de 1990”. São os trabalhos escritos por Maria Emília Lisboa Pacheco, antropóloga vinculada à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), que desnudam a invisibilidade da mulher nos sistemas produtivos, sua importância para a “segurança alimentar, para a complementação da renda da família e como estratégias de conservação da biodiversidade” (Siliprandi, 2015, p. 101). Maria Emília problematiza as relações de poder e a divisão sexual do trabalho na agricultura de base familiar com base na economia feminista e em ecofeministas.

As casas de sementes são casas de resistências

As mulheres, ao apresentarem nos boletins suas experiências de organização de casas de sementes, trazem para nossa compreensão a força dos tempos partilhados num mesmo universo de práticas e de resgate de memórias que asseguram a vivência de uma experiência coletiva. Fala Jacinta Maria de Sousa Lima (*O Candeeiro*, CE, março/2016) que:

Nós podemos manter a história. O sentimento é de manter a história, a tradição das famílias. As famílias têm suas preferências e já sabe que tipo de semente se deve plantar em cada período de inverno (comunicação pessoal)¹¹.

Dona Jacinta nos instiga a refletir que, nessas experiências, o conhecimento se abre para a memória e a história a ser contada de forma nova para essas mulheres em suas comunidades. Salvar o passado para transformar o presente dessas famílias dá materialidade e possibilidade de agregação da comunidade, de constituição de sua

¹¹ Relato de Jacinta Maria de Sousa Lima, agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, CE, em março de 2016.

identidade, de vinculação da experiência coletiva com a formação de um patrimônio cultural para essas mulheres e suas comunidades.

Benjamin (2012) entende que, com o advento da sociedade moderna, as experiências coletivas têm desaparecido, seja como arte de contar, seja como experiência vivida. O historiador considera que as condições para se narrar uma experiência pressupõem uma “comunidade de vida”, ou seja, que o relato deve ser comum ao narrador e ao ouvinte; que o sujeito depositário do saber esteja próximo das gerações; que o caráter comunitário entre vida e palavra esteja em estreita sintonia com o movimento da existência; que a própria experiência narrada tenha a dimensão prática, de história vivida, viva; que a prática e a linguagem garantam a existência de uma experiência coletiva e com isso possa gerar saberes em partilha. Ao tratar a experiência e a transmissão dos saberes das guardiãs de sementes crioulas, em coletivo, entre agricultoras e nas próprias comunidades de origem, as mulheres potencializam e fortalecem a continuidade e a dinamicidade de uma história viva e comum.

As casas de sementes são experiências de rejeição da negação da vida e do apagamento de suas existências, numa sociedade capitalista em que o mercado está a dominar as sementes transgênicas e a controlar o patrimônio genético das plantas. Na experiência de resgate de sementes mediante um trabalho artesanal e primordial de salvaguarda, coleta, seleção, recuperação, estocagem, preservação de saberes, as agricultoras libertam-se da dependência do mercado produtor e consumidor de sementes transgênicas; tornam público e político o seu trabalho de guardiãs de sementes crioulas e afirmam com segurança “Quem planta sua semente nativa no quintal sabe exatamente o que está comendo. Além de fortalecer laços de solidariedade entre elas, como lembra outra agricultora: “Quem cultiva gosta de partilhar o que tem e o que sabe”.

O depoimento de dona Liduína Leal Martins, sócia da Casa de Sementes Zé Noca – ao afirmar que “Devemos parar de usar do agrotóxico que, não só contamina os alimentos, como também as águas. Nossa comunidade está brigando para que isso venha a acontecer em

todas as outras comunidades, não só aqui” (comunicação pessoal)¹² –, traz a preocupação com a ampliação dessa luta que não pode se limitar ao local, mas ser multiplicada para proteger e fortalecer o solo, o ambiente, os recursos hídricos, os demais agricultores e consumidores do campo e da cidade.

Dona Liduína faz referência e relação entre a semente e a reprodução humana da vida, que pode estar ameaçada com a perda do controle por agricultores(as) das sementes que são chamadas de sementes da vida. Essa luta ganha novas relações não mais restritas ao produtivo, mas se amplia com as dimensões cognitiva, política, ambiental, espiritual e afetiva. Na medida em que a preservação das sementes se conecta com a cultura e a espiritualidade de um povo, a possibilidade do encontro com outro projeto de sociedade vai se materializando nos pensamentos e práticas dessas mulheres.

Nessa direção vão sendo gerados questionamentos sobre as bases de perpetuação e reprodução do projeto civilizacional capitalista: sobre o que significa semente como mercadoria e semente como vida; entre semente como mercadoria com dependência no mercado e semente como força produtiva e autonomia de povos; sobre o poder das corporações e o poder da resistência.

As feiras agroecológicas – a economia natural que se contrapõe à economia capitalista

Cícera Alves de Araújo, conhecida como Silvani (*O Candeeiro*, CE, junho/2017), possui “uma história de luta e resistência”¹³ e também de muitas mobilidades para chegar a conquistar estabilidade na vida. Depois de morar no Rio de Janeiro, retorna para sua terra e vai trabalhar com a mãe num restaurante preparando alimentos. Compra uma pequena área de terra, se inscreve no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para fornecer bolos, doces e sequilhos. Ao se mudar

12 Relato de Liduína Leal Martins, sócia da Casa de Sementes Zé Noca, no boletim informativo *O Candeeiro*, CE, em março de 2017.

13 Boletim – Estocar é resistir. A experiência da Casa de Sementes José Faustino de Sousa”. *O Candeeiro*, CE, ano 10, nº. 2095, mar. 2016.

para uma área “melhor” e conquistar uma cisterna de primeira água e depois de segunda água, Silvani passa a plantar no seu quintal e a produzir alimentos com regularidade.

A combinação entre terra, água, tecnologias sociais e formação muda a forma de trabalhar de Silvani e amplia seus horizontes. Também participar da feira agroecológica no seu município para vender seus produtos é uma das novas vitórias que Silvani comemora. Ela ressalta a conquista da liberdade de trabalhar sem patrão e de ter autonomia para decidir os caminhos de sua vida.

Maria de Fátima dos Santos (*O Candeeiro*, CE, outubro/2013), mais conhecida como Fafá, é agricultora, mãe de oito filhos, multiplicadora agroecológica, feirante, membro da Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) dos Vales do Curu e Aracatiaçu e vice-diretora no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no estado do Ceará. Filha de agricultor, aprendeu com o pai a queimar a área para plantar.

Ao participar do *Curso de Formação de Multiplicadores em Agroecologia*, promovido pela ONG Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Fafá passa a fazer reflexões sobre sua relação com a natureza. Ela lembra “aos poucos, eu comecei a observar que não dava certo ficar queimando. Se eu me queimar eu acho ruim e imagina a terra” (comunicação pessoal)¹⁴. Desafia-se, então, a mostrar aos filhos que trabalhar de forma diferente com a terra, o solo, a água pode trazer uma vida melhor, com alimentos para todo o ano e produtos mais saudáveis.

O processo de formação de Fafá para sentir-se agricultora e multiplicadora agroecológica se dá com sua participação anual nos *Encontros Territoriais de Agroecologia*, nas formações, reuniões, oficinas, nos *Intercâmbios de Experiências* e no seu ingresso na rede de agricultores(as) agroecológicos(as). Descobre que as experiências vividas e o compartilhamento entre agricultores(as) são decisivos para

14 Relato de Maria de Fátima dos Santos, agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, CE, em outubro de 2013.

garantir as condições de transmissão de conhecimentos e de aprendizados entre os pares.

No quintal de Fafá, a diversidade de produtos encontrados é destacada no boletim para ressaltar a conquista da segurança alimentar e a autonomia financeira da família, na medida em que o excedente é, por Fafá, comercializado na feira agroecológica do seu município e na cidade de Fortaleza. Ela diz: “Neste quintal tem um pouco de tudo, tem coentro, cebolinha, pimenta, tomate, goiaba, limão, jerimum, noni, e muito mais, dá pra mim, e pra minha família e pra vender na feira” (comunicação pessoal)¹⁵.

As feiras agroecológicas estão se multiplicando em toda a região Nordeste a partir da organização em redes formadas por agricultores(as) agroecológicos(as). As redes de agricultores(as) agroecológicos(as), intimamente vinculadas às feiras, atuam na sua estruturação, dando suporte organizativo, político e material para o seu funcionamento e fortalecimento no processo de comercialização.

Pensadas para funcionar em uma economia não capitalista, as feiras, por meio da produção simples, artesanal e familiar, têm a valorização do trabalho humano na sua centralidade e na relação direta entre as etapas de produção e consumo. É uma economia natural, sem a presença da indústria, da exploração do trabalho, da formação de mais valia donde sua lógica se expressa em contraposição à economia capitalista.

A economia natural traz, em sua organização, a posse dos meios de produção e o trabalho humano livre para atender diretamente à satisfação das necessidades humanas e para que seu pequeno excedente seja usado para a venda imediata a consumidores(as) próximos. Nas feiras não há a separação entre agricultura, criação, artesanato, transformação de alimentos. São elementos de uma mesma economia cujos produtos não estão alienados pelo trabalho humano, mas cujo trabalho é afirmado como atividade humana, que expressa saberes ancestrais e atualizados por experiências cotidianas. Trabalho que,

¹⁵ Relato de Maria de Fátima, agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, CE, em outubro de 2013.

fundamentalmente, é expressão de conhecimentos, de liberdade e de autonomia.

Ao contrário da produção industrial e capitalista, a economia familiar empodera, fortalece, dignifica o trabalho humano. São as próprias agricultoras que fazem a conexão com os(as) consumidores(as) para apresentarem seus produtos, exporem suas formas de produção e de cuidados em relação ao meio ambiente, e defenderem o alimento com origem e significados para a segurança alimentar e nutricional.

A defesa dessa forma de produção e comercialização não pode se dar no plano individual, e sim, em coletivo, para enfrentar a força da expansão do capitalismo que necessita destruir essas sociedades de base natural para se expandir. O capitalismo necessita de terras, de recursos minerais, de florestas, da água, de força de trabalho assalariada, para se ampliar no mundo e se hegemonizar enquanto modelo produtivo econômico. Daí que, destruir outras formas de economia faz parte de sua tarefa com a dominação de países para a sua colonização em base capitalista.

Por isso, a formação de redes de agricultores(as) agroecológicos(as) é a própria materialidade da consciência coletiva e política de um segmento da classe trabalhadora, ao demonstrar a existência de outras formas de vida, não dependentes e submetidas ao capital, com soluções para as crises alimentar, ambiental, energética, econômica e humanitária.

As redes, como as feiras, são expressões de resistência, de formação de entidades autônomas e de sobrevivência de outras formas de vida e de organização social. As redes e as feiras experimentam o poder da coletividade, do trabalho solidário e livre, da transmissão de saberes em horizontalidade, da integração harmônica entre natureza, humanos e animais, de resgate de práticas que se ancoram no cuidado, na alegria, na festa, na beleza.

Estar em rede traz a consciência do poder de classe, faz agricultoras agirem politicamente ao politizarem as políticas na construção de uma cultura de direitos emancipatórios. As redes instigam as

experiências individuais a serem pensadas como práticas políticas, quando a agroecologia é adotada como modo de vida, quando a recuperação de sementes é afirmada como patrimônio da humanidade, quando o conhecimento é reconhecido para valorizar pessoas.

As redes agregam, fazem alianças, articulam lutas locais, territoriais, nacionais e internacionais. Dão sentido político e material às lutas por terra, água, educação, saúde e segurança alimentar. Produzem dúvidas, instigam ao estudo mais profundo da realidade ao explicitar as contradições entre os projetos de sociedade capitalista e da agricultura agroecológica.

As experiências consolidadas nos processos individuais, na labuta diária, na rotina do trabalho, na observação da natureza, na experimentação e na pesquisa cotidiana são enriquecidas nesses coletivos produtivos e políticos que se fazem em redes e nas feiras agroecológicas para dar a essas experiências o valor imaterial donde se conjugam a sabedoria, a consciência, a liberdade, a autonomia e a força política.

Algumas reflexões em processo de tessitura

Não é possível concluir este trabalho sem dar o devido lugar de importância aos *Encontros Nacionais de Agroecologia* (ENAs) e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Estes são espaços de constituição de saberes, de compartilhamento de experiências, de afirmação de homens e mulheres envolvidos(as) em experiências agroecológicas no País e também de expressão de contradições e superações no que se refere às relações de classe, gênero, geração e de raça.

A realização, no ano de 2002, do *1º Encontro Nacional de Agroecologia* (ENA), no Rio de Janeiro, aglutina um conjunto de entidades do campo produtivo e político, o qual acumula, há décadas, conhecimentos e experiências em transição agroecológica no País. Dentre essas entidades, a ASA se faz parceira incorporando suas experiências, conhecimentos e articulações políticas.

Nesse evento é criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que passa a congregar inúmeras entidades, federações, confederações, ONGs, pastorais, redes, fóruns, movimentos sociais, associações do campo rural e das esferas nacional, regionais, estaduais e locais do País. Sua capilaridade e diversidade de sujeitos se fazem representar, afirmar e criar confluências em torno de compartilhamento de conhecimentos, de experiências coletivas com o enfoque agroecológico e em lutas de resistência contra o avanço do agronegócio e de grandes empreendimentos sobre seus territórios.

No 1º ENA foram inscritas 432 experiências de agroecologia, abrangendo vários campos temáticos, e dezenas delas eram protagonizadas por grupos de mulheres ou contavam com sua participação direta (Articulação Nacional de Agroecologia, 2008, p. 8).

Participaram do 1º ENA em torno de 297 mulheres de um total de 1.100 participantes. Conforme o Grupo de Trabalho Mulheres da ANA, essa participação “não refletia, na realidade, o nível de envolvimento das mesmas nas experiências agroecológicas no âmbito de suas comunidades” (Articulação Nacional de Agroecologia, 2008, p. 8). Assim é que as mulheres elaboraram uma carta apresentada na Plenária Final do 1º ENA onde destacaram a necessidade “das organizações do campo agroecológico discutirem questões de gênero, geração e etnia nos próximos encontros” (Articulação Nacional de Agroecologia, 2008, p. 9).

Desde então, as mulheres iniciaram o debate sobre suas formas de organização e de intervenção na ANA, criando, inicialmente, o Grupo de Trabalho Gênero da ANA, que depois foi modificado para GT Mulheres da ANA.

A presença de mulheres de entidades mistas, de organizações feministas e de agricultoras nesse GT¹⁶ produz entrelaçamentos nas diferentes regiões do País, para criar espaços educativos entre

16 Segundo o *Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia* participaram do GT Mulheres da ANA em torno de 36 entidades mistas e de mulheres. Do Nordeste participaram 16 entidades, seis com representação nacional, além de algumas ONGs com incidência em todo o País (Articulação Nacional de Agroecologia, 2008, p. 75-76).

mulheres, identificar e sistematizar experiências em agroecologia protagonizadas por agricultoras e incidir sobre políticas públicas específicas para mulheres.

O GT apoia o sentido amplo de agroecologia ao incorporar, relacionar e defender que a agroecologia se faz mediante diálogo entre ciência, técnica, ação política, movimento social e os modos de vida de agricultoras. Nesse sentido, o GT defende a inserção do debate de gênero de forma transversal em todos os temas e a participação paritária das mulheres nos grupos instalados na ANA e nos próximos ENAs¹⁷, como forma de trazer para a agroecologia o entendimento de sua imbricação direta com a vida das mulheres.

Essa compreensão baseia-se na relação permanente das mulheres com a reprodução da família e nos cuidados relacionados à alimentação e saúde de seus integrantes, além de sua experiência ancestral em produção de saberes e de práticas de proteção do solo, dos mananciais hídricos, da vegetação e de animais, nos processos históricos de domesticação de plantas e animais. Como também, por seu trabalho estar, centralmente, voltado para relacionar a produção à reprodução da vida.

O GT Mulheres da ANA é também sujeito e faz ação feminista. Com a incorporação desse debate, constrói-se o lema “Sem feminismo não há Agroecologia” para dar significado à sua compreensão e prática militante de caráter político voltado para autonomia, valorização e emancipação das mulheres.

Retoma-se o diálogo com os pressupostos analíticos que orientam este trabalho. O primeiro se refere à prioridade atribuída por agricultoras à garantia da reprodução e existência de suas famílias, para saírem da condição de pobreza material, social e cultural. O segundo reporta-se à luta para saírem do estado de dependência

17 O 2º ENA é realizado no ano de 2006, em Recife, e contou com a presença de 46% de mulheres de um total de 1.500 participantes. O 3º ENA aconteceu no ano de 2014, em Juazeiro, Bahia, com a presença de mais de 2.100 participantes e cerca de 50% de mulheres – *Carta Política III ENA* (Encontro Nacional de Agroecologia 2014). O 4º ENA aconteceu em Belo Horizonte no ano de 2018, com mais de 2.000 delegados(as) dos estados do País, sendo que mais de 10.000 participantes acompanharam as atividades abertas ao público.

econômica e constituírem processos de autonomia e liberdade; e o terceiro de apresentar as distinções entre as lutas das mulheres e dos homens no campo produtivo e político da agroecologia, que são permeadas por conflitos não explicitados e, em geral, invisibilizados.

Para refletir sobre essas questões, toma-se por base o trabalho de Federici (2017, p. 11). A autora afirma que

[...] a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais.

Ao declarar que é o capitalismo, desde sua origem, o responsável direto por relações desiguais entre homens e mulheres, a autora analisa o processo original de acumulação capitalista para mostrar que, nas sociedades naturais, as mulheres possuíam liberdade, reconhecimento de seu trabalho e não havia a divisão entre o trabalho de reprodução e de produção. Faz questionamentos aos teóricos marxistas-leninistas por declararem que para a mulher, quando não tem seu trabalho reprodutivo reconhecido no mundo do trabalho assalariado, não é possível conquistar sua emancipação. “Como ‘donas de casa’ estão fora das relações capitalistas” (Federici, 2017, p. 11).

Tomando por base em seus estudos sobre a lógica de formação e funcionamento do capitalismo, Marx desobriga-se de pensar o trabalho reprodutivo e de cuidados como sendo fundamental para a existência humana, e elemento necessário para dar ao capitalismo as condições de produção de força de trabalho gratuita. No entanto, a compreensão de que o trabalho doméstico cumpre uma função social para a manutenção do capitalismo e a produção de mais valia são condicionalidades para se entender a divisão sexual do trabalho¹⁸ e a hierarquização entre reprodução e produção realizadas por esse sistema econômico.

18 Acadêmicas feministas são responsáveis em construir a categoria analítica sobre divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre produção e reprodução. Consultar Fougeyrollas-Schwebel; Chabaud (1986), Combes; Haicault (1987), Souza-Lobo (1991) e Kergoat (2009), dentre outras acadêmicas feministas.

Considerações finais

No âmbito da agricultura familiar, o capitalismo atua pela via das instituições burguesas e do mercado para comportar essas práticas sociais e, em relação com o Estado, para apoiar o capital na sua investida para a dependência da agricultura familiar. Compreender as contradições que a unidade familiar agrícola incorpora – quando torna o agricultor um mero trabalhador a fornecer produtos, a consumir insumos e torná-lo dependente do mercado capitalista, como também quando produz a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar – são reflexões críticas necessárias para reestabelecer as bases da luta por autonomia e pertencimento de uma classe que vive do trabalho não assalariado.

Mais do que os homens, que cedo foram capturados pelo modelo de agricultura convencional, da Revolução Verde, são as agricultoras aquelas que detêm o vínculo entre produção e a reprodução da vida, entre natureza e cultura, entre racionalidade e espiritualidade, dentre outras relações que superam e não se subordinam ao ingresso na civilização capitalista.

Nessa direção, as condições de negociação com o Estado democrático para estabelecer a emancipação de agricultores e agricultoras requerem mudanças estruturais e o domínio dos meios de produção nas mãos de agricultoras, especialmente, para a superação do capitalismo, a transformação das relações patriarcais e raciais, e formas de vida que afirmem a vida planetária para essa e as novas gerações.

Ao se pensar a luta das agricultoras para garantir a reprodução de suas famílias, há que se perguntar para qual projeto de sociedade essas mulheres estão a trabalhar? Para alimentar quem? Para produzir “força de trabalho” para qual projeto de sociedade? Nesse sentido, a formação de base feminista está desafiada a construir alternativas ao capitalismo. Pois nele se encontra a base e origem da opressão sobre as mulheres.

Ao se desvendar a contradição produzida pelo capitalismo com relação à divisão sexual do trabalho, com a valorização do trabalho

das agricultoras na agroecologia, desoculta-se e toma-se a atuação da mulher na agricultura agroecológica como principal responsável em apresentar e realizar um projeto alternativo de sociedade.

Quando dona Cida afirma que a esperança, a confiança e a consciência de permanência em suas pequenas áreas de terra são “a prova de que é possível viver no Semiárido com qualidade de vida e com uma riqueza sem tamanho” (comunicação pessoal)¹⁹; e Fafá enfatiza que “Tudo que eu queria realizar, eu realizei. Meu sonho é de ver minha família engajada nesse movimento agroecológico, eu já alcancei, mas espero que essa semente plantada neles, eles continuem sempre cultivando, e repasse para os netos” (comunicação pessoal)²⁰. Ambas apontam para os acertos dessas práticas de convivência com o Semiárido que se ancoram em mudanças de pensamentos e de conscientização de suas condições de sujeitos de direitos e, fundamentalmente, de que suas ações agroecológicas se dirigem e apontam para outra sociedade que se ancora na felicidade, na alegria, na solidariedade, na relação respeitosa com a natureza e em outras relações laborais.

Referências

ALMEIDA, S. R. G. Prefácio: apresentando Spivak. In: SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014. p. 7-21.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Mulheres construindo a Agroecologia. **Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**, jun. 2008.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. Obras Escolhidas v. I.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**, 21 ago. 2012. Seção 1, p. 4.

19 Relato de Aparecida (Cida), agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, PE, em julho de 2013.

20 Relato de Fátima (Fafá), agricultora agroecológica, no boletim informativo *O Candeeiro*, CE, em outubro de 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas para as trabalhadoras rurais**: relatório de gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Brasília, DF, 2007.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília, DF: MDA, 2008. p. 19-37. Disponível em: https://arca.furg.br/images/stories/producao/mulheres_na_reforma_agraria.pdf. Acesso em: 17 set. 2018.

COMBES, D.; HAICAULT, M. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classe. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A.; COMBES, D.; HAICAULT, M.; LE DOARE, H.; HIRATA, H.; KERGOATA, D.; HAKIKI-TALAHITE, F.; CHARAUD, D.; FOUGEYROLLAS-SCWEBEL, D.; LOBO, E. S.; HUMPRHEY, I.; GITAHY, L.; MOISÉS, R.; RONCI, D.; PACIFICO, M.; BORZEIX, A.; MARUANI, M.; BECCALLI, B. Tradução de Sueli Tamazine Cassal. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 23-43.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política III ENA**. Juazeiro, BA: ASA, 2014. Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/files/2014/05/Carta-Pol%C3%ADtica-do-III-ENA.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

ESMERALDO, G. G. S. L. As lutas das mulheres camponesas na contramão da civilização capitalista. In: ASSIS, G. de O.; MINELLA, L. S.; FUNCK, S. B. (org.). **Entrelugares e mobilidades**: desafios feministas. Tubarão: Copiart, 2014. p. 249-268.

ESMERALDO, G. G. S. L.; CAMURÇA, A. M.; VIANA, L. A.; ABRANTES, K. K. de J. Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária. In: MOLINA, M. C.; MICHELOTTI, F.; VILLAS BOAS, R. L.; FAGUNDES, R. (org.). **Análise de práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias**: reflexões sobre o Programa Residência Agrária. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2017. p. 312-330.

ESMERALDO, G. S. L.; CAJADO, D. M.; ABRANTES, K. K. de J.; AIRES, K. da S. **Políticas públicas para os povos do semiárido**: avanços e desafios. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 76.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D.; CHABAUD, D. Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução. In: KARTCHEVSKY, A.; COMBES, D.; HAICAULT, M.; LE DOARE, H.; HIRATA, H.; KERGOATA, D.; HAKIKI-TALAHITE, F.; CHARAUD, D.; FOUGEYROLLAS-SCWEBEL, D.; LOBO, E. S.; HUMPRHEY, I.; GITAHY, L.; MOISÉS, R.; RONCI, D.; PACIFICO, M.; BORZEIX, A.; MARUANI, M.; BECCALLI, B. Tradução de Sueli Tamazine Cassal. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 113-129.

IBGE. **Censo Agropecuário: 2017: resultados preliminares.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=73093&view=detalhes>. Acesso em: 17 set. 2018.

INCRA (Brasil). **Instrução Normativa nº 38 de 13 de março de 2007.** Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 20 maio 2020.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 67-75.

SANTOS, G. G. dos. **As mulheres na política e a política na vida das mulheres: olhares sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural no Sertão do Pajeú-PE.** 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SCOTT, J. C. **A Dominação e a arte da resistência: discursos ocultos.** Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2015. 352 p.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

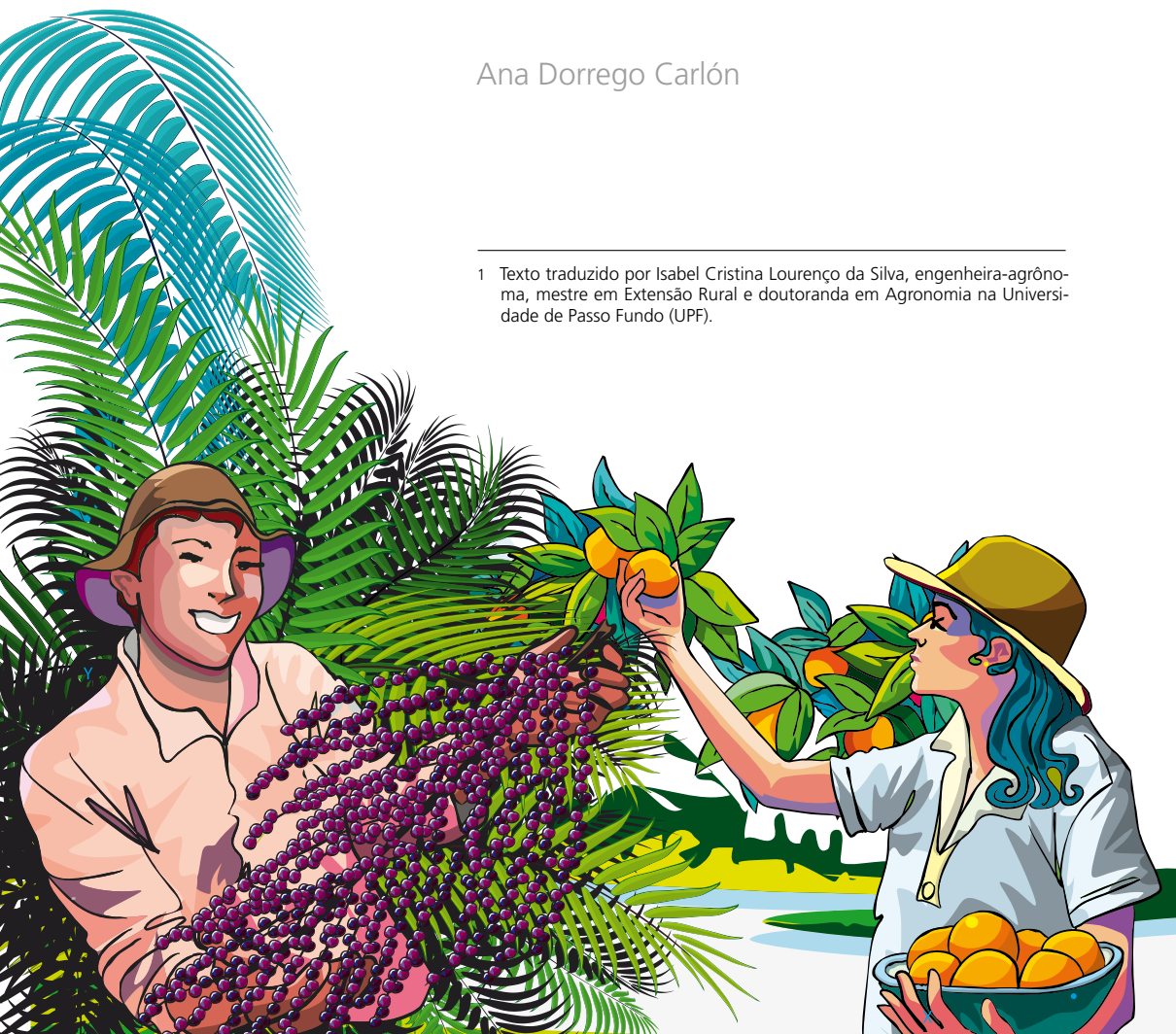
SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

Capítulo 2

Cultura e gênero na agroecologia: um estudo de caso sobre biodiversidade e alimentação saudável na Bolívia¹

Ana Dorrego Carlón

¹ Texto traduzido por Isabel Cristina Lourenço da Silva, engenheira-agrônoma, mestre em Extensão Rural e doutoranda em Agronomia na Universidade de Passo Fundo (UPF).





Introdução

Um breve recorte da realidade da pequena agricultura familiar-camponesa-indígena na Bolívia mostra que esta agricultura se encontra em um profundo processo de estagnação, como consequência de uma série de desvantagens estruturais: falta de acesso e controle da terra, liberalização do comércio, escasso apoio real ao setor por parte do governo e homogeneização das dietas, entre outras. Isso dá lugar à adoção de uma série de estratégias e meios de vida camponeses que, em muitos casos, colocam em destaque o fenômeno migratório como sintoma da desestruturação desse tipo de agricultura e de transformação das dinâmicas populacionais e territoriais.

Como consequência dessa fragilidade das condições estruturais no setor camponês e indígena e das estratégias para fazer frente a elas, a pequena agricultura comunitária tende a ficar, de forma sistemática, nas mãos das mulheres. Ainda que esse fenômeno de feminização da agricultura não tenha sido muito estudado na Bolívia, existem alguns dados que mostram que se trata de uma realidade: crescem os lares chefiados por mulheres (31,5%), há um incremento da população feminina no setor rural, assim como uma maior participação das mulheres na agricultura. No entanto, um elevado número delas se declara como “inativas”, constituindo-se um universo invisível. Porém, outros registros de uso do tempo colocam em alerta o

elevado número de horas que as mulheres dedicam às atividades de autoconsumo.

Em nível nacional, a porcentagem de unidades produtivas sob a responsabilidade de mulheres é de 25%, sendo dos mais altos níveis da América Latina. La Paz e Cochabamba, com aproximadamente 29%, são os estados bolivianos com maiores unidades produtivas sob a responsabilidade de mulheres (Instituto Nacional de Estadística, 2014). As mulheres são, portanto, graças aos papéis atribuídos social e culturalmente, quem mantém uma relação próxima com as famílias e comunidades camponesas, quem assume o desafio diário de alimentar os seus filhos, filhas e familiares. Também as mulheres devem protegê-los(as), enfrentando as limitações da pequena agricultura camponesa, dos efeitos nocivos dos agroquímicos, assim como das influências do clima em sua produção.

Ademais, essas mulheres se constituem nas “guardiãs” imediatas dos sistemas produtivos e do manejo sustentável dos recursos e de seus territórios, com base em seus saberes tradicionais. Essas práticas, nascidas de sua própria realidade e em diálogo com outras propostas (como as lutas dos povos indígenas e originários), mostram a agroecologia como uma forma de resistência abraçada por essa população.

O presente capítulo pretende refletir sobre os vínculos e conexões entre saberes tradicionais, cultura, conservação da biodiversidade e a alimentação sadia como elementos fundamentais na cotidianidade e prática das mulheres do campo. Nesse sentido, e tomando-se como base para a análise as informações coletadas em um dos estudos da tese doutoral *As mulheres nos sistemas de produção sob princípios agroecológicos na Bolívia* (Dorrego, 2018), é que se colocarão em destaque essas questões.

O objetivo principal será discutir se a agroecologia construída pelas mulheres bolivianas, desde suas vivências nos territórios e comunidades e seu ativismo cotidiano, é uma proposta que responde aos interesses e necessidades de “estar bem” e “sentir-se bem” dessas mulheres, relacionados com uma boa alimentação e saúde, assim

como com a harmonia de seu entorno natural. Para isso, abordam-se as seguintes hipóteses:

- As necessidades e interesses das mulheres camponesas se relacionam com seus papéis de gênero vinculados ao cuidado e à reprodução da vida.
- A agroecologia atende aos requisitos de um desenvolvimento sustentável e equitativo.

No caso das mulheres camponesas do estado de Tarija, a escolha das experiências concretas dessas mulheres não obedece a busca da representatividade do conjunto, porém, suas narrativas permitem levantar várias questões que enfrentam as mulheres camponesas e indígenas bolivianas em distintos contextos territoriais, como são: histórias de vida e vivências relacionadas com a migração, consequência dos problemas de acesso à terra; participação ou relação com organizações de produtores(as) e organizações da sociedade civil que trabalham na difusão e implantação de modelos agroecológicos; proximidade a um centro urbano e participação em mercados e feiras ecológicas. Além disso, algumas delas fazem parte de uma organização de mulheres camponesas com forte representação em nível nacional: a Confederação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia “Bartolina Sisa”.

Para encontrar resposta à questão levantada com base no estudo de caso selecionado, partir-se-á de alguns fundamentos teóricos e conceituais; de uma metodologia de apoio para organizar a informação; da análise das informações; sua discussão; e as considerações finais derivadas da pesquisa.

Marco teórico e conceitual

As mulheres têm um duplo papel como geradoras de discursos alternativos sobre a agricultura e a alimentação, a partir da revisão crítica de sua história e como protagonistas de muitas das experiências concretas de resistência à “racionalização produtivista” desde a agroecologia e a soberania alimentar.

Na vinculação entre soberania alimentar² e o papel das mulheres, joga um papel-chave a discussão sobre os modelos produtivos. Uma parte importante se sustenta no reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres no processo de criação e sobrevivência dos modelos camponeses, base para a soberania alimentar (Mundubat, 2012).

Ao colocar no centro de suas reivindicações o direito humano à alimentação, as camponesas advogam pela reorientação das políticas alimentares em função dos interesses dos povos, apelando à refundação de valores coletivos e à revalorização de cosmovisões integrais.

Para encaminhar esse propósito, elas enfatizam a reivindicação da igualdade de gênero no conjunto do planejamento e tomada de decisões relacionadas com a alimentação, o que inclui sua participação nos desenhos estratégicos para a preservação das sementes e outros conhecimentos. A valorização dos conhecimentos das mulheres na agricultura, na alimentação e na gestão da vida implica a transformação dos estereótipos gerados pelo capitalismo e pelo patriarcado, de maneira que elas possam, enfim, alcançar sua qualidade de sujeitos políticos e sociais: o caminho é reconhecer que a sustentabilidade da vida humana, na qual a alimentação é uma parte fundamental, deve estar no centro da economia e da organização da sociedade (García Fores, 2012).

Por sua vez, e como caminho para chegar à soberania alimentar, a agroecologia é proposta como estratégia. A agroecologia, que emerge na década de 1970, é uma proposta teórico-científica em construção e desenvolvida em paralelo às lutas dos movimentos sociais, que buscam transformar os sistemas de produção agroindustriais em direção a um paradigma alternativo baseado na produção local. Os sistemas de produção baseados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes energeticamente, socialmente justos e constituem a base de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à soberania alimentar (Gliessman, 2007).

2 Conjunto de direitos relacionados com a forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo, priorizando os produtos locais e as variedades nativas.

O agroecossistema, como unidade ecológica principal da agroecologia, se define como um tipo de ecossistema modificado pela ação humana, por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica em que se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema natural. Para entender essas relações, é necessário, por um lado, compreender os fenômenos ecológicos que ali acontecem e, por outro lado, as interações entre os seres humanos, sua cultura e sua história (Siliprandi, 2015).

Nesse sentido, desde uma vertente sociológica e indígena-camponesa, a agroecologia incorpora a perspectiva transdisciplinar em que os(as) agricultores(as) com seus saberes e seus processos de experimentação adquirem um protagonismo central. Os sistemas agroecológicos estão profundamente enraizados na racionalidade ecológica da agricultura tradicional (Toledo, 1990; Altieri, 2004), enquanto o monocultivo característico da agricultura industrial invisibiliza esse conhecimento local baseado na agrobiodiversidade e na reciprocidade (Shiva, 2012, citada por Ortiz, 2015), gerando uniformidade nas práticas, erosão genética e cultural.

O desenvolvimento da agroecologia se integra, portanto, em um processo global em que esta foi reconhecida como estratégia fundamental para a adaptação às mudanças climáticas, para o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais, para a soberania alimentar, para a redução da pobreza, para o cuidado dos ecossistemas e a biodiversidade (De Schutter, 2010).

A biodiversidade é essencial para a agricultura e representa a base da sustentabilidade dos agroecossistemas (Secretaria del Convenio sobre Diversidad Biológica, 2008), já que fornece os recursos biológicos das plantas e dos animais domesticados que são a base da alimentação e que constituem um grande potencial para o desenvolvimento no futuro. Em um sentido amplo do termo, a Convenção sobre Diversidad Biológica (CDB) de 1992 reconhece entre os componentes da agrobiodiversidade (ou diversidade biológica agrícola) as dimensões socioeconômicas e culturais que determinam as atividades

agrícolas. Isso compreende o conhecimento local e tradicional sobre a diversidade agrícola, o qual se refere aos saberes, práticas e inovações das comunidades locais (Secretaria del Convenio sobre Diversidad Biológica, 2011), baseadas na experiência e sua adaptação ao entorno ambiental e cultural local. Portanto, o conhecimento das populações rurais, e mais concretamente o das mulheres, por seus papéis atribuídos social e culturalmente em função do gênero, deve ser considerado como parte fundamental da agrobiodiversidade, de sua conservação e de seu uso vinculado à segurança alimentar, ao mesmo tempo que é um aspecto fundamental para o conjunto da proposta agroecológica (Norgaard; Sikor, 2002, citado por Siliprandi, 2015).

Nesse sentido, a alimentação, indissociável da sobrevivência humana e elemento central da proposta da soberania alimentar e da agroecologia, tem se desenvolvido mediante um longo processo de descobrimentos e investigação, o qual, historicamente, tem sido liderado pelas mulheres e, frequentemente, invisibilizado e pouco reconhecido, ainda que seja fundamental para a vida humana.

Desde a invenção da agricultura, as mulheres têm experimentado, têm hibridizado sementes, têm selecionado o que é comestível e o que não é, têm preservado alimentos e inventado e refinado a dieta, a cozinha e seus instrumentos. Por meio disso, elas têm gerado uma das mais importantes referências das culturas e sociedades e têm alimentado o mundo.

Metodologia

A metodologia utilizada foi baseada em Dorrego (2018), a qual corresponde ao estudo de caso em uma zona de Vale³ no estado de Tarija, Bolívia (Figura 1). O enfoque metodológico da pesquisa foi realizá-la de forma compartilhada entre a população camponesa e a pesquisadora, já que o saber camponês (e o enfoque da agroecologia)

3 Os Vales pertencem à região subandina e se localizam no sopé ao sul e sudoeste da Cordilheira Oriental dos Andes. Se caracterizam por ter solos férteis e serem as áreas agrícolas por excelência. A altitude média é 2.500 m em relação ao nível do mar e predomina o bosque caducifólia (Dorrego, 2018).

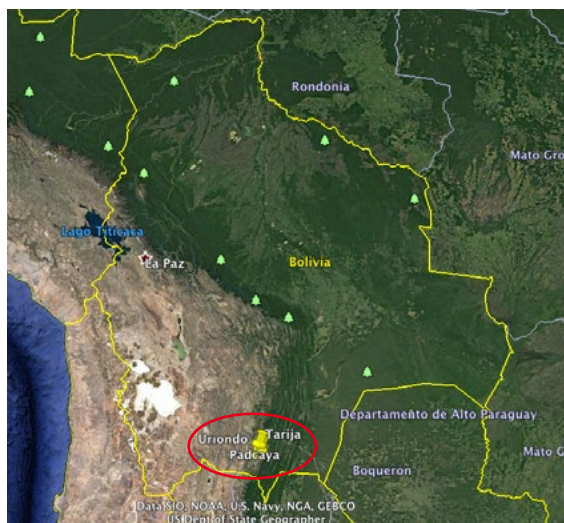


Figura 1. Mapa da Bolívia com a região de estudo.

Fonte: Google Earth (2016).

consiste em colocar em prática uma série de princípios não somente ideológicos, mas também filosóficos e materiais no processo produtivo. E, ao mesmo tempo, se produz um questionamento das estruturas e relações de poder, uma vez que esse enfoque metodológico procura colocar as ações e decisões nas mãos desses sujeitos.

A orientação metodológica para as pesquisas baseadas no diálogo de saberes e na construção coletiva de conhecimentos é, portanto, uma combinação de distintos princípios metodológicos e enfoques complementares, como: a transdisciplinaridade (entendida como forma de investigação que integra diferentes métodos, disciplinas e epistemologias, relacionando o conhecimento científico com outras formas de conhecer o mundo, como o conhecimento tradicional), a pesquisa-ação-participativa, as metodologias emancipadoras/descolonizadoras e indígenas e o feminismo.

As técnicas usadas para coletar e construir os dados foram principalmente a observação participante e as entrevistas em profundidade semiestruturadas às produtoras, às representantes de organizações [associações de produtores(as) ecológicos(as)], à equipe técnica de organizações não governamentais (ONGs), etc.

A amostragem das produtoras foi estruturada (Montañés, 2002) em função de dois eixos: a idade e a ocupação ou não de um cargo organizativo/de liderança. Todas elas eram pequenas produtoras de alimentos inseridas dentro de uma produção agrícola tradicional sob princípios agroecológicos e, nesse estudo, as produtoras se encontravam vinculadas a uma feira ecológica que fica na cidade de Tarija e acontece uma vez ao mês (*Bioferia* de Tarija).

A análise do discurso das produtoras foi realizada com base no objetivo de pesquisa proposto, em função do qual se definiu uma série de categorias de análises para interpretar o material das entrevistas:

- O ser e fazer das mulheres camponesas-indígenas.
- A tomada de decisões.
- O âmbito comunitário e a participação política das mulheres.
- A produção sob princípios agroecológicos.
- A comercialização sob princípios agroecológicos.

No total foram entrevistadas: nove produtoras – seis adultas e três jovens – líderes e de base; duas mulheres representantes de organizações de produtores – a Associação de Produtores Ecológicos (Apeco) e a Associação de Produtores de Adubo e Hortaliças Orgânicas (Apaho) – filiadas à Associação de Produtores Ecológicos de Bolívia (Aoheb); uma técnica da ONG Agrônomas Associadas para o Desenvolvimento de Zonas Agroecológicas (Adeza). Também foi feita uma entrevista grupal com camponesas participantes da *Bioferia* de Tarija.

Por último, para complementar foram feitas várias entrevistas com a coordenadora técnica da Rede de Mulheres Transformando a Economia (REMTE-Bolívia) e com as responsáveis das áreas de política e gênero da Aoheb.

Perfil das produtoras entrevistadas

As produtoras entrevistadas pertencem a comunidades do município de Uriondo, e somente uma, ao município de Padcaya, onde trabalha na prefeitura (Tabela 1). A média de idade das entrevistas é

Tabela 1. Perfil das produtoras entrevistadas – mulheres camponesas de Tarija, Bolívia.

Nome	Cargo	Comunidade/ Município/ Região	Idade	Grau de instrução formal	Identidade cultural/ Idioma materno	Estado civil/ Filhos(as)	Pessoas que vivem no lar	Migrante
Teresa Rodríguez Gallardo	Secretária de Economia da Bartolina Sisa	San Isidro/ Uriondo	58	Não informado	“Castelhano apenas, não conheço outro”	Casada (separada de seu marido). Teve 17 filhos(as), porém apenas dez estão vivos	Dois filhos e uma filha	Não informado
Claudia Soruco	Secretária da Terra e Território em sua comunidade	Cruz de Rosillas/ Padcaya	33	Ensino Médio	Não informado	Casada	Esposo e dois filhos	Não informado
Benita Cardoso Rodríguez	Não. Filha de Teresa (líder na Bartolina Sisa)	San Isidro/ Uriondo	20	Estudante de mecânica de automotriz	Espanhol	Solteira	Mãe, irmã mais velha e irmão da mesma idade	Seu esposo temporariamente sai para trabalhar
Cintia Soledad Alcoba Jaramillo	Promotora de vendas na Associação de Produtores Ecológicos (Apeco)	La Higuera/ Uriondo	19	Ensino Médio	Espanhol	Divorciada, uma filha de 3 anos	Pai, mãe e filha	“sim, meu irmão e minha irmã, que são 2, e tios que tenho também por parte de minha mãe, a maioria vive na Argentina.”
Marita Margarita Jaramillo Torrez	Presidenta da Apeco	La Higuera/ Uriondo	61	Não informado	Espanhol	Casada, três filhos, quatro filhas	Esposo, filha menor, neta e seu filho (quando vêm da Argentina)	Uma filha que vive na Argentina e um filho que sai para trabalhar temporariamente

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Nome	Cargo	Comunidade/ Município/ Região	Idade	Grau de instrução formal	Identidade cultural/ Idioma materno	Estado civil/ Filhos(as)	Pessoas que vivem no lar	Migrante
Delmira Gallardo Armeya	Presidenta Bartolina Sisa comunidade Colón	Colón/ Uriondo	26	Até 5º ano do Ensino Fundamental	Espanhol	Casada, dois filhos	Pai, mãe, companheiro e dois filhos	Seu esposo migra temporariamente para a Argentina
Marleny Anaya ⁽¹⁾	Sem cargo. Pertence à organização Bartolina Sisa	San Isidro/ Uriondo	42	Até 1º ano do Ensino Médio	Aymara, espanhol	Solteira sem filhos(as)	Vive com um sobrinho	Não informado
Berna Jira	Presidenta da organização ecológica de sua comunidade. Avaliadora com a Intercomunal. Promotora de saúde na sua comunidade. Sócia da Associação de Produtores de Adubo e Hortaliças Orgânicas (Apaho)	Saladillo/ Uriondo	46	Até o 3º ano do Ensino Fundamental. Quase não sabe ler	Espanhol	Casada com três filhos e uma filha	Não informado	Esposo vai trabalhar na Argentina durante 6–8 meses

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Nome	Cargo	Comunidade/ Município/ Região	Idade	Grau de instrução formal	Identidade cultural/ Idioma materno	Estado civil/ Filhos(as)	Pessoas que vivem no lar	Migrante
Cira Jira Ruiz	Vice-presidente da Apaho	Saladillo/ Uriondo	46	4º ano do Ensino Fundamental	Espanhol	Casada, quatro filhos e três filhas	Esposo e quatro filhos homens	“O irmão do meu esposo foi para a Argentina. Meus filhos também. Tenho dois juvenzinhos, também foram para a Argentina, mas agora estão aqui. Sim, vão trabalhar por temporadas, vão assim por 8 meses, às vezes por 4 meses, e vêm outra vez. Sempre vão.”
Lidia Chavarria, Mariana Gira (entrevista grupal <i>Bioferia de Tarija</i>)	Sem cargo	San Nicolás y Saladillo	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

^(*) Natural de Luribay (La Paz).

de 45 anos; três são mulheres jovens com menos de 30 anos, as quais vivem com suas mães e pais; duas são menores de 20 anos e estão solteiras. O nível educacional mais alto corresponde a estudos secundários e foram realizados pelas duas jovens e a mulher de Padcaya. Todas estão relacionadas com alguma organização, em sua maioria de produtores(as) (Apeco, Apaho e Bartolina Sisa).

Entre as mulheres solteiras estão as duas jovens menores de 20 anos, uma líder da Bartolina Sisa e uma mulher de Luribay (município do estado de La Paz). A metade delas exercem a chefia real de seus lares, já que seus esposos e/ou familiares (filhos/as) emigraram temporariamente ou definitivamente para a Argentina.

O ser e fazer das mulheres camponesas

Desde a categoria do ser e fazer, a análise dos discursos das mulheres camponesas de Tarija mostra que a sociedade, por meio de mandatos e construções culturais, determina que, no interior das famílias, o papel do cuidado seja assumido pelas mulheres, sendo a falta de acesso e controle dos recursos o principal determinante em suas vidas.

Em sua relação com a natureza, as mulheres, em geral, relatam perceber mudanças no clima e, nesse sentido, fazem referência a aumentos da temperatura, ventos fortes, mudanças nos períodos de chuva e geadas inesperadas que fazem que seus saberes tradicionais sobre a observação da lua, das estrelas, etc., aprendidos dos ancestrais, não sejam tão confiáveis para planejar com certeza o calendário produtivo:

[...] já deve estar fazendo uns vinte anos que começamos a notar isso [mudanças climáticas], já que já que não mais antes não era muito calor, chovia a seu tempo, sabia, mais os avós, não? Quando ia cruzar a lua, se podia semear ou não podia, mas agora já não [...] nos parece meio estranho que não seja como antes, não? Um pouco que estamos [...] não sabemos o que vai ser o tempo dizíamos, não? Não sabíamos (Teresa, Padcaya⁴).

4 Teresa Rodríguez. Entrevista realizada na casa da entrevistada na comunidade de San Isidro, município de Uriondo, Tarija, 2012.

Nesse sentido, a estratégia proposta pelas mulheres sobre o que fazer com relação às mudanças climáticas é a plantação de espécies arbóreas, visto que elas observam um aumento no desmatamento e nas práticas de queima em suas zonas. Além disso, seguem usando a lenha como combustível para a preparação dos alimentos.

[...] agora o sol queima. Sim, assim, eu o vejo assim, talvez por muita contaminação. Faz falta mais... melhor estar mais plantas, por que as plantas estão morrendo, as plantas 'velhinhas' estão morrendo e ninguém as repõe. Por isso chove menos... por esta zona chove pouco. Bem pouco chove aqui, é bem seco. No tempo de chuva é bem seco [...] há pouco tivemos uma reunião, esse dia que estávamos, há pouco fizemos para ver, oxalá que façamos algo. Assim temos feito, para reflorestar um pouco. Depois ninguém fazia nada. Melhor matando as montanhas. Tem muita gente que corta e queima; isso eu não gosto (Cira, Uriondo⁵).

Elas utilizam as plantas que crescem de maneira silvestre em suas chácaras, na margem dos caminhos e nos bosques, para uso medicinal, principalmente: “é medicina para nós”, já que quase não utilizam medicina convencional, mesmo que pensem “que se está perdendo este conhecimento e práticas”. Os principais usos que fazem são para aliviar dores no estômago e o frio. Em relação às plantas que usam majoritariamente: eucalipto (*Eucalyptus* sp.), aroeira-salso (*Schinus molle*), erva-luísia (*Aloysia citrodora*), hortelã (*Mentha spicata*), alecrim (*Salvia rosmarinus*), menta (*Mentha* sp.), erva-cidreira (*Melissa officinalis*) e milho amarelo (*Zea mays*) são consumidos no mate ou em infusões.

Em relação aos recursos, terra e água são os mais problemáticos para elas; é principalmente a falta de terras o que impulsiona a migração. As terras, na maior parte dos casos, se encontram em processo de regularização e não contam com título de propriedade, apenas documentos privados. Os tamanhos oscilam desde um quarto a dois hectares. Em relação ao significado da terra para elas: “é um elemento fundamental para a vida por que é a terra que nos dá de comer

5 Cira Jira. Entrevista realizada na propriedade da entrevistada, ao lado de sua casa na comunidade Saladillo, município de Uriondo, Tarija, 2012.

e é importante para todos. Se não existe terra, onde produzimos? Como a água. Terra e água” (Benita, Padcaya⁶). As terras são cada vez menores por causa das heranças (minifúndios) e no caso das mulheres, por viverem geralmente fora de suas comunidades de origem (elas se mudam, para viver nas comunidades de seus maridos), elas assumem que, quando for o momento, não receberão nenhum tipo de herança.

Para elas a água é um recurso problemático, assim como devem buscá-la, pois não têm irrigação nem dispõem de água para o consumo dos animais: “é complicado às vezes [o acesso a água], nem para tomar temos. Não temos irrigação. Às vezes, do arroio retiramos para irrigar um pouco [os animais] também bebem no arroio. Temos que levá-los e trazê-los” (Claudia, Padcaya⁷).

Em relação ao empoderamento, as mulheres sinalizam dois fatores principais: um é a consequência da participação nas organizações e o outro, pela consciência de produzir sob princípios agroecológicos. Este último é resultado, em muitos casos, da interação dessas mulheres com organizações de produtores ou de promoção da agricultura ecológica.

Em relação à produção sob princípios agroecológicos, os efeitos que se percebem são quanto à melhora da saúde de suas famílias e das pessoas consumidoras que acessam aos seus produtos. Elas valorizam seu modelo de produção e isso as motiva a continuar o trabalho sob esse enfoque.

Isso é minha vida, boa, muito saudável [...] quando têm uma vida, têm mais saúde, come coisas sadias, não come coisas envenenadas, nem coisas com químicos, consome ovo crioulo, não consome ovo de granja, leite natural, leite de vaca crioula, não leite de vaca com alimentos, e isso (Berna, Uriondo⁸).

Mas quando comecei a trabalhar com orgânico já me resfriei menos, antes, nossa!! Como se resfriavam [seus filhos/as] (Cira, Uriondo).

6 Benita Cardoso. Entrevista realizada na casa da entrevistada na comunidade de San Isidro, no município de Uriondo, Tarija, 2012.

7 Claudia Soruco. Entrevista realizada no município de Padcaya, 2012.

8 Berna Jira. Entrevista realizada na casa da entrevistada na comunidade de Saladillo, no município de Uriondo, Tarija, 2012.

O viver bem, para as produtoras tarijenhas entrevistadas, está relacionado a uma boa alimentação e à saúde; ter ferramentas (pela formação e capacitação) para enfrentar a vida como chega”, levar uma vida livre de violência e estar em harmonia com a comunidade, compartilhando o que se tem, seja material ou imaterial.

Viver bem, saudável, minha vida é comer verduras sadias, tudo, isso é minha saúde, essa é minha vida, comer toda a minha família (Berna, Uriondo).

[...] o viver bem é assim, compartilhar com a gente, com as companheiras, com outras comunidades, isso para mim é viver bem, por que as nos sentimos entediados, não? Mas eu saio, faço uma reunião, pucha! conversamos sobre muitas coisas lindas, volto feliz para minha casa (Cira, Uriondo).

[...] viver bem para mim é não ter problemas com ninguém, ter boas relações com os vizinhos que tenho. O que tens, tratar de compartilhar, não? Isso (Marleny, Padcaya⁹).

A tomada de decisões

Uma segunda categoria de análise relacionada com a tomada de decisões revela que aquelas que fazem referência ao doméstico, ao consumo e à alimentação são domínio das mulheres, que são a “cabeça” da família. No caso das mais jovens, que vivem com suas mães, estas são participantes. Os homens se fazem de desentendidos quanto a essas tarefas, já que não as assumem como próprias, e também por que estão ausentes como consequência da migração: “Eu, para comprar as coisas para a casa, para a alimentação, eu, porque na maioria deve ser raro o homem que se interessa saber o que falta e o que não falta. Na maioria das vezes é a mulher” (Claudia, Padcaya).

Essa ausência dos homens faz que, em relação ao âmbito produtivo, sejam as mulheres as encarregadas de decidir sobre a semeadura,

9 Marleny Anaya. Entrevista realizada na casa da entrevistada na comunidade de San Isidro, município de Uriondo, Tarija, 2012.

sobretudo se forem as chefes do lar, e, de maneira geral, as principais responsáveis dessa atividade.

A participação política e o âmbito comunitário

De maneira geral, na Bolívia, no caso das populações rurais, tanto a produção como as tarefas específicas de cuidado se dão em um contexto social caracterizado por organizações e instituições próprias, fortemente enraizadas na sociedade andina, que tem mudado e se adaptado às mudanças recentes, mas cuja vigência é inegável. Nesse contexto, a organização mais importante é a comunidade, e uma das mais primordiais instituições que caracterizam as relações é o intercâmbio e a reciprocidade. Nesse sentido, não se pode fazer uma análise da realidade das mulheres camponesas e indígenas na Bolívia sem tomar em conta as fortes concepções comunitárias que as regem.

Em relação à participação política, as mulheres sinalizam que não têm muitas oportunidades de participar nas políticas municipais, já que não são tomadas em conta para o planejamento de tais políticas. A organização é, para as mulheres, a ferramenta para alcançar objetivos coletivos e o meio para o qual recebem capacitações que lhes permitem reivindicar seus direitos e defendê-los.

As comunidades estão organizadas em sindicatos com estruturas patriarcais e encabeçadas por um dirigente. A filiação ao sindicato se dá por meio da família, e, ainda que os homens sejam os sindicalizados, atualmente estão sendo representados pelas mulheres como consequência das migrações temporais de muitos deles. Em geral, as mulheres percebem que tem havido um avanço em termos de sua participação na esfera pública, incrementando-se o número de mulheres que participam em cargos, ainda que esta não seja necessariamente uma mudança das estruturas, mas uma resposta à necessidade momentânea.

No caso das líderes (vinculadas, sobretudo, à organização política Bartolina Sisa), elas apontam que a participação implica um compromisso e uma responsabilidade necessária para obter um benefício

coletivo. As mulheres jovens que vivem com suas mães participam representando-as, e, segundo seus próprios testemunhos, a participação de jovens nas comunidades é escassa. Nesse sentido, elas sentem que esta é uma oportunidade para mudanças, já que, segundo elas, nas mulheres adultas, os papéis e a cultura estão muito enraizados.

As pessoas de referência ou exemplares são importantes, principalmente, para as produtoras mais jovens: no entanto, ainda “são poucas”. Em relação às estratégias para promover a participação das mulheres, se buscam projetos que respondam a seus interesses e se dão como exemplo alguns realizados referentes aos temas de consumo e também aos projetos de formação.

A produção sob princípios agroecológicos

A agroecologia é, para as mulheres, uma forma de vida mais sadia, tanto para elas, suas famílias assim como para outras pessoas (os/as consumidores/as). É também uma forma de cuidar a terra ao não esgotá-la e fazê-la “curar”.

Desde o ponto de vista produtivo, a agroecologia é um tipo de produção ao seu alcance, que não se usa agroquímicos, recuperam-se práticas e saberes ancestrais e não se precisa de muitos recursos, ainda que, sim, de trabalho (mão de obra).

Para mim é uma agricultura sadia, é isto, não se necessita de muitos recursos, somente o que se tem aqui, se prepara e se faz [...] somente tem mais ‘trabalhinho’, mas não é tão caro mesmo, como é na cidade, não? a gente vai comprar os adubos, os químicos, é ‘facilzinho’ mas é caríssimo. Em contrapartida isto não, é mais custoso mas não é caríssimo, está ao nosso alcance, não? Por que temos o yuyo¹⁰, temos tudo para fazer. Todo material orgânico, natural que tem das plantas mesmo para preparar. Bem se recupera nosso solo, curando nossa terra, como se diz com o químico fazemos, eu creio que uma ferida na terra, nunca podemos fazer sarar. Em contrapartida, com o orgânico já vamos curando, recuperando nosso solo (Cira, Uriondo).

10 Yuyo é um termo para se referir às ervas silvestres, as quais podem ter diferentes usos.

O principal motivo pelo qual as produtoras entrevistadas empregam os princípios agroecológicos é assegurar alimentos saudáveis e uma vida saudável para seus filhos e filhas e para elas mesmas. Em relação a outras motivações, se destacam, por um lado, a preocupação e o interesse em recuperar plantas “esgotadas”, e, por outro, a recuperação de valores e saberes próprios que se encontravam desvalorizados e estavam-se perdendo, mas que são valiosos na construção desse modelo de vida, no cuidado e na conservação da saúde.

Saberes ancestrais

Os conhecimentos tradicionais e sua aprendizagem se produzem de uma forma integral¹¹, o que inclui o pensamento camponês-indígena, que se apresenta como um conjunto mais ou menos orgânico de crenças e práticas, e que não se dissocia da tomada de decisões produtivas.

De maneira geral, todas as produtoras praticam rituais e oferendas antes da semeadura e da colheita. São habituais as oferendas à Pachamama (Mãe Terra), os benzimentos (ch'allas), os incensos antes da colheita e os rituais em torno do cultivo da batata (*Solanum tuberosum*), com plantas como o molle (*Schinus molle*), uma árvore considerada sagrada: “[...] fazemos para a batata uma oferenda à Pachamama. Semeamos a batatinha, damos ‘vinhozinho’, ‘coquinha’ [...] para a batata e para o milho. Para o milho igual, também o molle, ao molle sempre é.... se costuma também o molle” (Cira, Uriondo).

Da mesma forma, a observação da lua é muito comum para planejar certos trabalhos culturais, sobretudo para o caso do milho e da batata. Também as práticas para incidir sobre fenômenos climáticos como “parar o vento” e evitar as chuvas de granizo.

[...] o milho debulhamos também, e debulhamos quando a lua está em quarto crescente. Em quarto crescente para que não carunche a semente. E a batata o mesmo fazemos; colhemos, olhamos a lua, e o quarto

11 Não se restringe aos trabalhos, senão que inclui o conjunto de condições do trabalho produtivo, como o clima, o solo, as sementes, o calendário, etc. Orientando-se a tomar as decisões mais adequadas em cada caso.

crescente para colher [...] E para cortar é lua cheia. Tudo isso observamos a lua também. Não é colher, assim no mais, qualquer coisa simples, tem que olhar a lua, para semear olhar, assim é (Berna, Uriondo¹²).

Outros saberes foram sendo abandonados, ainda que exista interesse em recuperá-los. Um exemplo é o uso de cinza na batata para evitar fazer tratamentos na planta.

[...] a isso queremos voltar. Ao de antes, ao dos avós. Eles não sabiam o que era tratar. Recordo meu avô sabia semear batata, e eu não sabia fumigar, ele pegava a cinza, dizia “esfrega forte, ‘filhinho’, tem que ir colocar a cinza na batata” dizia, para que não entre a doença [pasma]. Ia ao jogo, jogava a cinza com a pá, e esfregavam, aí amanhecia assim [...] sãzinha a batata dava linda [...] não faço agora, mas queremos fazer agora. A isso queremos chegar (Cira, Uriondo).

As mulheres fazem pesquisas ou experimentos como método de aprendizagem para comparar as diferenças nas práticas, os efeitos no meio ambiente, etc. Isso pode ser feito de maneira individual ou em grupo (por exemplo, os enxertos de frutíferas). Outras formas adequadas à maneira de aprender dessas mulheres são as experiências e intercâmbios com mulheres de outras zonas, bem como a observação das práticas que realizam seus vizinhos (ou suas vizinhas) com a intenção de serem replicadas. Os critérios para a seleção das espécies são resultado do conhecimento compartilhado, da experimentação e da adaptação às condições do meio local.

Os primeiros conhecimentos produtivos são adquiridos a partir de pais e mães dessas mulheres (de acordo com a divisão sexual do trabalho) de forma prática, sendo o exemplo e a experiência as principais condições da aprendizagem. As capacitações sobre produções ecológicas (utilizando este termo de maneira mais consciente) têm sido realizadas por instituições como a Intercomunal (no município de Uriondo) e Teapro [pertencente à Rede de Mulheres Transformando a Economia (REMTE-Bolívia)] no caso das produtoras associadas a Bartolina Sisa: “[...] eu gosto [ir às capacitações] porque assim aprendo

12 Berna Jira. Entrevista realizada na casa da entrevistada na comunidade de Saladillo, no município de Uriondo, Tarija, 2012.

outras coisas, que eu não saberia aqui. Trago outras coisas melhores para fazer" (Cira, Uriondo).

Descrição da unidade de produção

De maneira geral, e segundo o que foi mencionado, as parcelas são pequenas, individuais e não estão com os títulos de propriedade em ordem. Seu tamanho varia entre 5 ha e 8 ha em Padcaya, 0,5 ha a 1 ha dos(as) sócios(as) de Apeco, e 0,25 ha a 2,5 ha das sócias de Apaho. No entanto, nem todas as superfícies estão cultivadas; em alguns casos contam com áreas florestais, e, ainda que, em geral, não se irrigue, existem partes com irrigação de superfície.

Assim mesmo se tratam de unidades produtivas com uma elevada diversificação de suas produções. Os principais produtos que se cultivam são a batata e o milho; a batata se semeia em agosto e pode haver uma segunda semeadura em fevereiro. O milho se semeia em agosto e se colhe em dezembro; enquanto em novembro se semeia milho, para milho verde mais tenro, para ser colhido em janeiro. No final de julho também se semeia ervilha (*Pisum sativum*) e fava (*Vicia faba*).

Todas as produtoras têm animais: vacas, galinhas, suínos, abelhas, cabras, ovelhas, etc. e semeiam alfafa (*Medicago sativa*) e aveia (*Avena sativa*) para sua alimentação. Em alguns casos, como cultivo mais comercial, têm vinhedos. A uva (*Vitis vinifera*) se produz de dezembro a março e o vinho se elabora de março a setembro. Todas produzem algum tipo de verdura: cebolas (*Allium cepa*), salsa (*Petroselinum crispum*), tomate (*Solanum lycopersicum*), ervilha, pimentão (*Capsicum annuum* L.), acelgas (*Beta vulgaris cicla*), alho (*Allium sativum*), brócolis (*Brassica oleracea*), abóbora (*Cucurbita*), etc.; e, em alguns casos, também fava, batata-doce (*Ipomoea batatas*), árvores frutíferas (figueiras, pessegueiros, peras, ameixeiras...) e flores.

Entre os produtos transformados, além do vinho, se encontram o queijo, o mel, o pão, e, de maneira associada, elaboram geleias, marmeladas, doces, conservas, iogurtes, etc.

As mulheres que são chefes de família têm as unidades produtivas mais diversificadas, os subsistemas (agrícola, pecuário, de subprodutos) mais inter-relacionados e uma maior independência de insumos externos para a produção.

Trabalhos culturais e papéis na atividade produtiva

Nas culturas andinas, existe uma diferenciação de funções no trabalho familiar na agricultura, de acordo com o princípio da complementaridade. Nesse sentido, existe uma forte tradição de manejo de sementes por parte das mulheres, que se encarregam de sua seleção, cuidado, conservação, intercâmbio e sementeiras. Outra das principais responsabilidades e atividades das mulheres é a preparação do almoço.

As produtoras entrevistadas realizam práticas conservacionistas frente à erosão dos solos: fazem descansar a terra (praticando o pousio); realizam rotação de cultivos: batata-milho-batata, pousio, e utilizam adubos verdes, geralmente, a “chala” do milho (folhas duras da espiga de milho).

Os filhos e filhas apoiam com mão de obra a semeadura para arar a terra, capinar, etc. No cultivo dos vinhedos, principalmente as mulheres se encarregam de amarrar os brotos, desbrotar e tratar com calda sulfocálcica. Além disso, se tende a associar a videira com outros cultivos, como batata e hortaliças. A capina e o “tratamento das plantas” também são realizados pelas mulheres, assim como o cuidado com os animais: levam os animais para beber onde há água, se encarregam da sua alimentação e de ordenhá-los quando corresponde.

Também produzem hortaliças: tomates, pimentões, cebolas e tudo o que vai para a panela. Preparam sementeiras, sendo a prática habitual pousio da terra por um mês e ir colhendo de julho a dezembro,

já que, para as agricultoras, o período compreendido entre janeiro a março não é tempo de verduras (descansam por causa das chuvas).

A preparação da terra, a irrigação e os trabalhos pesados são realizados pelos homens, e, se estes não estão, contratam peões ou fazem elas mesmas: “junta de bois eu alugo” (Berna, Uriondo). Nesse sentido, os papéis tradicionais estão desaparecendo como consequência da migração.

O destino das produções

De forma geral, as mulheres priorizam o consumo e o armazenamento de sementes. Segundo as quantidades produzidas, em função dos fenômenos naturais e as mudanças climáticas, separam produtos para a venda. Assim, em alguns casos, a produção se divide 50% entre consumo e armazenamento de sementes e a comercialização. Esta porcentagem varia no caso das verduras e hortaliças, em que a maior parte é para a venda.

[...] quando não têm estes fenômenos naturais, temos para a venda, mas quando isso nos atinge isso também vai para o consumo, e não fica mais nada, se guarda a sementinha para que isso também para não perdê-la, não? Porque se vamos às agroquímicas para comprar, não sabemos de onde vêm, como estão, de que lugar são, não? Então o melhor é ter a semente própria, não? (Teresa, Padcaya).

Os produtos que comprem para seu consumo são principalmente: carne, arroz (*Oryza sativa*), macarrão, azeite, açúcar, farinha, trigo (*Triticum spp.*) e quinoa (*Chenopodium quinoa*), quando não produzem. Normalmente, se o terreno não é muito pequeno, é suficiente o que produzem. Quando faltam recursos para comprar e já não têm o que vender, saem para buscar trabalho ou emigram.

Geralmente a batata e o milho são para consumo próprio e dos animais e para obtenção de sementes. Em relação às sementes, guardam o que produzem (“das melhores plantas”), sobretudo de milho e de fava, já que conservam sementes nativas.

Às vezes, se veem obrigadas a comprar, sobretudo, sementes de batata, pois, ainda que guardem, raras vezes é suficiente para três colheitas. As sementes nativas de batata se perderam. Em alguns casos, o município ou algumas instituições apoiam com sementes, quando não há boas produções. Outra prática habitual é o intercâmbio ou troca entre produtoras.

O que consumimos, já vemos, muitos ficamos com cinco cargas de batatas para os tempos de voltar a semear. O milho é o mesmo, ficamos com uma parte, se colocamos ervilha, a ervilha levamos para vender e colhemos seco para a semente. Vemos o melhor milho, a melhor semente de ervilha e a melhor semente de batata para guardar a semente boa, para voltar a semear (Berna, Uriondo).

Dificuldades e obstáculos

Os principais obstáculos para a produção são: a seca, a falta de água e um aumento das pragas. Por sua vez, destacam-se a falta de conhecimento, a falta de adubos (porque o gado é insuficiente) e/ou a falta de dinheiro (recursos econômicos). Além disso, nem todos(as) os(as) vizinhos(as) praticam uma agricultura sob princípios agroecológicos, por essa razão denunciam que as águas são contaminadas por pesticidas. Ademais, sentem que não recebem o mesmo apoio que os produtores convencionais, e, nesse sentido, são pressionadas por algumas organizações e pela comunidade para seguir produzindo sob um modelo convencional.

Em relação aos obstáculos como mulheres, apontam ter muitas tarefas sob sua responsabilidade, em consequência do triplo papel que assumem: produtivo, reprodutivo e as obrigações no âmbito comunitário. Esta sobrecarga tem efeitos na saúde das mulheres. Entre as propostas dessas mulheres para superar os obstáculos que encontram, estariam o fortalecimento da organização por meio da geração de confiança, o acesso aos mercados, o apoio ao trabalho produtivo, o maior apoio e solidariedade da família e a difusão, entre as mulheres, dos seus direitos: “[...] nos faz falta, nos organizarmos, ir fazendo de

Foto: Ana Dorrego Carlón



Figura 2. Dona Berna Jira em sua casa. Comunidade Saladillo, Uriondo, Bolívia.

forma rotativa [...] uma vez algumas, outra vez, outras, outra semana, os outros, outra, assim, vê? Sim” (Berna, Uriondo) (Figura 2).

A comercialização sob princípios agroecológicos

A comercialização dessas produções está baseada em canais curtos¹³, como a *Bioferia* de Tarija, e a venda direta porta em porta. A venda é um papel eminentemente feminino. Como as mulheres assumem de forma protagonista a produção dos produtos destinados ao consumo da população e cuja venda se realiza em pequenas quantidades, como as hortaliças, isso explica que sejam as responsáveis pela comercialização, já que são quem melhor conhece seus produtos e o seu valor.

A venda nas feiras lhes permite cobrir os investimentos que fazem, e consideram as compras públicas como oportunidades para promover seus produtos saudáveis e de qualidade, economizar tempo e não enfrentar aos atravessadores.

Nas feiras elas vendem, além das verduras e hortaliças, produtos elaborados de maneira associada, como marmeladas, doces, geleias e picles. Existe também um apoio entre produtoras para a venda, e os(as) consumidores(as) conhecem e reconhecem os produtos como

¹³ Forma que a agricultura familiar trata de complementar a renda dos(as) pequenos(as) produtores(as) e a reconstrução de relações ou vínculos entre produção e consumo. Existem diversas interpretações de canais curtos; no entanto, para este caso, se considera como tal aquele que conta com no máximo um intermediário.

sadios e ecológicos. Destacam que na *Bioferia* não vendem em quantidade, mas é uma vitrine para valorizar as produções e o modelo de produção agroecológico.

Bioferia levo [...] às vezes vou também ou mando com a Cira [...] Se já nos conhece [o consumidor] e vem a comprar muito [...] Não, não levamos [ao mercado camponês], porque temos o nosso, por algo temos conquistado um posto que ali vendemos (Berna, Uriondo).

Assim mesmo, no interior das feiras há lugar para outras formas de comercialização tradicionais como as trocas, sendo por meio destas relações que essas mulheres acessam a produtos que não produzem, o que lhes permite diversificar sua alimentação. As relações de solidariedade e vizinhança fazem circular bens e serviços, como alimentos, sementes, conhecimentos e trabalho, que se podem intercambiar e/ou compartilhar. Essas redes tecidas por mulheres são importantes para a permanência das unidades camponesas e dos princípios agroecológicos em seus territórios (Dorrego, 2018).

Considerações finais

A proposta agroecológica adotada pelas mulheres camponesas, desde a sua experiência e cotidianidade nos vales de Tarija, se revela como uma alternativa holística ao modelo de produção capitalista e do agronegócio, já que dialoga com a cultura e cosmovisões andinas, se baseia em seu sistema de organização (com forte raiz na comunidade) e em seus princípios (complementariedade, reciprocidade e equilíbrio) e dá resposta aos interesses das mulheres. Nesse sentido, se identifica com uma série de princípios relevantes para as mulheres em relação à centralidade da vida, à harmonia e ao cuidado da natureza, à importância de uma alimentação sadia, à boa saúde e ao reconhecimento e/ou recuperação de seus saberes, valores e formas de vida.

A aplicação dos princípios agroecológicos se encontra principalmente nas unidades produtivas de pequena escala lideradas por mulheres, já que, por seus papéis social e culturalmente estabelecidos, têm sob sua responsabilidade o cuidado dos meios de produção, dos

recursos naturais e dos saberes (muito enraizados na cultura) que preservam e utilizam para gerar respostas à realidade do contexto em que vivem. Um contexto caracterizado principalmente por:

- Falta de acesso e controle dos recursos, fundamentalmente a terra.
- Mudanças nas dinâmicas populacionais por causa do fenômeno migratório, consequência do estancamento do setor agrícola camponês.
- Falta de oportunidades no meio rural.

As produções são diversificadas, baseadas em sistemas de policultivos, sem o uso de agroquímicos, com preferência pelas sementes nativas e com práticas e trabalhos culturais de conservação de solos, como a rotação de cultivos, etc. Como critérios para a seleção de espécies, as mulheres consideram a independência de insumos externos e que esses produtos sejam parte fundamental da dieta alimentar. Nesse sentido, se pode afirmar que essas experiências agroecológicas cumprem um papel fundamental na disponibilidade e acesso a alimentos diversos, de boa qualidade, em que a produção e a forma de distribuição dos alimentos estão muito vinculadas com a cultura.

Portanto, esses agroecossistemas apresentam uma forte interação sociedade-cultura-natureza, em que a biodiversidade que promove a agroecologia cumpre múltiplas funções em relação aos interesses e às necessidades das mulheres camponesas, tais como: uma oportunidade de aproveitamento dos sistemas de produção por parte das mulheres, lhes permitindo ficar no território; a melhoria da alimentação; o cuidado com a saúde; uma resposta à sua própria forma de sentir a vida (de não violência e cuidado); a conservação da agrobiodiversidade (sementes), os conhecimentos tradicionais e de revalorização da identidade e cultura camponesas; a recuperação dos meios de vida e paisagens rurais; a gestão sustentável de bens e serviços ambientais como a água, os solos e as paisagens e a adaptação aos fenômenos produzidos pelas mudanças climáticas, etc.

Em relação ao exposto, a organização e a comunidade, como instituição fundamental da cultura e desde onde se pensam as mulheres, são o ponto de partida para questionar e desconstruir os mandatos de gênero e os elementos patriarcais da cultura e a partir de onde reconstruir coletivamente um modelo baseado na centralidade da vida e na sua diversidade.

Nesse sentido, as políticas públicas jogam um papel importante no desenvolvimento do potencial transformador da agroecologia, por meio, por exemplo, do impulso de mercados locais e de canais curtos de comercialização. Esses são espaços potenciais de promoção de um novo modelo de agricultura, com base em princípios éticos e morais, com relações justas, de valorização da cultura, de revalorização da identidade e da coletividade, recuperando os princípios de reciprocidade e solidariedade. Espaços que potencializem, desde as dimensões culturais e feministas, o papel da agroecologia na conservação e no cuidado da vida, em seu sentido mais amplo, assim como de sua biodiversidade.

Referências

ALTIERI, M. A. Linking ecologists and traditional farmers in the search for sustainable agriculture. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 2, n. 1, p. 35-42, Feb. 2004. DOI: [10.1890/1540-9295\(2004\)002\[0035:LEATFI\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1890/1540-9295(2004)002[0035:LEATFI]2.0.CO;2).

DE SCHUTTER, O. **Informe del relator especial sobre el derecho a la alimentación**. Naciones Unidas, 20 dic. 2010. (Consejo de Derechos Humanos. 16° periodo de sesiones).

DORREGO, A. **Las mujeres en los sistemas de producción bajo principios agroecológicos en Bolivia**. 2018. 636 f. Tesis (Doctoral) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

GARCÍA FORES, E. **El proceso de cambio en Bolivia: una mirada desde las “Bartolinas”**. La Paz: Veterinarios Sin Fronteras, 2012.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology: ecological process in sustainable agriculture**. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2007. 408 p.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. **Censo Agropecuario 2013**. La Paz: INE, 2014. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/index.php/publicaciones/censo-agropecuario-2013-la-paz/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

MONTAÑÉS, M. **La Muestra**: artículo para el master investigación participativa para el desarrollo local. Madrid: UAM, 2002

MUNDUBAT. Ecofeminismos rurales: mujeres por la soberanía alimentaria. **Revista Soberanía Alimentaria y Culturas**, oct. 2012.

ORTIZ, S. Prácticas agroecológicas en alta montaña: agrobiodiversidad, cultura y soberanía campesina In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 15., 2015, La Habana. [Anales...] La Habana, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagrarria/30.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

SECRETARIA DEL CONVENIO SOBRE DIVERSIDAD BIOLÓGICA - SCDB. **El conocimiento tradicional**: Hojas informativas en la serie ABS. Montreal, 2011. Disponível em: <https://www.cbd.int/abs/infokit/factsheet-tk-es.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

SECRETARIA DEL CONVENIO SOBRE DIVERSIDAD BIOLÓGICA - SCDB. **La Biodiversidad y la Agricultura**: Salvaguardando la biodiversidad y asegurando alimentación para el mundo. Montreal, 2008. 56 p. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/bioday/2008/ibd-2008-booklet-es.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. 351 p.

TOLEDO, V. M. The ecological rationality of peasant production. In: ALTIERI, M. A.; HECHT, S. (ed.). **Agroecology and Small Farmer Development**. [Boca Raton]: CRC Press, 1990. 51-58 p.

Capítulo 3

Semeando agroecologia e soberania alimentar: a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina

Yamira Rodrigues de Souza Barbosa





Introdução

Embora a transição agroecológica seja um processo político, econômico e sociocultural que implica mudança de práticas agrícolas, bem como atitudes e valores relacionados ao manejo e conservação dos recursos naturais e às relações sociais entre os atores (Caporal et al., 2009), para Siliprandi (2009) é preciso romper com certo vazio de análise entre os sujeitos agroecológicos e os agroecossistemas. Assim, pretendemos destacar o papel decisivo das mulheres na construção de experiências agroecológicas¹, as quais, por sua vez, estão em estreita conexão com o debate em torno da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN).

Nesse sentido, o capítulo aborda como o enfoque de gênero contribui para evidenciar a atuação das mulheres na consolidação das experiências de agroecologia e promoção da SSAN no Brasil, tendo como base a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC). O MMC/SC tem origem no Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), criado em 1983, no Oeste de Santa Catarina. Em sua trajetória, inicialmente marcada pela luta por direitos

¹ Vale destacar como foi (e ainda tem sido) necessária uma intensa mobilização das mulheres, no âmbito do movimento agroecológico, em torno da afirmação de que “sem feminismo não há Agroecologia”. Esse lema tornou-se notório no *III Encontro Nacional de Agroecologia* (ENA), que ocorreu em 2014, em Juazeiro, Bahia, o qual contou pela primeira vez com paridade de gênero. Fica claro que os debates em torno das relações de gênero só passaram a ser de fato incorporados ao movimento agroecológico a partir da organização e atuação das mulheres.

sociais básicos para as mulheres², mais recentemente observa-se a busca pela (re)construção e valorização da agricultura camponesa, em uma região marcada pela modernização da agricultura e de integração dos(as) agricultores(as) às agroindústrias. No projeto de agricultura camponesa e feminista defendido pelo MMC/SC, as sementes crioulas possuem um papel de destaque, afinal são símbolos de resistência, sabedoria e defesa da vida contra o modelo de produção de alimentos dominante, sendo notória também a valorização de outras práticas tradicionais como o uso de plantas medicinais.

O capítulo está organizado em três seções principais, além desta breve introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta a trajetória do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC e sua relação com a produção de alimentos agroecológicos e a promoção da SSAN em escala local e regional. Na segunda seção, abordaremos as experiências em torno da valorização e promoção da saúde integral, com destaque para as ações em torno do uso de plantas medicinais e sua relação com a conservação ambiental, fomento à geração de renda e autonomia econômica das mulheres. Por fim, serão apresentados alguns dos desafios enfrentados pelas mulheres do MMC/SC para o fortalecimento de suas experiências de transição agroecológica, bem como para a garantia da SSAN em nível local e regional.

Sementes crioulas: resistência camponesa e alimentação saudável

Criado em 2004, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) reúne mulheres de diferentes movimentos e organizações; são agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas. A constituição desse movimento

² A conquista de direitos como o acesso à Previdência Social exigiu o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais, uma das primeiras bandeiras de luta do movimento, já que até então apenas os homens eram reconhecidos como trabalhadores, sendo as mulheres vistas como “do lar”. Sobre o tema, ver Barbosa (2016).

nacional teve como precedente a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), criada em 1995, e que já buscava reunir mulheres de movimentos autônomos e mistos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e sindicatos. O MMA, de Santa Catarina, era um dos movimentos autônomos de mulheres que estava vinculado à ANMTR.

A emergência do MMC/SC ocorre em um contexto de valorização do campesinato. Segundo Wanderley (2003), o conceito de camponês é ressignificado, fazendo confluir saberes técnicos e tradicionais, herdados das gerações, em uma abordagem de caráter político, em que a agricultura não é vista apenas como atividade econômica, mas também como portadora de princípios ligados à qualidade dos produtos e à relação entre produtores e consumidores.

Essa visão ganha força diante do contexto de crise da agricultura familiar entre meados dos anos 1990 e início dos 2000, especialmente por causa do impacto negativo das políticas neoliberais implementadas no País para esse setor. Segundo Delgado (2009), a estabilização da moeda, a liberalização dos mercados agrícolas e o desmonte da intervenção estatal provocaram queda na renda real no setor agrícola, afetando principalmente os pequenos produtores. As importações passaram de U\$\$ 2,4 bilhões em 1990 para U\$\$ 6,8 bilhões em 1996, “uma situação sem precedentes na história moderna da economia brasileira” (Delgado, 2009, p. 20).

No Oeste Catarinense, houve uma crescente concentração e especialização na produção de suínos, o que provocou a exclusão de um contingente de agricultores familiares, os quais passaram a se envolver em outras atividades, como as ligadas ao cultivo de fumo, produção de leite e agregação de valor aos produtos via agroindustrialização. Essas experiências foram protagonizadas por um conjunto de atores locais, como associações de municípios, agricultores e cooperativas de assentamentos da reforma agrária, articulados em torno da construção de um novo modelo de desenvolvimento rural na região (Mior, 2010).

No plano internacional, essas experiências estão relacionadas também à criação da Via Campesina, organização transnacional que reúne diversos movimentos e organizações camponesas, sendo o MMC um dos movimentos que a integram. Segundo Desmarais (2013), a Via Campesina surgiu em Mons, na Bélgica, em 1993, com o objetivo de construir um modelo de agricultura com base na soberania alimentar, ou seja, em que se possa decidir sobre o que comer, como e em que escala a produção de alimentos deve ser feita.

A ideia de soberania alimentar começa a ser debatida no *Fórum Nacional sobre a Soberania Alimentar*, ocorrido no México, em 1996, antes da *Cúpula Mundial de Alimentação de Roma*, em um cenário de destruição da agricultura mexicana a partir da implementação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (do inglês, North American Free Trade Agreement – Nafta), em que 40% da produção de milho era importada dos EUA. Em 2001, no *Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar*, em Havana, o conceito de soberania alimentar é definido e o papel fundamental da mulher para a sua promoção é reconhecido (Valente, 2002).

Mais do que pensar em soberania alimentar, Breilh (2016) propõe o termo soberania agrária, o qual abarca, além do controle de volumes, cotas e destino da produção e do abastecimento do mercado interno, o conjunto de relações necessárias à reprodução social e ao direito coletivo. Afinal:

A agricultura não apenas produz fertilidade, não só gera biomassa, a agricultura reproduz relações de metabolismo com a natureza, ajuda a determinar as relações cidade campo; contribui para produzir e reproduzir características culturais, cosmovisões, valores; além disso, produz sistemas organizativos como suportes sociais e relações de poder. A agricultura é parte da materialidade da cultura e da formação do saber e dos conhecimentos. Tudo isso deve estar sujeito à definição soberana, autôgena e informada dos produtores e consumidores dos alimentos de uma sociedade. São todos esses os espaços onde se deve exercer soberania (Breilh, 2016, p. 364).

As mulheres são agentes centrais nos processos de promoção da SSAN, especialmente quando consideramos as famílias rurais em nossa

escala de análise. O Estado tem papel fundamental como ente que deve assegurar a SSAN no território nacional, por meio de políticas públicas que integrem os entes federativos. Segundo Valente (2002), o conceito de segurança alimentar emergiu na Europa a partir da Primeira Guerra Mundial como questão de segurança nacional e de capacidade de prover alimentação para a população, mas é um conceito em disputa e construção³.

Outro elemento que emerge no debate da SSAN se refere à soberania dos(as) agricultores(as) e camponeses(as) com relação às sementes, o que ajuda a compreender por que o trabalho com as sementes crioulas seja de caráter fundamental nas ações do MMC/SC. O uso de sementes crioulas é fundamental nos processos de transição agroecológica, pois geram plantas mais resistentes a eventos climáticos e doenças. Sua utilização está ainda na base da autonomia camponesa, já que não precisam ser compradas anualmente como as sementes híbridas, as quais diminuem significativamente a sua produção após o replantio. A utilização das sementes crioulas possibilita a redução de custos com compra de sementes e outros insumos químicos de fora da propriedade e podem ser vistas como símbolos de resistência contra o modelo de produção de alimentos dominante, baseado no uso de fertilizantes e agrotóxicos. Na Figura 1, apresenta-se um mostruário de sementes crioulas do MMC/SC.

Um marco fundamental para o início do trabalho do MMC/SC em torno das sementes crioulas foi o processo de mobilização da sociedade civil contra os transgênicos, no começo dos anos 2000 e da campanha mundial da Via Campesina “Sementes Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade”, criada em 2002 e lançada em 2003 no *III Fórum Social Mundial*, em Porto Alegre. Segundo Cinelli (2012), o Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas

3 Nos anos 1970, o conceito de segurança alimentar incorpora as dimensões relacionadas à insegurança alimentar/fome, com um discurso voltado para a produção insuficiente de alimentos, em que as políticas de armazenamento ganham relevância, cujo enfoque é no produto e não no ser humano. Nos anos 1980 e início dos 1990, se passa a considerar a pobreza como fator que impede o acesso aos alimentos, além da incorporação de noções como alimento seguro, qualidade do alimento, balanceamento da dieta, informação e hábitos alimentares no conceito de segurança alimentar. O Brasil possui destaque nesse debate, pois em 1985 já havia uma proposta de criação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar (Valente, 2002).

Foto: Yamira Rodrigues de Souza Barbosa



Figura 1. Mostruário de sementes crioulas apresentado na XII Assembleia Estadual do MMC/SC⁴.

de Hortaliças foi assumido na *Assembleia Estadual do MMC/SC* em novembro de 2002, com o objetivo de propiciar experiência prática e teórica às mulheres camponesas com relação à recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. O programa se organiza por meio de um grupo de monitoras, um grupo de referência na experiência de produção e melhoramento, banca de sementes e de oficinas nos municípios.

O surgimento do programa evidencia a preocupação e mobilização das mulheres para garantir, primeiramente, a alimentação da família, assim como a oferta de alimentos saudáveis. O foco do trabalho com as sementes de hortaliças justifica-se por dois motivos principais: por um lado, pelo fato de que as mulheres se destacam na produção que é realizada nos quintais e nas hortas, locais onde possuem maior poder de decisão; por outro, é que não havia na época

⁴ A assembleia estadual é a instância máxima do movimento no estado, sendo realizada a cada 3 anos. A XII Assembleia Estadual do MMC/SC ocorreu entre os dias 30 e 31 de julho de 2014, no município de Dionísio Cerqueira, e reuniu cerca de 700 mulheres. O encontro teve como tema *Projeto de Agricultura Camponesa e Feminista* e o lema *Construindo emancipação, agroecologia, autonomia, vida*.

outras organizações e movimentos sociais trabalhando com sementes de hortaliças.

O Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC teve início com a recuperação e o resgate de sementes crioulas. Nesse processo de busca pelas sementes, em geral, em visitas a tias, avós e pessoas mais velhas, as mulheres relatam o aspecto simbólico dessa ação, como a emoção gerada nas mulheres que compartilhavam e relembavam a história daquelas sementes. É, nesse sentido, um resgate de histórias, memórias e sabores⁵, o qual valoriza os saberes tradicionais associados ao uso das sementes crioulas.

Segundo uma das entrevistadas em nossa pesquisa⁶, que foi coordenadora do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC, o resultado das primeiras ações do programa foi apresentado no encontro estadual do MMC/SC, em Curitiba, no ano de 2003. Foram resgatadas 26 espécies de hortaliças, totalizando 123 variedades. Ela destaca ainda uma relação interessante entre a história da região de Curitiba e o resgate de mais de 30 variedades de couve nesse território, marcado pela presença de população de origem cabocla. Nessa região, palco da Guerra do Contestado, a couve se tornou um importante alimento graças ao seu elevado valor nutricional e facilidade de cultivo, sendo considerado um alimento sagrado pelo monge João Maria, um dos principais líderes do conflito.

Na trajetória do programa, o apoio técnico do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa), de Erechim, no Rio Grande do Sul, foi fundamental para o processo de formação e treinamento das monitoras. Algumas mulheres do MMC/SC fizeram um curso de Agroecologia oferecido pelo Capa, cuja equipe técnica atuou também no auxílio à elaboração de cartilhas e outros materiais de formação.

5 Para Valente (2002), o alimento é mais do que nutriente, sendo fundamental considerar os aspectos sociais e culturais que envolvem a alimentação.

6 Para conferir a pesquisa de mestrado, ver Barbosa (2016).

O curso tinha 14 módulos, cada um com duração de 5 dias por mês, sendo que a maioria dos participantes era formada por técnicos e agrônomos.

As formações em agroecologia permitiram, dentre outros fatores, a compreensão da necessidade de realizar o melhoramento das sementes, já que as plantas provenientes das sementes que foram resgatadas no início do programa apresentavam baixa produção e qualidade, pois não havia seleção e intercâmbio de sementes. Era preciso promover momentos de partilha e troca de sementes, além de avaliação e seleção a fim de qualificar o processo produtivo.

Na trajetória do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças, a atuação das monitoras teve um papel central, afinal eram elas as responsáveis em realizar as oficinas nos municípios, a fim de sensibilizar as mulheres para o resgate e produção de sementes e a produção agroecológica. Embora atuando como mediadoras do processo de formação, as monitoras relataram que a experiência foi importante para o seu próprio processo de formação.

A perspectiva agroecológica que as mulheres estavam tendo acesso nas formações do movimento contrastava com a visão predominante do modelo de extensão rural que havia sido feito, sobretudo, nas décadas anteriores, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) na região. Em uma concepção baseada nos ideais da Revolução Verde, os técnicos e agrônomos da Epagri ensinavam as mulheres a fazer horta em canteiros e a “limpar” o solo, ou seja, roçar todas as plantas ao redor do cultivo de interesse, pois as plantas daninhas, ou “inços”, deveriam ser eliminadas.

O contato com a agroecologia propiciou uma transformação na visão das mulheres sobre os quintais, impulsionando mudanças na forma de fazer agricultura. Nesse olhar diferenciado para o agroecossistema, plantas que eram antes consideradas “daninhas” são agora vistas como espécies indicadoras das características do solo; o plantio diversificado de espécies, ao invés do monocultivo, torna-se estratégia

para promover a proteção das plantas. Essa forma de fazer agricultura se aproximava muito mais das formas “mais antigas” de fazer agricultura que eram realizadas pelas avós e/ou mães das lideranças do MMC/SC, levando-se a uma valorização dos saberes tradicionais das mulheres, os quais se aliam aos conhecimentos técnicos relativos à produção de alimentos.

Do ponto de vista simbólico e cultural, percebe-se na experiência do MMC/SC a presença recorrente de um discurso que associa mulheres e natureza⁷. As estações que regem o funcionamento da natureza servem como metáfora para fazer referência à “natureza” da mulher, que também possui ciclos (representados pela menstruação), em que o útero da mulher é comparado com a terra, que abriga as sementes. Há uma visão que associa fertilidade e vida, tanto nas plantas como nas pessoas; assim uma “fraqueza” ou “doença” pode aumentar as chances de reprodução em ambas, pois, “a natureza luta sempre pela vida”.

Outro elemento que chama atenção na fala das mulheres camponesas refere-se à linguagem usada para se referir ao plantio de sementes e mudas. Em oposição ao termo “cova”, muito utilizado nas ciências agrárias, as mulheres utilizam a expressão “berço”, local onde ocorre a sementeira. Cova é uma linguagem que agride, sendo usada para referir-se à morte e não à vida; berço é um termo mais adequado para aludir à vida, da planta que nascerá e crescerá. Nessa abordagem, o próprio solo é percebido de forma diferenciada, sendo expresso em palavras como: “vida, continuidade, amor, fertilidade, diversidade, construção, ser vivo, receptivo, produção, mãe, chão, cuidado, persistência”. O vínculo estabelecido com o solo remete à “dependência, tudo, cumplicidade, cuidado, respeito, sobrevivência, cultivar, adubar, colher”.

7 Uma das primeiras interfaces entre ecologismo e feminismo foi a discussão sobre o aumento populacional e os direitos reprodutivos das mulheres. Enquanto para uma parte dos ecologistas havia um consenso sobre a necessidade de diminuir as taxas de crescimento da população mundial para se adequar à “capacidade de carga” do planeta, para as ecofeministas, a questão era outra: era necessário modificar as premissas do sistema de produção e consumo, ao mesmo tempo que se garantisse o direito de escolha das mulheres com relação à procriação (Siliprandi, 2009, p. 68).

Essas palavras remetem à importância do solo para a vida, afinal ele é a estrutura física que nos sustenta e que armazena uma diversidade de seres vivos, além de nutrientes e água, necessários para o ciclo de vida das plantas, as quais serão consumidas por pessoas e animais. Para além das funções associadas à vida, o solo é também local necessário para o enterro do corpo, após a morte. Sua importância associa-se tanto à vida quanto à morte. Essas percepções estão de acordo com o que Cardoso (2015) coloca: “os agricultores familiares vivem do solo, mas também vivem no solo. Seus filhos herdarão o solo com a qualidade que eles deixarem. O solo é quase parte da família” (Cardoso, 2015, p. 43).

Graças à percepção do solo como ser vivo, as mulheres criticam o excesso de “limpeza” deste com a retirada da vegetação espontânea, ou do “mato”, que é visto como sujeira, destacando que existe uma diferenciação entre limpeza e higiene, sendo a obsessão pela limpeza associada a padrões impostos pela sociedade. Práticas como a manutenção da cobertura do solo e o aproveitamento de resíduos de colheitas para tal são vistas como benéficas para “a mãe Terra”. A utilização do termo “Terra” enfatiza uma relação de conexão com o planeta, o que também aparece quando as mulheres dizem que são as “filhas da Terra” e que “devem ser a fonte de produtos agroecológicos”.

Simbolicamente, percebe-se que o ato de semear é entendido de forma ampla e serve como metáfora para se referir a qualquer ação que seja feita: “semeia, semeia sempre, em todo o terreno, em todo o lugar a boa semente, com amor e interesse como se estiveses semeando o próprio coração”, sugere o canto intitulado Põe a Semente na Terra⁸. Outro aspecto importante refere-se ao simbolismo das sementes e do melhoramento destas como parte de um processo de fortalecimento da autoestima e da capacidade de realização das mulheres, que, por vezes, resulta em mudança com relação a si mesma e melhorias nas relações com as pessoas.

8 Música “Põe a Semente na Terra” de autoria de José Acácio Santana.

Não são apenas questões simbólicas e culturais que chamam atenção na experiência do MMC/SC, afinal, as mulheres vêm materializando essa maneira diferenciada de olhar, propiciada pela perspectiva agroecológica, no manejo dos agroecossistemas nas propriedades e nos quintais. Uma das principais experiências com relação ao trabalho de sementes crioulas é realizada em um terreno de apenas 2.000 m², no perímetro urbano do município de Marema. O que nos anos 2000 era um terreno baldio, em 2015 se mostra como um quintal produtivo que garante a alimentação da família de uma das lideranças do MMC/SC, além de gerar renda e autonomia para ela.

O consórcio de espécies e o máximo aproveitamento do espaço garantem a diversidade de alimentos produzidos nessa pequena área. Entre as frutíferas cultivadas estão: poncã, figo, laranja (champanhe, do-céu e da-baía), jabuticaba (nativa e híbrida), caqui, carambola, pera, graviola, manga, lichia, sete-capotes, limão, cereja, pitanga, fruta-de-conde, marmelo, ameixa, bergamota, mirtilo, romã, banana, lima. No geral, existem um ou dois pés de cada uma no terreno, com exceção do figo, que é o que mais se produz: são 19 pés, sendo um deles só para a alimentação dos passarinhos. Na Figura 2 apresenta-se uma visão de parte desse quintal produtivo.



Figura 2. Vista sobre quintal produtivo no município de Marema, SC.

Foto: Yamira Rodrigues de Souza Barbosa

A horta só começou a produzir bem depois de melhorar a cobertura do solo e após as sementes “se acostumarem” com aquele ambiente. As hortaliças cultivadas são: alface (mimosa, pé-de-galinha/cinco-dedos, denteada); amendoim (vassourinha, paraguai); arroz preto; cenoura; ervilha (flor branca, flor azul, flor roxa); fava crioula; feijão (azuqui, azulão, cavalo, de-são-joão maria, roxinho, vagem baixa, vagem estaca branco, vagem estaca preto); gergelim; hibisco; linhaça dourada; melão crioulo; milho (dez carreira, oito carreira, sol da manhã/ferro, cateto branco, cate-to amarelo, pipoca crioulo); moranga (cinza com bico, comprida, cabotiá crioula); pepino branco; radiche; rúcula; salsa; soja (crioula, preta, sojinha); tomate (coração-de-boi, banana, cereja e moranguinho). Uma parte das hortaliças cultivadas é destinada à produção de sementes. Um grupo de aproximadamente dez mulheres, acompanhado por uma das lideranças do movimento, realiza o trabalho de melhoramento de sementes de cada espécie, sendo este realizado durante pelo menos 3 anos.

Essa liderança destaca alguns aspectos que realiza no manejo do agroecossistema, com base nos conhecimentos que adquiriu nas formações em agroecologia e principalmente segundo a sua experiência. A utilização de métodos de controle como o uso da semente de cinamomo, por exemplo, só pode ser feito no máximo duas vezes ao ano, quando se percebe que pode haver desequilíbrio no agroecossistema, sendo necessário buscar formas de conviver com os “bichinhos”, relata. No que se refere ao cultivo do tomate, que geralmente tem muitos problemas com doenças, ela destaca a experiência que aprendeu com uma irmã, já falecida. O ideal é semear o tomate em um berço com cerca de 20 cm, e a cada 8 ou 10 dias ir cobrindo com um pouco de terra até chegar a 45 dias. O plantio em “berço profundo”, e a utilização de um repelente natural que ela faz evita doenças como a murchadeira e garante que o tomateiro cresça de forma vigorosa e saudável.

A produção de alimentos exige organização; as espécies devem ser plantadas de acordo com a época indicada, observando-se o período em que a produção é mais elevada. No caso da ervilha, por exemplo, cuja semeadura é de fevereiro a agosto, é importante distribuir o cultivo ao longo dessa época, propiciando uma colheita

espaçada para suprir a alimentação da família. Já no caso da comercialização, o ideal é plantar na época em que a produção é maior. A utilização das duas estratégias é fundamental para garantir tanto a alimentação da família quanto a boa produção para venda. A comercialização de hortaliças in natura, assim como de sementes, doces, massas, dentre outros⁹, propicia uma importante fonte de renda para as mulheres, vendas que se realizam tanto em casa quanto em feiras locais e regionais. Além da renda direta derivada da comercialização do excedente da produção, vale frisar a importância da produção que alimenta a família e evita muitos gastos com compra de alimentos, sendo, portanto, uma espécie de renda indireta.

Percebe-se que há forte relação entre o trabalho com as sementes, a produção de alimentos agroecológicos e a promoção da SSAN, em escala familiar e local/regional. Segundo Jalil (2009), a partir do amadurecimento do trabalho de resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas, originou-se a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, promovida pelo MMC e lançada oficialmente em fevereiro de 2007, como tema político para o dia 8 de março. A campanha é um instrumento de ação e intervenção política que possibilita o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos, promovendo também a valorização do trabalho das mulheres e seus saberes na preservação da vida, natureza e diversidade (Jalil, 2009).

É importante mencionar que em alguns processos de transição agroecológica as mulheres são alvo de violência patrimonial por parte de companheiros e outros homens presentes nas propriedades, podendo haver destruição e danificação de plantios e experimentos das mulheres. Embora não tenhamos constatado nem ouvido relatos de casos como esses, é possível perceber que as mulheres tiveram ou têm que enfrentar situações de descrédito e desconfiança com relação às suas experiências, especialmente em seu início.

A desconfiança de alguns às vezes se transforma com o tempo, já que aos poucos os companheiros vão percebendo que as experiências

9 A elaboração e comercialização de artesanatos são também comuns, além de roupas que podem ser revendidas.

são bem-sucedidas. Por exemplo, uma espécie cujo cultivo foi deixando de ser feito pelos(as) agricultores(as) da região é o arroz; dentre as experiências realizadas pelas mulheres está o plantio de arroz, tanto em consórcio com a mandioca como cultivado sozinho, o que gerou, após o seu sucesso, interesse dos companheiros/pais e motivação para a prática. Outros relatos evidenciam a surpresa dos homens com a maior produtividade e o sucesso econômico das experiências conduzidas pelas mulheres, ao perceber, por exemplo, que o faturamento das mulheres com a produção de mandioca foi maior que o gerado por eles com a produção de milho, sendo a área de cultivo do milho mais extensa que a da mandioca.

Por fim, o surgimento do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC evidencia a preocupação e mobilização das mulheres para garantir a oferta de alimentos saudáveis. A trajetória do programa sinaliza para a importância de aspectos simbólicos de resgate de histórias, memórias, sabores e saberes e da construção de uma agricultura “feminilizada”, evidente em certas expressões como “berço”, que designa o local de semeadura. A experiência aponta também para estratégias de organização da produção, da relação entre o trabalho com as sementes crioulas, a produção de alimentos agroecológicos e a promoção da SSAN, em escala familiar, local e regional.

Mulheres e biodiversidade: resgate e uso de plantas medicinais

Além da preocupação com a garantia da alimentação saudável, as mulheres do MMC/SC realizam ações voltadas à promoção da saúde, temáticas que costumam estar associadas ao campo de atuação das mulheres, graças às responsabilidades com o cuidado da família e da sociedade, de maneira geral. Existe nessas ações um componente voltado à difusão de informações sobre a saúde da mulher e sua interface com algumas doenças que as atingem por causa da tripla jornada de trabalho a que estão submetidas, da ausência de momentos de

descanso e diversão e também da violência que podem sofrer, seja ela física e/ou psicológica, dentre outras. Aparece ainda a importância de esclarecer que saúde é um direito universal e fundamental de todos e todas e dever do Estado, assegurado pela Constituição de 1988, a qual estabelece também o Sistema Único de Saúde (SUS).

Acesso à informação para atendimento gratuito e controle social por meio da participação social nas conferências e conselhos municipais de saúde são uma das estratégias do MMC/SC na promoção da garantia ao direito à saúde. Mas é principalmente na valorização e promoção de uma vida saudável que a experiência do MMC/SC nos interessa aqui. As mulheres são centrais para a transmissão dos saberes tradicionais relacionados à utilização de plantas medicinais e no cuidado e promoção à saúde, sendo a valorização desses conhecimentos e práticas outro elemento fundamental na estratégia de fortalecimento da agricultura camponesa e da agroecologia pelo MMC/SC. Importante nesse debate destacar a relação entre alimentação e saúde, já alertada por Hipócrates, que é considerado o pai da medicina: “que seu remédio seja o seu alimento e que seu alimento seja o seu remédio”.

Vale destacar que é pela conexão das mulheres com a saúde e alimentação que a busca por conhecimentos relacionados a esses temas constitui-se muitas vezes como “porta de entrada para o movimento”. O uso de plantas medicinais envolve conhecimentos tradicionais que são repassados ao longo de gerações, sobretudo, por meio da atuação das mulheres, mas nem sempre restrito a elas. O acesso a esse conhecimento tradicional pelas mulheres do MMC/SC contribuiu para que muitas delas se interessassem em aprofundar sobre o tema, realizando cursos de Homeopatia e Fitoterapia, atuando hoje como multiplicadoras da união entre saber popular e conhecimentos técnicos.

As oficinas organizadas pelo Coletivo de Saúde Integral do MMC/SC são centrais para a troca de experiências sobre conhecimentos tradicionais e científicos relacionados ao uso de plantas medicinais.

Como muitas plantas foram se perdendo, o conhecimento associado a elas também se perdeu. Sem conhecimento não existe ação; resgatar o conhecimento sobre as plantas medicinais é fundamental para poder utilizá-las, o que, por sua vez, também contribui para a conservação in situ de determinadas espécies, desde que manejadas corretamente. Nesses espaços, as mulheres aprendem a identificar as espécies de uso medicinal, conhecer suas principais indicações, forma adequada de utilização, preparação de chás, tinturas, óleos, pomadas, sabonetes, etc., além de serem incentivadas a construir seus próprios hortos medicinais em suas propriedades.

As oficinas do movimento variam de acordo com a dinâmica de cada grupo de mulheres. Um dos grupos é denominado Pitanga Rosa e foi um dos finalistas do *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*, entregue em Brasília no ano de 2013. Organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ligada à Presidência da República, o prêmio tinha como objetivo apoiar a produção e disseminação de temas que contribuam para o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres, convidando grupos produtivos de mulheres do campo e da floresta a enviarem relatos de experiências, memórias e informações sobre sua produção.

O grupo Pitanga Rosa reúne mulheres da Linha Faxinal dos Rosas e vizinhança, no município de Chapecó, SC, e suas reuniões ocorrem duas vezes por semana na casa de uma das lideranças do MMC/SC. De forma geral, as mulheres se dividem nas atividades de colheita e corte das plantas, limpeza e higienização de vidros, preparo de álcool a 70% para preparação de tinturas, elaboração de óleos, pomadas, etc. As que possuem mais prática ajudam a dinamizar os preparados homeopáticos¹⁰.

Já no município de Palmitos, outra liderança do MMC/SC acompanha as oficinas com cinco grupos de mulheres, em distintas localidades do município, cada um deles contendo em torno de 10

¹⁰ Dinamizar é um procedimento em que ocorre a diluição da substância, seguida pela agitação desta, que pode ser feita de forma manual ou mecânica. Quanto maior a dinamização da substância maior será a sua potência.

a 15 mulheres¹¹. De forma geral, as mulheres contribuem com uma pequena taxa mensal, cerca de R\$ 3,00, para a compra dos materiais necessários para as práticas, e ao final da oficina cada uma delas leva um pouco da “receita” que fizeram para casa. Em uma das oficinas do grupo da Linha Central, as nove mulheres ali presentes se reuniram numa tarde para a elaboração de um óleo para a pele, feito com flores de calêndula, cipó-de-são-joão e capuchinha, o qual pode ser usado para doenças da pele, como psoríase.

Muitas plantas comestíveis possuem uso medicinal, como gengibre, salsa, açafrão, agrião, alho, para citar algumas das mais conhecidas. Já outras, como a planta denominada erva-baleeira, além de possuir ação anti-inflamatória e antirreumática, sendo utilizada para tratar artrite, nevralgias e dores musculares, possui aroma idêntico ao do “caldo de galinha”, produto industrializado utilizado para temperar a comida. As mulheres do MMC/SC utilizam a erva-baleeira seca na preparação de um sal temperado.

O sal temperado com erva-baleeira elaborado pelas mulheres ilustra bem o potencial do trabalho com as plantas medicinais para a promoção de uma alimentação mais saudável e também como possibilidade de geração de trabalho e renda. Afinal, além de valorizar os saberes e práticas das mulheres camponesas, é preciso também enfrentar as desigualdades materiais existentes entre homens e mulheres, sendo fundamental promover a autonomia econômica das mulheres. Fomentar a geração de renda e comercialização de produtos com base no aproveitamento das plantas medicinais, em suas múltiplas formas, é um importante desafio para o MMC/SC, como discutiremos adiante.

As experiências citadas no município de Chapecó e no município de Palmitos são exemplos de ações do MMC/SC que valorizam o uso de plantas medicinais como parte da promoção à saúde integral.

¹¹ Os grupos se localizam nas seguintes localidades, ou Linhas: Santa Terezinha, Central, Gruta, Santa Lúcia e Santa Catarina, este último surgido recentemente à época da pesquisa (julho de 2015). A parceria disponibiliza um carro e uma assistente social da prefeitura (responsável pelo Programa de Habitação Rural, Minha Casa Minha Vida, do município), viabilizando assim o deslocamento da liderança do MMC/SC da cidade de Palmitos até o interior, onde estão os grupos.

Ambas são consideradas referências em seus locais de atuação e buscam parcerias para a realização de projetos¹² e atividades geradoras de renda para as mulheres, além de receber visitas de diferentes grupos, de mulheres, estudantes, agricultores(as), dentre outros. Além disso, vale destacar que são experiências importantes no que se refere à conservação de remanescentes de matas nativas, já que muitas plantas medicinais são nativas e não cultivadas¹³.

A valorização e promoção de uma vida saudável pelas mulheres do MMC/SC incluem também ações voltadas à promoção da saúde integral, com destaque para a troca de saberes sobre o uso de plantas medicinais por meio de oficinas e formações. Nesses espaços, as mulheres aprendem a identificar as espécies de uso medicinal, conhecer suas principais indicações, forma adequada de utilização, preparação de chás, tinturas, óleos, pomadas, sabonetes, etc. São ações que visam promover acesso ao conhecimento, construção de hortos medicinais, conservação ambiental, fomento à geração de renda e autonomia econômica das mulheres.

Alguns desafios para o fortalecimento das experiências do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina

A partir dos elementos abordados nas seções anteriores, podemos elencar alguns desafios para o fortalecimento e ampliação das experiências que vêm sendo realizadas pelas mulheres do MMC/SC no Oeste Catarinense, bem como contribuir para o debate em torno da criação e consolidação de políticas públicas voltadas para a promoção da SSAN no Brasil. Vale ainda destacar a importância do trabalho que vem sendo realizado pelo MMC/SC, especialmente em torno das

12 Como o projeto do Museu Histórico de Pinhalzinho intitulado No quintal da casa de madeira: saberes, fazeres e dizeres dos benzedores e benzedoras do Oeste de Santa Catarina. O projeto foi realizado durante o ano de 2013 e tinha como objetivo mapear, registrar e salvaguardar os saberes orais de benzedores e benzedoras dos municípios de Pinhalzinho, Chapecó e Campo Erê. O projeto previa realização de oficinas de saúde, produção de cartilha e exposição itinerante. Uma das lideranças do MMC/SC atuou no projeto.

13 Como o chá-de-bugre, cipó-mil-homens, cipó-de-são-joão, erva-de-são-joão, pariparoba, arnica-do-mato, cipó-escadinha, angico, etc.

sementes crioulas, para o estabelecimento de projetos de cooperação internacional entre países do Sul¹⁴.

De maneira geral, é possível perceber o potencial do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças, o qual contribui para a formação das mulheres em agroecologia, produção de alimentos saudáveis e geração de trabalho e renda. O programa enfrenta, no entanto, uma série de dificuldades e desafios, principalmente para garantir a continuidade do trabalho de formação com as mulheres, por meio das oficinas. Estas são um dos pilares de organização do movimento autônomo e quando não acontecem os grupos de base se desmobilizam e as atividades oscilam entre períodos de alta e baixa, a depender da disponibilidade de recursos e projetos existentes. Assegurar recursos, provenientes de projetos financiados por organizações governamentais e não governamentais, é fundamental para a ampliação e consolidação das experiências.

Após certo período de dificuldade em obter recursos e viabilizar as atividades em torno do programa, em 2015 a aprovação de um pequeno projeto possibilitou a realização de dois encontros do grupo de referência, que costumava se reunir de duas a três vezes por ano para estudar, trocar e partilhar sementes. Com isso, além da retomada de ações de formação, no primeiro encontro do grupo de referência, realizado em julho de 2015, as mulheres escolheram as espécies que seriam produzidas e suas sementes comercializadas. São elas: abóbora; abobrinha; aipo; alface (denteada, cinco dedos); alho; amendoim preto; arroz; batatinha; brócolis; cenoura; endro; erva-doce; ervilha de verão; esponja; fava; feijão (azuqui, orelha de porco, vagem, de metro, vagem amarela); gergelim (preto, amarelo); linhaça (dourada, marrom); melancia amarela; melão (de neve, gaúcho); milho (branco, pipoca roxa); moranga (comprida, de bico); mostarda; pepino branco; quinoa; radiche branco; rúcula; salsa; tomate-coração-de-boi; vagem (branca, estaca).

¹⁴ O MMC/SC é uma das organizações integrantes do projeto de implantação de bancos comunitários de sementes e capacitação para resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais/crioulas em áreas de agricultura familiar, promovido pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em parceria com os governos da África do Sul e Moçambique.

Como é possível perceber, trata-se não apenas de hortaliças, mas também de alguns cereais importantes para a alimentação, o que aponta para a tentativa de ampliação do programa. Constata-se ainda certa preocupação com o abandono do plantio de arroz (embora não esteja elencado anteriormente), planta que é atualmente desconhecida de alguns agricultores(as) da região, o que possivelmente está relacionado à tendência de aumento do consumo de arroz industrializado, em decorrência de mudanças nos padrões alimentares das famílias rurais¹⁵. Outro elemento a se considerar para a ampliação do programa relaciona-se aos desafios impostos com o avanço do plantio de transgênicos no País.

Do ponto de vista socioambiental, as experiências das mulheres do MMC/SC constituem espaços de resistência camponesa e (re)configuração dos territórios, os quais estão marcados pela homogeneização, erosão genética e pela perda de biodiversidade promovida pela agricultura dita convencional. Nesses espaços de resistência, busca-se a conciliação de práticas agrícolas e a conservação da natureza, sendo fundamental que essas experiências sejam devidamente valorizadas, o que implica necessidade de apoio dos poderes públicos locais, estaduais e nacional. “Construir uma agenda regional, estadual e nacional é um dos principais desafios impostos ao conjunto de organizações que lutam pela defesa da agrobiodiversidade” (Pandolfo et al., 2014, p. 27).

Embora se perceba que há entre as mulheres uma preocupação em repassar e transmitir conhecimentos ligados ao uso de sementes crioulas e plantas medicinais, há também a expectativa de que esse trabalho possa gerar renda. A comercialização de plantas medicinais, aromáticas, ornamentais e artesanatos, que é realizada em feiras e encontros promovidos por movimentos sociais e igrejas, garante às

¹⁵ É possível constatar mudanças nos padrões alimentares das famílias rurais que se integraram às agroindústrias na região, com redução do consumo de alimentos tradicionais, como galinha caipira (criação restringida pelas empresas), e aumento do consumo de produtos industrializados, como óleo vegetal de soja (em substituição à banha de porco) e arroz. Se antes o arroz era cultivado “pro gasto” da família, o abandono do seu cultivo está relacionado em parte à facilidade na compra do produto industrializado. Vale destacar que para as mulheres, em geral responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado da família, incluindo aí as atividades relacionadas à garantia da alimentação, o abandono do plantio de arroz simbolizou um “trabalho a menos” para elas.

mulheres uma renda variável, mas cuja importância não pode ser subestimada. Parcerias locais, principalmente envolvendo igrejas e prefeituras, são comuns, mas ainda insuficientes e/ou descontínuas. O fortalecimento das experiências passa, portanto, pelo desafio da geração de renda e ampliação das possibilidades e espaços de comercialização. A possibilidade de criação de uma cooperativa regional voltada para o cultivo e beneficiamento de plantas medicinais, especialmente as que são de interesse pelo SUS¹⁶, reunindo mulheres do MMC/SC em parceria com outras entidades da região, mostra-se um exemplo potencial do que se pode realizar.

A superação dos desafios anteriormente apresentados tem como pressuposto o fortalecimento das políticas públicas de apoio e promoção da agricultura familiar e da agroecologia. Nos últimos anos, iniciativas importantes foram realizadas, como a inclusão do direito à alimentação na Constituição. Segundo Valente (2002), o direito humano à alimentação é um direito primordial, pois está estreitamente relacionado ao próprio direito à vida. É fundamental que o Estado respeite e proteja a “capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de produzir sua própria alimentação e/ou obter a renda monetária suficiente para adquirir os alimentos adequados” (Valente, 2002, p. 108).

A criação de mercados institucionais para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁷ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)¹⁸, além da Política Nacional

16 As 12 espécies de interesse pelo SUS são: aroeira, cáscara-sagrada, garra-do-diabo, soja, tansagem (transagem ou tanchagem), salgueiro, alcachofra, babosa, espinheira-santa, guaco, hortelã e unha-de-gato. Vale frisar que as plantas só podem ser oferecidas nas feiras como ervas para chá, sem indicação e doses.

17 O PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003, com a finalidade de promover o acesso à alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a agricultura familiar. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. O programa ainda promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>.

18 O Pnae é regido pela Lei nº 11.947/2009 e estabelece o emprego da alimentação saudável e adequada como uma das diretrizes da alimentação escolar. A lei determina que no mínimo 30% do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)¹⁹ também foram fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e da agroecologia. Tais iniciativas são frutos da mobilização e participação da sociedade civil organizada na consolidação de políticas públicas específicas voltadas para a agricultura familiar. As mulheres e suas organizações tiveram papel fundamental como atores políticos nesse processo. É fundamental o fortalecimento e aprimoramento das políticas e instrumentos que busquem contemplar especificamente as mulheres, por meio de chamadas públicas específicas, como as de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), por exemplo.

Além da importância da Ater de base agroecológica, o acesso ao crédito rural pelas mulheres é fundamental, assim como a sua adequação às atividades sustentáveis. Por fim, e não menos importante de se frisar está o grande desafio de promover a democratização do acesso à terra no Brasil. A falta de acesso à terra é um dos fatores que determinam que as jovens camponesas não almejem a sua permanência no campo, além da dificuldade de obter trabalho e renda nas propriedades.

Considerações finais

Este capítulo abordou a crescente consolidação da agroecologia no Brasil a partir de um enfoque de gênero, tendo como base a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC). As ações em torno do resgate e uso de plantas medicinais e produção e melhoramento de sementes crioulas são pilares fundamentais do projeto de agricultura camponesa e feminista que vem sendo realizado pelo MMC/SC. Essas experiências demonstram a interconexão entre aspectos simbólicos e práticos, em que a valorização de

¹⁹ Instituída pelo Decreto nº 7.794/2012, a Pnapo tem como objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações com foco na produção orgânica e de base agroecológica, de forma a promover o uso sustentável dos recursos naturais e a oferta e consumo de alimentos saudáveis à sociedade. Um dos desafios do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) 2016–2019 é fomentar e fortalecer a comercialização e consumo de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, um dos eixos do plano, de forma a construir uma estratégia nacional de abastecimento das populações urbanas. Além disso, a formalização e execução do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara) é um dos grandes desafios do Planapo 2016–2019 (Brasil, 2016).

histórias, memórias e conhecimentos tradicionais se integram à produção de alimentos saudáveis, tanto para o consumo da família como para comercialização e geração de renda para as mulheres.

O Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças enfrenta uma série de dificuldades e desafios, principalmente relacionados à continuidade das ações de formação, que dependem da disponibilidade de recursos, projetos e parcerias. Percebe-se uma preocupação em ampliar o programa e contemplar outras espécies importantes para a alimentação, ainda mais diante das ameaças geradas com o avanço do plantio de transgênicos no País. As experiências das mulheres do MMC/SC constituem espaços de resistência camponesa e de (re)configuração dos territórios, onde se busca conciliar práticas agrícolas e conservação da natureza.

O fortalecimento das iniciativas passa pelo desafio da ampliação das possibilidades e espaços de comercialização e geração de renda, o que pressupõe o fortalecimento das políticas públicas de apoio e promoção da agricultura familiar e da agroecologia, como algumas que vinham sendo realizadas com maior intensidade nos últimos anos. É fundamental o fortalecimento e aprimoramento das políticas e instrumentos que busquem contemplar especificamente as mulheres nos serviços de Ater de base agroecológica, crédito rural adequado a atividades sustentáveis e acesso à terra, a fim de gerar trabalho e renda. A promoção da SSAN no Brasil passa pelo fortalecimento da autonomia das mulheres camponesas e da ampliação do potencial e impacto de suas ações nos territórios rurais.

Referências

BARBOSA, Y. R. S. **Mulheres camponesas do Oeste Catarinense**: organização, trabalho e cuidado. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil agroecológico**: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019. Brasília, DF, 2016.

BREILH, J. Hacia una redefinición de la soberanía agraria: ¿Es posible la soberanía alimentaria sin cambio civilizatorio y bioseguridad? In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (org.). **Soberania alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2016. p. 55-68.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

CARDOSO, I. M. Solos saudáveis geram autonomia, resiliência e produtividade no longo prazo. **Agriculturas**, v. 12, n. 1, p. 42-47, mar. 2015.

CINELLI, C. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no movimento de mulheres camponesas**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.

DELGADO, N. G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília, DF: IICA: MDA: Condraf, 2009. (Texto para discussão).

DESMARAIS, A. A. **A via camponesa: a globalização e o poder do campesinato**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Expressão Popular, 2013.

JALIL, L. M. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústrias e desenvolvimento territorial. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. P. (org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: Aped & Secco, 2010. p. 235-258.

PANDOLFO, M. C.; PANDOLFO, E. P.; BALLIVIÁN, J. M. P.; SOUZA, J. C. D.; CASSOL, S. P. Guardiões da Agrobiodiversidade: estratégias e desafios locais para o uso e a conservação das sementes crioulas. **Agriculturas**, v. 11, n. 1, p. 24-27, abr. 2014.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF.

VALENTE, F. L. S. Segurança alimentar e nutricional: transformando a natureza em gente. In: VALENTE, F. L. S. (org.). **Direito à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 103-136.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 2, p. 42-61, out. 2003.

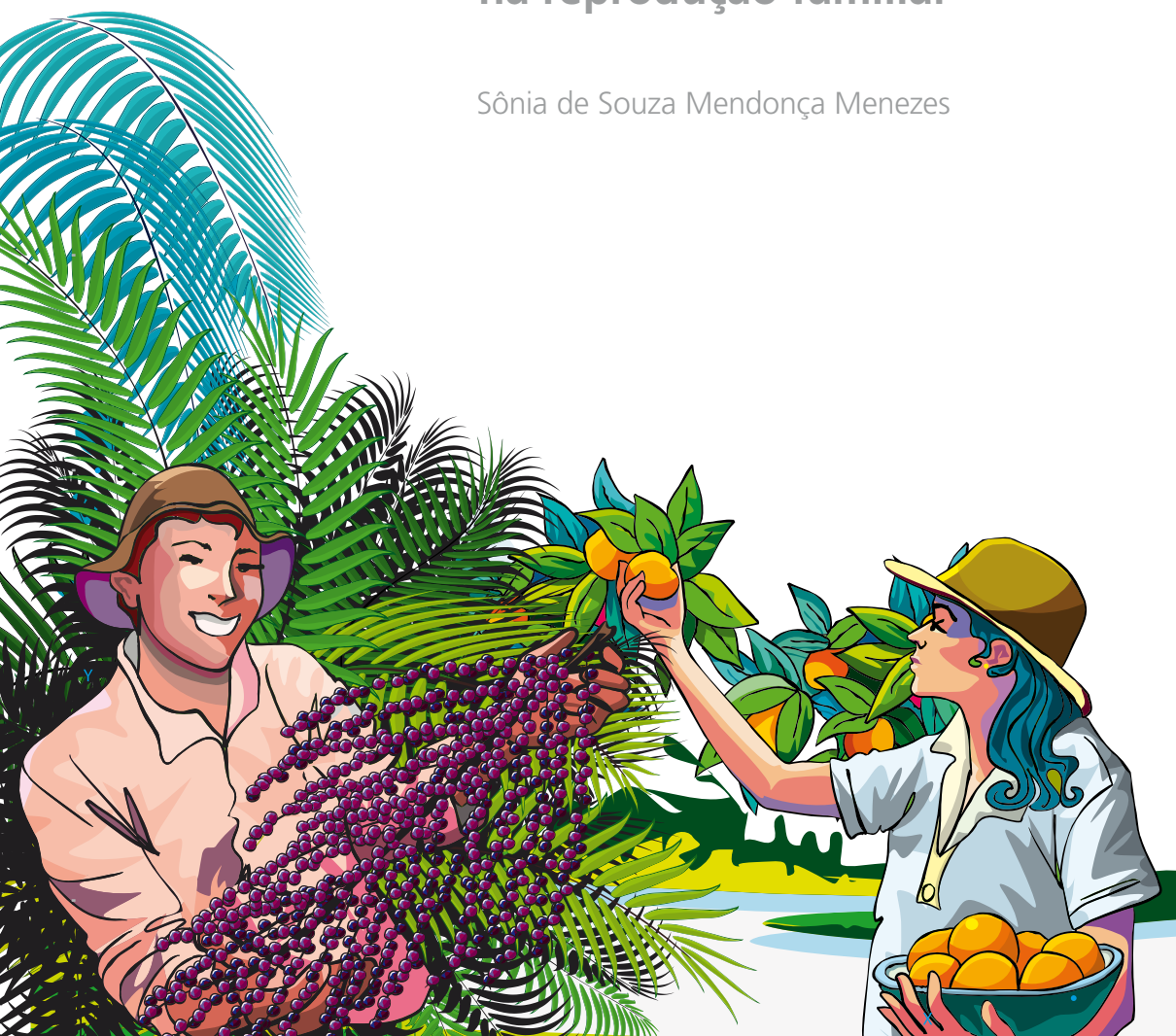
Literatura recomendada

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS - MMC. **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**. Disponível em: goo.gl/AsVELt. Acesso em: 15 jan. 2015.

Capítulo 4

Mulheres sertanejas e o queijo caseiro: comida diária e alimento essencial na reprodução familiar

Sônia de Souza Mendonça Menezes





Introdução

“Fazer queijo é minha vida!!!” Essa frase foi pronunciada por vários grupos de mulheres nos municípios do Sertão Sergipano em pesquisas sobre o queijo de coalho caseiro. O entusiasmo e a emoção eram perceptíveis, e a disposição em evocar fatos enraizados no seu modo de vida brindou com histórias que impulsionaram a abordagem e o reconhecimento da labuta diária das sertanejas, assim como as vinculações desse trabalho como uma cultura arraigada no modo de vida. Entretanto, é importante realçar porque foi pesquisado o trabalho dessas sertanejas.

Constatou-se que é elevado o número de mulheres que comercializam queijo de coalho nas feiras semanais nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Monte Alegre de Sergipe. Tal fato impulsionou a busca por respostas diante das alterações no espaço geográfico com o beneficiamento do leite e a produção de queijo. Ressalta-se que essa atividade de domínio feminino tem sido modificada, nas três últimas décadas, com o crescimento das fabriquetas de queijo. Essas unidades de produção utilizam, predominantemente, homens na elaboração dos derivados do leite. Isso denota a divisão sexual do trabalho, tendo em vista que a ausência das mulheres é alegada pelos proprietários por causa da questão da força que requer a atividade com o aumento da quantidade de leite utilizada na produção de queijo, fato esse que assegura a dominação masculina.

Logo, a divisão sexual do trabalho está presente nas práticas cotidianas, na ocupação, divisão do espaço e na organização do tempo. Isto é, no cotidiano habitual de cada indivíduo e de tal forma que pareça natural, e a diferença biológica entre masculino e feminino surge para justificar uma diferença que é socialmente construída. Nesse interim, surgiram vários questionamentos que nortearam a pesquisa: por que essas mulheres continuam a produzir o queijo diante das transformações existentes no Sertão Sergipano com a inserção de vários laticínios e o crescimento das fabriquetas de queijo? Em que medida a renda do queijo é considerada como um recurso essencial para a reprodução familiar? Quais as razões alegadas para a continuidade desse trabalho diante do assédio das empresas no território sertanejo?

O território de trabalho dessas mulheres está sedimentado na casa, no denominado “espaço de dentro” ou no espaço privado (Woortmann; Woortmann, 1997), onde as atividades laborais estão investidas de zelo. Para além da elaboração do queijo de coalho, elas cuidam da casa, dos pequenos animais (aves e suínos); no período das chuvas, fazem uso de práticas agroecológicas no quintal ou em pequenas roças; nos arredores da casa, plantam milho, feijão, quiabo, abóbora, fazem a seleção de sementes, guardam-nas para o uso no ano seguinte e consomem esses alimentos no dia a dia. Essas práticas, também, são imbuídas por uma relação direta com a natureza relacionada com os ciclos dos astros, ou seja, observa-se a influência da lua, sobretudo no plantio e no cuidado com os animais.

A terra, lugar de vida e trabalho dessas mulheres, foi conquistada prioritariamente por meio de heranças ou mediante estratégias criadas pelos membros familiares discutidas como “ciclo evolutivo da criação”¹ (Woortmann, 1995, p. 287). Essa história é repetida nos

1 Ciclo evolutivo da criação – no dia do batismo, geralmente a criança recebe do padrinho um animal, que é denominado “semente”, termo usado popularmente pelos sertanejos ao referir-se ao gado bovino, caprino ou ovino. A representação simbólica desse presente manifesta o desejo de que o afilhado seja um criador e que tenha a sua independência financeira posteriormente com a aquisição de terras. Outras crianças, quando os seus padrinhos não têm grandes posses, não recebem tais presentes, mas são encorajadas pelos pais ou outros parentes a iniciarem sua atividade criatória com as aves. O propósito é, na fase adulta, criar o gado bovino. Ao atingir esta última etapa, isto é, no momento em que adquirem bovinos, esses são comercializados e a renda é utilizada para a aquisição de terra.

estabelecimentos rurais e reproduzida na atualidade no nascimento das crianças, com o objetivo de formar camponeses com autonomia, uma vez que a terra significa segurança e autonomia no espaço rural sertanejo. Até os idos dos anos 1970, os estabelecimentos rurais estavam destinados para os cultivos de milho, feijão, mandioca e algodão e criação de gado de leite, sendo o leite e seus derivados direcionados para o consumo familiar. Com as sucessivas secas, com o avanço da praga do bicudo no algodão e os incentivos de políticas governamentais como o projeto Sertanejo, os agricultores alteram o uso da terra e inserem as pastagens plantadas e a palma forrageira com o objetivo de expandir a criação de gado de leite e corte. Ocorreu uma devastação acentuada na Caatinga, sobretudo, nos estabelecimentos rurais de grande e médio porte (superior a 50 ha). Os estabelecimentos rurais dos camponeses, onde residem essas mulheres, raramente ultrapassam 30 ha. Também nesses espaços ocorreu a alteração do uso da terra, tendo em vista o fim do produto comercial (algodão), passando a inserir também pastagens e palma forrageira para alimentar o gado de leite, produto comercial que substituiu o algodão (Menezes, 2015). Todavia, embora tenha ocorrido alteração do uso da terra nos estabelecimentos dos camponeses, observa-se que as espécies da Caatinga relacionadas ao uso de medicina caseira ainda são preservadas, além de árvores como umbuzeiro, catingueira e juazeiro.

O cuidado, o zelo na produção do queijo – alimento que é destinado ao consumo familiar e também ao mercado –, caracteriza a elaboração do queijo caseiro para além da resistência dessas mulheres diante da inserção das fabriquetas e laticínios no espaço sertanejo sergipano. Diante dessas alterações, o estudo tem por objetivo desvelar o trabalho da mulher e a produção do queijo caseiro, uma comida diária e alimento essencial na reprodução familiar. Revelar essa prática implica a busca dos significados dessa atividade para as mulheres que resistem e não se deixaram capturar pelos novos atores inseridos no processo de produção do queijo no território.

Pesquisa de campo

A pesquisa buscou compreender a territorialidade de domínio feminino nos municípios do Sertão Sergipano (Figura 1) onde foram realizadas entrevistas com as protagonistas da pesquisa.

Como procedimentos metodológicos, esta pesquisa foi fundamentada nas redes de sociabilidade (Barnes, 1987) existentes nos municípios sertanejos produtores do queijo de coalho caseiro. Ou seja, ao identificar uma produtora, ela indicava outras e assim sucessivamente, conformando uma rede de mulheres queijeiras. Na pesquisa, foram entrevistadas 38 mulheres que se autodesignam como sertanejas, com idades diferenciadas, entre 15 e 63 anos. Embora essa tenha sido uma amostragem da pesquisa em três municípios, esse número é aumentado no período das chuvas e reduzido nas secas, entretanto, com a inserção das rações para o gado, não tem havido reduções abruptas. Predominou entre as sertanejas entrevistadas a faixa etária

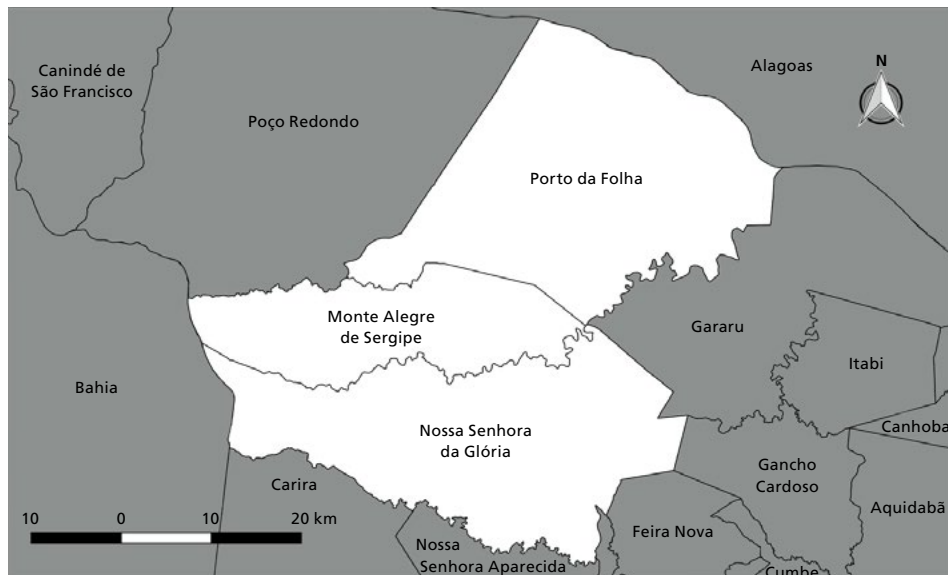


Figura 1. Localização dos municípios de Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória, SE. Base cartográfica Geobank – CPRM. Datum: Sirgas 2000.

entre 28 a 54 anos. Essa atividade é transmitida pelas mulheres (avós, mães, filhas e netas), o que facilitou a identificação das produtoras, uma vez que são parentes, amigas e/ou vizinhas.

Na pesquisa de campo, consideramos a relevância de buscar as histórias dessas mulheres, dando atenção especial ao queijo por elas elaborado, uma vez que esse produto não deve ser considerado como uma raridade. No estado de Sergipe, ele é (des)conhecido, banalizado, não devidamente visualizado por setores técnicos, políticos e pela rede institucional, tendo em vista o tamanho da produção – pequena quantidade. Por conseguinte, é considerada uma rugosidade, que Santos (1996, p. 113) enfatiza: “vista individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados”. Para alguns setores públicos, essa produção deveria ser banida, extinta, uma vez que se trata de reduzida produção individual diante da inserção do setor formal – laticínios – no território. Todavia, o queijo de coalho caseiro delinea-se como uma alternativa de produção que expressa na identidade dessas mulheres uma ação concreta que configura a possibilidade de (re)criação do produto e de continuidade territorial.

Queijo de coalho: alimento essencial na refeição sertaneja

É impossível pensar em alimentação no Sertão Sergipano e não estudar a produção de queijo de coalho. Da mesma maneira, não há como pensar a produção de queijo de coalho sem uma vinculação com as mulheres sertanejas. Na história sertaneja retratada por autores como Castro (1963), Andrade (1986), Cascudo (2004), e em obras literárias como *O Sertanejo* (Alencar, 1969), é evidenciada a relevância da pecuária e a produção de queijo de coalho. Desse modo, torna-se cada vez mais claro o entrelaçamento que se processa entre o Sertão nordestino e a produção desse alimento. As referências citadas denotam o quão significativo é esse atrelamento do alimento com o território sertanejo, assim como o papel da mulher na produção. Desse modo, é impossível concebê-las sem estabelecer uma relação imediata com

a discussão sobre as relações de gênero, tendo em vista as transformações ocorridas no espaço e o silenciamento do desempenho dessas mulheres. Como afirmam Woortmann e Woortmann (1997), Menezes e Almeida (2013), no espaço rural a posição das mulheres é de subordinação ao marido e o trabalho é considerado, geralmente, como ajuda.

A prática cultural da elaboração do queijo de coalho no Nordeste foi transmitida pelos antepassados ao domínio feminino, e o interior das residências constituía no espaço destinado à sua produção, exclusivamente para o autoconsumo. Fazia parte da tradição do sertanejo presentear com um queijo os visitantes (parentes, amigos ou compadres que habitavam os espaços urbanos e/ou outras regiões, nas suas passagens pelo Sertão). De tal modo, essa prática cultural acontecia quando da visita de um sertanejo às cidades. Isso era apreciado pelos recebedores, que degustavam o queijo, rememorando sua alimentação no meio rural ou na infância.

As mulheres elaboravam os derivados do leite, em seguida o produto passava por um processo de maturação que resultava no prolongamento do período de consumo do produto. Utilizavam uma quantidade de sal elevada com o objetivo de conservar o alimento, refletindo as dificuldades de resguardar as características organolépticas do produto. Cascudo (2004) ressaltava que, ao viver no Sertão Velho, ele conhecera os processos de conservação de carnes, queijos e cereais, os quais eram “[...] enfurnados nas meias-trevas das camarinhas suspensos em jiraus. As garrafas com manteiga ficavam em lugar fresco e de pouca luz” (Cascudo, 2004, p. 428-429). Esses produtos processados pelas mãos femininas não recebiam nenhuma ajuda masculina, uma vez que a quantidade de leite processada era pequena, e a cozinha não consistia em lugar de homem. Com o aumento da produção de leite, as mulheres recebiam ajuda das filhas adolescentes para processar os derivados.

Para além da elaboração do queijo, as mulheres eram responsáveis pela alimentação cotidiana, verificando-se ainda o domínio dos produtos de origem animal de forma arraigada em todas as classes

sociais. Entre esses produtos, destacam-se a carne bovina, acrescidos dos derivados do leite (a coalhada, o queijo, o requeijão e a manteiga).

As classes menos favorecidas, muitas vezes, privadas do uso do elemento carne e de outros alimentos, em virtude das dificuldades econômicas, substituíam o consumo da carne nas refeições com o queijo de coalho. Tal fato foi verificado no filme *Guardiães do Queijo Coalho do Sertão* (Guardiães., 2014), ressaltado por duas produtoras no município de Nossa Senhora da Glória. É comum, nos municípios sertanejos, a prática da identificação de posses pelo consumo do alimento de origem animal, sobretudo a carne bovina. Considera-se, assim, que estão presos à lógica social da distinção, ou seja, são reveladores da posição social dos sujeitos consumidores (Bourdieu, 2000).

O queijo de coalho, para além de um brinde ou uma lembrança, estava presente em todas as refeições. Nesse sentido, La Blache (1921) afirma que os recursos alimentares constituem uma das forças mais tenazes, que liga o homem ao meio. Lévi-Strauss (1979) esclarece que a cozinha constitui uma forma de linguagem de uma dita sociedade, revela de forma inconsciente a sua estrutura, uma vez que o processamento dos alimentos está atrelado às relações ocorridas anteriormente nas atividades vividas. Logo, compreender o domínio do consumo do queijo de coalho significa entender a relevância da pecuária no Sertão Sergipano. Como assevera Andrade (1986, p. 162): “[...] a pecuária é hoje como foi no passado a atividade mais importante do sertão”. Logo, o queijo estava presente consumido em todas as refeições.

No contexto sertanejo, antes de ir ao trabalho, no café da manhã, o queijo era e ainda é consumido com o cuscuz, carne bovina e café, além das misturas como o inhame e a batata geralmente oferecidos nos momentos de recebimento das visitas (Figura 2).

Essa comida é evidenciada, inclusive pelo cançãoeiro popular, no trecho da música *Fazenda Santo Antônio*, ao rememorar a tradição da comida sertaneja que ficou arraigada na memória de uma prática que continua, embora com alterações no presente. Além disso,

Foto: Sônia de Souza Mendonça Menezes

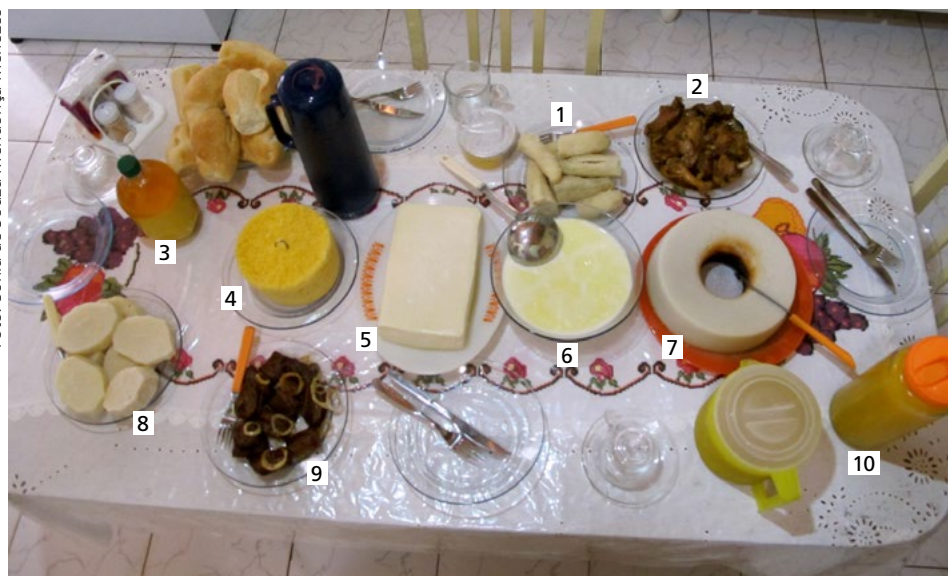


Figura 2. Alimentos tradicionais na mesa do sertanejo. Batata-doce (1); galinha caipira (2); manteiga de garrafa (3); cuscuz (4); queijo de coalho (5); leite (6); bolo de arroz (7); inhame (8); carne de sol (9); suco de maracujá (10), acompanhados de café e pão.

remete ao desejo que a comida traz, as lembranças de um passado de um grupo social.

Quatro horas da manhã para o curral eu corria
 Leite do peito da vaca traz saúde e energia
 Tinha vaca que respeito
 Tio Mídio levava o leite pra cidade todo dia
 Na mesa tinha de tudo cuscuz com leite e coalhada
 Queijo de coalho na brasa carne de sol bem assada [...]².

O autor evidencia nesse trecho da canção a comida ofertada no café da manhã, remonta ao saudosismo de um tempo de infância, do espaço rural e daqueles alimentos consumidos, alimentos fortes e necessários à sobrevivência e ao trabalho dos sertanejos. Remete à comida típica de fazenda baseada nos produtos de origem animal, derivados do leite e do milho.

² Trecho da música Fazenda Santo Antônio de Jorge de Altinho gravada em 2003.

Enquanto isso, nas famílias com reduzido poder aquisitivo, às vezes, no almoço, o queijo substitui a carne, por causa da escassez de recursos financeiros. Assim, esse alimento era inserido juntamente com o feijão e a farinha. À noite, no jantar, o queijo era e ainda é saboreado juntamente com as demais misturas: cuscuz, arroz de feijão, macaxeira.

Além das principais refeições, sempre foi utilizado nas merendas ou nos lanches. Para dona Ana³, pensar no queijo é recordar a infância quando brincava com as irmãs de casinha e fazia o queijo de coalho com a massa que a sua avó ou sua mãe repassava, e ela a colocava na caixa de fósforo. Tal fato também foi evidenciado no filme *as Guardiãs do Queijo Coalho do Sertão*, assim como uma produtora de queijo de coalho enfatizou essa mesma história ao assistir ao documentário no município de Jaguaribe, Ceará, em 2014.

O queijo de coalho é, também, rememorado como o álibi nos períodos de dificuldades com as secas. Foi assim que revelou dona Maria das Dores, do município de Porto da Folha (2017), ao fazer a seguinte narrativa:

No período das grandes secas (nos anos 60 e a de 70), as vacas paravam de dá leite...o que fazer para dá comida as crianças...minha mãe guardava queijo bem guardado para as dificuldades, aí ela ralava o queijo, coloca água e com a farinha fazia a papa para as crianças pequenas. Não tem como pensar na nossa vida, sem logo me lembrar de fatos vividos com queijo. Pensar nelas é trazer de volta também um tempo bom, um tempo de fartura... onde o queijo e a coalhada não faltava na nossa mesa, e no tempo difícil, o queijo era a salvação de muitas crianças..., mostra o quanto estamos ligadas a ele...ao queijo (comunicação pessoal)⁴.

Em várias narrativas encontradas ao longo da pesquisa, as entrevistadas ressaltam o queijo e a fartura da comida igualmente como foi abordado por dona Maria das Dores, fato esse também assinalado no trecho da música. Comer o queijo de coalho significava uma comida forte, de acordo com as crenças, tabus. Esses alimentos proporcionam

3 Utilizamos outras denominações para preservar a identidade das entrevistadas. Relato de dona Ana, agricultora agroecológica residente no município de Monte Alegre, Sergipe, SE, em outubro de 2017.

4 Relato de Maria das Dores, agricultora agroecológica, em município de Porto da Folha, Sergipe, SE, em outubro de 2017.

“sustância”, logo o não consumo enfraqueceria os homens. Para o sertanejo, o consumo desses produtos faz-se necessário para obter o vigor físico, a coragem e a força necessária na realização das suas atividades diárias. Situação semelhante foi retratada por Brandão (1981, p. 110), ao analisar o município de Mossâmedes em Goiás, quando entende que alimentos “[...] fortes são aqueles que saciam a fome e o desejo de comer por mais tempo, proporcionam e preservam a energia destinada ao trabalho braçal”.

O queijo, exceto nos períodos de seca, era abundante, portanto, se podia comer à vontade, e, como não existiam outras ofertas de alimentos, costumava ser consumido assado com farinha, ou cru, em casa, na roça entre as refeições. Tal situação foi enfatizada por dona Mocinha (2017):

[...] quando a gente ia para roça sempre levava um pedaço de queijo coalho dentro de uma vasilha com farinha, quando a fome apertava comia e bebia água dava uma força para trabalhar duro na colheita do algodão, do milho e do feijão. Mas, quando não tinha...era uma tristeza (comunicação pessoal)⁵.

É importante lembrar que as mulheres participam de várias jornadas de trabalho. Para além de atividades laborais na roça, elas ainda eram e continuam sendo responsáveis pelo trabalho e afazeres domésticos, pela limpeza da casa, pela organização da comida, pelo cuidado com os pequenos animais, características essas semelhantes ao modo de vida das mulheres sulistas retratado por Wedig e Menasche (2013). Para além dessas atividades, muitas mulheres sertanejas continuam a produzir o queijo de coalho caseiro, como no passado.

Queijo de coalho: uma territorialidade essencial na reprodução familiar

O debate sobre o processo de produção artesanal de queijos é um dos mais relevantes entre os promovidos pelas diversas ciências

⁵ Relato de dona Mocinha, agricultora agroecológica do município de Monte Alegre de Sergipe, SE, em outubro de 2017.

na contemporaneidade. No bojo das discussões, a temática tem sido abordada com uma visão culturalista preocupada com a preservação do alimento e a busca da qualidade. Outros autores fazem uma leitura da dimensão espacial do produto e a relevância na reprodução social de vários atores. Por fim, ainda há quem ignore as referidas dimensões, vinculando-as exclusivamente à qualidade técnica, com o objetivo de enquadrar o alimento aos padrões especificados pelos moldes industrializados.

A cultura queijeira artesanal, protagonizada pelos atores locais, deve ser ainda entendida como a construção e reconstrução das inter-relações historicamente edificadas por meio de saberes pautados e repassados por gerações no decorrer do tempo. Essa construção social está alicerçada na herança, em uma possível preservação dela mesma, ou de atributos do grupo guardados na memória. Para tanto, a memória é considerada como um elemento constituinte do sentimento da identidade, uma vez que, de forma individual ou coletiva, é um insumo importante do sentimento de continuidade e de coerência na identificação do grupo. Todavia, essa identidade não é algo petrificado, ela é uma “construção social e histórica do indivíduo e do outro” (Almeida et al., 2008). Logo, estudar essa estratégia significa descortinar o sentido dessa produção para a vida das mulheres, assim identificar as relações entre elas, o espaço e os seus desdobramentos com o surgimento de outras atividades; é “interpretar o valor social a elas agregadas” (Almeida, 2005, p. 323).

Até os idos dos anos 1980, a produção dos derivados do leite apresentava-se segmentada em tipos e com papéis definidos de acordo com o gênero. As reduzidas “fábricas” ou fabriquetas de requeijão estavam vinculadas com a produção de manteiga e do requeijão (queijo manteiga) sob o domínio dos homens, sendo encontradas pontualmente uma ou duas unidades nos municípios sertanejos. Esse era considerado lugar de homem, e a produção tinha como destino o mercado urbano, geralmente a capital do estado, Aracaju.

Nesses espaços, a relação de gênero é algo nítido. A divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não foram construídas em função de suas características biológicas, mas em função de um produto social que legitima as relações de poder, algo característico no espaço sertanejo. Essas características da produção nos remetem às discussões realizadas por Radl-Philipp (2008) no tocante a essa neutralidade axiológica também no conhecimento, que legitima a dominação e a desigualdade entre homens e mulheres nas atividades. Essa dominação é constatada na atividade da produção de queijo, uma vez que há uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, e cabem às mulheres os papéis inferiores, que legitimam a desigualdade entre os sexos.

A concepção da estratégia de produção artesanal de queijos foi vislumbrada pela demanda de um mercado consumidor, ascendente nos espaços urbanos a partir da década de 1970, fortalecido pela identidade que os produtos expressam e que legitimará e fortalecerá o saber-fazer territorializado no Sertão Sergipano.

O queijo de coalho, anteriormente, estava direcionado quase que exclusivamente ao autoconsumo, logo, portava valor de uso, aí o domínio da produção ocorria em praticamente todos os estabelecimentos rurais sertanejos sob a responsabilidade das mulheres. Após o crescimento da demanda por esse alimento, o homem começa também a produzir o queijo de coalho por meio da aquisição de leite de vários estabelecimentos rurais, instala as denominadas fabriquetas de queijo, e o queijo passa a ter valor de troca.

Em alguns estabelecimentos agrícolas, o núcleo familiar constitui uma pequena unidade de produção de caráter informal, utilizando tecnologias simples com reduzido número de equipamentos. Os agricultores e/ou seus filhos fazem eles próprios a comercialização dos derivados do leite e/ou destinam seus produtos às redes informais de comerciantes. Aproveitam a demanda de um mercado consumidor que opta por produtos diferenciados da produção convencional nos aspectos formais como o custo menor, apresentando dimensões

não mensuráveis, protótipo dos valores simbólicos. Identificaram-se 92 fabriquetas de queijo em Sergipe. Nos municípios que conformam o Sertão Sergipano em 2009, essas fabriquetas coexistem em um espaço geográfico, ladeadas por distintos modelos escalonados de produção e beneficiamento de leite, desde os laticínios à produção caseira de queijos elaborados pelas mulheres sertanejas.

Nas fabriquetas de queijo, a presença das mulheres é reduzida. Como é um espaço onde a produção é destinada para o mercado, é considerado como um “espaço de fora-espaço do homem” (Woortmann, Woortmann, 1997), portanto, o domínio é masculino. Enquanto o trabalho da mulher está direcionado para dentro, para a casa, a denominada esfera do consumo, a produção com valor de uso, o trabalho do homem está voltado para fora, esfera da produção. As mulheres que dominavam o processo de produção tornam-se meras coadjuvantes; elas ainda atuam somente naquelas unidades que processam volume de leite inferior a 200 L por dia.

É nessa perspectiva que Wedig e Menasche (2013, p. 150) asseveram que “[...] a divisão sexual das atividades, a responsabilidade pelo trabalho considerado produtivo (produção destinada à comercialização) é usualmente incumbência masculina” [...]. Enquanto isso, a produção do queijo de coalho caseiro não recebe seu devido valor, tendo em vista a pequena quantidade, uma função desempenhada pelas mulheres, daí a importância de pesquisas que busquem ouvir as mulheres, o que elas têm a dizer sobre atividades tão significativas do cotidiano que, muitas vezes, passam ao largo de reflexões mais aprofundadas por serem consideradas banais, comuns, corriqueiras ou uma ajuda. É com esse entendimento que Radl-Phillip (2010), embora não tenha se referido às mulheres produtoras de queijo, evidencia em seus estudos características semelhantes às aquelas pesquisadas neste artigo. A autora ressalta:

As funções sociais das mulheres não se centravam no desempenho delas em atividades na área laboral extradoméstica, suas atividades não eram entendidas como atividades de trabalho, mesmo quando, desde muito tempo, assumiam tais funções de fato e irreconhecidamente na

maioria de nossas sociedades. Assim, por exemplo, era habitual o trabalho feminino no âmbito da agricultura e da produção econômica semidoméstica, atividades que, não obstante, inclusive em nossos dias, às vezes não aparecem nos índices da atividade econômica em nome destas trabalhadoras. Para a definição social do papel feminino estas funções não eram relevantes (Radl-Phillip, 2010, p. 93, tradução nossa).

De igual modo às discussões realizadas por Radl-Phillip (2010), em Sergipe, é comum o trabalho das mulheres na agricultura, em atividades semidomésticas, porém, não são consideradas como atividades geradoras de renda, mas, apenas uma ajuda para a família.

Intrinsecamente ligada à história e à forma como o espaço foi apropriado, adequado às necessidades de reprodução e sobrevivência familiar, a produção artesanal de queijos desponta como uma estratégia alicerçada na territorialidade. De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade refere-se a um conjunto de relações que se origina num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. Deve ser ressaltado que a territorialidade imputada às mulheres produtoras de queijo de coalho vai além das tarefas domésticas: elas elaboram diariamente queijos utilizando o leite obtido exclusivamente das vacas criadas no estabelecimento rural.

Diferente das mulheres do espaço rural do Sul do Brasil, geralmente elas cuidam do café, e os filhos ou o esposo fazem a ordenha das vacas; ao chegar a casa com o leite, a comida já está na mesa. Após a primeira refeição, elas passam a elaborar o queijo, em seguida cuidam dos pequenos animais, da casa, e retomam a cozinha para elaborar o almoço. No período vespertino, elas continuam na labuta, repetem o trabalho praticamente semelhante às atividades desempenhadas no turno matutino.

O queijo de coalho não apresenta padronização na forma e peso, mas predomina a forma retangular, pesando geralmente entre 1 kg a 2 kg; raramente apresenta peso inferior a esse padrão. Depois de desenformados e salgados, os queijos são armazenados no interior de caixas plásticas, cobertos com um tecido branco. A produção habitual ocasionalmente ultrapassa cinco peças, ou 10 kg. Diariamente as

peças são lavadas e recebem uma nova camada de sal para a conservação do produto até o momento da comercialização. No passado as sertanejas, após a enformagem do queijo, o colocavam sobre uma tábua em áreas elevadas e ficava por dias em processo de maturação ou cura até ser consumido ou comercializado. Como reflexo do clima semiárido com altas temperaturas durante todo o ano, a maturação era atingida entre 15 a 25 dias. Como ressaltou dona Maria de Fátima “o queijo ficava amarelinho e escorria a manteiga dele” (comunicação pessoal)⁶; esse fato decorria também do teor de gordura existente no leite. As vacas produziam cerca de 5 L por dia; predominava o gado pé-duro, rústico, alimentado, sobretudo, com gramíneas nativas. De acordo com as idosas, o gado bovino atual no Sertão é mestiço e a produção de leite aumentou, entretanto, o tipo de gordura reduziu, por isso o queijo não apresenta o mesmo teor de gordura de outrora.

Quanto ao uso do sal, esse queijo recebia uma maior quantidade em decorrência da demanda dos consumidores e da não existência de sistema de refrigeração. Atualmente, graças à inserção do mercado consumidor que preconiza alimentos com reduzido teor de sal em decorrência de problemas relacionados à saúde, o produto recebe uma quantidade reduzida de cloreto de sódio.

Outra mudança constatada no queijo de coalho refere-se à coloração: por causa da ausência da maturação, ele apresenta-se com uma cor clara. De acordo com as mulheres, tal fato está relacionado a um reflexo da melhoria na infraestrutura e do sistema de transportes em virtude da redução das distâncias e do tempo do deslocamento desse produto até o mercado consumidor. Elas ainda ressaltam a demanda ascendente do mercado consumidor evidenciada em alguns períodos pelos afluxos de comerciantes nos estabelecimentos rurais: os queijos são comercializados com até 2 dias após a elaboração.

Atualmente elas continuam a produzir o queijo de coalho, utilizando 10 L de leite para a produção de 1 kg. Na sua elaboração, as

6 Relato de dona Maria de Fátima, agricultura agroecológica do município de Nossa Senhora da Glória, SE, em novembro de 2017.

produtoras enfatizam que não podem descuidar das tarefas e com o tempo de execução da adição do coalho no leite, do corte da coalhada, da separação do resíduo (soro) e da enformagem realizada de maneira artesanal. Usam recipientes de plásticos denominados de bombonas para coalhar o leite, formas de madeira adquiridas no mercado local e elaboradas com madeira específica para tal fim, como a imburana.

A prensagem é feita predominantemente de forma manual, mas encontramos ainda algumas produtoras que utilizam fragmentos de rochas graníticas sobre uma tábua de madeira para ajudar na dessoragem; outras se utilizam de prensas criadas em pequenas oficinas locais.

Esses queijos são entregues com 3, 4, 5 dias por meio de acordos feitos com comerciantes, atravessadores, ou são levados para a venda na “pedra” no espaço aberto da feira para outros comerciantes e para os consumidores.

Ao entregar o queijo na feira, elas recebem o pagamento em espécie; quando da venda dos atravessadores, o pagamento é combinado, sendo que os preços são afixados pelos comerciantes. Logo, essa territorialidade camponesa está alicerçada pelo apoio das redes informais e de um mercado consumidor que busca um produto identitário fundamental na dieta alimentar no meio rural e urbano. Para as sertanejas, elaborar o queijo significa ter um alimento essencial para o consumo da família, uma renda semanal com a comercialização desse produto e o soro para alimentar os suínos. Foi assim que relataram as sertanejas em diferentes municípios:

Aprendi a fazer queijo com minha mãe, minha avó também fazia, esse é o ramo das mulheres sertanejas, mesmo com trabalho, não deixo de fazer queijo (comunicação pessoal)⁷.

Quando criança minha mãe sempre falava, veja como faz o queijo, isso é bom, porque na feira e com o soro você cria o porco e tem sempre

7 Relato de Ana, agricultora agroecológica, em município Nossa Senhora da Glória, Sergipe, SE, em outubro de 2017.

uns trocadinhos para ajudar nas necessidades ou comprar alguma coisa para casa, dá uma roupa para um filho (comunicação pessoal)⁸.

A ênfase no ato da transmissão do conhecimento por diferentes gerações evidencia a relevância da atividade no passado e no presente, embora seja por vezes silenciado esse atributo das mulheres. Tais aspectos são fortemente revelados nas conversas com as sertanejas, que, dentre outras atribuições, é com a renda obtida com o queijo que elas contribuem para a continuidade no território sertanejo. Ao buscar identificar as redes informais as quais estão atreladas, foi possível constatar que elas entregam a sua produção e o queijo atravessa diversas fronteiras, de natureza interestadual e intraestadual. Entretanto, como não há nenhum projeto estadual para viabilizar e identificar esse produto, o queijo caseiro é comercializado com um preço reduzido; muitas vezes os comerciantes lucram cerca de 50% no valor adquirido às produtoras. Embora elas reclamem sobre o valor do produto, ainda assim ressaltam a relevância da produção dos queijos tendo em vista a criação dos suínos.

A renda obtida com a comercialização dos suínos foi evidenciada como essencial para a compra de vestuário, para suprir necessidades com remédios ou como uma “poupança feminina” (Menezes, 2001). São perceptíveis a força e a luta das mulheres para continuar produzindo queijo de coalho artesanal. Para tanto, elas fazem articulações no território, no intuito de escoar a produção e captar recursos fundamentais para a aquisição de gêneros alimentícios.

Ao analisar a relevância da produção e consumo dos alimentos tradicionais, na contemporaneidade, como uma manifestação cultural no espaço geográfico, Menezes e Cruz (2017, p. 26) asseveram que “essas estratégias ou (re)conversões aliam práticas culturais fundamentadas no saber-fazer difundido localmente com o objetivo de gerar renda e permitir que esses grupos ou famílias possam continuar no seu lugar de vida e trabalho”. Esta assertiva foi verificada in loco com

8 Relato de Maria José, agricultora agroecológica, em município Porto da Folha, Sergipe, SE, em outubro de 2017.

as sertanejas produtoras de queijo de coalho; elas conformam essa territorialidade com vistas à reprodução social do grupo familiar.

Considerações finais

Ao realizar a pesquisa com mulheres, no Sertão Sergipano percebe-se que as atividades por elas desempenhadas são fundamentais para a sobrevivência desses grupos familiares, sobretudo, nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe e Porto da Folha. Elas combinam diferentes modalidades de trabalho, desdobrando-se entre os afazeres domésticos e agrícolas, entre a casa, o quintal, o roçado e atividades como o processamento do queijo de coalho. Com o movimento migratório, ocorreu o crescimento da demanda desse produto pela população urbana que estava habituada a consumir esse alimento, portanto, os consumidores demandam esse alimento e legitimam sua produção.

A expressiva procura impulsiona as mulheres a produzirem o queijo e constitui uma estratégia de reprodução familiar, bem como a renda adquirida contribui de forma decisiva para prover à família das suas necessidades. Essa territorialidade feminina se constrói cotidianamente pela apropriação simbólica e efetiva do espaço, utilizando os recursos disponíveis no território – o leite e o saber-fazer transmitido por gerações de mulheres –, aproveitando os subprodutos (soro) para alimentar os animais, as aves e os suínos, o que conformam rendas essenciais para a reprodução familiar. Embora ocorra o assédio das empresas processadoras de leite, como os laticínios, assim como pelas fabriquetas de queijo, elas resistem e alegam o fazer o queijo como a vida, ou seja, como uma expressão identitária das sertanejas transmitidas por diferentes gerações, o que mantém a tradição familiar da produção de queijo.

Além do que foi considerado até aqui, o trabalho dessas mulheres é uma forma de gerar renda no espaço rural sertanejo. Ainda que o trabalho feminino da produção de queijo seja relevante do ponto de vista da produção e da reprodução familiar, todavia, tais rendas

não aparecem no computo das estatísticas porque, para grande parte dos sertanejos nas comunidades pesquisadas, os rendimentos provenientes da produção do queijo e dos suínos conformam apenas como ajuda. As mulheres, também, consideram as rendas provenientes do queijo como uma ajuda, embora seja o principal recurso financeiro em vários períodos do ano. Revelar essa prática implica a busca dos significados dessa atividade para as mulheres que resistem e não se deixam capturar pelos novos atores – homens – inseridos no processo de produção do queijo no território.

Referências

- ALENCAR, J. de. **O sertanejo**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.
- ALMEIDA, M. G. de. (org.). **Tantos cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processos político: In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
- BRANDÃO, C R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- CASCUDO, L. da C. **História da alimentação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.
- CASTRO, J. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense. 1963. 332 p.
- GUARDIÃS do Queijo Coalho do Sertão. Direção de Rita Simone Liberato. Produção de Sônia de Souza Mendonça Menezes. Aracaju, 2014. Documentário (14 min).
- LA BLACHE, V. de. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1921.
- LÉVI-STRAUSS, C. O triângulo culinário. In: SIMONIS, Y. **Introdução ao estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”**. Lisboa: Moraes, 1979. p. 169-176.
- MENEZES, S. de S. M. **As fabriquetas de queijo: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi, Se**. 2001. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

MENEZES, S. de S. M.; ALMEIDA, M. G. de. Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 147-162.

MENEZES, S. de S. M. **Queijo artesanal configurações territoriais: experiências escalares do global ao local (O caso de Sergipe)**. São Cristóvão: Ed. da UFS, 2015.

MENEZES, S. S. M.; CRUZ, F. T. da. Alimentos tradicionais como manifestação cultural na contemporaneidade. In: MENEZES, S. S. M.; CRUZ, F. T. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: EDUFS, 2017. p. 25-44.

RADL-PHILIPP, R. Diferencias del Género, empleo de las Mujeres y el nuevo rol de género femenino. In: RADL-PHILIPP, R. **Investigaciones Actuales de las Mujeres y del Género**. Santiago de Compostela - ES: Cifex, 2010. p. 91-108.

RADL-PHILIPP, R. Questões epistemológicas sobre gênero: o debate atual. **Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, v. 16, n. 1, 2008. DOI: [10.5212/publ.humanas.v16i1.613](https://doi.org/10.5212/publ.humanas.v16i1.613).

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

WEDIG, J.; MENASCHE, R. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 147-162.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1997.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiados do Nordeste**. Brasília, DF: Hucitec 1995.

Capítulo 5

Gênero, territorialidades e agroecologia: experiências de mulheres assentadas

Luna Dalla Rosa Carvalho
Elisete Schwade
Flávia Charão-Marques





Introdução

No presente capítulo, são analisadas as experiências com agroecologia desenvolvidas por mulheres do Assentamento Quilombo dos Palmares II, no Rio Grande do Norte. A proposta é refletir como a opção pela agroecologia se insere no processo de ocupação dos espaços produtivos e sociais pelas mulheres agricultoras, estabelecendo-se uma relação entre gênero e território, como também buscando-se evidenciar como suas práticas e saberes se expressam na construção de uma territorialidade no assentamento. Com isso, se espera entender melhor os processos de transição agroecológica, em especial, entre famílias rurais assentadas.

A agroecologia contempla um conjunto de conhecimentos vinculados a uma reconstrução ecológica da agricultura, mas também envolve elementos complexos de natureza social. O mundo rural ainda é marcado pelo pouco protagonismo das mulheres nas organizações e nas decisões que se referem, por exemplo, à produção. A invisibilidade do seu trabalho e as dificuldades de alcançar independência financeira também são questões em aberto, não raro, relacionadas à permanência da violência doméstica. Assim, a forma como as relações de gênero se expressam entre famílias agricultoras na atualidade e como se articulam com processos econômicos, sociais e políticos mais amplos nos faz indagar se e como a agroecologia contribui para transformações sociais no meio rural.

A maneira como as práticas agroecológicas se relacionam com a busca pela segurança alimentar das famílias, em especial pelas mulheres do assentamento, nos faz ver o outro lado, ou seja, o produtivismo que ainda marca a prática dos agricultores (principalmente os homens) em suas buscas por gerar rendimentos a partir da agricultura e que inviabiliza um aperfeiçoamento e aprofundamento das experiências com agroecologia, mantendo essas práticas um tanto restritas às hortas e cultivos considerados menores por não estarem diretamente relacionados aos produtos comercializáveis.

Evidenciam-se assim lógicas diferentes que se materializam no território, criando o que se concebe como uma territorialidade feminina, vinculada às práticas de cuidado e às responsabilidades com a alimentação e saúde. Percebe-se as dificuldades que essa territorialidade encontra em se materializar, na medida em que as mulheres têm de lidar com uma série de desafios cotidianos, vinculados às diversas tarefas que assumem e na relação com os maridos. Soma-se isso ao fato de que ainda existem espaços nos quais as mulheres não têm uma participação efetiva, como nas reuniões com a assistência técnica e no desenvolvimento de projetos para o assentamento (como o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – Pronaf).

Neste capítulo, primeiramente, se analisará a relação das agricultoras e agricultores assentados com a agroecologia, descrevendo tanto as experiências com projetos agroecológicos como os conhecimentos, práticas e saberes sobre agroecossistemas que permeiam o trabalho com a terra. Em seguida, serão focalizados os quintais como espaços importantes na geração de saberes e na manutenção da segurança alimentar das famílias, com especial participação das mulheres. Na sequência, serão analisadas as experiências das mulheres assentadas em sua aproximação com agroecologia, tratando mais especificamente das histórias de duas mulheres que são exemplos significativos de como a agroecologia pode afetar a vidas das mulheres agricultoras, especialmente, pela identificação de mudanças nos papéis assumidos frente à família e na produção de alimentos. Por fim, a partir dessas experiências, busca-se trazer uma breve reflexão a

respeito da relação entre gênero e territorialidades e a forma como a agroecologia se insere nesse processo.

A pesquisa foi realizada em duas fases, a primeira se deu entre 2012 e 2013 e a segunda, entre 2015 e 2017. Nas duas fases se fez uso de metodologias qualitativas, em especial observação participante e entrevistas individuais semiestruturadas. Em algumas ocasiões também foram feitas entrevistas em grupos.

Agroecologia, saberes ecológicos tradicionais e territorialidades

O Projeto de Assentamento Quilombo dos Palmares II, localizado no município de Macaíba, na região metropolitana de Natal, RN, foi criado em 2006 a partir de um acampamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), composto por famílias de diversos municípios da região metropolitana de Natal. Inicialmente foram assentadas 47 famílias, que depois foram se multiplicando em razão dos filhos que foram crescendo, casando-se e construindo suas próprias casas nos terrenos dos pais. São cerca de 580 ha divididos entre as áreas de agrovila, lotes, áreas comuns e áreas de reserva ambiental. Cerca de um terço da área do assentamento é de mata nativa, o restante são áreas que já foram cultivadas e conta com presença de muitas árvores frutíferas da antiga fazenda que ali existia. A região de Macaíba é conhecida por ser produtora de mandioca e, tanto no Assentamento Quilombo dos Palmares II quanto no Assentamento Eldorado dos Carajás, localizado ao lado, há grandes áreas destinadas a esse cultivo. Isso se dá porque o regime de chuvas na região permite que apenas a mandioca possa ser cultivada sem irrigação o ano inteiro. Os demais cultivos como batata-doce, milho e feijão, que também são comuns, apenas podem ser feitos no período chuvoso (que vai geralmente de março a julho) ou então com uso de irrigação.

A agroecologia passou a ser praticada mais intensamente no assentamento a partir de 2008, quando o secretário de agricultura do

município, juntamente com um técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), convidou dez famílias para participar do projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais), uma tecnologia social financiada pela Fundação Banco do Brasil e executada pelo próprio Sebrae.

A partir da iniciativa de um grupo de mulheres de outro assentamento do município de Macaíba, o Projeto de Assentamento Caracaxá (P.A. Caracaxá), foi solicitado ao Sebrae a realização do projeto Pais no município. Nesse processo houve o envolvimento do secretário de agricultura de Macaíba, o qual entendeu que seria interessante que mais agricultores do município também tivessem acesso ao projeto, a fim de possibilitar uma oferta razoável de alimentos orgânicos na cidade. Foi nesse momento que algumas famílias do Assentamento Quilombo dos Palmares II foram selecionadas.

O projeto consistia na doação de materiais e capacitação técnica para a construção de hortas em forma de mandala¹ com um galinheiro no centro e com uso de irrigação por gotejamento, o que envolvia a construção de uma caixa d'água. Cada horta foi dividida entre duas famílias, e a maioria optou por fazê-la nos quintais das casas. Dez famílias do assentamento entraram no projeto e passaram a cultivar as hortaliças conjuntamente e comercializar a produção numa pequena feira, cuja estrutura foi disponibilizada pelo Sebrae no centro da cidade. A capacitação técnica disponibilizada envolveu o aprendizado sobre caldas e biofertilizantes (nutrição e defensivos naturais), bem como sobre irrigação por gotejamento e reaproveitamento do esterco de galinha para adubação. Depois de algum tempo, cerca de 4 ou 5 anos, as hortas deixaram de ser divididas e cada família passou a produzir de forma independente nos seus quintais, por causa de conflitos que ocorreram por formas e tempos diferentes de trabalho.

Nesse processo de aprendizado, os agricultores envolvidos, que somaram cerca de 20 pessoas entre homens e mulheres, fizeram

1 Mandala se refere a um formato circular de cultivos, nos quais são mescladas várias espécies vegetais, às vezes, associados à criação de animais.

curiosos, viagens, conheceram outras realidades rurais e viram se abrir novas oportunidades de trabalho e comercialização. Numa entrevista realizada com o seu Cosme² em 2016, agricultor que participou do projeto, ele relatou que o aprendizado com as hortas agroecológicas lhe iniciou no processo de trabalhar com irrigação e lhe possibilitou tornar-se fornecedor de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar³ (Pnae) em 2009. Isso se deu porque o projeto das hortas ocorreu no período inicial dos agricultores no assentamento (que foi criado oficialmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra em 2006), fazendo apenas 2 anos em que eles estavam regularmente assentados. Dessa forma, o projeto com as hortas auxiliou essas famílias a se estabelecerem na nova terra e a cultivarem produtos que era possível comercializar naquele momento. Nessa época, não havia energia elétrica nos lotes, o que limitava a produção dos agricultores nesses espaços durante todo o ano.

As hortas agroecológicas, ao serem feitas nos quintais das casas, valorizavam esse espaço, criando-se ali um local de trabalho em que tanto mulheres quanto homens puderam se envolver no processo. Em quatro das dez hortas, foram as mulheres que assumiram a responsabilidade total do cuidado, e nos demais casos, mesmo tendo a participação dos homens, elas compartilhavam o cuidado com as hortaliças. Por meio desse projeto, as mulheres envolvidas tiveram acesso a diferentes tipos de conhecimentos técnicos, contato com diferentes espaços de formação e de troca de experiências, além das vivências de comercialização na feira.

É importante avaliar que o Pais, como um projeto de promoção de agroecologia, tem uma série de limitações no que tange à sua integração com outras dimensões da vida dos agricultores no assentamento. A metodologia adotada pelo Sebrae, segundo as agricultoras e agricultores entrevistados para esta pesquisa, ficou restrita

2 José Cosme dos Santos, agricultor residente no Assentamento Quilombo dos Palmares II.

3 Foi em 2009 que se iniciou a nova configuração do Pnae a partir da Lei nº 11.947, que postula que 30% do valor repassado ao programa deve ser destinado à compra de produtos da agricultura familiar, especialmente de localidades próximas.

aos aspectos técnicos da agroecologia, em especial à produção de hortaliças, não alcançando outros níveis de produção e outras dimensões da vida social das famílias, tais como a dimensão de gênero, a integração de jovens, a sustentabilidade dos sistemas produtivos e do agroecossistema, etc. Santos (2014), que se dedicou a estudar as experiências com o Pais no estado do Rio Grande do Norte, observou que é possível ver algumas arestas entre a lógica do Sebrae, voltada para o desenvolvimento do empreendedorismo e gestão de empresas rurais, e a proposta do Pais, voltada para a agroecologia e para a agricultura familiar. Porém, mais do que observar essas incongruências, nos cabe identificar como os agricultores e agricultoras se apropriaram dessa tecnologia e a integraram em seus mundos de vida.

É importante dizer que entre os agricultores e agricultoras que participaram do projeto havia diversas experiências com agricultura. Alguns assentados vinham da zona rural e tinham trabalhado com agricultura durante toda sua vida, enquanto outros haviam tido experiências de trabalho na zona urbana e só haviam trabalhado na terra quando eram crianças ou adolescentes, acompanhando os pais. Essa heterogeneidade torna difícil dizer como se deu a incorporação da tecnologia de uma forma geral. Para cada família e para cada pessoa isso se deu de uma forma diferenciada.

Para aqueles que já trabalhavam com hortaliças, a participação no projeto significou mais aprendizados e aperfeiçoamentos, já para aqueles que não tinham experiência com hortas, foi um novo campo de descobertas que se abriu, assim como uma porta de entrada para o desenvolvimento de seus projetos de vida na nova terra. No que toca às diferenças de gênero, observou-se que houve apropriações mais específicas entre as mulheres, como também compartilhamento de experiências e significados. Para as mulheres, o aprendizado das hortas significou uma maior aproximação com as práticas de plantio, dando um novo sentido ao trabalho com a terra, como algo mais próximo à casa e conectado com as necessidades da família. Essa situação também influenciou a experiência dos homens, que passaram a ver o trabalho com a terra não apenas como um trabalho solitário

e exaustivo. Esse compartilhamento era possível de observar entre o grupo constituído por homens e mulheres que participavam do projeto de venda para o Pnae e que compartilhavam informações e conhecimentos que abrangiam tanto a agroecologia como outras políticas públicas na época em que se iniciou a pesquisa no assentamento em 2012.

Esse trabalho nos quintais, o qual teve por resultado valorizar esses espaços enquanto locais de produção, não ficou restrito apenas aos agricultores e agricultoras que participaram do Pais, mas influenciou outras famílias no início do processo de assentar-se, o que também teve efeitos nas relações de gênero, pois homens e mulheres estavam participando dessa construção. Isso mudou um pouco à medida que algumas das famílias assentadas passaram a irrigar seus lotes e a levar parte das produções para esses espaços, como será discutido mais à frente.

Tomando-se por base essas heterogeneidades e as diversas experiências e conhecimentos em relação ao trabalho com a terra, traz-se outra dimensão da experiência com agroecologia, vinculada aos conhecimentos, saberes e práticas de agricultores e agricultoras assentadas. Conhecimentos estes relacionados aos ciclos naturais, ao reaproveitamento de resíduos, aos consórcios entre plantas, à manutenção de bancos de sementes e às técnicas tradicionais de plantio. Essas práticas, resultantes de experiências de trabalho agrícola anteriores ou marginais à modernização da agricultura e ao emprego de insumos químicos, estão ligadas a um modo camponês de fazer agricultura, constituindo o que Woortmann (2011) denomina saberes eco-agrícolas tradicionais. Esses saberes, no contexto do Assentamento Quilombo dos Palmares II, são muitas vezes atualizados por conhecimentos contemporâneos sobre defensivos naturais, caldas, biofertilizantes e outras técnicas ecológicas presentes em cursos realizados por agricultores e agricultoras assentados na Escola Agrícola de Jundiaí da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EAJ-UFRN), localizada próxima ao assentamento.

Os saberes e práticas dos agricultores, que nem sempre são possíveis de serem discursivamente organizados – por se constituírem enquanto um saber-fazer (Certeau, 1994) ou como saber tácito –, são visíveis às vezes nas formas de organização dos espaços, nos estilos de plantio, nos tipos de árvores plantadas no entorno da casa, etc. Elementos presentes na paisagem, que poder-se-ia definir enquanto uma materialidade que revela escolhas, inventividade e as trajetórias de ocupação e formação do território que permeiam as histórias das famílias. Logo que se chegou ao assentamento e se começou a adentrar os quintais e lotes, observou-se que não existia um padrão de ocupação de espaço, mas que estavam ali presentes diferentes territorialidades. Estas, entendidas a partir de Little (2002) como o esforço coletivo que um grupo social emprega para usar, ocupar, controlar e se identificar com uma parte específica do seu ambiente biofísico, se mostravam para nós como um conjunto de relações entre pessoas, plantas, instrumentos de trabalho e animais que foram se constituindo à medida que os assentados foram transformando aquele espaço num território de vida.

Também, se começou a contrapor essas territorialidades em construção no assentamento com a antiga forma de ocupação do espaço deixada pela fazenda que ali existia. Isso foi possível, pois, como não se pode retirar nenhuma árvore da terra até que se tenha o título definitivo dessa terra, em muitos lotes a paisagem é ainda dos coqueirais e cajueiros cultivados na época da fazenda. Segundo relatos de alguns assentados e de um antigo morador e funcionário da fazenda, ali se produziam especialmente frutas como abacaxi, maracujá, caju e coco, todos em larga escala, com uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, além de criação de gado. Por causa dessas atividades, parte da terra ficou degradada, exigindo esforços por parte dos assentados para conseguirem plantar. Principalmente na área dos coqueiros, é necessário haver irrigação, pois, sem isso, as demais plantas, como batata-doce, milho e feijão, não “vingam”, já que o coqueiro “puxa” muito a água e adubo da terra (nas palavras dos entrevistados).

De início, isso se mostrou como um confronto de territorialidades, ou, como coloca Silva (2007), distintos modos de apropriação da natureza. No entanto, com o passar do tempo, observou-se que as árvores e outros elementos presentes no espaço não se colocavam simplesmente como obstáculos, mas também como possibilidades para os assentados, e era possível observar diversas formas de combinar outros cultivos com os coqueiros e cajueiros presentes.

Percebeu-se que os elementos a que os agricultores recorrem e que constroem o território poderiam ser entendidos a partir do que Ingold (2015) qualifica como um fluxo de materiais: os encontros das pessoas com as coisas no processo de criação de formas. Seria uma ideia de criatividade que se projeta para frente apontando que, na relação dos seres humanos com o ambiente, na criação de artefatos e nas modificações na paisagem, não se dão simplesmente criações a partir de planos previamente pensados, mas também a partir de práticas improvisadas que vão criando, segundo o autor, linhas ao longo das quais as coisas vão sendo continuamente formadas e que vão criando condições para outras coisas se formarem. Ao apresentar a noção de malha, Ingold (2012) descreve justamente as imbricações dessas linhas de crescimento e movimento que acontecem no ambiente, as quais os seres humanos podem acompanhar, pois, segundo ele, habitar o mundo é justamente se juntar aos processos de formação da vida.

Essas observações e reflexões nos fizeram entender que na formação das territorialidades não estavam presentes apenas elementos simbólicos e de saberes e práticas incorporadas, mas que a materialidade agregava essa série de encontros improvisados (ou mesmo imprevisíveis) entre agentes diversos, em que o ser humano é apenas mais um agente nesse processo e não o ordenador do mundo. Essa construção, no entanto, ganha outras dimensões quando se incorpora a discussão de gênero na formação das territorialidades, como se verá a seguir.

A importância dos quintais e as transformações nos espaços produtivos

Mesmo que atualmente o foco do trabalho da maior parte das famílias assentadas não seja os quintais, como foi no período inicial (muitos passaram a irrigar seus lotes e direcionaram quase toda a produção para esses espaços), eles continuam tendo importância, principalmente para aquelas famílias que não têm acesso ao lote produtivo e dependem do que produzem no quintal.

No caso desse assentamento, como também mostram Carneiro et al. (2013) em outros do País, o quintal é, muitas vezes, importante local de produção de alimentos, sejam frutas, raízes, hortaliças ou plantas medicinais, além da criação de pequenos animais. É onde se fazem experimentos e adaptações de novas espécies de plantas e se organizam os materiais necessários para as produções nos lotes, o que os constitui também como locais de aprendizado entre crianças e adultos. É também nos quintais que se dá a transformação do espaço do assentamento em um lugar de vida (Gomes, 2011), em que saberes e conhecimentos de agricultores e agricultoras são primeiramente empregados no processo de assentar-se na nova terra, momento em que as mulheres têm papel fundamental (Woortmann, 2014).

Passou-se a aproximar mais dos quintais no assentamento a partir de um exercício de etnografia visual feito com algumas crianças do assentamento. Na ocasião, disponibilizou-se uma máquina fotográfica para elas registrarem elementos que julgavam interessantes, assim como os lugares de que mais gostavam. O resultado foi um mosaico de imagens com diversos elementos presentes, tanto nos espaços coletivos do assentamento como nos quintais, o que, no momento mesmo da produção das fotos, provocou encontros com esse universo, brincadeiras em relação a percepções diferentes sobre as coisas e descobertas variadas sobre as plantas, animais e sobre os afetos das pessoas com o seu lugar.

Também se tornou possível observar que cada quintal possuía elementos particulares, assim como uma organização própria.

Em alguns, por exemplo, há uma árvore principal, embaixo da qual se fazem reuniões e as tarefas cotidianas da família; outros já têm várias árvores frutíferas que também proporcionam sombra para momentos de descanso e lazer. Alguns têm hortas, outros têm plantações de macaxeira (mandioca-mansa) ou feijão nos fundos; alguns têm chiqueiros e galinheiros e assim por diante. O fato é que aquelas plantas ali presentes assim como os animais pareciam ter significados específicos para cada família, bem como refletiam a divisão sexual do trabalho em cada casa e, especialmente, a atuação das mulheres.

Por exemplo, no quintal da casa de Ana Paula⁴, uma das entrevistadas, é possível ver uma série de frutas e plantas utilizadas na alimentação da família: a banana, o mamão, a laranja, o limão, a acerola, o abacate, a azeitona-preta – que em outros lugares é chamada de jamelão –, o maracujá, a manga, o coco, o jambo; além de pimentas, coentro, couve, cebolinha, noni (planta exótica usada de forma medicinal). Ao lado da casa há um grande galinheiro, com algumas dezenas de galinhas, e em outro espaço há um chiqueiro para porcos. Ao acompanhar Ana Paula em seu trabalho no quintal, seus filhos vêm aprendendo desde cedo a fazer fogo para cozinhar, regar as plantas, varrer o terreiro, a colher as frutas, a plantar e alimentar os animais, etc.

Amaral e Guarim Neto (2008) dirão que os quintais (*homegardens*) têm uma longa tradição em países tropicais, onde se combinam arbustos, herbáceas, trepadeiras, árvores, muitas vezes associadas à criação de animais domésticos, crescendo próximo às casas. Oakley (2004) descreve que os quintais têm muitas vezes a função de reservatórios de biodiversidade em diversas comunidades pelo mundo, sendo o lugar em que novas espécies de plantas são testadas e experimentadas. Esta autora, que realizou pesquisa sobre os quintais domésticos em duas comunidades de Bangladesh, afirma que lá eles são cultivados e cuidados exclusivamente pelas mulheres e que funcionam como despensas onde elas vão buscar o que precisam para o preparo das

4 Ana Paula da Silva, agricultora agroecológica e residente do Assentamento Quilombo dos Palmares II.

refeições diárias, sendo uma importante fonte de alimentos para as famílias.

No caso do Assentamento Quilombo dos Palmares II, isso também se dá, principalmente, para as famílias que não têm acesso ao lote produtivo⁵ e para aquelas famílias cujos homens não trabalham na agricultura (ou por não ter a prática ou por não poder por causa de problemas de saúde). Nesses casos, as mulheres precisam dar conta da alimentação da família e recorrem aos quintais como local de produção de alimentos. Ali, podem criar galinhas e porcos, ter um pequeno plantio de macaxeira e feijão, podem ter árvores frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, etc.

A importância que os quintais assumem em cada casa tem a ver também com a situação socioeconômica das famílias, com os estilos de produção, se mais voltados para o autoconsumo ou para comercialização, com diferenças identitárias e de hábitos alimentares e com a participação das mulheres na produção de alimentos. Normalmente, as famílias que produzem mais para venda vão ter nos quintais uma extensão de seus lotes, com currais, galinheiros e espaços de trabalho para transformação e beneficiamento dos produtos. Nas famílias que têm o foco da produção voltada para o autoconsumo, os quintais vão se colocar como um importante lugar de produção de alimentos. Isso geralmente acontece nas famílias que não possuem irrigação em seus lotes. Nesses casos, os quintais não geram uma renda mensal tão significativa e as famílias não podem comprar alimentos de fora. Às vezes, também é uma opção da própria família, que prefere consumir o que eles próprios produzem, já que são alimentos que fazem parte da sua identidade alimentar (Menasche et al., 2008).

No assentamento, percebe-se que as diferenças nos hábitos alimentares se relacionam com as diferentes trajetórias das famílias. Como algumas pessoas residiram mais tempo nas cidades, foram adquirindo hábitos urbanos de alimentação, com consumo de mais

5 Alguns lotes ficam em área de reserva ambiental, onde só se pode plantar mediante uma licença conferida pelo Incra e Ibama.

alimentos processados e industrializados. E mesmo entre aquelas que permaneceram morando no campo, podem-se vincular as mudanças nos hábitos alimentares ao processo de modernização da agricultura, em que se passou a dar mais valor às culturas comerciais em detrimento dos cultivos para autoconsumo, o que também implica efeitos na valorização do trabalho das mulheres no conjunto da produção familiar.

Como apontam Biase (2007) e Menasche et al. (2008), a produção dos quintais, pomares e a criação de pequenos animais – que muitas vezes asseguram a segurança alimentar das famílias rurais – são geralmente realizadas por mulheres, suas filhas e filhos menores. No processo de modernização da agricultura (ocorrido no Brasil nas décadas de 1970 e 1980), com o foco do trabalho e com os investimentos sendo direcionados para culturas comerciais, passa-se a desvalorizar a produção para o autoconsumo e consequentemente desvaloriza-se o trabalho das mulheres. Entra-se assim num período produtivista, em que a reprodução familiar estará mais pautada pela renda auferida pela produção comercial do que pelo trabalho voltado para a produção de alimentos, o que servia tanto para as famílias agricultoras quanto para os mercados locais (Biase, 2007).

Como foi dito anteriormente, o projeto das hortas do Sebrae que foi centrado nos quintais (já que na época não havia energia e acesso à água nos lotes) acabou por valorizar esses espaços e envolveu as mulheres intensamente no trabalho. Alguns assentados com irrigação no lote atualmente chegam a dizer que acreditam que produziam mais nos quintais do que produzem hoje no lote, pois no quintal tudo estava “mais integrado”. No entanto, passado esse primeiro momento, aqueles agricultores que se capitalizaram e puderam abrir poços artesianos e irrigar seus lotes transferiram a produção para esses espaços.

Nesse processo houve mudanças na organização do trabalho no interior das famílias, como uma readequação ao padrão de divisão mais tradicional do trabalho em que as mulheres voltaram a estar mais relacionadas ao trabalho doméstico, não havendo mais um

compartilhamento de tarefas num mesmo espaço, como foi proporcionado pelo trabalho nas hortas.

Isso se refere à forma como as relações de gênero se materializam no espaço e no tempo, assim como à forma como a organização do espaço condiciona as relações de gênero. Como demonstra Woortmann (1992) em seu estudo sobre comunidades de pescadores/camponeses do litoral do Rio Grande do Norte, à medida que foram ocorrendo mudanças econômicas e sociais mais amplas, relacionadas à consolidação da propriedade privada das terras com a chegada do arame farpado, foi se modificando a divisão dos espaços femininos e masculinos. Isso ocorreu porque se inviabilizou o acesso das mulheres às terras de plantio, onde cultivavam alimentos e criavam animais, tornando-as mais dependentes dos maridos e forçando a especialização produtiva das famílias na pesca e na venda do pescado.

Da mesma forma, com a irrigação dos lotes, houve uma readequação dos espaços no assentamento, colocando a casa e o quintal como espaços de trabalho reprodutivo e de uma produção apenas acessória ao trabalho realizado nos lotes. As hortas e o quintal perdem importância na organização econômica das famílias, redirecionando as mulheres novamente para o trabalho doméstico. As mulheres continuam trabalhando nos lotes, porém com mais dificuldades para conseguir conciliar o trabalho nos dois espaços.

Buscando elementos relacionados a uma territorialidade feminina no assentamento, pode-se observar que é principalmente nos quintais das famílias sem o lote irrigado que se dá uma maior presença de plantas medicinais, hortaliças, frutas, pequenos animais, etc. Essa territorialidade vinculada às práticas das mulheres em relação ao cuidado com a alimentação e com a saúde de suas famílias envolve, portanto, não apenas representações diferentes em relação aos espaços, mas também formas diferentes de materializar os espaços e transformar o ambiente natural.

Segundo Velasco (2012), ainda são raros os estudos sobre gênero que o ligam à dimensão da territorialidade, apesar de que, assim como

o gênero, a territorialidade também é construída e atravessada real e simbolicamente pela experiência. A autora afirma que a feminilidade e a masculinidade se produzem e se reproduzem conjuntamente a tudo que une simbolicamente os sujeitos aos seus lugares, construindo as maneiras como vivemos os espaços concretos.

As atividades, tarefas e responsabilidades vinculadas às mulheres e ao feminino vão construindo uma maneira de viver o espaço e, portanto, de construir o território. Isso remete às responsabilidades assumidas tradicionalmente (e muitas vezes compulsoriamente) pelas mulheres, e, nesse caso em especial, entre mulheres rurais, como o cuidado com os filhos, o ato de cozinhar e garantir a alimentação, as tarefas de cuidado com idosos e doentes, a limpeza da casa, etc. Essas tarefas vinculadas a papéis sociais historicamente constituídos e ao que se pode denominar uma *ética do cuidado* (Siliprandi, 2009) vão criando percepções e, portanto, formas próprias de usar e ocupar os espaços, sejam eles espaços mais familiares como os quintais, as casas, os roçados, assim como espaços comunitários, em que se definem questões relacionadas aos territórios.

Um caso exemplar da forma como a percepção das mulheres pode interferir na conformação do território foi uma situação vivida por dona Graça⁶, uma de nossas entrevistadas, em que uma companhia de água mineral, ao descobrir que no assentamento havia um poço mineral, propôs aos assentados que ali se construísse uma unidade de beneficiamento onde se iria engarrafar a água para comercializar, podendo criar postos de emprego para os jovens do assentamento. Dona Graça contou que alguns moradores até se sentiram tentados a aceitar a proposta, porém ela se manifestou contrária, afirmando que se deixassem a empresa explorar o poço, em 20 ou 30 anos eles já não teriam água no assentamento, o que prejudicaria os filhos e netos que ali permanecessem. Pode-se observar que seu posicionamento traz uma noção de continuidade em relação ao território, uma reação à visão imediatista que tenderia a ver apenas os benefícios de

6 Marias das Graças Oliveira dos Santos, agricultora agroecológica do Assentamento Quilombo dos Palmares II.

curto prazo que poderiam ser conseguidos com a concessão da área e do poço para a empresa.

Isso nos faz pensar que são lógicas distintas que se entrecruzam e como é necessário, de certa forma, criar limites, a fim de preservar modos de vida e até mesmo a saúde das pessoas. Essas percepções, que geralmente são tidas por mulheres, não são dadas por uma essência mais afeita ao cuidado e ao vínculo com a natureza, mas construída a partir de experiências/práticas e responsabilidades que as levam a desenvolver uma atenção mais aguçada em relação a determinadas questões.

Experiências das mulheres assentadas com agroecologia

Abordou-se até aqui a noção de experiência sob duas formas, uma analítica e outra como um conceito nativo, que tem a ver com as tentativas e erros que perfazem a prática agrícola e também com práticas de previsão de chuvas (Silva et al., 2013). A categoria analítica foi tratada não como uma categoria autoevidente, mas como o meio pelo qual os sujeitos são constituídos (Scott, 1999). Assim, as mulheres que foram pesquisadas vão se constituindo à medida que contam suas histórias e narram suas experiências. Esse termo se coloca, portanto, assim como a identidade de gênero, na tentativa de desessencializar as subjetividades, e, ao mesmo tempo, agregar as diversas categorias de diferenciação que possam estar condicionando essa experiência, como gênero, raça, classe e sexualidade (Brah, 2006; Piscitelli, 2008).

As experiências dos assentados e assentadas com agroecologia, iniciadas em 2008, envolveram um grupo de oito mulheres do Assentamento Quilombo dos Palmares II. No entanto, o envolvimento com agroecologia remonta ao tempo em que estavam acampadas, antes de conquistar a terra, como conta dona Graça, a seguir.

Luna: E a senhora já tinha, já conhecia essa coisa de agroecologia, de agricultura orgânica...

Graça: Não, a gente ouvia falar. A gente ouvia falar. Porque no movimento Sem Terra eles já falavam, nas reuniões eles já repassavam isso pra nós. De trabalhar sem veneno, é os produtos agroecológicos, saudável, eles já passavam isso pra gente.

Luna: E já falavam da agroecologia meio que mudar a própria dinâmica, da mulher começar a trabalhar...

Graça: É um dos pontos que eles mais debatem. É o valor da mulher em si.

Luna: Na produção né.

Graça: Tanto no trabalho, como na auto-estima, como em tudo, no geral. O movimento Sem Terra ensina muito a nós mulheres a ver a nossa vida de forma diferente, conhecer o nosso valor, a nos dar respeito... (comunicação pessoal)⁷.

Ambos os temas, da independência e da autovalorização das mulheres, assim como da agricultura de base ecológica, já estão sendo debatidos nos espaços de discussão do MST. Como aponta Schwade (2014), o processo da militância das mulheres rurais provoca modificações nos papéis de gênero, desafiando padrões estabelecidos e construindo novas maneiras de ser mulher rural. Assim, as trajetórias de militância – ao envolver viagens, contato com outras realidades socioculturais, às vezes experiências de educação formal – provocam, na visão da autora, deslocamentos, tanto no sentido de distâncias geográficas como culturais e identitárias. Assim, continua dona Graça:

Eles sempre mostravam isso pra nós, o valor de nós trabalhar, de ter nossa independência. Tanto nossa independência física como financeira, nós ter o nosso, nós não depender só do homem [...] A gente se acostuma com aquilo e vai sofrendo, vai apanhando. Apanhando de todas as formas. Apanha do homem, apanha da vida, não se valoriza. E assim a gente, a gente trabalhando, tendo a nossa condição financeira, sendo independente é bem melhor.

Luna: E a senhora acha que conseguiu isso com as hortas aqui?

7 Relato de dona Graça, agricultora agroecológica, no Assentamento Quilombo dos Palmares II, Macaíba, RN, em 2008.

D. Graça: Olha eu não vou dizer que a horta me deu, me deu assim... lucros. [...] Mas ela me mostrou...me mostrou o meio de eu sair e vender lá fora. [...] Depois que eu vim pra cá e que eu conheci as hortas aí que eu comecei a levar as verduras e feijão, batata, macaxeira, milho na época (comunicação pessoal)⁸.

A necessidade de desenvolver a autoestima e de buscar a independência traz a questão financeira como um elemento importante, ainda que não se reduza a ela, pois envolve a capacidade de se valorizar por inteiro. O início do trabalho com as hortas e depois a sua comercialização foram se colocando como vias de maior liberdade para algumas mulheres, gerando renda e mais mobilidade, pois a venda na feira orgânica envolvia idas mais frequentes à cidade sem necessitar dos maridos.

A experiência de comercialização na feira trouxe, portanto, a possibilidade de ter sua própria renda e de ter outras vivências. Por exemplo, a de criação de um grupo que se organizava para levar os produtos conjuntamente e que, logo depois, com outros assentados começaram a se organizar para vender alimentos para as escolas por meio do Pnae. Nesse processo, as mulheres tiveram uma importante participação.

No momento atual, muitas das famílias que iniciaram com as hortas possuem irrigação em seus lotes, e a produção de hortaliças passou a ser secundária em alguns casos, já que outros plantios, como banana, mamão, batata-doce, milho, feijão e jerimum, assumiram um lugar mais importante. Um fato que colaborou para isso foi a extinção da feira orgânica em 2012 por determinação da prefeitura, que criou uma lei que proíbe todo tipo de comércio informal nas ruas de Macaíba. A produção passou assim a ser destinada para o Pnae, o que exigiu maior variedade e quantidade de alimentos. Essa mudança prejudicou a participação das mulheres, afetando principalmente aquelas cujos maridos não são agricultores. Entre os casais agricultores, foi mais fácil transferir a produção das hortas para os lotes,

8 Relato de dona Graça, agricultora agroecológica, no Assentamento Quilombo dos Palmares II, Macaíba, RN, em 2008.

havendo a possibilidade de dividir as tarefas. Já no caso das mulheres que estavam cultivando apenas hortaliças no quintal, ficou mais difícil comercializar a produção, já que não alcançam volume para entregar no contexto do Pnae. Sobre esse processo de mudança nos fala dona Graça:

Luna: Mas em relação a isso que eu queria ver com a senhora, se é coisa da minha cabeça ou se faz sentido [...] Que quando sai daqui, quando sai dos quintais e vai mais pro lote é [...] fica mais a cargo dos homens essa produção, mais responsabilidade [...].

D. Graça: É, aí a responsabilidade passa mais pro homem e a mulher fica mais com aquela de vender, de ajudar, mas ela não deixa de tá lado a lado, ela tá sempre lado a lado. Aqui em casa, Wellington vai no lote só, mas pra plantar é eu, ele ajuda numa coisa ou outra, mas eu também faço minha parte e assim a gente vai. A maioria aqui das mulheres é assim. Você não vê Tetê com seu Cosme. Tetê tem dias que você chega aí que ela tá com a enxada, tá, tá, tá [...] Dona Francisquinha. Dona Francisquinha tem o roçado dela, ela faz sozinha, ela tem o dela, o marido tem outro (comunicação pessoal)⁹.

A ausência das mulheres nos lotes se dá muito mais por uma dificuldade de conseguir conciliar os trabalhos em casa e no roçado. O trabalho doméstico e, principalmente, a tarefa de cozinhar são atividades ainda exclusivamente atribuídas às mulheres. Essa diferenciação, ancorada numa relação hierárquica no interior das famílias rurais – que relaciona as mulheres ao trabalho doméstico –, remete a valores, símbolos e representações (Herrera, 2016) vinculados à constituição histórica dessas famílias e dos grupos sociais aos quais fazem parte, em que dificilmente é contestada e subvertida.

No entanto, também se entende que o espaço doméstico não é apenas um lugar de subordinação das mulheres rurais. Dentro do campo feminista essa visão já é contestada tanto pelas vertentes do feminismo negro e do feminismo decolonial quanto do feminismo marxista, que deixou de colocar a integração ao mercado de trabalho como única via de emancipação das mulheres. Paulilo (2004)

⁹ Relato de dona Graça, agricultora agroecológica, no Assentamento Quilombo dos Palmares II, Macaíba, RN, em 2008.

demonstra como a partir das experiências das mulheres camponesas em contextos de trabalho familiar foi-se transformando a visão que vigorava no interior do campo marxista de que a independência financeira das mulheres e sua emancipação passaria inevitavelmente pela sua inserção no mercado de trabalho. Essa contestação também vem se dando no âmbito do feminismo decolonial, que questiona a visão da casa como um lugar de exploração. Para mulheres subalternizadas e racializadas, não é no contexto doméstico que elas se sentem oprimidas, mas sim no contexto da fábrica, da plantação, no setor de serviços e no trabalho cotidiano vinculado aos históricos de escravidão e de trabalho informal. A casa como espaço íntimo acaba por se constituir como um dos únicos espaços de realização de muitas mulheres.

Nesse processo de transferência dos plantios para os lotes e de ampliação das plantações que ocorreu no assentamento, não houve apenas perdas, mas também a possibilidade de ampliação do conhecimento agroecológico para outra escala de produção. Assim, o conhecimento adquirido (também nos cursos de formação), que antes era aplicado apenas nas hortas, passou a ser usado nas demais atividades agrícolas. Márcia, uma das agricultoras que participou do Pais, relata algumas dessas técnicas utilizadas em seu lote:

Luna: Isso foi a partir das hortas que tu começou a fazer ou já tinha esse conhecimento?

Márcia: A partir das hortas. Do neem e do fumo eu já conhecia já. Aí depois que a gente começou a aprender as coisas com o Pais, a gente aprendeu a fazer o defensivo. A calda...aí agora a gente tá aprendendo a fazer um defensivo pra combater a praga da batata, que tava dando muita tunga de batata. É uma praga que dá na batata. É fumo, neem, cebola de fio. Bota ela de molho e um óleo de girassol que os meninos tão conseguindo aí com manipueira. Aí vai botando tudo, deixando 10 dias, aí ajeita a calda e traz pra pulverizar em cima do leirão.

Luna: Aí bota na raiz ou na folha?

Márcia: Quando faz o leirão, aí abre o sulco onde vai ser plantado e pulveriza.

Luna: Antes de plantar tem que ser isso...

Márcia: Faz uma pulverização antes no plantio, logo no início quando vai plantar e outra quando já tá com um mês e vinte dias, na metade do ciclo (comunicação pessoal)¹⁰.

Porém, essa ampliação das práticas agroecológicas não foi realizada por todos os assentados; alguns agricultores seguem utilizando agrotóxicos, em especial, na batata-doce e no feijão. Márcia foi uma das poucas agricultoras entrevistadas que falou da aplicação dessas caldas nos lotes produtivos.

Nem todas as experiências das mulheres do assentamento com a agroecologia são iguais: enquanto algumas mencionam os cursos de capacitação (como os do Sebrae), outras atribuem os aprendizados aos antepassados. Em seguida, são trazidos alguns elementos de tais experiências.

Começar-se-á com a história de Ana Paula da Silva, uma mulher na faixa dos 50 anos, mãe de quatro filhos, sendo três meninas e um menino. Ana Paula cresceu em Monte Alegre, cidade localizada a 39 km de Natal, na casa dos avós, que eram agricultores, apesar de não possuírem a própria terra. Depois que se separou do seu pai, a mãe de Ana Paula se casou com um homem que também era agricultor e que trabalhava em terra de terceiros. Eles se mudaram para Parnamirim (localizada ao lado de Natal), lá conheceram o MST e Ana Paula passou a militar no movimento. Algum tempo depois ela conheceu seu marido e tiveram as duas primeiras filhas. Em 2006, depois de alguns anos militando e acampando, conseguiram sua própria terra no Assentamento Quilombo dos Palmares II. Ana Paula conta que, a princípio, nem pensava em se assentar, que seu marido não era agricultor e que não via isso como um projeto viável, mas depois de um tempo pensou que já havia lutado tanto para os outros conseguirem terras que estava na hora de ela própria ter a sua.

¹⁰ Relato de Márcia Maria dos Santos Nascimento, agricultora agroecológica, no Assentamento Quilombo dos Palmares II, Macaíba, RN, em 2008.

Mas não foi sem dificuldade que eles conseguiram passar os primeiros anos no assentamento. Por um tempo, Ana Paula ainda ficou trabalhando em Parnamirim, continuando na militância do MST, percorrendo cerca de 30 km quase todos os dias de bicicleta. Nessa época ela já tinha três filhos e foi apenas quando engravidou da filha mais nova que parou de ir e vir de Parnamirim. Logo em seguida se envolveu com o projeto das hortas do Sebrae.

As hortas foram para ela uma porta de entrada para um conhecimento que ela não tinha, pois, apesar de ser neta de agricultores, ela até então não havia trabalhado efetivamente como agricultora. Foi com as hortas que ela pôde se inserir como produtora e depois entregar alimentos para merenda escolar junto com seu padasto, seu Manoel, que também se assentou no Quilombo dos Palmares II. No entanto, como a renda obtida com a produção da horta não era suficiente para alimentar a família e pagar as contas, Ana Paula sempre conciliou essa atividade com outras, trabalhando como diarista numa fazenda localizada próxima ao assentamento, fazendo artesanato, doces e salgados para vender, como faz até hoje. Seu marido não tem um emprego fixo e trabalha levando as pessoas do assentamento de carro até o centro de Macaíba.

Como o seu lote fica numa área de reserva ambiental, eles o aproveitam para colher mangabas nas épocas de safra da fruta, vendendo algumas e dando para os amigos as que sobram. Em acordo com os demais assentados, Ana Paula também utiliza uma área coletiva atrás do terreno onde mora, onde planta macaxeira, mandioca e feijão, o que também ajuda na alimentação da casa e possibilita uma renda pela venda do excedente. Além dos filhos biológicos, Ana Paula recentemente adotou uma menina; frequentemente há crianças e jovens em sua casa, alguns são amigos dos filhos e outros ficam ali quando os pais não estão em casa. Ana Paula também participa de uma das igrejas evangélicas do assentamento e realiza trabalhos para a igreja. Por ter passado bastante tempo na militância, sempre se envolveu politicamente e hoje, junto com outra assentada, organiza uma das associações do assentamento.

Na época da pesquisa, Ana Paula não fazia mais suas hortas em forma de mandala (como havia aprendido com o Sebrae), mas em linhas. Também não é sempre que ela trabalha com hortas; houve épocas em que ela foi visitada que não havia muitas coisas plantadas no quintal, mas em outros momentos havia muitos tipos diferentes de hortaliças, como alface, rúcula, tomate-cereja, manjeriço, hortelã, menta, couve. Entende-se que, dependendo da situação, da época e das condições, o conhecimento aprendido poderá ser ou não empregado, já que está condicionado pela dinâmica da vida das mulheres e de suas famílias.

A outra mulher com quem se conviveu e acompanhou foi dona Francisca¹¹. Com quase 60 anos, Francisquinha, como é chamada por todos, teve oito filhos, é natural de Vera Cruz (município da região agreste que faz divisa com Macaíba) e trabalhou com o pai desde pequena. Seu pai também era natural de Vera Cruz e, segundo ela, tinha origem indígena; já a mãe era de uma família de origem portuguesa da cidade. Quando Francisquinha nasceu, eles viviam na terra do avô, mas, depois que este vendeu sua terra, eles foram morar em outro povoado de Vera Cruz e seu pai passou a trabalhar fabricando tijolos na época de verão e arrendando terras para plantar na época do inverno. Como havia abundância de áreas de mata nativa, o sistema na época era de corte e queima. Nos roçados do pai se plantavam mandioca, batata-doce, milho, feijão-macáçar e fava, e toda a alimentação da família provinha desse plantio; apenas eram comprados a “mistura” (carnes e outros itens de origem animal) e outros produtos que eles não produziam como sal, açúcar e sabão.

Desde cedo ela e os irmãos aprenderam a plantar e ajudar o pai. Na adolescência, foi trabalhar como “alugada” em terra de outras pessoas para conseguir levantar uma renda e manter a família, que nessa época já estava formando com seu Domingos¹², que também era natural de Vera Cruz e também trabalhava como agricultor alugado.

11 Francisca Batista de Lima, agricultora agroecológica do Assentamento Quilombo dos Palmares II.

12 Domingos Inácio de Araújo, agricultor do Assentamento Quilombo dos Palmares II.

Os dois conseguiram comprar um terreno e construir uma casa, onde criaram os oito filhos, plantando alguns alimentos no quintal e trabalhando em fazendas na região. Seu Domingos, depois que a maioria dos filhos já havia crescido, foi trabalhar em Natal como vigia noturno e foi nessa época que ele conheceu o MST. Decidiu se juntar ao movimento, indo participar de um acampamento que estava acontecendo em São José de Mipibu, outra cidade da região metropolitana. Enquanto isso, trabalhava em uma fazenda nesse mesmo município, e dona Francisquinha continuava morando em Vera Cruz com os filhos. Foram cerca de 4 anos acampando até conseguir a terra. Como os filhos mais velhos já estavam crescidos, foram casando e saindo de casa, mas a maioria permaneceu morando próximo ao assentamento. Hoje em dia na casa deles moram apenas os dois filhos mais novos e uma neta.

Depois de assentados, dona Francisca e seu Domingos passaram a ter cada um o seu roçado. Ela encontrou uma área no meio da antiga plantação de cajueiros do assentamento – que a princípio seria área de reserva ambiental – e fez seu roçado da forma que aprendeu com o pai. Seu Domingos começou a plantar no lote recebido pelo Incra. Seu Domingos nos contou que, a princípio, o fato de ela ter plantado numa área de reserva provocou o descontentamento de alguns assentados que fizeram reclamações ao Incra, que, por sua vez, enviou alguns funcionários para averiguar a situação. No entanto, depois de conhecer o roçado de dona Francisquinha, consideraram que não haveria problemas em ela continuar plantando naquela área, afinal um dos objetivos do assentamento era ser produtivo, e ela estava sendo.

Dona Francisquinha não participou do projeto com as hortas do Sebrae, nem teve outra formação em agroecologia, porém, tanto no seu quintal como no roçado, ela procura fazer uma agricultura ecológica. Entre as práticas mantidas por ela está o plantio sem uso de agrotóxicos, a conservação de sementes, os consórcios, a reutilização dos subprodutos das plantações e o uso de adubos orgânicos. Um dos seus filhos realizou um curso de Técnico em Agropecuária na Escola

Agrícola de Jundiaí, onde aprendeu algumas técnicas ecológicas para combater insetos, ensinando depois para a mãe. Os dois trocam muitos conhecimentos em relação à agricultura, e no terreno onde o filho mora é possível ver um estilo de plantio e manejo parecido com o da mãe.

No quintal de dona Francisquinha há uma grande variedade de plantas, tanto alimentícias como medicinais e ornamentais, e tudo no quintal é articulado e reaproveitado. Do chiqueiro dos porcos sai o estrume, que é separado e deixado secar para depois ser aplicado nas plantas. Já o boi geralmente é amarrado embaixo de alguma árvore, adubando as raízes da planta. O esterco das galinhas também é utilizado nas leiras de hortaliças e a alimentação delas é à base de milho e dos restos de plantações e da alimentação da família. Dona Francisquinha faz questão de dizer que na sua casa nada se joga fora.

A base da alimentação da família provém do que eles cultivam nos roçados e no quintal, e parte da alimentação é comprada. Todo ano, dona Francisquinha, seu Domingos e os filhos colhem cerca de quatro caminhões (“carradas”) de mandioca que eles vendem para um atravessador, que, por sua vez, vende para uma fábrica de farinha. Isso lhes dá uma renda anual que lhes permite comprar o que é necessário para a casa. Também vendem o excedente da produção para o Pnae e, outra parte, eles vendem para alguns vizinhos que levam os produtos para feiras em Macaíba e em Natal.

Dona Francisquinha é a principal responsável pela produção e pelo cuidado da casa, o que a torna a referência da família. Ela também é uma mulher muito ativa na igreja católica do assentamento, procurando sempre estar à frente das atividades e festejos da igreja. Na época em que sua sogra estava viva, era ela quem cuidava, dava banho e medicava a senhora, que já não se movimentava sozinha.

O acúmulo de tarefas faz dona Francisquinha estar sempre manejando o tempo, e as diversas responsabilidades nem sempre lhe permitem estar no roçado, onde ela mais gosta de estar e trabalhar. Os cuidados com a neta e os filhos, a alimentação da família,

as atividades da igreja e a limpeza de casa de certa forma a afastam desse espaço, que, para ela, não possui apenas o significado de um espaço de trabalho, mas é também onde ela pode se sentir mais à vontade:

Luna: Mas se fosse pra senhora escolher entre ter um emprego, que pudesse ter tá um salário e plantar, a senhora continuaria plantando?

Francisquinha: Eu gosto demais do roçado, sou mais roçado. Uma que eu não tenho leitura suficiente pra mode pegar emprego, né? Não tenho. Eu tenho minha carteira aí, mas nunca foi assinada não. Ai teve um tempo que eu trabalhei lá na minha comunidade na prefeitura. Eu ainda trabalhei dois anos na ambulância carregando gente doente pra fazer internação em Natal, mulher pra parir, mas tirando isso, tudo é só agricultura, só agricultura, eu só me sinto bem quando eu to no meu roçado. Eu acho bom demais o meu roçado.

Luna: Mas como a senhora se sente, mais livre?

Francisquinha: Mais livre, que quando eu to ali naquele roçado limpando um pézinho de mato, ali, vixe, você tá com o sentido ali naquele roçado, naquele mato, você não tá com o sentido lá fora, pra fazer uma coisa, pra fazer isso, pra fazer aquilo não. A gente se sente à vontade no roçado, é a gente se sente livre (comunicação pessoal)¹³.

Dessa forma, podemos ver os diferentes significados que a agroecologia assume para cada uma dessas mulheres. Enquanto para uma tratou-se de uma porta de entrada para um conhecimento e uma atividade possível de ser realizada por ela, pela proximidade de casa, onde se podem conciliar as outras atividades, produzir alimentos e tirar uma renda, para a outra, se trata de um aperfeiçoamento do tipo de plantio que ela sempre realizou e que aprendeu com o pai, sendo assim um reforço para a manutenção dessas técnicas e saberes tradicionais e da construção do conhecimento que realiza junto com os filhos.

De forma geral, é possível visualizar que a agroecologia contribui para a autonomia das mulheres em diversos aspectos. Por um lado,

¹³ Relato de dona Francisquinha, agricultora agroecológica, no Assentamento Quilombo dos Palmares II, Macaíba, RN, em 2008.

valoriza os quintais, o que modifica a divisão estrita entre trabalho produtivo e reprodutivo, levando a aperfeiçoamentos e aprendizados em tarefas que as mulheres já realizam, tais como cultivar hortaliças, plantas medicinais, frutas e outros bens alimentares, contribuindo para a segurança alimentar das mulheres e suas famílias. Por outro lado, também possibilita a geração de uma renda própria, pela venda dos produtos. No caso das participantes do projeto com as hortas, foi também a agroecologia que possibilitou o acesso a novas experiências e conhecimentos, seja por meio das viagens, seja por meio da feira orgânica na cidade.

Porém, essas experiências positivas se mesclam no cotidiano com formas de organização do trabalho e da vida que nem sempre possibilitam às mulheres desenvolver suas aptidões e potenciais na agricultura, assim como encontrar mais espaços de autonomia e liberdade. Como afirma Herrera (2016), o mundo rural é ainda profundamente marcado pela subordinação das mulheres a uma lógica de divisão do trabalho que as vincula à domesticidade, que invisibiliza e não reconhece seu trabalho como agricultoras. As mulheres assentadas lidam, em seu cotidiano, com situações desafiadoras em que precisam dar conta das necessidades da família (alimentação, cuidado de crianças, idosos e pessoas doentes), conciliando diversas atividades e responsabilidades.

Pensar assim na conformação de uma territorialidade feminina no assentamento implica, portanto, considerar o espaço como atravessado por relações de poder e envolve levar em consideração como os corpos e as corporalidades estão envolvidos na conformação das territorialidades. Velasco (2012), seguindo a linha de outras autoras feministas, irá tratar o corpo como a primeira instância territorial de gênero, colocando-o não apenas como um produto cultural e político, por onde o mundo é experimentado, mas o próprio corpo como território, que ocupa um lugar no mundo. Isso quer dizer que é a partir de nossos corpos que colocamos limites e fronteiras em relação aos outros, na reivindicação de um território pessoal ou de um espaço vital.

Ao falar da “generização” dos territórios, a autora afirma que existem lugares colocados como localizações significativas de construção de gênero, que os espaços aderem distintos significados de acordo com quem os ocupa e transita por eles. Porém, isso não quer dizer que os espaços tenham um único gênero, nem que não possa haver rupturas reais e simbólicas em relação às divisões genéricas do espaço ou a existência de espaços marginais, opostos a essas divisões. Em qualquer espaço, segundo a autora, existem manifestações femininas e masculinas que envolvem uma série de cruzamentos e interações espaciais, assim como uma multiplicidade de usos e percepções capazes de desestabilizar o que está estabelecido em termos de lugares generizados (Velasco, 2012).

Assim, pode-se pensar como se dá a generização de espaços como quintais, lotes produtivos, espaços de uso comum, reuniões com a assistência técnica, reuniões das associações, de acordo com quem os ocupa, estabelecendo significados, relações de poder, lógicas de atuação, etc. Ao acompanhar a reunião com a assistência técnica que tratava dos projetos do Pronaf, viu-se uma baixa participação das mulheres, o que se refletiu em projetos mais voltados para a criação de animais e ampliação das produções nos lotes, atividades coordenadas principalmente pelos homens. Isso significa menores possibilidades de acesso à crédito para as mulheres, onde, mesmo que elas participem em alguma medida do planejamento e do trabalho produtivo coordenados pelos homens, acabam por ter diminuídas as chances de conseguir investimentos e fazer melhorias nas suas produções e atividades para incremento de sua própria renda.

Assim, também pode-se pensar como a agroecologia participa, mantém ou desestabiliza a generização dos espaços. Tratando-a como a incorporação de práticas ecológicas na agricultura, pode-se afirmar que propõe, em alguma medida, a aproximação das lógicas do cuidado e da produção, podendo também modificar as relações de gênero e a organização do trabalho nas famílias, assim como num plano mais amplo pode também modificar a organização comunitária, o planejamento e o manejo dos territórios. No entanto, são necessárias ações

que proponham uma maior equidade na participação de mulheres e homens nas reuniões e espaços de planejamento de projetos, para que não se mantenham as mesmas lógicas e estruturas de organização que colocam as mulheres num lugar secundário, considerando, obviamente, suas próprias vontades e desejos de participação nesses processos.

Considerações finais

O presente capítulo buscou evidenciar alguns aspectos que perpassam as relações entre agroecologia, relações de gênero e territorialidade. Viu-se que, no processo de aprendizado com agroecologia, vinculado às experiências com as hortas, houve uma maior valorização dos quintais e do trabalho das mulheres, o que auxiliou no processo de construção de uma territorialidade feminina no assentamento relacionada a uma ética do cuidado e de busca pela segurança e soberania alimentar das famílias.

Existe claramente um movimento de ocupação dos espaços por parte das mulheres, que vai na direção de constituir-se como uma espécie de feminismo agroecológico – ainda que hoje não o seja declaradamente assim. Essa posição está relacionada com suas experiências enquanto mulheres, com as responsabilidades que precisam assumir, com as pressões que enfrentam e com percepções que vão se criando nesses processos de viver e habitar o território. Isso é visível na organização dos quintais, nas materialidades que se fazem presentes nesses lugares e nas formas de ocupar o território, perpassadas por preocupações e necessidades assumidas pelas mulheres, ainda que não se restrinjam a elas.

No entanto, é necessário observar que a participação das mulheres do assentamento, em especial no que se refere às questões produtivas, ainda é muito desigual em relação à participação dos homens. Ganha destaque, nesse sentido, a questão do acesso aos créditos. A constituição de uma territorialidade feminina no assentamento, assim como a ocupação dos espaços sociais e produtivos pelas

mulheres, ainda é um processo em devir, dificultado em grande parte pelas questões já mencionadas de invisibilidade do trabalho agrícola das mulheres, pela responsabilização compulsória e exclusiva com os trabalhos domésticos e pela divisão de tarefas existente entre os casais. Em muitas famílias, somente aos homens é atribuída a possibilidade e capacidade de frequentar e participar de espaços políticos e vinculados à produção, o que acaba por excluir as mulheres de muitas decisões importantes.

A forma como as mulheres do assentamento estão ocupando os espaços, sejam eles produtivos, sociais e políticos, aponta para a existência dessa territorialidade, em que a agroecologia se coloca muitas vezes como um instrumental que permite às mulheres se colocarem nos espaços produtivos e nos momentos de troca de conhecimentos, reafirmando-se como sujeitos na agricultura. Poderia se afirmar, no entanto, que esse ainda é um processo incompleto, tendo em vista as dificuldades encontradas pelas mulheres para poder exercer plenamente esse papel.

A construção de uma agroecologia feita por mulheres passa, portanto, pela necessidade de ocupar espaços e de lidar com a generificação dos lugares, de valorizar seu próprio trabalho, de criar e manter espaços onde se sintam à vontade e tenham suas decisões respeitadas. Ocupar os quintais com a produção de alimentos e plantas medicinais, ocupar os lotes produtivos cultivando a partir dos seus próprios conhecimentos, ocupar as reuniões com a assistência técnica e as reuniões das associações são todos movimentos realizados pelas mulheres que criam marcas diferentes no território e que, por sua vez, criam marcas nas suas próprias vidas, contribuindo para sua autovalorização e para o aporte de visões e práticas mais ecológicas e colaborativas na relação com os territórios. O rompimento com o binarismo de gênero presente em espaços generificados, na busca por garantir espaços vitais para si e para os seus, pode, portanto, ter na agroecologia uma grande aliada, ao mesmo tempo que as mulheres, com seus modos de fazer e suas percepções, são fundamentais para a construção da agroecologia nos diferentes territórios.

Referências

- AMARAL, C. N. do; GUARIM NETO, G. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** v. 3, n. 3, set./dez. 2008. DOI: [10.1590/S1981-81222008000300004](https://doi.org/10.1590/S1981-81222008000300004).
- BIASE, L. de. A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia. **Agrária**, n. 7, p. 4-36, 2007. DOI: [10.11606/issn.1808-1150.v0i7p4-36](https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i7p4-36).
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. DOI: [10.1590/S0104-83332006000100014](https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014).
- CARNEIRO, M. G. R.; CAMURÇA, A. M.; ESMERALDO, G. G. S. L.; SOUSA, N. R. de. Quintais produtivos: contribuição a segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre em Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 135-147, 2013.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GOMES, T. P de S. Das receitas às práticas de benzedura e cura: uma etnografia do saberes tradicionais de mulheres assentadas. **Retratos de assentamentos**, v. 14, n. 2, 2011.
- HERRERA, K. M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Revista Política & Sociedade**, v. 15, 2016. Edição Especial. DOI: [10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208](https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208).
- INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.
- INGOLD, T. Trazendo às coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, jan./jun. 2012. DOI: [10.1590/S0104-71832012000100002](https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002).
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, DF: Departamento de Antropologia, 2002. (Série Antropologia, 322).
- MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista Nutrição**, v. 21, p. 145s-158s, jul./ago. 2008. Suplemento. DOI: [10.1590/S1415-52732008000700013](https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700013).
- OAKLEY, E. Quintais: uma responsabilidade cultural. **Revista Agriculturas**, v. 1, n. 1, nov. 2004.
- PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004. DOI: [10.1590/S0104-026X2004000100012](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100012).

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

SANTOS, R. F. dos. **Rupturas e continuidades na Produção Agroecológica Integrada e Sustentável-PAIS em Macaíba/RN**. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SCHWADE, E. Gênero e ativismo político: mulheres no MST e em assentamentos rurais. In: ASSIS, G. de O.; MINELLA, L. S.; FUNCK, S. B. (org.). **Entrelugares e mobilidades: desafios feministas**. Tubarão: Copiart, 2014.

SCOTT, J. Experiência. In: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O. (org.). **Falas de gênero**. Santa Catarina: Malheiros, 1999. p. 21-55.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 292 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SILVA, C. E. M. Modos de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**, v. 3, n. 1, p. 46-63, jan./jun. 2007.

SILVA, N.; ANDRADE, A. J. P. de. SOUZA, C. R. O sertanejo e as experiências de inverno no Seridó Potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 87-107, jan./jun. 2013. DOI: [10.5380/dma.v27i0.29829](https://doi.org/10.5380/dma.v27i0.29829).

VELASCO, M. C. Territorialidad del género y generidad del territorio. In: RAMOS, M. E. R.; LARA, A. F. L. (org.). **Explorando territorios: una visión desde las ciencias sociales**. México: Unam-X, 2012. p. 236-293.

WOORTMANN, E. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, p. 41-60, 1992.

WOORTMANN, E. Migração, família e conhecimentos tradicionais. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 43, 2014.

WOORTMANN, E. Práticas eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. **Retratos de Assentamentos**, v.14, n. 2, 2011. DOI: [10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2011.v14i2.91](https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2011.v14i2.91).

Capítulo 6

Produção em circuitos curtos: protagonismo feminino no Assentamento Milton Santos

Gabriela Mariano Mendonça
Paulo Eduardo Moruzzi Marques
Bruna Rodrigues Almeida
Carlos Armênio Khatounian





Introdução

Este capítulo focaliza a via agroecológica do desenvolvimento do Assentamento Milton Santos, implantado em 2005, situado em zona periurbana entre os municípios de Americana e Cosmópolis, no estado de São Paulo. O estudo tem por base elementos de análise obtidos por Mendonça (2019).

A localização do assentamento em região densamente povoada se explica pela concepção de uma proposta denominada “Comuna da Terra” por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que será explicado mais adiante. Além da proximidade com grandes centros urbanos, esta orientação para a instalação de famílias de trabalhadores sem-terra se fundou em perspectiva agroecológica.

Desde 2010, esse assentamento recebe o apoio do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), cujos esforços se concentraram nos últimos anos na formação e consolidação de organização de controle social (OCS). Trata-se de dispositivo reconhecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) de garantia de qualidade orgânica para os casos de alimentos comercializados em venda direta ao consumidor ou adquiridos por órgãos públicos. Atualmente, existem três organizações de controle social (OCSs) no assentamento: o foco de estudo deste capítulo se dirigiu para aquela liderada majoritariamente por mulheres.

A reflexão sobre o processo de implantação de OCS leva a tratar notadamente de questões em torno das formas de transição agroecológica e da participação da mulher no meio rural no Brasil. A análise das experiências da OCS “Terra Viva” permite abordar as potencialidades e as dificuldades de um coletivo dessa natureza, considerando particularmente as relações em torno da divisão sexual do trabalho e a participação da mulher nos espaços de organização e produção com vistas à consolidação da agroecologia no assentamento.

Para desenvolver essa reflexão, este capítulo se inicia com uma releitura da evolução do debate sobre a reforma agrária desde o período da transição democrática, considerando uma ressignificação de seus propósitos. Em seguida, a implantação do Assentamento Milton Santos será examinada, destacando suas diferentes dificuldades, representativas dos projetos de reforma agrária no Brasil. Então, tratou-se do papel do Núcleo de Agroecologia da Esalq/USP no apoio às famílias assentadas para depois analisar os efeitos das OCSs como meio notadamente de reforço da ação coletiva no assentamento, em particular no que se refere às experiências das mulheres agricultoras.

Ressignificação da reforma agrária

Desde o início dos anos 2000, as vozes que propagam a ideia de uma obsolescência da reforma agrária no Brasil ganham cada vez mais potência. Esse fenômeno pode ser observado pelas posições do pesquisador Zander Navarro, defensor da reforma agrária nos anos 1990, o qual passa em publicações mais recentes a considerá-la como desnecessária, sugerindo “o ocaso de um tema que ocupou, muitas vezes centralmente, a agenda política brasileira” (Navarro, 2008, p. 9). Uma das respostas a esse tipo de crítica consiste na defesa de uma reforma que ofereça soluções para múltiplos objetivos socioambientais.

Para compreender essa evolução, convém lembrar que, ao fim do regime militar, houve grande expectativa de que o Estatuto da Terra pudesse finalmente, após 20 anos de sua homologação, oferecer as bases para uma ação pública voltada para uma profunda

transformação da estrutura agrária brasileira, marcada pela forte concentração da propriedade. Porém, o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária alcançou apenas cerca de 10% de seus objetivos ao fim de 4 anos de Nova República (Gros, 1991).

Assim, a implantação de assentamentos de reforma agrária ocorreu desde então graças à mobilização e persistência do movimento social, em particular do MST. Nos anos 1990, o MST teve, de fato, sucesso em suas estratégias de instalar famílias sem-terra com uma notável multiplicação de assentamentos. Porém, esse mesmo êxito não ocorreu em relação à implantação de um modelo de produção adequado para as famílias assentadas. A proposta de implantar cooperativas fundadas em agriculturas intensivas industriais nos assentamentos conheceu numerosos limites, em razão da tentativa de reproduzir um único modelo coletivista em realidades muito distintas e de provocar grande dependência industrial e financeira.

Efetivamente, ao longo dos anos 1990, essa linha produtivista do MST era ligada a uma perspectiva do marxismo agrário que propõe um cooperativismo industrial sob coletivismo radical, representado pelo modelo das Cooperativas de Produção Agrícola (CPA) fundado na teoria da organização do campo, como foi analisado por Borsatto e Carmo (2013). Os limites e insucessos dessa proposta favorecem certamente a crítica contra a reforma agrária, que se ancora em visão produtivista de apologia da agricultura industrial brasileira.

Nesse quadro, o MST se torna cada vez mais permeável à absorção de concepções produtivas alternativas para o desenvolvimento dos assentamentos com vistas a encontrar nova legitimidade para a defesa da reforma agrária. A agroecologia emerge como orientação pertinente, oferecendo uma perspectiva consistente para responder a demandas crescentes da sociedade contemporânea por alimentos orgânicos e por proteção ambiental.

A adesão do MST à Via Campesina, com seu projeto internacional camponês de soberania alimentar, reforça a perspectiva agroecológica. Esta noção de soberania é proposta como uma alternativa à

concepção produtivista de segurança alimentar, defendendo a proteção das agriculturas locais com políticas de acesso democrático à terra, ao crédito e aos meios para produzir.

Nessa ótica, uma produção sustentável deve assegurar o abastecimento alimentar das populações, graças a medidas favoráveis a circuitos curtos agroalimentares e à gestão pelas comunidades agrícolas dos recursos como água, terra e agrobiodiversidade. Trata-se de reconhecer a multifuncionalidade da agricultura, em termos de conservação dos recursos naturais, especialmente da biodiversidade e de desenvolvimento territorial inclusivo (Moruzzi Marques, 2010). Efetivamente, essas ideias conhecem ressonância em parte da sociedade preocupada com a crescente degradação ambiental do planeta, tendendo a demandar uma agricultura respeitosa do meio ambiente e dos seres humanos, com a oferta de alimentos cuja qualidade se associa a requisitos ecológicos.

A proposta de Comuna da Terra no estado de São Paulo, considerada neste estudo, foi elaborada na perspectiva de reorientação agroecológica do desenvolvimento dos assentamentos. Trata-se da base conceitual sobre a qual ocorreu a mobilização social que resultou na instalação do Assentamento Milton Santos.

A agroecologia se situa no primeiro plano desta proposta, que consiste em instalar assentamentos em zonas próximas a grandes centros urbanos, visando contar com maior infraestrutura disponível e permitindo a formação de circuitos curtos de comercialização dos produtos agrícolas. A proximidade com importantes aglomerações urbanas poderia igualmente atrair mais famílias interessadas em desenvolver um projeto agrícola, visto a considerável população das metrópoles no estado de São Paulo.

No âmbito da superintendência paulista do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), essa proposta de Comuna da Terra foi absorvida enquanto Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) de assentamentos. Os PDSs nasceram no Amazonas com objetivo de conciliar produção e proteção da natureza, refletindo igualmente

uma mudança de significados ligados aos propósitos da reforma agrária. Os assentamentos inscritos na modalidade PDS devem, entre outros objetivos, reestabelecer a função social da propriedade, gerando emprego e renda para trabalhadores agroecológicos, bem como assegurando o uso sustentável dos recursos sem provocar danos à natureza.

No caso do Assentamento Milton Santos, o Incra deixou a desejar em termos de apoio para alcançar um “desenvolvimento sustentável”, pois não disponibilizou ferramentas que auxiliassem os assentados em seus projetos agroecológicos. A insuficiente atuação para resolução do problema de acesso à água e a descontinuidade da assistência técnica podem ser destacadas no que se refere aos limites da ação do Incra.

De toda forma, essa origem do assentamento marcada pelas concepções de Comuna da Terra e de PDS leva à constituição de um ambiente relativamente favorável à inovação socioambiental sob inspiração agroecológica. Trata-se assim de um claro fruto de uma ressignificação da reforma agrária.

Nascimento e consolidação do Assentamento Milton Santos

O Assentamento Milton Santos nasceu, como já mencionado, a partir da concepção de “Comuna da Terra”. Esta proposta com características agroecológicas do MST conhece inúmeros bloqueios, particularmente em razão do apoio amplamente insuficiente do Incra para o desenvolvimento de assentamentos com essa orientação.

Sob a perspectiva de formação de Comunas da Terra, as famílias originárias majoritariamente das periferias de Limeira e Campinas, reunidas em torno da regional do MST de Campinas, ocuparam a Fazenda Santo Antônio em Limeira, com 230 ha, e a Fazenda Santa Julia, com 90 ha. Porém, a partir do despejo desses lugares, o Incra as encaminhou no final de 2005 para o Sítio Boa Vista, com 104 ha (Salim, 2007). Trata-se de parte de um vasto domínio territorial de cultivo de cana-de-açúcar da Usina Esther. As terras do Sítio Boa

Vista pertencem à União e puderam ser destinadas à reforma agrária. Desde então, 68 famílias vivem nessa área, dispondo cada uma de aproximadamente 1 ha de terras destinadas à produção. A parte restante se situa principalmente em área de preservação permanente (APP), no entorno do Rio Jaguari e Córrego Jacutinga.

Além dos limites ligados a essa reduzida área produtiva, as dificuldades dos assentados são consideráveis: notadamente a ausência de assistência técnica regular, o acesso muito limitado à água e a falta de estrutura de comercialização. A organização de ações coletivas constitui também uma dificuldade das famílias assentadas. Para a constituição do assentamento, as famílias desenvolveram efetivas ações coletivas. Com a demarcação dos lotes, cada família assentada passou a direcionar atenção e trabalho para suas áreas. A desunião entre os assentados é, por vezes, explicada por uma sensação de desequilíbrio na realização das ações coletivas.

A proposta de representação por núcleos de famílias vizinhas nos processos de tomada de decisão funcionou precariamente nos primeiros passos do assentamento durante o tempo em que a associação local apenas se manteve ativa enquanto intermediava o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De toda maneira, ocorriam reuniões com a participação da maior parte das famílias, sobretudo para tratar de questões consideradas como essenciais, tais como acesso a financiamentos ou resistência contra ameaças ao assentamento.

O estabelecimento de uma área concentrada de horta, com canteiros de cerca de 200 m² por família, foi uma iniciativa coletiva exitosa, permitindo contornar parcialmente o limitado acesso aos recursos hídricos e a precariedade das estruturas de comercialização.

As ações coletivas tiveram um forte impulso em razão da ameaça de despejo que pesou sobre as famílias assentadas em 2012 e 2013. Tratou-se de uma liminar de reintegração de posse obtida na justiça pela Usina Esther, mencionada anteriormente. Com efeito, apesar de se tratar de terras públicas, existem brechas jurídicas que permitem à empresa reivindicar judicialmente a reincorporação dessa área para

seus projetos produtivos. Para evitar o despejo, as famílias assentadas realizaram muitas manifestações, contando com apoio de diversas instituições. A propósito, o eixo dessa defesa do assentamento insiste sobre os diferentes papéis, de cunho ecológico, desempenhados pelas famílias assentadas. É assim que é destacado o fornecimento pelo assentamento de alimentos cultivados de forma agroecológica para famílias em situação de insegurança alimentar (Moruzzi Marques et al., 2017).

Esse aprovisionamento de alimentos foi possível graças ao dispositivo de “Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea” do Programa de Aquisição de Alimentos (DS/PAA), o que permitiu, aliás, que a produção do assentamento, em razão da segurança em torno da comercialização, tivesse obtido grande impulso em seus primeiros anos de existência. Efetivamente, esse dispositivo foi concebido no âmbito do então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome (Mesa) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) como meio para superar vulnerabilidades no acesso aos alimentos. Trata-se de um instrumento que vincula o apoio à agricultura familiar com o socorro alimentar a indivíduos em estado de insegurança alimentar (Schmitt, 2005).

Apesar de problemas locais (como um longo tempo para o pagamento ou projetos insuficientes para manter a produção ao longo do ano), o programa em questão serviu para estimular intensamente uma produção alimentar diversificada, fundada, sobretudo, em hortaliças de ciclo curto. Além desse estímulo, o DS/PAA engendrou uma dinâmica associativa em torno da Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista (Acoterra), responsável por intermediar, junto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a participação dos assentados no fornecimento de alimentos às instituições de assistência social.

De fato, o DS/PAA favoreceu diferentes dimensões econômicas, sociais, ambientais e alimentares em torno das famílias assentadas, atenuando suas vulnerabilidades. Com efeito, o dispositivo

assegurou renda familiar, fomentou a organização social, estimulou investimento no reconhecimento da qualidade orgânica dos alimentos e permitiu uma importante diversificação da produção (Moruzzi Marques et al., 2014). Entretanto, especialmente depois de 2015, com a redução dos investimentos nas políticas públicas relacionadas à agricultura familiar (a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016 é bem reveladora dessa reorientação da ação pública), o DS/PAA passa a sofrer cortes profundos, deixando de ser uma base sólida para o desenvolvimento do assentamento.

Nesse quadro, as famílias assentadas e seus apoios têm dirigido reflexões e ações para a conformação de alternativas de comercialização. É assim que as OCSs passam a ser constituídas no assentamento, assim como outras inovações, tal como aquela de distribuição de cestas de produtos alimentares para grupos de consumo solidários, o que será abordado a seguir.

Apoio do Núcleo de Agroecologia Nheengatu e emergência de iniciativas inovadoras

O Núcleo de Agroecologia Nheengatu foi criado em 2010 com o objetivo de propiciar espaços de aprendizado de agricultura de base ecológica para os estudantes na Esalq/USP. Esse núcleo é uma articulação de grupos de estudos e extensão cujas atividades convergem para a construção de agriculturas mais sustentáveis, procurando abordar distintos modos e escalas de produção agrícola. Atualmente, os grupos que compõem o núcleo são Amaranthus (Agricultura Orgânica), Cepara (Reaproveitamento de Resíduos Agroindustriais), Gesp (Grupo de Extensão de São Pedro), PET Ecologia (Programa de Educação Tutorial), SAF Pirasykáua (Sistemas Agroflorestais), Cajan (Comercialização Justa e Cultura Alimentar) e Terra (Territorialidades Rurais e Reforma Agrária). Estes dois últimos realizam a maior parte de seus projetos em apoio ao assentamento.

Desde 2012, o núcleo tem mantido permanentemente atividades no assentamento, envolvendo diferentes grupos de extensão

em projetos com duração normalmente de 1 a 3 anos. Em particular, respondeu às chamadas de projetos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visando à implantação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA), bem como apoiando financeiramente projetos que integrem atividades de extensão tecnológica, pesquisa científica e educação profissional para construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção.

Os projetos do Núcleo Nheengatu no assentamento enfrentaram grandes desafios, pois a maioria das famílias assentadas não tinha conhecimentos sobre o cultivo de alimentos. O MST ofereceu em mais de uma ocasião oficinas e orientações sobre manejo agroecológico, o que constitui a base inicial dos assentados para suas produções.

Nesse contexto, os projetos do Núcleo de Agroecologia Nheengatu visaram aperfeiçoar tecnicamente a produção agrícola, implementar áreas de proteção ambiental, melhorar a comercialização, reforçar a coesão e fomentar o sentimento de pertencimento ao coletivo local. O financiamento desses projetos foi obtido do CNPq e também de outras fontes, em especial da USP, na forma de bolsas de estudo e de recursos para custeio das atividades previstas. Também contou com recursos gerados por atividades do próprio núcleo, de forma um tanto reduzida, mas permitindo a continuidade das ações, mesmo com a conclusão do projeto financiado pelo CNPq.

Essa ação continuada propiciou um conhecimento profundo e abrangente da situação no assentamento, de modo que iniciativas com maior tempo de maturação puderam ser concebidas e implantadas. Numa visão de longo prazo, a perspectiva é que o assentamento possa se transformar em polo de produção de hortifrutigranjeiros, em bases ecológicas, para o seu entorno urbano. Para esse propósito, entendeu-se que seria crucial obter o reconhecimento da garantia de qualidade orgânica nos marcos regulatórios do Mapa, tal como se segue.

Divisor de águas: a implantação de organizações de controle social

Na perspectiva mencionada anteriormente e naquela de reforçar as ações coletivas locais e de favorecer a transição agroecológica, os membros do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da Esalq/USP dirigiram, portanto, seus esforços no assentamento para a constituição de OCSs. Como já mencionado, estas últimas são a alternativa mais acessível de garantia legal de qualidade orgânica dos produtos dos assentados, comercializados diretamente a clientes diversos, desde consumidores individuais até instituições públicas ou assistenciais locais.

Essa proposta de formação de OCS conheceu grande interesse e efetividade no assentamento, apesar das dificuldades encontradas, principalmente na preparação da documentação e na realização dos registros exigidos para sua efetivação. Em aproximadamente 3 anos, a partir de processo iniciado em 2014, três OCSs foram constituídas: *Recanto Produtos Orgânicos*, *Horta Coletiva* e *Terra Viva*. Esta última, composta majoritariamente por mulheres agricultoras assentadas, será focalizada aqui por possuir estratégias de organização que nos permitem discutir o papel da liderança feminina nos processos de transição agroecológica.

Terra Viva: protagonismo feminino?

A OCS Terra Viva se originou em um círculo de mulheres que residem nos “lotes da frente” (área próxima à entrada principal do assentamento). Em fins de 2018, era composta por dois homens e nove mulheres. Estas últimas criaram laços fortes entre si desde o período de acampamento, de forma a construir laços sólidos de amizades. Rua e Abramovay (2000) constatam que, nos acampamentos de famílias sem-terra, as mulheres se destacam na organização da participação ativa. No caso em estudo, a união de mulheres teve como fruto notável a constituição da OCS, integrando novas assentadas no coletivo

com o passar dos anos. Efetivamente a relação de proximidade e confiança entre elas foi determinante nesse processo.

A OCS Terra Viva contou com decisivo apoio dos grupos de extensão que compõem o Núcleo de Agroecologia Nheengatu. Convém também destacar que o grupo segue de forma acentuada as orientações produtivas e organizacionais veiculadas pela direção nacional e estadual do MST, o que permite maior coerência em suas ações frente aos outros grupos.

Por sua vez, a construção social da divisão sexual do trabalho tornou as atividades femininas de cultivo uma extensão das atribuições de mãe e esposa (Brumer, 2004). De fato, esta visão naturaliza a dupla jornada de trabalho: de uma parte, o cuidado da família e da casa e, de outra parte, a produção de alimentos, sobretudo nos quintais para a subsistência familiar.

No caso das mulheres da OCS Terra Viva, trata-se de um grupo próximo à terceira idade, algumas já viúvas ou com os filhos independentes. Assim, estas mulheres realizam suas atividades em grande medida sozinhas ou com o apoio de colegas da OCS. Foi o caso de uma assentada paranaense que se engajou no movimento social com vistas a retomar o trabalho na terra, como ocorria no oeste do Paraná junto com seus pais. Depois do casamento, passou a residir em zona metropolitana em torno de Campinas. Buscando novas perspectivas de vida, ela e o marido participaram de acampamentos do movimento, enfrentando violência e precariedade. Logo após a instalação do assentamento, seu marido faleceu, mas nossa interlocutora não desistiu de desenvolver meios para residir e produzir no lote, apesar da resistência das quatro filhas (três delas vivendo a cerca de 90 km e outra no Rio Grande do Sul).

Portanto, com as filhas residindo na cidade e ausência de marido, suas atividades de cultivo representam importante remuneração, inclusive em razão de suas dificuldades para obter aposentadoria ou pensão pelo falecimento do marido, problema que é associado à inexistência de sindicato de trabalhadores rurais em São Paulo. Nessas

circunstâncias, a assentada realiza trabalho intenso, mantendo seu lote todo cultivado. Ademais, pôde construir uma casa de alvenaria bem equipada e formar um quintal com muitas árvores frutíferas. Seus esforços levam as filhas a considerarem a possibilidade futura de se instalar no assentamento, continuando o trabalho de valorização deste patrimônio familiar.

Essa situação permite valorizar as atividades da mulher, o que se afasta da divisão social do trabalho entre homens e mulheres na agricultura, com um lugar subalterno destas últimas enquanto ajudante nos cultivos e nas tomadas de decisão (Carneiro, 2001). Dessa forma, ocorre invisibilidade feminina e sua caracterização como “trabalhadoras sem remuneração” (Rua; Abramovay, 2000).

A partir da OCS Terra Viva, desenvolveu-se a proposta de formação de uma cooperativa, denominada Cooperflora, com vistas a favorecer a comercialização dos produtos das famílias assentadas envolvidas. A Cooperflora é composta por 29 membros, ou seja, todos os integrantes da OCS Terra Viva, além de outras 18 assentadas e assentados que aderiram à proposta. Novamente, existe aqui uma maioria de mulheres agricultoras.

A construção dessa cooperativa se relaciona com os cortes de recursos para o dispositivo DS/PAA, o que também afetou a associação Acoterra, já mencionada. Portanto, tratou-se igualmente de um reforço das organizações formais do assentamento.

No âmbito da Cooperflora, os membros da OCS Terra Viva passaram a construir diferentes alternativas inovadoras de comercialização, em particular o fornecimento direto de cestas de alimentos, preferencialmente orgânicos, para grupos de consumo solidário da região. As entregas ocorrem semanalmente, com produtos escolhidos em razão da sazonalidade agrícola. No final do primeiro semestre de 2017, a cooperativa fornecia aproximadamente 50 cestas por semana. Essa comercialização se estrutura em venda direta para grupos de consumidores solidários nas cidades de Americana, Piracicaba, Campinas e Paulínia.

A divulgação dessa iniciativa ocorre pelas mídias sociais, as quais representam a principal maneira de comunicação das atividades da cooperativa para o público em geral (com informações sobre os produtos presentes na cesta); após a aproximação, os grupos de consumo passaram a utilizar aplicativos de mensagens instantâneas (trata-se de meio para consumidores engajados solicitar determinada quantidade de cestas, tirar dúvidas ou compartilhar receitas). Esses processos têm permitido uma importante aproximação entre produtores e consumidores.¹

O Núcleo de Agroecologia Nheengatu tem atuado também junto à cooperativa para realizar o planejamento produtivo de forma a manter uma oferta equilibrada de alimentos durante todo o ano, reduzindo as perdas principalmente em razão de excesso de determinados produtos. O Núcleo Nheengatu organiza igualmente a distribuição de cestas na Esalq/USP, em Piracicaba. De fato, seus membros desenvolvem projetos de extensão universitária apoiados pelo Programa Unificado de Bolsas no âmbito da temática “comercialização justa e cultura alimentar”, cujo objetivo consiste especialmente em favorecer a proximidade entre comunidade interna do campus e produtores familiares graças ao acesso direto aos alimentos produzidos por estes últimos. Essa aproximação é concebida como meio para difundir maior conhecimento sobre a realidade dos agricultores familiares, em particular das famílias assentadas. Nesse caso, as cestas de alimentos são divulgadas via e-mail institucional e os pedidos realizados por um formulário on-line.

As cestas são compostas por cinco a sete alimentos in natura distintos, aos quais é adicionado um alimento processado, denominado pelas agricultoras como “produto especial”, podendo ser pão, bolo ou molho de pimenta. Alguns consumidores realizam ainda “pedidos extras”, independentes da cesta.

1 A propósito, segundo Bezerra e Schneider (2012), a proximidade entre produção e consumo potencializa a intensificação das relações sociais e econômicas.

Esse tipo de relação com os consumidores contribui para que os cooperados tenham um maior reconhecimento de seu esforço, o que gera maior motivação e sentimento de satisfação pelo trabalho realizado na agricultura. As palavras de uma das entrevistadas ilustram bem esse propósito: “o pessoal pega aquela cesta com todo amor, com tanto carinho, mas como é legal, [...] você vê aquele povo pegando aquela cesta, sabendo que vai comer uma coisa saudável”².

Como as cestas são compostas por alimentos sazonais e adaptados ao cultivo local, ocorre frequentemente entre consumidores e produtores troca de receitas e preparos. Efetivamente, há estímulo notadamente por parte do Núcleo Nheengatu para difusão de alimentos não convencionais. Assim, trata-se de uma forma de testar a aceitação de produtos alimentares não convencionais (Panc) junto aos membros dos grupos de consumo solidário, permitindo que a agrobiodiversidade enriqueça cultivos e cardápios.

No que se refere à OCS Terra Viva, suas reuniões são destinadas a manter atualizada a documentação exigida. Esses encontros tratam igualmente de técnicas sobre o manejo agroecológico, o que ocorre cada vez mais junto com os membros da cooperativa, que são encorajados a produzir organicamente. Nessas reuniões, as mulheres se sentem respeitadas, considerando existência de igualdade de fala e de reconhecimento do trabalho das assentadas, tal como julgado por líder do assentamento pertencente à direção estadual do MST.

Em relação à produção agroecológica, as trocas de saberes nas reuniões da OCS e da Cooperflora têm permitido encontrar soluções apropriadas. A transição agroecológica é avaliada a partir de indicadores dos(as) próprios(as) agricultores(as) em relação à cobertura do solo, à saúde das plantas ou à adubação verde. Por exemplo, as percepções sobre a cor e a textura do solo oferecem indícios utilizados frequentemente para avaliar sua fertilidade.

A OCS Terra Viva organizou em seus primeiros passos mutirões quinzenais para plantio e manejo nos lotes individuais das famílias

2 Agricultora do Assentamento Milton Santos – entrevista realizada em 2018 em Americana, SP.

implicadas, o que favoreceu a circulação de conhecimento agroecológico. Esses mutirões ocorrem atualmente com menor frequência, conforme demanda específica. De todo modo, trata-se de uma forma de enfrentar as tarefas mais pesadas, sobretudo para as mulheres que trabalham sozinhas em seus lotes.

Por sua vez, os membros do Núcleo Nheengatu estimulam a realização de atividades de manejo com as famílias assentadas. Em particular, a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) é incentivada para integrar o cultivo de plantas de ciclo curto e longo.

A participação das mulheres nessas atividades é notável, representando mudanças em relação à divisão sexual do trabalho. Com efeito, ocorre uma construção de espaços democráticos de reuniões, com a participação ativa das mulheres nos processos de tomada de decisão no âmbito da OCS, Cooperflora e outros espaços de ação coletiva no assentamento.

Dessa maneira, há uma desnaturalização da divisão sexual do trabalho na qual, por exemplo, as mulheres são “naturalmente” direcionadas as atividades de cozinha quando ocorrem mutirões. De fato, tais atividades são vistas como uma extensão das suas atividades de mãe e esposa, relacionadas à esfera privada. Segundo Brumer (2004), essas mulheres recebem pouca e em alguns casos nenhuma remuneração pelas atividades executadas, sem participar das atividades produtivas agrícolas relacionadas à esfera pública. Assim, a OCS Terra Viva e a Cooperflora fomentam espaços de discussão e deliberação com grande participação feminina, os quais promovem estratégias visando a uma produção ancorada em saberes agroecológicos. Nesse quadro, as expectativas de um futuro melhor são manifestas, como no caso de uma das interlocutoras: “com certeza [...] tenho esperança que melhore mais a cada dia”³.

3 Agricultora do Assentamento Milton Santos – entrevista realizada em 2018 em Americana, SP.

Considerações finais

Em quadro de transformação das orientações do movimento social de luta pela terra em favor da agroecologia, o estudo da OCS Terra Viva do Assentamento Milton Santos permite evidenciar como ocorre localmente o desenvolvimento de uma perspectiva ecológica para a produção e comercialização de alimentos. Nesta organização, as mulheres se encontram no primeiro plano dos processos em curso, atuando para assegurar uma produção mais respeitosa do meio ambiente e uma valorização de seu trabalho graças a uma relação de maior proximidade entre produtores e consumidores.

Assim, essas mulheres buscam alcançar maior independência financeira, autonomia política, reconhecimento social e participação nos espaços de deliberação do assentamento. De tal maneira, há formação e tomada de consciência acerca das possibilidades das mulheres na agricultura de base ecológica e na consolidação de canais solidários de comercialização e consumo responsável. A transição agroecológica, legitimada em grande medida pela implantação de OCS, apresenta-se para essas agricultoras como uma via consistente para a melhoria das condições de vida, ao mesmo tempo proporciona um papel de envergadura para as mulheres nos processos de tomada de decisão no nível familiar e naquele comunitário.

De maneira mais geral, desenvolvem-se, com esse dispositivo de OCS, formas, em boa medida inesperadas, de fomento da organização coletiva, em particular das mulheres, resultando na revitalização das ações em grupo no assentamento.

Referências

- BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas entre o plantar e o comer. *Faz Ciência*, v. 14, n. 19, p. 35-61, jan./jun. 2012.
- BORSATTO, R.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 4, p. 645-660, out./dez. 2013. DOI: [10.1590/S0103-20032013000400002](https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002).

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. DOI: [10.1590/S0104-026X2004000100011](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011).

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista de Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22, 2001. DOI: [10.1590/S0104-026X2001000100003](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100003).

GROS, C. Réforme agraire, démocratisation et modernisation: réflexions à partir de la Colombie et du Brésil. **Problèmes d'Amérique latine**, n. 3, p. 55-71, 1991.

MENDONÇA, G. M. **Protagonismo feminino na Organização de Controle Social (OCS) do assentamento Milton Santos na região de Americana/SP**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba. DOI: [10.11606/D.91.2019.tde-02092019-09350](https://doi.org/10.11606/D.91.2019.tde-02092019-09350).

MORUZZI MARQUES, P. E. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010. DOI: [10.20396/san.v17i2.8634795](https://doi.org/10.20396/san.v17i2.8634795).

MORUZZI MARQUES, P. E.; GASPARI, L. C.; ALMEIDA, B. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no Estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 3, p. 545-560, 2017.

MORUZZI MARQUES, P. E.; MOAL, M. L.; ANDRADE, A. G. F. Programa de aquisição de alimentos (PAA) no Estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. **Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 8, n. 1, p. 63-89, 2014.

NAVARRO, Z. Nunca cruzaremos este rio: a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta, a sociologia militante e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 13 n. 2, p. 5-51, 2008. DOI: [10.17058/redes.v13i2.790](https://doi.org/10.17058/redes.v13i2.790).

RUA, M.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?: as relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília, DF: Unesco, 2000.

SALIM, L. **Pré assentamento Comuna da Terra Milton Santos**: história de vida, história de luta. 2007. Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Geografia – Pontifícia Universidade Católica, Campinas.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, ano 14, n. 2, p. 78-88, abr./jun. 2005.

Capítulo 7

Terras de uso comum na conexão entre soberania territorial e soberania alimentar: uma luta das quebradeiras de coco-babaçu quilombolas em esferas públicas concorrentes

Noemi Miyasaka Porro





Introdução

Retomou-se a escrita deste capítulo durante a volta das autoras para suas casas, uma vez mais retornando de Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, quilombo¹ no município de São Luiz Gonzaga do Maranhão, no qual realizavam pesquisa de cunho antropológico, no Vale do Mearim. Dessa vez, porém, despedimos da anfitriã de sempre, a senhora Maria de Jesus Ferreira Bringelo, mais conhecida como dona Dijé, sem ouvir sua resposta, sem trocar recomendações de última hora, sem aquela aceleração que, nos últimos anos, tomara conta da relação entre elas, por causa da luta contra a violação às terras de uso comum de seu amado quilombo.

Dessa vez, levada por um infarto fulminante, sua voz pausada não se fez ouvir na noite passada em claro na varanda de sua casa, nas rodas de conversa do povo que se juntou para sua *sentinela*². Havia um mês, falecera dona Rita Camelo, outra liderança preciosa e amiga querida de dona Dijé, filha de piauienses que por décadas compartilhara a luta quilombola pelo território tradicional, mesmo sem ter a ancestralidade negra.

1 Quilombo neste capítulo será entendido como o território de grupos étnicos de ancestralidade negra "que vivem práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio" (O'Dwyer, 2010, p. 42).

2 *Sentinela* é termo local para evento em que se vela um ente falecido, análogo ao velório.

De etnicidades distintas, nas décadas de 1970 e 1980, as duas haviam liderado a luta contra empresários de Brasília, que tentaram usurpar as terras comuns, construindo uma identidade única, em torno das *Terras de Preto* de Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos.

Passados mais de 30 anos, as novas ameaças de loteamento impostas ao quilombo pairavam na escuridão dos pensamentos dos presentes, e na concretude das cercas que hoje cortam ilegalmente suas terras desde 2017. Dona Dijé coordenou o processo de demanda pelo reconhecimento do quilombo, com o apoio de dona Rita. Porém, essas duas valentes mulheres já não mais liderariam a resistência contra o loteamento em curso.

E, no entanto, suas presenças continuavam em cada pessoa que com elas se relacionaram, parceira ou adversária, pois suas fortes convicções as transformavam em poderosas guerreiras, amadas ou temidas. Dona Dijé viajara pelo Brasil e pelo mundo, divulgando a luta quilombola; dona Rita fazia os caminhos do quilombo, reforçando a luta em casa. Etnicidades plurais se articulavam numa resistência compartilhada pelas terras de uso comum, em esferas nacional e locais. Mas a luta contra o loteamento se revelou feroz, pois dessa vez as oposições a serem vencidas estavam dentro mesmo do território.

Desde 2014, parte das famílias do quilombo declarou não mais se reconhecer quilombola e fundou nova associação, a União dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Assentamento Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos Novo Tempo (UNT). Em 2016, a UNT contratou agrimensor credenciado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)³, que loteou o território, à revelia dos quilombolas e, por anos, sob complacência do próprio órgão.

A UNT, liderada por uma mulher camponesa oriunda da imigração nordestina sem ancestralidade negra, é composta tanto por

3 O credenciamento junto ao Incra não significa necessariamente que um agrimensor esteja liberado a executar serviços nas áreas sob responsabilidade do órgão; para tanto, a associação representante do assentamento precisaria de autorização específica.

nordestinos que adentraram a *Terra dos Pretos* a partir dos anos 1940⁴ quanto também abarca relevante número de famílias de ancestralidade negra, que deixaram de assumir a identidade quilombola. Assim, as etnicidades plurais também se expressam na oposição ao quilombo.

Portanto, profundos e complexos distanciamentos e rupturas se sucederam entre parentes, compadres e vizinhos. Ofensas e ameaças de morte chegaram a ponto de levar as partes à polícia e ao Ministério Público Federal. Nesse contexto, em 2017, mediante a solicitação das duas associações quilombolas (Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Remanescentes de Quilombo de Monte Alegre Unidos Venceremos – AUV e Comunidade Quilombola da Associação de Trabalhadores Rurais da Gleba Olho d'Água dos Grilos – AOG), os quilombolas intensificaram seus esforços para o avanço do processo de Identificação e Delimitação do Quilombo. Esse processo se iniciara em 2004, conforme decisão da assembleia da AUV, então associação única.

Em 2017, embora o Incra, mediante o conflito aberto que se instalou e sob acompanhamento do Ministério Público Federal, tenha finalmente se posicionado pela paralisação, as delimitações e os cercamentos continuaram. Em 2018, pressionado pelos quilombolas liderados por dona Dijé, o Incra finalmente entrou com processo na Justiça Federal contra a UNT.

Durante todo o processo, dona Dijé lutou incansavelmente pela soberania territorial; não apenas por seu próprio território, mas também pelos de outros povos e comunidades tradicionais em todo Brasil. Combateu os retrocessos que quase resultaram na extinção do

4 Na primeira metade do século 19, as orlas dos vales do Mearim, Grajaú, Pindaré e Turiaçu foram alcançadas pela frente pecuarista dos baianos e, na segunda metade do século, avança outra frente: “o avanço propriamente maranhense, a partir do litoral, da civilização do babaçu, do arroz e do algodão, até as primeiras décadas deste século (XX) só alcançava praticamente o curso inferior e médio do Itapicuru e a porção inferior do Turiaçu e Pindaré [...] Algumas cidades [...] como Bacabal, Pedreiras [...] haviam regredido ou estacionado relativamente com a queda do algodão no mercado internacional após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) e com a entrada do algodão egípcio no mercado europeu” (Velho, 1972, p. 95). Monte Alegre encontra-se entre Bacabal e Pedreiras e é exatamente essas inconsistências do mercado que permitem a emergência das roças de preto ainda sob escravidão. Na primeira metade do século 20, outros nordestinos repassam os vales, com “a penetração também nas áreas efetivamente novas e de floresta dos vales... Um dos ramos da frente nordestina [...] em 1920 estará a oeste de Codó, atingindo Pedreiras em 1940, Bacabal em 1950” (Velho, 1972, p. 96).

Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, falecendo 3 dias após ser nomeada como uma das conselheiras⁵.

Assim, em setembro de 2018, ao se retomar este texto sobre soberanias e mulheres, a dor da ausência a fazia mais presente. Refletir sobre a soberania territorial implicava necessariamente investigar a soberania alimentar. Eis que ressurgem Dijé, olhar e fala inesquecíveis: “Na precisão, o arroz de pacote até entra no quilombo, mas fome mesmo, a gente só mata é com o arroz da roça, o nosso” (comunicação pessoal)⁶. Professora de poucas palavras, ela explicava que quem é de fora não consegue perceber, é tudo arroz, pois só quem tem o conhecimento, quem é de dentro, sabe bem diferenciar o arroz industrializado, proveniente do agronegócio, do arroz da roça, “o nosso”. Soberania implica necessariamente poder e pertencimento, pertencer ao conjunto de titulares de um conhecimento compartilhado e do poder que dele emana para sustentá-la.

Certamente dona Dijé não se referia apenas ao conhecimento sobre o sabor e a aparência do arroz, esses de fácil distinção. Ela se referia ao conhecimento sobre a conjunção de fatores que permitiam matar não apenas a fome de origem biofísica e bioquímica, mas a fome de ser soberano em seu lugar no mundo – seu território; fome de justiça social, material e imaterial, que leva à resistência contra a fragmentação social que gera a própria fome.

Segundo pesquisas realizadas junto aos quilombolas de Monte Alegre, para se ter o verdadeiro *arroz da roça*, não basta ter a semente crioula, não basta ter a tecnologia social da troca de dias e do mutirão, não basta ter o conhecimento tradicional dos tempos e espaços necessários para uma boa roça (Porro, 2002). Para se garantir a soberania alimentar que rege cada um e todos esses componentes, é

5 As percepções sobre o retrocesso no avanço dos direitos de povos e comunidades tradicionais na esfera pública podem ser exemplificadas por registros, como no *Opinião* do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 16 de maio de 2016, e as reações subsequentes, como no *Opinião do Brasil de Fato*, de 24 de maio de 2016. No mesmo sentido, registra-se o pedido dos presidentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Frente Parlamentar de Agricultura (FPA) no Congresso Nacional ao presidente, pedindo a revogação do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

6 Afirmação de Maria de Jesus Ferreira Bringelo, dona Dijé, liderança quilombola de Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, em entrevista realizada em 2014.

imprescindível garantir a soberania territorial. A roça só existe enquanto roça quilombola em terras de uso comum (no Vale do Mearim, pelo menos), porque é por meio desse regime, que articula usos privados e usos coletivos, que eles conseguem garantir sua identidade e etnicidade, enquanto forma organizativa, numa sociedade e Estado que lhes antagôniza.

Com o loteamento em curso, as famílias associadas à UNT, ao pagarem o valor de R\$ 600,00 ao agrimensor, passaram a se considerar donas de “seu lote”. Em 2017, os quilombolas resistiram a essa privatização, organizando mutirões para plantar roças em seus locais tradicionais de trabalho, ignorando o loteamento. No entanto, loteadores prosseguiram e cercaram seus lotes com arame farpado, dando origem ao chamado arroz preso⁷.

Por causa das cercas, os animais de carga se tornaram inúteis, e os quilombolas ficaram impedidos de transportar o arroz colhido para casa. De mesma forma, a coleta do coco-babaçu e a pesca foram obstaculizadas pela perda do direito de ir e vir em seu próprio território, para acessar os babaçuais e igarapés de tradicional uso comum. Sem o livre acesso a essas fontes de alimentos principais, a dependência ao alimento externo ameaçava o quilombo.

As terras de uso comum, portanto, materializam o nexo entre a soberania alimentar e a soberania territorial, permitindo a produção do *arroz da roça*. Porém, para além dessa materialidade, as práticas observadas e as entrevistas registradas junto aos quilombolas demonstraram que só é soberano aquele com a consciência de situar esse nexo num campo de disputas em que imperam forças sociais antagônicas. Simbolizadas pelo *arroz do pacote*, encontra-se nesse campo o avanço dos interesses do agronegócio voltado às commodities, à expansão da privatização das terras e/ou de sistemas de produção. Sobre tudo, entende-se que é soberano aquele capaz de posicionar-se nesse campo em que está em jogo a subordinação de povos e comunidades tradicionais.

⁷ No arcabouço conceitual utilizado, o *arroz preso* tem analogia ao *coco preso*, categoria emblemática da luta das quebradeiras de coco-babaçu contra aqueles que privatizam os babaçuais. Coco liberto e coco preso são oposições que simbolizam as relações sociais com extremo diferencial de poder no campo sociopolítico agrário do Vale do Mearim.

Portanto, a privatização das terras de uso comum, por meio de seu loteamento, é fenômeno num campo de disputas muito mais amplo do que um conflito “interno” entre famílias de uma comunidade tradicional, e do que um conflito interétnico entre quilombolas e camponeses imigrantes do Nordeste. Esta é uma disputa a ser revisada politicamente no âmbito da esfera pública, pois que determina não apenas a vida social no Quilombo de Monte Alegre, mas em todo o Brasil.

Para compreender essa disputa, após a seção 2, Metodologia, analisa-se a luta das mulheres pelas terras de uso comum, na seção 3, em seus diferentes contextos, desde a chamada abolição até o atual contexto de privatização. Na seção 4, discute-se essa sequência de contextos, situando-as na articulação entre as esferas públicas locais e nacional. Finaliza-se o capítulo com considerações finais sobre a atuação das mulheres quilombolas pelo nexo entre soberania territorial e soberania alimentar na articulação entre essas esferas.

Metodologia

A coleta, análise e divulgação dos dados que sustentam este capítulo foram efetuadas sob demanda ou sob consulta aos auto-identificados quilombolas de Monte Alegre, com fins declarados de garantir seus direitos ao território quilombola que ocupam tradicionalmente. Portanto, com sujeitos e objetivos assim definidos, optou-se por metodologia de cunho antropológico, conformada em pesquisa-ação (Thiollent, 2003).

A metodologia adotada para este texto foi possibilitada por pesquisa baseada em trabalho de campo – de longo termo e em profundidade, conduzida pela autora enquanto antropóloga em contato com o grupo desde 1987 –, na análise de discurso e práticas em situações cotidianas, bem como em eventos na esfera pública.

O trabalho de campo ocorreu em equipe interdisciplinar, formada pela designação das duas associações quilombolas anteriormente referidas. A equipe, composta também por geógrafo e advogada,

procedeu repetidas consultas para a garantia do consentimento livre, prévio e fundamentado em diferentes etapas.

Além de levantamentos em arquivos e cartórios, a metodologia combinou entrevistas não diretivas (Michelat, 1987) e cartografia social (Acselrad, 2010), tanto em grupos de enfoque como individualmente; tanto em situações na esfera domiciliar quanto na esfera produtiva, nas casas de farinha, nas roças, nas pastagens e locais de quebra de coco e de pesca, em períodos de meses chuvosos, no chamado inverno, e de meses mais secos, no chamado verão.

Mediante questionários estruturados, obtiveram-se dados socio-demográficos, qualitativos e quantitativos de uma amostra aleatória de 82 famílias, entre as 101 famílias cadastradas como quilombolas pelo Incra, em julho de 2018. Além dessas famílias, residem 55 famílias de agricultores familiares cadastrados no Incra e 62 famílias não cadastradas. Ocorreram duas reuniões com a UNT em que parte dessas famílias participou e consentiu com a pesquisa, mas, de modo geral, por causa do conflito instaurado, houve pouca participação dessas famílias desfavoráveis ao quilombo.

A verificação dos dados ocorreu em reuniões com lideranças tradicionais e em assembleias das associações quilombolas, para se assegurar a perspectiva coletivizada, especialmente sobre a dimensão do território e a gestão ambiental, em particular, a questão da expansão da pecuária.

As terras de uso comum

O território dos quilombolas de Monte Alegre localiza-se na porção sudeste do município de São Luís Gonzaga, estado do Maranhão. As residências das famílias quilombolas e das famílias que com eles convivem em comunidade tradicional são agrupadas em cinco núcleos de moradia: Monte Alegre, Olho d'Água dos Grilos, Morros, Barro Branco e Trecho Seco. Próximos a esses núcleos residenciais, localizam-se áreas sob posse coletiva, mas para uso privado, como quintais, pomares e pastagens. Para além destas, localizam-se as terras de uso

comum, sob matas, igarapés e capoeiras, destinadas a roças, pesca e extrativismo das palmeiras babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.) e outras espécies.

Como veremos, as terras de uso comum no quilombo são construção social ao longo de trajetória histórica marcada por conflitos.

As terras de uso comum na fazenda do branco

A concepção das terras de uso comum e o seu papel na vida do quilombo fundamentam a memória oral dos quilombolas, conforme narraram as finadas dona Vitalina Andrade, dona Euzébia Parga Santos, dona Maria de Jesus Ferreira Bringelo (Dijé) e seu João Paulo Ferreira da Luz, assim como dona Cleonice de Andrade (Nazir), que continua a nos conduzir no caminhar por esta história e também no seu registro⁸.

Essas mulheres contam sobre a origem do quilombo, enfocando uma linhagem feminina: a referência central é a escrava Valeriana, filha da escrava Teodora. Valeriana foi mãe de Margarida e avó de dona Vitalina. Teodora, Valeriana e seus pares foram escravizados por diferentes senhores em diferentes fazendas. Porém, após a chamada abolição, Valeriana fez parte do grupo dos *Doze Pretos*, estabelecendo-se na Fazenda Monte Alegre, cujo proprietário capitão Vertinianno Ferreira Lisboa Parga, em meados do século 19, produzia algodão, fumo e outros cultivos, além de criações.

Os registros até hoje encontrados sobre Vertinianno na Fazenda Monte Alegre, como no *1 Livro de Batismos da Freguesia de São Luís Gonzaga do Alto Mearim*, indicam que ele já tinha escravos nessa fazenda, pelo menos desde 1856. Porém, não se sabe se o algodão referido na memória oral esteve sempre presente na fazenda, pois

8 A primeira autora chegou ao Vale do Mearim em junho de 1986, para trabalhar como engenheira-agrônoma em projetos de desenvolvimento agrícola em povoados camponeses, e conheceu Monte Alegre em 1987, quando iniciou as gravações no intuito de registrar a memória oral do grupo. As mulheres não apenas eram as guardiãs principais da história de seu povo, mas também as mentoras e articuladoras de estratégias de resistência ante os antagonismos que permanentemente enfrentam. Em 2017, a segunda autora iniciou seus trabalhos de campo, também enfocando a atuação das mulheres quilombolas.

No caso do preço do algodão, ele vai decaindo desde 1780, chega ao fundo do poço em 1819 e mantém-se baixo só voltando a subir durante a Guerra de Secessão norte americana (1861-65). Depois de 1872, entretanto, os Estados Unidos recuperam sua posição no mercado e os preços refluem (Almeida, 2011, p. 63).

O algodão maranhense também carecia de qualidade, perdendo a competitividade nesse mercado. Assim, ao longo desses altos e baixos, havia uma tendência de gradual decadência dessas fazendas, permitindo a emergência de um sistema de produção de alimentos próprio dos escravizados, mesmo dentro das fazendas do *branco*.

Ainda durante os anos sob escravidão, as narrativas indicam que, nessas fazendas, havia um tempo e um espaço estabelecidos para a produção de alimentos por meio do exercício do trabalho para si:

Naquele tempo de escravatura, amanhecia o dia, tinha que cuidar logo do serviço do patrão. Aí, só no dia de domingo é que sai e vai, chega cansado, é que vai lavar, passar, cuidar das suas coisas mesmo, ajeitar tudo. Os pretos trabalhavam para si, só no dia de domingo (comunicação pessoal)⁹.

É nessa brecha tempo-espaço do mundo escravocrata que a gestação da *roça de preto* possibilitou a busca pela soberania alimentar.

Com qual tempo e onde abrir a mata, senão nos tempos e locais marginais à produção do senhor? Como colher o arroz (cujos grãos secam e caem do cacho rapidamente) senão praticando a tecnologia social do mutirão, associado a um calendário preciso de semeadura? Como garantir o alimento a todos, com uma tecnologia tão dependente da pluviosidade, senão distribuindo-se as roças nas partes baixas e partes altas do terreno?

E nessas áreas marginais, escravos de diferentes fazendas mantinham relações sociais de trabalho distintas daquelas do regime escravocrata hegemônico. O senhor José Domingos Sousa, de apelido Roxinho, resgata na memória oral a informação de que os escravos da

⁹ Narrativa das senhoras Vitalina Andrade, Euzébia Parga Santos, Maria de Jesus Ferreira Bringelo, Cleonice de Andrade e do senhor João Paulo Ferreira da Luz, lideranças quilombolas de Monte Alegre, município de São Luís Gonzaga do Maranhão, em uma série de entrevistas concedidas de 1987 a 1991.

Fazenda Santana plantavam suas roças nas matas de São Domingos, hoje regularizadas como áreas do Projeto de Assentamento Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos.

As matas de São Domingos até recentemente ainda permaneciam como área tradicional de trabalho livre, para a produção de alimentos dos moradores de Olho d'Água dos Grilos e áreas vizinhas. Esta se localiza atrás do Morro do Urubu, área de preservação de babaçuais e árvores nativas. Porém, com o loteamento, já possui um número significativo de cercas e terras loteadas ilegalmente. Desse modo, se impõem mecanismos de uso privado das terras, cerceando práticas de subsistência em locais onde historicamente os pretos escravizados e posteriormente livres tinham suas áreas de trabalho.

Associado a essa distribuição das roças no terreno, cuidadoso sistema de reciprocidade garantia a distribuição do grão entre as famílias, havendo empréstimos dos afortunados naquele dado ano aos desafortunados que plantaram em área alta em um ano de poucas chuvas, ou aos que plantaram no baixo em ano de chuvas demasiadas. A pesquisa mostra que, de acordo com as práticas tradicionais, as mulheres detêm ainda hoje o controle desse sistema de distribuição de grãos, pois “quando o arroz passa da porta para dentro de casa, quem manda é a mulher” (comunicação pessoal)¹⁰. O homem só pode vender ou emprestar enquanto o arroz encontra-se ainda armazenado no campo, sob o tijupá¹¹.

Com a chamada abolição, relataram as anciãs de Monte Alegre que os *Doze Pretos* remanescentes da fazenda de escravos Monte Alegre pagaram pela posse das terras ao antigo proprietário:

No tempo que se libertou aqui, passaram, assim, uns oito dias, aí o branco, chefe do lugar, Vertinianno Parga, ofereceu para eles comprarem Monte Alegre. E os pretos assinaram que sim. ‘Eu vendo para vocês, para não vender para os outros, se não, gente invade e toma.’

10 Depoimento de dona Raimundinha de Juarez, quilombola de Monte Alegre, em entrevista concedida em 1997.

11 Estrutura feita com esteios de madeira e teto de palha babaçu, para servir de abrigo relativamente temporário, erguida na própria roça. Antes da colheita, o tijupá serve de abrigo para as refeições e descanso, sendo relevante espaço para a socialização entre gêneros e gerações, intra e interfamiliares. Com a colheita, os cachos de arroz já cortados são depositados sobre um piso de talos de babaçu, em arranjos bastante precisos, que o protegem da umidade.

As mulheres iam apanhar algodão em Santa Isabel, para pagar esse negócio (comunicação pessoal)¹².

Por meio de compra¹³, garantiram assim seu domínio sobre as terras da fazenda, onde construíram seu território segundo lógicas e práticas já exercitadas entre si, ainda sob cativo. As roças em terras de uso comum assumem caráter basilar, tanto no aspecto alimentar quanto na afirmação territorial.

Durante 6 décadas, esse grupo social buscou construir sua autonomia, cujas práticas se aproximam à noção de soberania alimentar, cuidando de suas sementes, suas formas de cultivo, de caça e outras formas específicas de extrativismo. Essa busca ocorreu concretamente mediante práticas do *trabalho livre de patrão* nas terras de uso comum, só possíveis se fundadas na noção de soberania territorial, com todas as contradições de um Estado e sociedade que, mesmo não mais escravocrata, permaneceu um *mundo do branco*. Consolidou-se assim uma comunidade tradicional¹⁴.

As terras de uso comum em *terra de dono*

E como uma comunidade tradicional harmônica, coesa e coerente não existe empiricamente, após 60 anos de controle pelo próprio grupo em relativa paz, ocorreu grave crise de liderança entre os *Doze Pretos* e os descendentes do feitor. “Na verdade, quando o Branco vendeu, era combinado dentre os Doze Pretos e foram eles que compraram, isso os velhos nos contam. E como Isidoro era quem tinha mais plano e todos se confiavam, ele ficou com o papel da terra nas

12 Narrativa das senhoras Vitalina Andrade, Euzébia Parga Santos, Maria de Jesus Ferreira Bringelo, Cleonice de Andrade e do senhor João Paulo Ferreira da Luz, lideranças quilombolas de Monte Alegre, município de São Luís Gonzaga do Maranhão, em uma série de entrevistas concedidas de 1987 a 1991.

13 Para melhor entendimento da constituição de quilombo por meio de compra de terras, divergindo-se das definições das autoridades que associam o quilombo à fuga e remanescência, leia-se Almeida (2011, p. 56-88).

14 Para fins deste capítulo, definiremos comunidade tradicional como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Art. 30, inciso I do Decreto nº 6.040/2007 (Brasil, 2007).

mãos" (comunicação pessoal)¹⁵. Isidoro era o neto de Leão, negro que servira ao capitão Vertinianno como feitor. Tanto Leão quanto seu filho Delfino e seu neto Isidoro não se assumiam como proprietários.

Porém, na memória oral, as anciãs narram que um sobrinho de Isidoro, chamado Zózimo, que saía para cidade estudar, usurpa do tio o documento da terra, dizendo "Tio, eu vou levar este papel para consertar umas coisas que tem nele" (comunicação pessoal)¹⁶, dando como pagamento uma égua velha. Nos registros em cartório, diferentemente, atesta-se que Isidoro (justificando a falta de sua assinatura por ser analfabeto) vendeu parte das terras de Monte Alegre à Zózimo Parga e sua esposa em 1948.

Na escritura de compra e venda, reproduzida na Figura 1, a menção ao pagamento de impostos por parte de Isidoro coincide com a narrativa das mulheres de que as famílias trabalhavam para o auto-consumo, mas entregavam parte da produção para Isidoro, que iria

Foto: Noemi Porro



Figura 1. Escritura de compra e venda lavrada em junho de 1948, tendo como vendedor Isidoro Ferreira Parga e adquirente Zózimo Ferreira Parga, no Livro 2-A de Registros Gerais do Cartório do Segundo Ofício de Registro de Imóveis, no município de São Luiz Gonzaga do Maranhão.

15 Narrativa das senhoras Vitalina Andrade, Euzébia Parga Santos, Maria de Jesus Ferreira Bringelo, Cleonice de Andrade e do senhor João Paulo Ferreira da Luz, lideranças quilombolas de Monte Alegre, município de São Luís Gonzaga do Maranhão, em uma série de entrevistas concedidas de 1987 a 1991.

16 Idem.

pagar o imposto. O que não contavam é que a *terra de preto* seria privatizada e, posteriormente, vendida e transformada em *terra de dono*.

De uma maneira ou de outra, o resultado é que, ao final da década de 1940, os *Doze Pretos* perderam o controle sobre suas terras de uso comum que, sendo registradas como propriedade privada de Zózimo, foram inicialmente objeto de arrendamento a camponeses imigrantes. Essa frente de expansão oriunda do Nordeste objetivava local para implantação e expansão de suas roças e, comparada aos quilombolas, eram mais integrados ao mercado. Nessa frente chegaram os pais de dona Rita até Pedreiras, onde ela nasceu em 1936, e de lá se aproximou de Olho d'Água dos Grilos. Assim como seus ascendentes, Zózimo não cobrava renda às famílias dos *Doze Pretos*, mas após seu falecimento, seus descendentes passaram a vender partes das terras de Monte Alegre, inclusive a empresários rurais.

Inicialmente, os herdeiros de Zózimo venderam porções que não atingiam diretamente as famílias dos *Doze Pretos*. No entanto, na década de 1970, venderam o Sítio do Monte Alegre, onde estes residiam e tinham suas roças, para empresários da Companhia Agropecuária do Meio Norte (Camena), cujo capataz era “*acostumado a desfazer ninho de preto*” (comunicação pessoal)¹⁷.

A hoje finada matriarca dona Vitalina Andrade, com o apoio de sua filha Nazir, dona Euzébia Parga, e sua sobrinha Dijé – Maria de Jesus Ferreira Bringelo – iniciaram a resistência em defesa de seu território. A importância das mulheres nesse processo de resistência se deu das mais diversas maneiras. Mobilizavam as famílias, articulavam os contatos com as autoridades e planejavam as ações no território. É importante ressaltar como mulheres de diferentes etnicidades assumiram papéis fundamentais no conflito: dona Rita era filha de piauienses e casada com Garimpeiro, o senhor Raimundo Camelo da Silva, que tampouco era nascido no quilombo; e dona Dijé, quilombola,

17 Narrativa das senhoras Vitalina Andrade, Euzébia Parga Santos, Maria de Jesus Ferreira Bringelo, Cleonice de Andrade e do senhor João Paulo Ferreira da Luz, lideranças quilombolas de Monte Alegre, município de São Luís Gonzaga do Maranhão, em uma série de entrevistas concedidas de 1987 a 1991.

nascida no povoado Cajueiro, juntaram-se para enfrentar poderosos empresários da Camena.

O estopim para o enfrentamento foi a constatação de que fazer a roça pagando renda para outros donos de terra era impossível.

Nesse tempo, o Nivaldo da fazenda Camena continuava o serviço da cerca: já tinha cercado todo o lance daqui do centro, já tinha cancela, estava avançado o serviço. Então, o povo se juntou e disse: “O que a gente vai fazer? O jeito é botar a roça aqui mesmo e a gente vai ter que brigar mais o homem”. E ficaram imaginando o que se havia de fazer (comunicação pessoal)¹⁸.

O *aqui mesmo* significava as terras de uso comum do Monte Alegre. Para garantir seu território, os *pretos* apoiados por Garimpeiro derrubaram 8 km de cercas do pretenso proprietário. Também, nesse período, as mulheres assumiam protagonismo próprio.

Uma vez, o Nivaldo foi atrás do Garimpeiro pra ameaçar ele. Primeiro, ele passou um dia perguntando e mandou o recado que voltava no outro dia. Aí, no outro dia, ele voltou mesmo, mas quem abriu a porta foi dona Rita, que mandou o Garimpeiro sair pelos fundos. Ela falou pro Nivaldo não voltar mais lá (comunicação pessoal)¹⁹.

Porém, em retaliação, em 1979, os empresários da Camena queimaram 96 casas, com apoio do poder público. Assim, com um batismo de fogo, nasceu o quilombo; sem jamais ter sido “*lugar de negro fugido*”, o Quilombo de Monte Alegre emergiu como território de resistência de homens e mulheres.

As terras de uso comum em assentamento do governo

Somente em 1986, o Estado procedeu desapropriação com a delimitação e demarcação de 2.922,4598 ha, como Projeto de Assentamento de Reforma Agrária por causa da ausência de uma modalidade de regularização fundiária mais adequada. Iniciou-se

18 Narrativa das senhoras Vitalina Andrade, Euzébia Parga Santos, Maria de Jesus Ferreira Bringelo, Cleonice de Andrade e do senhor João Paulo Ferreira da Luz, lideranças quilombolas de Monte Alegre, município de São Luís Gonzaga do Maranhão, em uma série de entrevistas concedidas de 1987 a 1991.

19 Relato de dona Beatriz Lima Camelo, dona Beata, quilombola, em entrevista realizada em 2018, no Quilombo Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga.

então nova luta pelas mulheres para manter as terras sob uso comum e não com loteamento como queriam os funcionários do Incra. E se vigorasse o loteamento, as mulheres não teriam direitos. Dona Olívia Lima da Silva, conhecida como dona Sindá, até hoje recorda: “Teve uma reunião e o Incra falou que ia registrar só os homens, as mulheres não tinham direito. O Frei Nicolau falou que tava errado e que as mulheres tinham que entrar. Então eles fizeram uma votação e teve a maioria dos votos, porque a maioria das pessoas eram mulheres” (comunicação pessoal)²⁰.

Embora o Plano Nacional de Reforma Agrária já exigisse o respeito à diversidade de formas de posse e uso da terra, o então chefe do Grupamento de Regularização Fundiária do Projeto Fundiário do Incra em Bacabal insistia na violação das terras de uso comum. Porém, no I Plano, de 1985 a 1989, já se garantia que “No caso de áreas já ocupadas, o Poder Público deverá respeitar as mais distintas formas de posse e uso da terra existentes” (Plano anexo ao Decreto nº 91.766/1985) (Brasil, 1985).

Houve grande e tensa reunião, em que inclusive se constatou que, em caso de loteamento, as várias mulheres que lideraram a resistência e chefiavam unidades familiares, sem maridos, ficariam sem lotes. “Quando deu a época do fogo, era muita *mulher livre* que tinha aqui, era mulher buchuda, mulher com menino pequeno, era um caminho todinho de mulher no relento. Só aqui do Trecho ao Morro eram doze *mulheres livres*” (comunicação pessoal)²¹.

Foi por essa resistência das *mulheres livres* e em respeito à tradição do campesinato local²² que, em 1986, as terras de Monte Alegre-Olho d’Água dos Grilos foram regularizadas, de forma que a posse e o uso fossem coletivos, como se mostra na Figura 2. Esse uso coletivo foi então localmente traduzido como uso comum das terras e

20 Relato de dona Olívia Lima da Silva, dona Sindá, quilombola, em entrevista realizada em 2018, no Quilombo Monte Alegre-Olho d’Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga.

21 Relato de dona Beatriz Lima Camelo, dona Beata, quilombola, em entrevista realizada em 2018, no Quilombo Monte Alegre-Olho d’Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga.

22 Naquela ocasião, sendo reconhecidos como diferenciados, autoidentificavam-se como “os Pretos do Monte Alegre”.

Foto: Noemi Porro



Figura 2. Embora precário, os órgãos propuseram um plano de uso em moldes coletivos, em conformidade com o I Plano Nacional de Reforma Agrária. No período, no campo operativo do Incra, ainda não se distinguíam as diferenças entre uso coletivo e uso comum.

babaçuais, que é forma particular de combinar usos privados e coletivos, conforme o recurso e a finalidade.

Embora livres do loteamento em 1986, mesmo adotando-se a posse e uso coletivos, muitos foram os percalços sofridos pela ignorância do Estado e da sociedade em distinguir uso coletivo e uso comum. Diferente também de uso comunal, os quilombolas praticavam uma combinação bastante peculiar de trabalho familiar com uso de bens comuns como os babaçuais, as águas e a terra, com produção privada subordinada a regras de reciprocidade que garantem distribuição da produção em circunstâncias específicas.

A cada um dos projetos do Incra, para criação de gado, plantio de banana, processamento de farinha, bem como para construção de casas, poços e outras benfeitorias, famílias e técnicos enfrentaram dificuldades. As dívidas assumidas pela Associação Unidos Venceremos levaram várias gestões para ser negociadas. O próprio cadastramento das famílias não se concretizava a contento, havendo famílias que ali viviam desde o tempo dos *Doze Pretos*, que não receberam autorização de ocupação, enquanto outras que se inseriram posteriormente tiveram sua inclusão na relação de beneficiários. A análise das atas da Associação Unidos Venceremos registra intensos debates sobre essas inclusões.

Além disso, o modelo produtivo proposto pelo governo não se coadunava com o praticado, e pode se reconhecer que transformações profundas nos fatores de produção também impediam o exercício pleno do conhecimento tradicional sobre as roças. As dificuldades levaram os quilombolas a uma aproximação com os debates sobre a agroecologia. Segundo Oliveira (2017), dona Dijé: “Há muitos anos a gente já fazia a Agroecologia. Só que não tinha ainda esse nome. Mas aí a gente vai descobrindo que isso veio do nosso povo, que já fazia a agroecologia. Preservação da vida, da terra, preservação da água. A agroecologia deu voz ao nosso conhecimento de povo tradicional”.

Nem todos, porém, participaram igualmente desses debates. No início da terceira década como projeto de assentamento, as divergências na gestão do território já se faziam sentir. Os recursos naturais já estavam bastante ameaçados. Os jovens também já estavam inseridos numa dinâmica de migração semissazonal, vendendo sua força de trabalho no corte da cana em São Paulo; no plantio de eucalipto em Imperatriz; na soja em Balsas no Maranhão e no Mato Grosso; nas hortaliças em Minas Gerais.

Além disso, naquele período de 7 anos entre a queima das casas até a efetiva criação do projeto de assentamento, as incertezas fomentaram uma ausência de liderança. Várias famílias oriundas do campesinato imigrante, que no tempo de Zózimo arrendavam as *terras dos pretos*, adentraram o território quilombola, agora como candidatos a clientes da reforma agrária. Ainda assim, a mobilização dos quilombolas resultou num projeto de assentamento que considerava áreas coletivas, impedindo o loteamento, conforme se mostra na Figura 3.

Com o tempo, mesmo que esse campesinato também tivesse nas terras de uso comum um fundamento para seu sistema de produção, era visível a expansão de suas áreas de pastagem, especialmente por parte dos camponeses de origem nordestina. Embora o regimento interno do projeto de assentamento preconizasse o direito de 10 linhas de pastagem, 10 linhas de cultivos perenes e até 10 linhas



Figura 3. Imagem do Território Quilombola autoatribuído às famílias quilombolas de Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, com 2.922,4598 ha sobrepostos por projeto de assentamento.
Fonte: Arquivo digital com perímetro fornecido pelo Incra SR-12, sobreposto à imagem do Google Earth, novembro, 2017.

anuais para roças em áreas de uso comum, vários chegaram a 80 linhas de pastagem.

Assim, 30 anos após a criação do projeto de assentamento, percebe-se que tanto sua soberania alimentar quanto territorial estão sob sérias ameaças. No nexo dessas soberanias e como pivô de um conflito de proporções inesperadas, encontram-se as terras de uso comum.

As terras de uso comum no contexto da Lei nº 13.465/2017

Com a Constituição de 1988 (Brasil, 1988), desde a década de 1990, sob liderança das mesmas mulheres, as famílias vinham buscando o reconhecimento de seu território como quilombo, uma vez que o projeto de assentamento não correspondia às suas especificidades. Em 2004, o processo de reconhecimento como quilombo estava praticamente aprovado, quando então o fato de já haver o Decreto nº 4.887/2003 (Brasil, 2003) impediu a conclusão desse reconhecimento, pois ainda não havia a devida regulamentação, que só se consolidou em 2009 com a Instrução Normativa do Incra nº 57/2009 (Incra, 2019).

Em diversas entrevistas, os quilombolas ressaltam a importância de dona Dijé navegar na esfera pública mais ampla, pois teve papel fundamental nesse processo de acesso a informações legais sobre a legislação quilombola e a titulação do território. Roxinho fala que “tomamos conhecimento sobre nosso direito de quilombo quando Dijé foi a Brasília em 2004. Aí, ela fez uma reunião e explicou tudinho pra gente. Mas a gente já sabia que era daquele jeito que ela falou que a gente vive, fazendo tudo no coletivo” (comunicação pessoal)²³.

Nesse meio tempo, as divergências internas foram se avolumando, exacerbadas em períodos de crise econômica, como a de 2007–2008 e a de 2014, quando muitos jovens voltaram com a queda do setor hortícola e outros. Em 2014, faleceu a líder dona Vitalina Andrade e novas ameaças emergiram sob novas e velhas frentes de oposição aos quilombolas. Assim, fundou-se uma nova associação, a União de Trabalhadores e Trabalhadoras do Projeto de Assentamento Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, que declaradamente rejeitou a identidade quilombola e exigiu o loteamento das terras. Embora tenha sido liderada pelos camponeses imigrantes, muitas famílias de ancestralidade negra compuseram a associação, que foi apoiada por advogada e contratou agrimensor credenciado pelo Incra.

23 Depoimento do senhor José Domingos Souza, seu Roxinho, liderança quilombola de Olho d'Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga, em 2018.

Essas mudanças, ocorridas principalmente a partir de 2010, ocorreram num contexto, de favorecimento governamental a titulações ou concessões reais de uso individuais. Com a proibição de titulação à pessoa jurídica por meio da Lei nº 13.465/2017 (Brasil, 2017), criou-se um imbróglho jurídico para os casos de quilombos sobrepostos por projetos de assentamento, como é o caso de Monte Alegre. Além disso, diretores do Incra emitiram a Nota Técnica Conjunta nº 01/2017 DD/DF²⁴, orientando a facilitação de loteamento de terras sob assentamento, sem fazer qualquer ressalva a comunidades quilombolas. No Vale do Mearim, vários assentamentos são assediados por agrimensores e advogados para que suas associações os contratem e doem seus serviços ao Incra.

Nesse contexto, a nova associação iniciou o corte de variantes entre lotes, mediante o pagamento ao agrimensor contratado que, embora tendo o código de credenciamento do Incra, não tinha sua autorização. Meses de discórdias e ofensas, ameaças e até boletins de ocorrência em delegacia de polícia distanciaram parentes, compadres e vizinhos. Em questão de meses, as terras de uso comum de Monte Alegre foram cortadas e cercadas por aqueles que conseguiram pagar os R\$ 600,00 requeridos, em troca de um suposto Memorial Descritivo Total do lote pretendido.

Estava deflagrado o conflito, supostamente entre quilombolas e assentados. No cerne do conflito, eis a questão: ser ou não ser quilombola. Uma das lideranças que aderiram ao loteamento reclamou que a questão quilombola era uma mera invenção de governo de esquerda.

Esferas públicas concorrentes

De fato, em si, a designação *quilombola* não emerge do campo, tal como foi construída localmente a designação *Terra de Preto*. A designação *quilombola* é construída na esfera pública, enunciando a resistência e a busca de transformação social que vem do campo,

²⁴ Disponível em: <http://www.fetaep.org.br/noticia/doacao-de-georreferenciamento-para-o-incra-pr-acelerara-titulacao-de-lotes-da-reforma-agraria>.

aquela que não é concedida pela autoridade, mas é autoatribuída por sujeitos sociais que as protagonizaram e participaram dos embates e das proposições, trazendo-as à Assembleia Constituinte. Com a dura conquista na esfera pública nacional, aqueles que direta ou indiretamente nela participaram passam a se autoidentificar sob tal designação, pois se construíram e se constroem cotidianamente como frutos de antagonismos que revivem a luta histórica dos quilombolas.

No entanto, na esfera pública local de Monte Alegre, quando um dos membros do *Grupo do Corte* reclamou dessa “invenção”, caberia o direito a debate e esclarecimento fundamentados, porém, como condensar 30 anos de reflexão nos curtos prazos e contextos que o próprio conflito estabeleceu?

De acordo com Habermas (1984), em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, esta seria um espaço institucionalizado de debate e deliberação sobre as questões comuns, aberta igualmente a qualquer indivíduo da sociedade civil, distinta do Estado. Na esfera pública, pessoas físicas em associação definiriam publicamente seus interesses coletivos, mediando sociedade e Estado. No entanto, o autor reconhece que essa esfera pública nunca se realiza completamente: nem todos podem dela participar igualmente, nem o Estado se abstém de intervir e, muito menos, é imune aos interesses de setores mais poderosos da sociedade e do mercado.

Fraser (1990), em seu texto *Repensando a Esfera Pública*, faz uma interessante crítica à ideia de esfera pública de Habermas, demonstrando que a esfera pública não é única e nem coesa ou homogênea, como gostaria a concepção burguesa. Se conseguirmos esmiuçar e desmascarar os discursos de homogênea acessibilidade, publicidade, racionalidade e suspensão das hierarquias na esfera pública criada pela burguesia, será possível demonstrar empiricamente que sempre houve uma pluralidade de *esferas públicas* concorrentes e, via de regra, antagônicas à burguesia. “A esfera pública foi sempre constituída pelo conflito” (Fraser, 1990, p. 6).

Assim, a designação *quilombola* foi legitimamente estabelecida na esfera pública vivida pela Assembleia Constituinte e, por conseguinte, a lei formulada emana o poder que garante direitos específicos a quem a assuma. Assim como na década de 1980 com a Assembleia Constituinte, outros foros de debate e manifestação se estabeleceram. Beatriz Lima Camelo, conhecida como dona Beata, enfatiza a importância da saída de algumas mulheres da comunidade para eventos nacionais, como a *Marcha das Margaridas*: “Eu fui com a Edileusa e aí eu falei no microfone, contei nossa história de quilombo, que a vó do meu pai foi escrava” (comunicação pessoal)²⁵.

Porém, em uma concorrente esfera pública local, de São Luís Gonzaga, de Monte Alegre, por exemplo, é ainda necessário aplinar os diferentes entendimentos, aprimorar o diálogo, para que se atinja uma comunidade tradicional que comporte etnicidades plurais. Com o atraso da implementação dessa lei, e a reconfiguração de novos contextos, a efetivação da regularização quilombola envolve grave ônus, que não pode ser assumido pelas próprias famílias que, em boa fé, arcam com as consequências catastróficas desse atraso.

Não há dúvidas de que, na atual legislação, Monte Alegre é um quilombo e assim deve ser reconhecido legalmente na esfera pública nacional. Mas concomitantemente existe uma esfera pública concorrente, local, em Monte Alegre e seu entorno, e nessa ou nessas esferas públicas deve-se abarcar ainda as diferenças, os conflitos de ideias, de designações, no qual o próprio grupo estabeleça sua ordem e regras. Porém, esse abarcamento não deve se traduzir em retrocesso de direitos constitucionais já conquistados (Sampaio, 2013).

Por causa das suas trajetórias específicas socialmente definidas, as mulheres quilombolas quebradeiras de coco-babaçu assumiram para si essa responsabilidade de aproximar essas esferas públicas concorrentes.

25 Relato de dona Beatriz Lima Camelo, dona Beata, quilombola, em entrevista realizada em 2018, no Quilombo Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga.

Mulheres quilombolas quebradeiras de coco-babaçu na esfera pública

A atuação das mulheres nas esferas públicas locais, regionais e nacional variou ao longo da história e dos diversos enfoques. Dona Beata destaca a importância das mulheres na luta pelas terras de uso comum, nos diferentes espaços e tempos, agregando mulheres mais novas e anciãs:

Eu morava com a Rosa, minha cunhada, e ficava sempre em casa e ela ia pras reuniões, quando ela voltava ela me contava tudo. Aí, um dia ela disse que eu tinha que ir, porque todas as mulheres tinham que se filiar no sindicato. Na época, as mulheres que participavam mais era a Vitalina, a Nazir, a Dijé. Quando deu em 7 de agosto de 1977, nós filiamos (comunicação pessoal)²⁶.

Inicia-se assim a inserção das mulheres, mobilizadas pela soberania territorial, na esfera pública local.

Uma oposição estruturante enfrentada pelas mulheres quebradeiras de coco-babaçu e quilombolas no início de sua mobilização pelo território no espaço público, a partir de meados da década de 1980, foi o argumento de que iriam fragmentar o movimento sindical e a luta da classe trabalhadora em geral. “Utiliza-se o espantalho da divisão da classe para reafirmar a determinação da estrutura produtiva de onde se deduz a classe como sujeito homogêneo” (Souza-Lobo, 2011 citado por Cisne, 2015).

O interessante é que elas fundaram suas organizações específicas, de mulheres e de quebradeiras de coco, mas não se desvincularam dos sindicatos e federação, nem da participação das associações e cooperativas com ambos os gêneros e diversas etnicidades. Ao contrário, continuaram investindo nessas vias, com relevantes lideranças e contribuições. Continuaram a lutar pela terra nessas organizações, mas trouxeram as especificidades de seu *trabalho livre* nas terras e dos

²⁶ Relato de dona Beatriz Lima Camelo, dona Beata, quilombola, em entrevista realizada em 2018, no Quilombo Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga.

babaçuais de uso comum. Somente com essas diferenças garantiriam as soberanias alimentar e territorial que as fazem o que são.

Em 2018, Beata, Sindá e Santinha, respectivamente senhoras Beatriz Lima Camelo, Olívia Lima da Silva e Elizabeth Lima de Souza, ressaltaram a importância das associações de quebradeiras de coco-babaçu para autonomia das mulheres, considerando que a quebra de coco-babaçu como atividade produtiva autônoma não trazia tantos benefícios financeiros, como quando se tornou associativa. Com a criação das associações, a luta pelo babaçu livre, por políticas públicas e a possibilidade de produção das mais diversas formas de beneficiamento do coco trouxeram melhorias na qualidade de vida das quebradeiras. Enfatiza-se que, mesmo associadas como quebradeiras, ainda hoje também fazem parte do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís Gonzaga.

Cisne (2015) alerta para a armadilha de separarmos as análises sobre as relações de trabalho gerais da classe trabalhadora e as análises sobre as relações de trabalho específicas, como o trabalho das mulheres e de grupos étnicos. Os autores referenciados por Cisne afirmam que homogeneizar ou invisibilizar as diferenças dos sujeitos sociais e históricos, reduzindo-os a detentores de força de trabalho, é parte integral e raiz de discursos e práticas econômicas dominantes.

Destacamos uma fala de dona Santinha:

Sou associada como quebradeira de coco babaçu desde 90 e pra mim é muito bom porque quando menos a gente espera vem aquele benefício que ajuda muito a gente. Eu, como mulher sozinha, que criei meus filhos sozinha, já passei muita dificuldade e vi meus menino comer mingau cru, quando recebi os benefícios já tinha condição de fazer uma roça melhor, quando não dava de trabalhar eu podia pagar alguém pra ajeitar a roça pra mim, porque muitas vezes sozinha eu não conseguia (comunicação pessoal)²⁷.

As formas de exploração e subordinação de classe não são neutras ou indiferentes nem ao sexo e nem à etnia. “Da mesma forma,

²⁷ Relato de Elizabeth Lima de Souza, dona Santinha, quilombola de Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, em entrevista concedida em 2018, município de São Luís Gonzaga.

podemos utilizar essa reflexão para a questão étnico-racial. O racismo é também um dos elementos fundamentais para desvelarmos os mecanismos de dominação e exploração de classe” (Cisne, 2015, p. 5). Esmiugar a heterogeneidade da classe permite conceber táticas que desafiem a centralidade e hierarquia – seja de gênero, seja de etnia –, evidenciando as resistências de mulheres e de quilombolas, quebradeiras de coco. Nessa perspectiva, a discriminação contra as mulheres ou o racismo contra os negros deixam de ser um “problema” das mulheres ou dos negros, devendo ser considerados como um problema de toda a classe subordinada.

Apesar de reconhecermos a multiplicidade dos sujeitos inseridos em uma mesma classe, não queremos isolá-los em suas “identidades”. Ao contrário, precisamos perceber o sujeito classe trabalhadora, em sua totalidade, o que exige desvelar suas particularidades e singularidades. A classe como determinação central não pode secundarizar os demais elementos estruturadores desse sujeito, da mesma forma que tais elementos não podem subtrair a classe. Daí nossa insistência em perceber as relações entre classe, “raça”/etnia e as “relações sociais de sexo” como uma unidade dialética que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora. Há, portanto, uma unidade dialética entre as sub-estruturas básicas de poder da sociedade capitalista: classe, sexo, “raça”/etnia, na qual essas categorias estão organicamente integradas (Cisne, 2015, p. 29).

No atual contexto sociopolítico do Brasil, há dificuldades concretas para se combinar essas especificidades pelo reconhecimento enquanto mulheres, quilombolas e quebradeiras de coco com as questões de redistribuição igualitária no conjunto da classe trabalhadora, como proposto por Cisne (2015). Conforme discutiu-se, a busca pela justiça de gênero precisa articular, indissociavelmente, o reconhecimento das especificidades das mulheres quebradeiras de coco-babaçu quilombolas e a redistribuição equitativa de bens e serviços, sejam a terra, a floresta, sejam os serviços que sustentam. Essa articulação deverá necessariamente ocorrer nas esferas públicas locais e nacional, enquanto esferas convergentes e não concorrentes.

Para as quebradeiras de coco quilombolas, essa articulação das esferas públicas local e nacional depende, em muito, da maneira como políticas públicas ambientais e fundiárias são constituídas e implementadas, porque afetam diretamente seu controle sobre sua soberania alimentar e sobre o território nas áreas de ocorrência das florestas de babaçu.

Em termos de políticas ambientais, um dos principais indicadores da eficiência de sua implementação é a taxa de desmatamento, medida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) por meio do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), que, para o período de 2018 a 2019, indicou 34% de aumento²⁸. Mesmo com novo sistema de monitoramento e sob reestruturação, nessa atualização realizada em 15/6/2020, o Inpe registrou os efeitos dos retrocessos na proteção ambiental. A manifestação técnica de servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre esses retrocessos²⁹ indica, como causa relevante desse aumento, o desmonte de instituições responsáveis por essa proteção. A verificação desse indicativo é um dos objetivos da ação que tramita na justiça, movida pelo Ministério Público Federal, para apurar a desestruturação dolosa das estruturas de proteção ao meio ambiente³⁰.

Em termos de políticas fundiárias, o governo lançou a Medida Provisória nº 910/2019, que perdeu efeito, sob rejeição de 10.438 cidadãos e apoio de 1.528 cidadãos³¹, mas ainda assim teve sua essência incorporada no Projeto de Lei nº 2.633/2020. O projeto de lei, detalhadamente examinado por duas notas técnicas emitidas pela Procuradoria

28 Ver Taxa Prodes de desmatamento, publicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A variação no período 2018–2019 foi atualizada em 15/6/2020, portanto, sob novo sistema de monitoramento e após a reestruturação do instituto. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>.

29 Ver manifestação técnica assinada por servidores no Ibama, disponível em: <http://www.ascemanacional.org.br/servidores-do-ibama-firmam-manifestacao-tecnica-ao-vice-presidente-da-republica-na-qual-expoe-as-causas-do-caos-na-area-ambiental-e-sugerem-solucoes/>.

30 Vide <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/aia-salles-1>. Ver ação número 1037665-52.2020.4.01.3400 e inquérito civil disponível em: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/aia-salles-1>.

31 Vide enquête promovida pelo Legislativo disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2233488>.

Geral da República³², não oferece salvaguardas mínimas contra pretensões de propriedade a áreas que contenham quilombos. Caso aprovado o projeto de lei, caberá aos quilombolas entrarem em custosos e complexos processos administrativos e/ou judiciais para defenderem seus direitos. Assim, na prática, em vez de usufruir de políticas públicas fundiárias de regulamentação de territórios quilombolas, já garantidas na Constituição Federal e devidamente regulamentadas, os quilombolas precisam dispendar tempo e energia mobilizando-se contra a aprovação de novas leis que retrocedem na garantia de direitos já conquistados.

Embora as leis que garantem os direitos aos quilombolas permaneçam, e aquelas que ameaçam tais direitos constitucionais ainda não tenham sido aprovadas na esfera pública federal, os efeitos concretos desse processo de desestruturação de políticas conquistadas já se fazem sentir na esfera pública local. Por exemplo, os 12 procuradores da República que averiguam improbidade administrativa no Ministério do Meio Ambiente afirmam que atos, omissões, discursos, sob conduta intencional de autoridades públicas, fragilizam a atuação estatal, em processos de desestruturação de sistemas de proteção. A pesquisa de campo evidenciou que fragilizam também a atuação comunitária, afetando sistemas de proteção baseados em relações de parentesco, compadrio e vizinhança, com consequências concretas à soberania alimentar.

Atualmente, o Quilombo de Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos enfrenta iniciativas concretas de loteamento, com a naturalização das afrontas às suas conquistas constitucionais. São vários os exemplos desse efeito, na esfera local, sobre a soberania alimentar. Em períodos em que a comunidade se fazia unida, havia uma partilha de sementes e alimentos produzidos nas roças entre todos os grupos; atualmente isso não está mais acontecendo. Desse modo, nos relatos das mulheres, esse foi indicado como um dos principais fatores de

32 Ver Nota Técnica no 12/2020/PFDC/MPF, de 18 de maio de 2020, disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pfdc/manifestacoes-pfdc/notas-tecnicas/nota-tecnica-12-2020-pfdc-mpf>. Ver também, Nota Técnica PR-AM 00025212.2020 de 19/5/2020, disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/nota-tecnica-projeto-de-lei-2633-2020/view>.

mudança que elas sentiram: “antigamente era todo mundo junto, a gente repartia tudo” diz Sindá. “[...] hoje não tem mais isso e isso é um prejuízo muito grande, mostra que pro povo que a gente lutou junto o coletivo não existe mais” (comunicação pessoal)³³.

Esses relatos também foram tratados por diversas mulheres que se referiram à Semana Santa de 2018, uma das suas principais tradições, que era a partilha de alimento e já não estava ocorrendo mais nesses últimos anos. Santinha fala: “como nem todo mundo planta tudo, a gente repartia e não precisava comprar. Hoje, como não reparte mais, a gente se vê na obrigação de comprar” (comunicação pessoal)³⁴.

Essas fissuras e fraturas na coesão da comunidade, observadas na esfera local, encontram ressonância no que está ocorrendo na esfera nacional e vice-versa. Portanto, a luta das mulheres pelo território quilombola e sua soberania alimentar deverá contemplar ambas as esferas.

Considerações finais

Na pesquisa realizada no Quilombo de Monte Alegre, aprendemos que as mulheres não lutam contra o loteamento apenas para manter a dimensão cultural, simbólica e identitária, que lhes garantiriam o reconhecimento como quilombolas quebradeiras de coco-babaçu. Elas lutam contra o loteamento também por que sabem que, ao se subordinar à violação das terras de uso comum, enquanto classe, estarão mais vulneráveis em seus direitos à redistribuição econômica, na concretude dos danos à produção. Ao perder sua determinação sobre o território, sofrerão consequências econômicas e ambientais de efeitos concretos e previsíveis.

A soberania alimentar e territorial, ali dependente das terras de uso comum, está na pauta de luta dessas mulheres. Ao aproximarem

33 Depoimento de dona Olívia Lima da Silva, dona Sindá, quilombola, em entrevista realizada em 2018, no quilombo Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga.

34 Relato de dona Elizabeth Lima de Souza, dona Santinha, quilombola, em entrevista realizada em 2018, no quilombo Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos, município de São Luís Gonzaga.

suas conquistas na esfera pública nacional das negociações e diálogos nas esferas públicas locais, elas buscam se afirmar em quilombos capazes de abrigar as diferenças, a multiplicidade de sujeitos que compõem sua classe. No entanto, sem abrir mão daquilo que as garantem, tanto em classe quanto em mulheres quilombolas quebradeiras de coco-babaçu: as terras de uso comum.

Vê-se, portanto, que as conquistas em esfera nacional devem fluir para as esferas locais; porém, para serem efetivas, o fluxo deve ter mão dupla, isto é, as conquistas nas esferas locais precisam se conectar aos avanços na esfera pública nacional e vice-versa. Essa necessidade de interconexão se faz especialmente presente às mulheres quilombolas no atual contexto.

Apesar de os quilombolas de Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos viverem já em terras de assentamento, essas mulheres quilombolas se posicionam fortemente contra o loteamento, bem como contra qualquer projeto de lei que proponha a legalização de terras por mera autodeclaração. Mesmo que já tenham suas terras garantidas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, viram que as ameaças podem ainda pairar sobre seu território, se não garantirem o reconhecimento como quilombo e a redistribuição de terras para todos os quilombolas. Por isso, afirmam que a consolidação de seu quilombo depende da consolidação do conjunto de quilombos no Brasil. Assim, a despeito das fortes investidas para retrocessos sob o ponto de vista dos quilombolas, essas mulheres mantêm suas esperanças de que os avanços realizados nas esferas públicas nacionais e locais sustentarão o devir da história.

Referências

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. p. 9-45. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, 2).

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011. 196 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, 21 nov. 2003. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial do Brasil**, 8 fev. 2007. Seção 1, p. 316.

BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o plano nacional de reforma agrária, PNRA, e, da outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 11 out. 1985. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13465-11-julho-2017-785192-norma-13465-pl.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, nº 25-26, p. 56-80, 1990.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INCRA. Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 2009.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia. In: MICHELAT, G. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.

O'DWYER, E. C. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em Construção. In: TERRITÓRIOS quilombolas e conflitos. **Caderno de Debates Nova Cartografia Social** v. 1, n. 2, p. 41-48, 2010.

OLIVEIRA, C. de. **Agroecologia deu voz ao nosso saber**. 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2017/09/dona-dije-quebradeira-de-coco-a-agroecologia-deu-voz-ao-nosso-saber>. Acesso em: 17 set. 2018.

PORRO, N. M. **Rupture and resistance**: gender relations and life trajectories in the babaçu palm forests of Brazil. 2002. 363 f. Doctoral Dissertation (PhD) – University of Florida, Gainesville.

SAMPAIO, J. A. L. Da cláusula do não retrocesso social à proibição de reversibilidade socioambiental. In: ANJOS FILHO, R. N. dos. (org.). **Direitos humanos e direitos fundamentais**: diálogos contemporâneos. Salvador: JusPodivm, 2013. p. 391-417.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 178 p.

Capítulo 8

Extrativismo do pinhão: soberania e segurança alimentar, agroecologia e gênero

Natal João Magnanti
Oscar José Rover





Introdução

Este capítulo, parte da tese de doutorado do primeiro autor, aborda o tema do extrativismo do pinhão, que é a semente da araucária, doravante pinheiro-brasileiro [*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze], no Planalto Serrano Catarinense (PSC)¹. Nele, os autores direcionam o foco analítico para as agricultoras familiares que compõem o Núcleo Planalto Serrano (NPS) da Rede Ecovida de Agroecologia². A pergunta orientadora é se as agricultoras familiares têm papel na conservação da espécie e se empoderaram-se social e economicamente a partir do extrativismo.

Esse núcleo é um dos primeiros nós da Rede Ecovida de Agroecologia, tendo organizado seus dois primeiros encontros ampliados no início da década de 2000. Entre outras ações, o NPS promove a certificação participativa dos produtos orgânicos da Ecovida, na sua área de abrangência. Na Associação Ecovida de Certificação

1 O Planalto Serrano Catarinense é composto por 18 municípios (Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Lages, São José do Cerrito, Paineira, São Joaquim, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Urubici, Bom Retiro, Rio Rufino, Urupema, Correia Pinto, Otacílio Costa, Palmeira, Ponte Alta), que juntos compõem a Associação de Municípios da Região Serrana (Amures).

2 A Rede Ecovida foi criada em 1998 como resultado de um processo de articulação de organizações e movimentos sociais, visando construir uma alternativa ao modelo de agricultura dominante no País. A rede é organizada em núcleos regionais espalhados pela região Sul do Brasil. Cada núcleo reúne membros de uma microrregião com características semelhantes (um território rural). A organização social da Ecovida procura privilegiar relações de reciprocidade, tais como a troca de produtos, sementes e experiências, assim como incentiva outras formas de cooperação no interior da rede (Rover; Lampa, 2013). O Núcleo Planalto Serrano é constituído por aproximadamente 30 grupos, associações e cooperativas do Planalto Serrano Catarinense.

Participativa, braço operativo da Rede Ecovida, havia certificado 248 estabelecimentos nesse núcleo em março de 2018. Em 2019 foram certificadas 110 unidades de produção e 3 unidades de processamento em 18 grupos. O processo de avaliação da conformidade para 2020 está em andamento. O PSC é a segunda região de Santa Catarina com maior número de unidades produtivas no cadastro de produtores orgânicos do Brasil (Bernardes; Amaral, 2018). Além da certificação, o NPS realiza atividades de formação, eventos, e articula a Fortaleza Slow Food (FSF)³ do Pinhão da Serra Catarinense. A FSF do Pinhão da Serra Catarinense é a primeira organização dessa natureza no Sul do Brasil. O trabalho com o extrativismo do pinhão é uma das atividades das organizações que compõe o NPS. Parte-se do pressuposto que o extrativismo promove a agroecologia, alicerçado em conhecimentos tradicionais, na valorização da produção com a presença do componente arbóreo e em harmonia com a natureza, bem como proporciona o consumo de alimentos saudáveis. O pinhão é um alimento que possui relação histórica com as organizações do NPS, sendo símbolo da cultura alimentar do PSC. Sustenta-se que o extrativismo do pinhão contribui para a soberania e segurança alimentar⁴ e nutricional da agricultura familiar do NPS.

Caracterização do território

A região abrange uma área total de 16.085 km², o que representa 16,9% da superfície de Santa Catarina, situando-se no ecossistema

3 As Fortalezas são projetos do *Slow Food* para ajudar os pequenos produtores a resolverem as suas dificuldades, reunindo os produtores isolados e conectando-os com mercados alternativos, mais sensíveis à sua situação e que valorizam os seus produtos (Makuta, 2018).

4 A noção de soberania alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A soberania alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar. A soberania alimentar envolve a implementação de processos radicais de reforma agrária massiva, adaptada primordialmente às condições de cada país e região e que propicie ao camponês – com oportunidades iguais para indígenas e mulheres – acesso equitativo a recursos produtivos, primordialmente terra, água e florestas, bem como aos meios de produção, financiamento, treinamento e capacitação para administração e negociação (Rosset, 2006).

Floresta Ombrófila Mista⁵ da Mata Atlântica. A ocupação histórica do PSC é distinta de outras regiões de Santa Catarina. O município de Lages era considerado um povoado da Província de São Paulo até 1771 e foi originalmente ocupado por bandeirantes paulistas. Somente em 1820 ele passou à categoria de Vila de Santa Catarina (Vieira et al., 2009). Esses autores destacam que o povoamento dessa região está associado ao transporte de gado para o interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse processo foi denominado de tropeirismo e influenciou fortemente a região. Ao contrário de outras regiões catarinenses, essa forma de ocupação estimulou o predomínio de médias e grandes propriedades (Cazella; Burigo, 2008). A região possui conformação paisagística composta por campos nativos intercalados com floresta de pinheiro-brasileiro, clima marcado pela ocorrência de invernos rigorosos e pela forte presença da cultura cabocla⁶, o que lhe confere territorialidade específica (Abramovay, 2010). As iniciativas de modernização conservadora da agricultura, induzidas pelo Estado nos anos 1960 e 1970, produziram ali impactos menos contundentes. A região é considerada menos desenvolvida comparada às demais regiões do estado. Para entender o seu menor grau de desenvolvimento, é necessário estabelecer uma série de relações com o modo de ocupação do território, com o tipo de desenvolvimento industrial e agrícola, e com o investimento feito ao longo da história nessa região (Borchardt, 2003). As características históricas da ocupação e a baixa adoção de técnicas modernas de produção agrícola determinaram as características da agricultura familiar da região. Segundo Locks (1998), a população que ali se fixou nos finais do século 19 e durante as primeiras décadas do século 20 e originou a agricultura familiar foram

5 A Floresta Ombrófila Mista (FOM) ocupava originalmente aproximadamente 200 mil km², estando circunscrita a uma região de clima pluvial subtropical. Seu principal componente, o pinheiro-brasileiro, é a única espécie de seu gênero com ocorrência natural no Brasil. Toda essa área estava distribuída nos planaltos de altitudes entre 500 m e 1.200 m dos estados do Paraná (40%), Santa Catarina (31%) e Rio Grande do Sul (25%), e como manchas no sul de São Paulo (3%), até o sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro, em áreas de altitude elevadas (1%). A FOM é considerada como um ecossistema altamente ameaçado no domínio da Mata Atlântica, em estado crítico em termos de conservação. Hoje, estima-se que os remanescentes ocupem entre 1% e 4% da área original (Reis et al., 2010).

6 Caboclo é um termo empregado para definir, entre outras coisas, os indivíduos e as culturas que se originaram a partir da miscigenação entre indígenas e europeus, que no território brasileiro teve início após a chegada dos portugueses, ou “lusitanos”. Nesse sentido, corresponde ao termo luso-brasileiro, que expressa essa dualidade étnica e cultural (Onghero, 2012).

agregados, peões, sitiantes ou posseiros que moravam no interior das grandes fazendas.

A presença numérica e cultural cabocla no território é marcante (Locks, 1998; Floriani; Mafra, 2007; Mafra; Stadtler, 2007; Vieira et al., 2009). Notadamente, os caboclos da região podem ser caracterizados como povos e comunidades tradicionais, o que lhes confere uma relação distinta com a biodiversidade, o extrativismo e com os mercados (Mota et al., 2008).

A agricultura familiar na região é predominante em termos de número de estabelecimentos rurais. O somatório das declarações de aptidão (DAPs) físicas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁷ é de 16.345 declarações, sendo que os estabelecimentos são maiores em área comparada com outras regiões. Apesar disso, há significativo número de agricultores familiares que têm acesso restrito à terra, e aproximadamente 21% dos estabelecimentos rurais são geridos por não proprietários. O território concentra três dos seis menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, em que a pobreza se concentra principalmente no meio rural (Magnanti; Sartori, 2011).

As principais situações de ameaça à biodiversidade e à agricultura familiar são a construção de grandes hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e a monocultura do *Pinus*. A geração de energia por meio das barragens é considerada uma ameaça porque ocupa de maneira permanente a terra, contribuindo com a desagregação de comunidades rurais. Essas construções também impactam nos remanescentes e conseqüentemente no extrativismo do pinhão. A monocultura do *Pinus* é uma ameaça porque promove a desagregação e isolamento das comunidades rurais, concorrendo por mão de obra rural e competindo por áreas usadas originalmente para produção de alimentos e extrativismo (Magnanti; Sartori, 2011).

A região se destaca pelo extrativismo do pinhão visando ao autoabastecimento e à comercialização. Integram o território os

7 Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/pesquisarDAP>.

municípios de Paineira, São Joaquim e Capão Alto, que, respectivamente, são o primeiro, terceiro e quarto municípios que mais extraíram pinhão no Brasil em 2017. Os municípios do território comercializaram 2.751 toneladas de pinhão nesse ano, a um preço médio de R\$ 2,17 por quilograma, gerando uma receita R\$ 5,138 milhões. O território concentra os dez municípios que mais extraíram pinhão no estado, perfazendo 80% da comercialização (IBGE, 2017).

A conservação pelo uso da biodiversidade

O conceito aqui adotado para a biodiversidade é derivado da *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, que estabeleceu a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB (Brasil, 2000, p. 28), que definiu biodiversidade como:

[...] a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte: compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

A CDB aborda o importante papel desempenhado pelas mulheres na conservação das espécies, “afirmando a necessidade de sua plena participação em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica” (Brasil, 2000, p. 45).

A conservação da biodiversidade por meio do seu uso é defendida por uma corrente de pesquisadores (Diegues; Arruda, 2001; Pereira; Diegues, 2010; Vieira-da-Silva, 2013; Magnanti et al., 2017; Reis et al., 2018). Eles demonstraram que os povos e comunidades tradicionais, bem como os agricultores familiares, podem utilizar de forma duradoura as riquezas que serão extraídas da floresta. Graças à demanda global a favor da proteção da natureza e ao crescimento de correntes ambientalistas, aumentou o respaldo do papel desempenhado pelas populações tradicionais na conservação dos ecossistemas (Pereira; Diegues, 2010). Segundo Martins et al. (2015), uma outra

forma de conservação são as unidades de conservação (UCs), que são áreas protegidas destinadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais. O somatório de todas as UCs do PSC é de 59.204 ha, o que perfaz 3,68% da sua área. A partir desta constatação, é possível deduzir a importância dos estabelecimentos privados na conservação, especialmente os familiares que são predominantes em número e em área total (Magnanti; Sartori, 2011). Os fragmentos da Floresta Ombrófila Mista, com pinheirais, estão localizados em UCs e em áreas dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (Amaral; Fichino, 2014). A agricultura familiar se constitui num importante ator social para a conservação das espécies, sendo necessária a combinação de esforços entre a preservação que ocorre nas unidades e a conservação pelo uso nos estabelecimentos privados. A estratégia da conservação pelo uso proporciona parte importante da alimentação nos estabelecimentos familiares, contribuindo para a segurança e soberania alimentar, e compõem parte da renda das famílias.

As sementes do pinheiro-brasileiro servem de alimento para a fauna e compõem a base da economia de muitas famílias, sendo estas potenciais parceiras na conservação, tanto pelo conhecimento tradicional quanto pela significativa área ocupada (Zechini et al., 2012).

No PSC foi constatada a existência de sistemas agroflorestais (SAFs) onde predomina a extração do pinhão. Esses sistemas foram descritos por Magnanti (2016, p. 57):

[...] trata-se de sistemas de uso da terra onde existe a dominância de araucárias no dossel superior, com a presença de erva mate (*Ilex paraguariensis*) e bracatinga (*Mimosa scabrella*) no dossel intermediário, bem como a manutenção de espécies forrageiras que compõem uma diversificada pastagem com espécies nativas e naturalizadas, que servem de alimento para bovinos de corte e leite mantidos nas propriedades de forma extensiva. Esse sistema agroflorestal tradicional é a base produtiva e, por conseguinte, a base econômica de milhares de propriedades que ao longo do tempo adotaram práticas agroflorestais de uso e conservação da floresta ombrófila mista, constituindo um saber fazer sócio cultural típico da região.

Os SAFs do planalto foram construídos pela agricultura familiar, ensejando o manejo sustentável da biodiversidade. Atualmente, o uso principal do pinheiro-brasileiro é para coleta de pinhões. Os principais fatores que contribuíram para que o extrativismo do pinhão tomasse a dimensão que possui na região são: a) a inclusão do pinheiro-brasileiro na lista das espécies ameaçadas de extinção (Brasil, 2008) e em Santa Catarina em 2014; b) a intensificação da fiscalização coibindo o uso madeireiro; c) a concentração da regeneração em determinadas regiões e a dominância da espécie na floresta; d) o conhecimento local do uso e do manejo da espécie em SAFs (Magnanti, 2016); e) a valorização econômica do pinhão como um recurso alimentar (Mantovani, 2004); f) a disponibilidade de mão de obra no período de extração (Adan, 2013); g) a implantação de políticas públicas de valorização da biodiversidade (Oliveira, 2014). Esses fatores proporcionaram condições para que o extrativismo se tornasse uma atividade econômica relevante, que muitas vezes envolve outras espécies como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), a goiaba-serrana (*Acca sellowiana*), a uvaia (*Eugenia pyriformis*), o araçá (*Psidium cattleianum*), a braca-tinga (*Mimosa scabrella*) (Magnanti, 2017). Esses alimentos autóctones se destinam ao autoabastecimento familiar, promovem a soberania e segurança alimentar, atuam como fonte de renda e ao mesmo tempo contribuem para a conservação ambiental, fortalecendo a identidade cultural das comunidades rurais. Eles motivam a realização de festas e eventos gastronômicos que divulgam a cultura, atraem turistas e estimulam a manutenção do extrativismo (Amaral; Fichino, 2014). Segundo Mota et al. (2008, p. 156),

[...] o debate sobre o extrativismo tem sido retomado pelo reconhecimento da importância desses sistemas para a conservação da biodiversidade num contexto de desequilíbrio ambiental, pela valorização cultural que os seus produtos têm adquirido no mundo contemporâneo, em que consumidores distantes cobijam produtos rotulados como “verdes”, e pelo reconhecimento de que os saberes acumulados por gerações de populações tradicionais tem sido um dos guias mais usados nas pesquisas científicas.

Segundo Mota et al. (2008), os homens geralmente predominam nas atividades extrativistas economicamente mais compensadoras na Amazônia. Não obstante, as pesquisadoras chamam a atenção para a atuação das mulheres na floresta, como seringueiras, castanheiras, pescadoras e curandeiras que utilizam os recursos naturais. Pacheco (2002) afirma que é recorrente no País a percepção do trabalho na agricultura e no agroextrativismo como atividade masculina, embora as mulheres participem de inúmeras atividades agrícolas e extrativas, em dupla ou tripla jornada. Nesse sentido, a invisibilidade do trabalho das mulheres permanece, a qual é flagrante no extrativismo do pinhão. A divisão de tarefas entre homens e mulheres reforça essa invisibilidade, visto que normalmente a extração das pinhas⁸ diretamente das árvores e a comercialização do pinhão ficam a cargo dos homens, enquanto as tarefas de catação manual do pinhão que se desprende naturalmente das pinhas e que caiu no chão, bem como a classificação e o processamento, são atividades predominantemente femininas.

Segundo Pacheco (2002), o papel desempenhado pelas mulheres é fundamental quando se considera que a conservação e o uso da biodiversidade são vitais para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar. Diferentemente dessa situação de invisibilidade por que passam a maioria dos extrativistas, especialmente às mulheres trabalhadoras rurais do PSC, as organizações que compõem o NPS da Rede Ecovida constituíram a FSF do Pinhão da Serra Catarinense. A FSF tem como um dos seus objetivos promover a comercialização do pinhão para mercados alternativos, que são sensíveis à conservação das espécies e também remuneram melhor o trabalho executado. A constituição da FSF promoveu a discussão do papel das mulheres trabalhadoras rurais no extrativismo, já que foram elas que a constituíram e hegemonizam a sua coordenação. Além disso, foram as mulheres que protagonizaram os processos de processamento do pinhão e que investiram em intercâmbios com outras regiões do Brasil,

8 Pinhas são os frutos do pinheiro-brasileiro, que são compostos de pinhões e falhas (são as estruturas reprodutivas que não foram fecundadas por ocasião da polinização).

as quais constituíram Fortalezas Slow Food (FSFs) em torno de outros produtos que demandavam ações para serem mais bem valorizados e preservados. A participação feminina também é predominante nas participações da FSF nos eventos internacionais do *Slow Food*.

Metodologia

O estudo utilizou como instrumentos de pesquisa as entrevistas com questionários semiestruturados (Seixas, 2005), os diagnósticos rurais participativos (Verdejo, 2006), a observação participante e a análise documental.

No ano de 2016 foram entrevistados 23 membros do NPS (17 homens e 6 mulheres) oriundos de 13 municípios (Otaçílio Costa, Capão Alto, Urubici, Anita Garibaldi, Correia Pinto, São Joaquim, Bom Retiro, Painel, Campo Belo do Sul, Lages, São José do Cerrito, Bocaina do Sul e Zortéa). As entrevistas foram realizadas com os seguintes objetivos: caracterizar o manejo do pinheiro-brasileiro, conhecer os locais de coleta do pinhão e estabelecer visão de futuro para o extrativismo. Foram realizadas novas entrevistas com 20 membros do NPS em setembro de 2018 (13 homens e 7 mulheres), oriundos de 10 municípios (São Joaquim, Alfredo Wagner, Otaçílio Costa, São José do Cerrito, Correia Pinto, Curitibanos, Lages, Urubici, Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul), com os seguintes objetivos: conhecer as formas de comercialização, os principais mercados e determinar o consumo familiar do pinhão. As amostras continham agricultores e agricultoras familiares que pertencem ao NPS e praticam extrativismo de pinhão.

Foram empregados também diagnósticos rurais participativos (DRPs), realizados em conjunto com um grupo de pesquisadores da Rede Sistemas Agroflorestais Agroecológicos do Sul (Rede Safas)⁹. Esses pesquisadores trabalham com o intuito de pesquisar o manejo

9 Projeto Núcleo Safas: Sistemas Agroflorestais Agroecológicos do Sul, Projeto 2015–2016 (Chamada MDA/CNPq 39/2014).

do pinheiro-brasileiro em SAF na região. Os DRPs¹⁰ foram realizados em 2016 e 2017 nos municípios de Paineira, São Joaquim, Urupema e Bocaina do Sul. Os DRPs contaram com a participação de 48 informantes (28 homens e 20 mulheres), incluindo grupos extrativistas, lideranças sindicais e técnicos das prefeituras. Nos DRPs foram empregadas as técnicas do Diagrama de Venn e Linha do Tempo. Somente os resultados da linha do tempo foram utilizados para compor os resultados e discussões do capítulo.

A linha do tempo foi utilizada com o objetivo de resgatar a história local do uso do pinheiro-brasileiro, principalmente em relação ao uso do pinhão, buscando compreender as alterações ambientais, econômicas e sociais que ocorreram em diferentes períodos. Foi solicitado que os participantes reconstruíssem os principais eventos da história do local, registrando uma linha com os principais acontecimentos e os anos que ocorreram.

As informações qualitativas da pesquisa foram analisadas por meio do método análise de conteúdo (Franco, 2005), baseando-se principalmente no conteúdo das entrevistas e diagnósticos realizados, relacionando-os com o referencial teórico pesquisado e a visão dos pesquisadores. Os dados quantitativos coletados mediante entrevistas foram analisados por estatística descritiva¹¹, produzindo informações que subsidiaram os resultados, a discussão e as conclusões do capítulo.

A análise documental da pesquisa utilizou o protocolo de produção e a sistematização da metodologia Fofa (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças) da FSF do Pinhão da Serra Catarinense. O protocolo de produção já existia e foi reelaborado pelo projeto Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da agricultura familiar brasileira no movimento *Slow Food*, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além desses

10 Segundo Verdejo (2006), a importância de se gerenciar um planejamento a partir de um diagnóstico próprio da comunidade faz com que os agricultores possam compartilhar suas experiências analisando as técnicas do DRP como forma de buscar um melhor aproveitamento e planejamento de suas propriedades.

11 Apresentação numérica, tabular e/ou gráfica com o propósito de resumir ou sumarizar as informações contidas num conjunto de dados observados.

documentos, foram utilizadas informações sobre a execução dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Cooperativa Ecoserra¹² e também informações sobre a certificação da conformidade orgânica realizada pelo NPS. Finalmente, foram consultados relatórios de projetos executados pelo Centro Vianeí de Educação Popular¹³.

Uso do pinheiro-brasileiro – principais resultados

Nos diagnósticos ocorreu consenso entre homens e mulheres sobre três períodos distintos e sequenciais do uso do pinheiro-brasileiro no PSC. O primeiro é do início do século 20 até aproximadamente o início dos anos 1950. A espécie era utilizada basicamente para produzir pinhão e madeira, que era usada principalmente nos estabelecimentos. O pinhão era utilizado para alimentação humana e para os animais domésticos. Os porcos eram alimentados com pinhão e foram importante fonte de renda (eram comercializados em tropas para outras regiões do estado) e insumo básico na alimentação familiar. Um segundo momento foi o ciclo da madeira, que durou do início dos anos 1950 até meados dos anos 1970. Esse período foi importantíssimo para a economia regional, promovendo crescimento demográfico e econômico, além de expressivo impacto ambiental. Com a redução drástica da população de araucária, ela foi posteriormente incluída na categoria de espécie em extinção, gerando um terceiro momento de utilização do pinheiro-brasileiro, o qual começa no final do ciclo da madeira, com a restrição do seu corte e intensificação da fiscalização, de meados da década de 1990 até hoje. Neste período ocorreu regeneração natural da espécie nas antigas roças que foram abandonadas, bem como em locais de pastagens naturais e naturalizadas, o que proporcionou a ampliação da oferta de pinhão para o consumo

12 A Ecoserra é uma cooperativa de agricultores e agricultoras familiares agroecológicos com objetivo de promover a organização da produção, a agroindustrialização, da compra e venda de produtos e insumos agroecológicos/orgânicos e artesanais. Disponível em: <http://www.cooperativaecoserra.com.br>.

13 O Centro Vianeí de Educação Popular é uma entidade da sociedade civil, organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundado em 1983, com atuação nos movimentos e organizações populares e na assessoria aos trabalhadores rurais organizados ou em processo de organização. Disponível em: <http://www.vianeio.org.br>.

humano, tornando-o um produto comercial, bem como para a fauna local e migratória.

Os resultados revelam que em média 3,7 pessoas trabalham nos estabelecimentos e possuem idade média de 48 anos (variando de 24 a 72 anos). Os estabelecimentos têm área média de 20,68 ha (menor área 2,6 ha e maior 83 ha), sendo que 91% deles têm reserva legal averbada e 87% o cadastro ambiental rural (CAR). Dentre os entrevistados, 70% participam de pelo menos uma forma organizativa da agricultura familiar. A extração de pinhão por estabelecimento variou de 45 kg a 5 mil kg ao ano, sendo a média da extração 1.170 kg por estabelecimento ao ano. O manejo do pinheiro-brasileiro utilizado está na perspectiva da conservação pelo uso. Em média, 25% da área total dos estabelecimentos é coberta por floresta com a espécie. A maioria informou que colhe pinhão em mais de uma área, preferindo áreas de matas em regeneração e pastagens. Dados semelhantes foram encontrados por Adan (2013). Oitenta e três por cento (83%) dos entrevistados afirmaram possuir mais pinheiro-brasileiro na atualidade que no passado e também informaram que realizam manejo da regeneração. A maioria utiliza mais de uma técnica de manejo (plântio, corte de galhos, introdução de gado e os porcos no sub-bosque¹⁴, corte seletivo de árvores e adubação orgânica). Sobre quais técnicas de manejo seriam melhores para produzir mais pinhão, 70% afirmaram que o corte seletivo de árvores (raleio) é uma técnica que produz bons resultados. Em seguida citaram a adubação, com 35%, e o plântio, com 18%. Quando os extrativistas foram perguntados sobre por que começaram a comercializar pinhão, 35% afirmaram que o motivo era aumentar a renda familiar, 13% por participarem em feiras e 9% porque a produção era maior que o consumo familiar. Outra informação é que 30% dos entrevistados comercializam pinhão a menos de 10 anos. Perguntados sobre como projetam a produção de pinhão daqui a 10 anos, 61% dos entrevistados afirmam que vai aumentar.

¹⁴ Sub-bosque é a vegetação que está abaixo das árvores de porte alto, como a araucária. Na maioria dos casos das propriedades onde é extraído o pinhão, a vegetação rasteira é composta de pastagem nativa, a qual é utilizada pelos animais domésticos.

Os motivos que justificam a perspectiva de aumento são: o manejo adotado na condução da espécie, o aumento da demanda dos consumidores pelo produto, o plantio efetuado nos estabelecimentos, o aumento do preço no mercado, a melhoria da consciência ambiental dos extrativistas e consumidores, a previsão de lucro, a valorização do pinhão como um recurso alimentar. Os resultados corroboram a proposta da conservação por meio do uso, que propõe a inclusão das populações humanas como promotoras da conservação da biodiversidade. Parte significativa dos entrevistados (35%) pratica extrativismo fora do seu estabelecimento, principalmente em áreas de vizinhos ou parentes, a partir de contratos verbais entre as partes. Não houve relatos de problemas no acesso ao recurso florestal, porém há relatos de conflito pelo uso das áreas de extração, tanto nesse território quanto em outros (Vieira-da-Silva, 2013).

Os resultados obtidos a partir das entrevistas do ano 2018 revelam que o volume de pinhão comercializado é o dobro do volume comercializado 2 anos antes, perfazendo um total de 6.445 kg ao ano. A primeira constatação é que dentre os entrevistados o consumo in natura¹⁵ é menor que o consumo processado¹⁶. Do volume total consumido, 45% é in natura e 55% é consumido após ser processado e armazenado. Somando o consumo in natura e processado, o volume consumido per capita entre os entrevistados é 25,10 kg por pessoa ao ano. Para verificar a importância do pinhão na dieta alimentar, foram acessadas as informações da Pesquisa de Orçamento Familiar (IBGE, 2018)¹⁷ e comparadas às quantidades ingeridas de alimentos pelas famílias do Sul do Brasil. A quantidade ingerida de carne bovina e pão são respectivamente 21,94 kg a 21,61 kg por pessoa ao ano, valores semelhantes ao consumo do pinhão entre os entrevistados.

15 Considera-se o consumo in natura aquele pinhão consumido pela família nas formas menos processadas. Nesse caso foram inseridos o pinhão assado na chapa do fogão à lenha e o pinhão cozido na água. Nesses dois casos, o pinhão é consumido logo após ser preparado, não passando por armazenamento.

16 Considera-se pinhão processado aquelas amêndoas que foram assadas ou cozidas e posteriormente armazenadas sobre refrigeração ou congelamento. O pinhão processado desta forma irá compor preparações de doces e salgados (exemplos: paçoca, entrevero, doces, bolachas, etc.).

17 Pesquisa de orçamento familiar (POF); os dados mais recentes são de 2008–2009. Disponível em: http://ww2.ibge.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_analise_consumo/defaulttab_zip.alimentos.shtml.

Comparando com produtos básicos da cesta de alimentos como arroz e feijão, que respectivamente são 48,83 kg e 53,50 kg por pessoa ao ano, o consumo do pinhão é praticamente a metade desses alimentos, o que demonstra a importância deste alimento na dieta alimentar. O pinhão comercializado in natura para atacadistas, pelos entrevistados, corresponde a 38,64% do total extraído. Os demais 61,36% do pinhão foi comercializado para outras sete estratégias de comercialização, todas consideradas de circuito curto. A primeira estratégia em quantidade comercializada foram vendas em feiras; a segunda, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); a terceira, na própria propriedade rural; a quarta, a venda direta em domicílio; a quinta, em outros mercados; a sexta, no PAA; e a sétima, em cestas. Dos 20 entrevistados, 22% utilizaram as feiras; 22%, a comercialização em domicílio; 14%, os atacadistas; 9%, o PAA; 9%, o Pnae; 9%, as cestas; 9%, outros mercados; e 4,5% comercializaram na própria propriedade. Se somarmos o volume comercializado no Pnae e PAA, essa se torna a principal estratégia de comercialização nos circuitos curtos.

O papel das agricultoras familiares na produção e comercialização do pinhão

O extrativismo é uma das atividades que as agricultoras familiares praticam na agroecologia. Inúmeras outras tarefas são realizadas por elas na região, que se somam e convergem para o processo contínuo de transição agroecológica em curso no NPS.

As entrevistas revelaram o importante papel das agricultoras familiares na comercialização, por meio de circuitos curtos e no processamento do pinhão. O reconhecimento do trabalho realizado pelas agricultoras familiares no extrativismo do pinhão junto ao NPS é emergente, sendo uma ação deliberada das organizações, visando ao empoderamento e ao protagonismo feminino. Pacheco (2002) afirma que, para incorporar a perspectiva de gênero, articulada ao extrativismo, requer revisão das categorias de análise, das práticas político-educativas e das políticas públicas.

Uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o empoderamento das mulheres, reconhecendo o seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Simultaneamente terá que lhes assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos, como terra e crédito e capacitação técnica. (Pacheco, 2002, p. 25).

O empoderamento feminino iniciado na década de 1980 na América Latina priorizou dimensões ligadas aos direitos das mulheres, especialmente dos domínios produtivos e reprodutivos, a revisão de direitos tradicionais, equiparação de direitos legais das produtoras rurais sobre a terra, direitos a serviços de saúde e de acesso a crédito. Isso abriu novas perspectivas para pesquisas e contribuiu para uma maior consciência das mulheres trabalhadoras rurais no que concerne à cidadania. Da combinação entre a perspectiva feminista e a participação mais visível das mulheres nos movimentos rurais, uma série de direitos foram conquistados e viabilizados por políticas públicas comprometidas com a causa feminista e de gênero (Woortmann et al., 2007). Segundo Siliprandi (2011), o início dos movimentos de mulheres rurais remonta aos anos 1980 no Brasil, com foco em direito à sindicalização. As mulheres se organizavam em grupos com o apoio de setores das igrejas progressistas, como parte da proposta de disseminação das Comunidades Eclesiais de Base. No PSC, o impulso inicial também teve assessoria de setores progressistas da Igreja Católica e de organizações não governamentais emergentes, como o Centro Vianeí de Educação Popular¹⁸.

Na perspectiva do empoderamento feminino, a concessão do *Prêmio Margarida Alves* em 2007, para agricultora Emília de Fátima Velho Souza, foi um importante marco no NPS. O prêmio foi concedido graças ao trabalho realizado pela Associação das Famílias Agricultoras de Otacílio Costa (Afaoc), integrante do NPS. O trabalho premiado descreveu a participação em redes, cooperativas e políticas públicas acessadas pela associação, mas também as dificuldades e preconceitos

¹⁸ Um exemplo dessa intervenção foram cursos de formação em etapas para discutir sexualidade, metodologias, classes sociais e ferramentas de lutas (Magnanti, 2004, p. 13).

enfrentados pelas mulheres cotidianamente na família e comunidade, realçando a coragem que foram adquirindo para participar de espaços que eram historicamente considerados masculinos, especialmente aqueles onde ocorre a gestão e controle social das políticas públicas para a agricultura familiar. O empoderamento das agricultoras familiares da Afaoc, as quais são extrativistas de pinhão e pertencem ao NPS, pode ser apresentado pelo relato da agricultora Emília de Fátima (Woortmann, 2007, p. 152):

A venda é feita na feira livre, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e mercado atacadista de São Paulo, através da Cooperativa Ecoserra. Na feira livre são fornecidos produtos como feijão, batata, pinhão, moranga, frango caipira, ovos, queijo, nata, couve. Na safra de 2003/2004 o grupo comercializou para a Conab, oito mil quilos de batata e para São Paulo dez mil quilos de moranga [...] A produção objetiva primeiramente a subsistência para garantir a segurança alimentar e posteriormente a comercialização do excedente, na busca de renda... Trabalhamos a conscientização dos homens para que compreendam que não é só o econômico, ganhar dinheiro, mas que é preciso estar organizadas para conseguirmos avançar no reconhecimento, na valorização da agroecologia e do trabalho das mulheres, que é o respeito das nossas vidas e das nossas famílias. Com isso ganhamos conhecimento e outros benefícios... As mulheres vêm assumindo cada vez mais responsabilidades nas organizações da agricultura familiar, são responsáveis pela produção dos alimentos, tanto para o consumo da família como para a comercialização, ainda são as maiores responsáveis pelos cuidados com os filhos e com a casa, desenvolvem trabalhos na comunidade e estão buscando outras fontes de renda através da agroindustrialização dos alimentos e do artesanato.

Segundo Magnanti (2010), o trabalho com as mulheres no NPS foi intensificado durante o período do governo federal de 2003 a 2011, com importantes fomentos por meio de políticas públicas. Segundo Siliprandi (2011, p. 175), “a partir de 2003, com a mudança do governo federal do Brasil para uma proposta popular, fortaleceram-se as possibilidades de diálogo entre os movimentos de mulheres rurais e setores governamentais”. Uma política pública que auxiliou os

grupos de mulheres foi o Pronaf Infraestrutura¹⁹. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense, por meio do Pronaf, financiou estruturas de processamento de óleo vegetal, pinhão, hortaliças, sucos e geleias em Otacílio Costa; processamento de frutas, sucos, hortaliças e pinhão, em Urubici; panificação e massas, doces, geleias, sucos e pinhão, em São Joaquim; panificação, em Urubici; artesanato, em São Joaquim e Cerro Negro. O processamento de alimentos, em especial o pinhão, se destacou nos grupos geridos pelas mulheres trabalhadoras rurais (Magnanti, 2010, p. 32):

O trabalho com as mulheres trabalhadoras rurais tem recebido, nos últimos cinco anos, uma dedicação especial por parte das organizações da rede [...]. A emergência de 14 grupos de produção/agroindustrialização agroecológica geridos por mulheres vem permitindo a criação de espaços sociais para o empoderamento delas como protagonistas em todas as feiras agroecológicas existentes no território. Dessas feiras, quatro são conduzidas exclusivamente por nove grupos que envolvem 100 mulheres. As agricultoras também participam da comercialização em domicílio e nas vendas por meio do PAA. Além disso, sistemas geridos por 101 mulheres estão em processo de certificação participativa [...] O principal objetivo do trabalho com os grupos e associações de mulheres é superar a subordinação a que elas foram historicamente submetidas por conta de relações de gênero desiguais. Busca-se, portanto, desencadear novas possibilidades de geração de renda e emancipação política das mesmas em benefício da elevação da qualidade de vida delas e de suas famílias.

Foram as agricultoras familiares extrativistas de pinhão do NPS que constituíram a FSF do Pinhão da Serra Catarinense e participaram dos eventos promovidos pelo movimento *Slow Food*. O manejo do pinhão em SAFs, o conhecimento das variedades existentes e o uso culinário pelas agricultoras familiares podem ser observados no relato da agricultora Aleida Pereira Lehmann, da Afaoc (Woortmann et al., 2007, p. 159), quando essa agricultora descreve o seu sistema.

¹⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), particularmente da linha de crédito Infraestrutura e Serviços Municipais, foi uma linha de crédito estruturada com base nos princípios da descentralização das decisões via Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e da participação da população beneficiária por meio do fomento das organizações coletivas, especialmente das associações de produtores (Hespanhol, 2006).

Também manejamos os campos de forma que venham a ser mais sustentáveis, as grimpas dos pinheiros são amontoadas próximo dos pés, sendo feita de três em três meses pelo fato de que as grimpas estão inteiras e fáceis de pegar. Antigamente a grimpá era queimada e a cinza era dada para o gado comer, misturada com o sal. As grimpas podem se tornar um problema para os animais ao pastarem porque machuca as ventas, mas se forem amontoadas próximo ao pé servem como adubação, proporcionando boas produções de pinhão que além de serem consumidos pela família e pelos animais, está ocupando um espaço considerável na comercialização. Deixo uma reserva de mato em meio ao campo com a função de proteger os animais do sol, chuva ou frio. O pinhão começa a produção a partir de abril, em junho ainda tem um pouco. Têm algumas espécies como o pinhão-cajuvá e o macaco que produzem tarde. Consumimos muito pinhão, se faz muitas iguarias à base de pinhão, as mais conhecidas são a paçoca e o entreveiro, mas um pinhão na chapa ou uma sapecada com grimpas são de um sabor inigualável.

Uma política pública que pode ser utilizada pelos extrativistas na região é a política de garantia de preços mínimos dos produtos da biodiversidade (PGPM Bio). A PGPM Bio foi instituída pelo Ministério do Meio Ambiente e começou a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 2009, incluindo o pinhão na safra 2015 (Conab, 2016). A PGPM Bio tem como beneficiários os agricultores familiares, conforme definido na Lei nº 11.326/2006²⁰. Ela objetiva, mediante subvenção do preço dos produtos da sociobiodiversidade, promover a proteção do meio ambiente, seu uso racional e a recuperação dos recursos naturais. Após consulta aos dados de acesso da subvenção do pinhão no site da Conab, se observa que desde a safra 2015 ocorreram somente 20 acessos com pagamento da PGPM Bio em Santa Catarina. A totalidade dos acessos foi para extrativistas do PSC. O primeiro foi realizado em 2016, por uma agricultora extrativista que pertence à Associação Renascer de Urubici, integrante do NPS e da FSF do Pinhão. Em 2018 a filha dessa agricultora foi à Itália no evento do *Slow Food*.

20 A Lei nº 11.326/2006 estabeleceu quatro pontos para a definição da agricultura familiar: a) quatro módulos fiscais; b) gestão familiar da propriedade; c) mão de obra predominante familiar; d) renda predominantemente oriunda da exploração familiar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-544830-pl.html>.

Outra política pública que se efetivou e mobilizou as mulheres trabalhadoras rurais do NPS foram os programas de compras governamentais. O acesso a mercados institucionais, tais como o PAA e o Pnae, foi e continua sendo utilizado pelos grupos do NPS, em especial de mulheres. A necessidade de controle, organização e emissão de notas de produtor rural e a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) – tendo como titular as mulheres, exigido pelo PAA e PNAE – induziram que os grupos de mulheres se organizassem também na legalização das suas trocas comerciais. A inclusão do nome das mulheres na DAP e no bloco de produtor rural foi uma conquista importante e auxiliou na utilização de direitos previdenciários como a aposentadoria rural.

No caso específico do PAA, a modalidade mais utilizada foi a Compra com Doação Simultânea, que desde 2004 vem ocorrendo por meio da Cooperativa Ecoserra. O pinhão sempre foi incluído nos projetos do PAA e fornecido pelas extrativistas de pinhão do NPS. A Cooperativa Ecoserra elaborou projeto PAA para a modalidade formação de estoque em 2009, visando ao processamento e posterior comercialização do pinhão.

Segundo Siliprandi (2007), um desafio colocado para as mulheres trabalhadoras rurais em relação às políticas públicas está no intuito de se institucionalizar o espaço a ser ocupado permanentemente como sujeitos plenos de direitos e como beneficiárias diretas de políticas, e não apenas como componentes subordinados dentro da unidade familiar de produção. No caso dos grupos de agricultoras familiares que se enfoca aqui, essa questão vem sendo discutida e implantada, já que várias iniciativas em curso nas quais as mulheres estão envolvidas promovem o seu empoderamento, seja participando de colegiados, fóruns e organizações (associações e cooperativas), na condição de portadoras de direito ao crédito do Pronaf, ao projeto do Pronaf Infraestrutura, à emissão de nota de produtora rural; seja representando a FSF e o NPS em viagens e intercâmbios nacionais e internacionais. Isso dá visibilidade ao trabalho feminino nas atividades produtivas, contribuindo para superar a invisibilização a que as mulheres são submetidas, mesmo no movimento agroecológico.

Siliprandi (2007) também afirma que algumas questões permanecem em aberto e merecem reflexão, quando se pergunta sobre o lugar das mulheres nas propostas agroecológicas e quais são as perspectivas de emancipação vinculadas a essas atividades. Entende-se que a proatividade na criação da FSF do Pinhão é uma evidência do protagonismo das agricultoras familiares dentro da organização local.

As entidades que compõem o NPS e a FSF elegeram modalidades de circuitos curtos de comercialização²¹ para escoar a produção, inclusive o pinhão. Além delas, as agricultoras familiares vêm utilizando a estratégia de cestas com entrega em domicílio. É o caso do Grupo Cestas Agroecológicas de Urubici, coordenado por mulheres, o qual desde 2017 faz entregas semanais para consumidores, além de processar pinhão numa unidade familiar. Essas modalidades de comercialização valorizam o produto, o conhecimento e o saber-fazer cultural da região. Elas valorizam também as relações humanas com o ambiente e sua interação com questões ligadas à cultura alimentar, o que intervém na economia regional. Sabourin (2011, p. 194) atesta que “há em torno da ideia de produtos de qualidade associados a territórios específicos um potencial de criação de territorialidades socioeconômicas e culturais”. Nesse contexto de valorização do conhecimento local e da cultura alimentar, o estabelecimento da FSF trouxe contribuições para a conservação da biodiversidade. Isso vai ao encontro do que indica Poulain (2013, p. 243):

A valorização dos produtos simples, rústicos e de qualidade natural que deixam de ser desprezados em relação à sofisticação e a arte complexa da alta gastronomia. A antiga oposição: alta gastronomia x alimentos rústicos é substituída por uma nova oposição: alta gastronomia e gastronomia rústica x alimentação industrializada.

É nesse horizonte de valorização de alimentos rústicos e de pratos regionais que a FSF do Pinhão interage como um ator. Ela promoveu vários eventos com chefes de cozinha do *Slow Food*, sempre primando pelo protagonismo do conhecimento culinário acumulado pelas

21 Circuitos curtos de comercialização são as formas de comercialização que mobilizam até um intermediário entre o produtor e o consumidor (Darolt, 2012).

agricultoras familiares. O trabalho de pesquisa e a posterior publicação do caderno *Pinhão Produto da Sociobiodiversidade Patrimônio Cultural do Território Serra Catarinense*, com dezenas de receitas²² típicas do pinhão da região, evidenciam a valorização do conhecimento alimentar e a cultura alimentar acumulada pelas agricultoras familiares. Segundo Pereira et al. (2015, p. 5),

[...] a importância das lutas cotidianas que são travadas no âmbito da SSAN estão relacionadas com o que comemos e com o que as gerações futuras irão comer, destacando que comer pinhão é um ato político. E que adquirir diretamente das organizações da agricultura familiar agroecológica ou das suas organizações é ainda mais revolucionário.

Essa mesma perspectiva dá-se em relação à participação nos eventos internacionais do *Slow Food*. A FSF sempre priorizou a participação das mulheres nos eventos. Em 2006, as organizações do NPS enviaram uma representante para o evento *Terra Madre*²³, em Turim na Itália. Em 2007 o *Slow Food* promoveu o *Terra Madre Brasil*, em Brasília, que contou com a participação de uma representante desse núcleo. Nesse mesmo ano foi fundada a FSF do Pinhão da Serra Catarinense, sob a coordenação de um grupo de agricultoras familiares. Entre 2008 e 2014, o NPS sempre enviou representantes para os eventos *Terra Madre* e *Salão do Gosto* em Turim na Itália, sempre primando pela presença majoritária de mulheres nas participações.

Em 2011, a Ecoserra enviou uma mulher para representá-la num evento denominado *Algusto*, em Bilbao, na Espanha, para representar a FSF. Segundo Pereira et al. (2015), por meio da constituição da FSF foi possível incluir pinhão processado nos canais de comercialização, fortalecer a juventude, gerar renda e autonomia para as mulheres agricultoras. Mesmo em outros eventos no Brasil, como um intercâmbio para conhecer a FSF do Umu no Nordeste, sempre se priorizou a

22 Esse material foi publicado originalmente em 2010 e a segunda edição foi publicada em 2015 (Pereira et al., 2015).

23 Organizado pelo *Slow Food*, em colaboração com o governo da região Piemonte e o município de Turim, o *Terra Madre Salone Del Gusto* é o maior evento internacional dedicado à cultura alimentar. O evento em 2018 reuniu mais de 5.000 delegados de 140 países, mais de 800 expositores, 300 Fortalezas Slow Food e 500 comunidades do alimento do *Terra Madre*. Disponível em: <https://www.slowfood.com/press-release/o-ritmo-brasileiro-no-terra-madre-salone-del-gusto>.

presença feminina, tanto pelo conhecimento sobre o tema como pela afirmação das questões de gênero na FSF.

Nessa linha de empoderamento, a Cooperativa Ecoserra sempre teve agricultoras familiares nos seus conselhos, inclusive na sua presidência. A cooperativa tem uma longa trajetória na comercialização para o mercado institucional, o que exige expertise nesse tipo de mercado. A cooperativa comercializa pinhão in natura no PAA desde 2004. A comercialização por meio do PAA tem proporcionado melhores preços e venda ao longo da safra, o que significa colher o pinhão maduro, valorizando a diversidade de variedades da espécie.

A Ecoserra também vem abrindo mercado para a comercialização do pinhão processado em lojas especializadas, redes de supermercado e em cestas de produtos agroecológicos. No caso do mercado de cestas, a participação das mulheres enquanto fornecedoras foi de 30% em relação ao total da comercialização. A cooperativa, por meio do PAA em 2017, comercializou 4.255 kg de pinhão ao preço de R\$ 5,11 por quilograma, enquanto o preço médio pago ao produtor pelos atacadistas na região foi de R\$ 2,10 (Brasil, 2017). No ano anterior, a Cooperativa Ecoserra comercializou 25 mil kg de pinhão por R\$ 4,75 por quilograma via PAA, sendo que nesses 2 anos de comercialização 40 mulheres extrativistas forneceram pinhão para esse programa. O percentual de participação das mulheres no programa, nos últimos 3 anos de operacionalização do PAA, chegou a 60%, demonstrando um aumento do interesse pelo programa. Além disso, essa resposta também se deve às mudanças nas normas do PAA ao longo do tempo, principalmente o reconhecimento da importância do papel das mulheres trabalhadoras rurais. O estímulo à participação das mulheres, por meio de uma pontuação melhor para as propostas que integravam maiores percentuais de agricultoras familiares, é essencial para vitalizar a participação feminina no programa. No caso da Cooperativa Ecoserra, o projeto enviado em 2018 foi com 100% de mulheres, tendo em vista os critérios de pontuação do PAA, mas também fruto do reconhecimento do trabalho das agricultoras familiares

que compõem o quadro societário da entidade²⁴. Siliprandi (2011) afirma que o acesso a políticas públicas auxilia no aumento da visibilidade da força de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais.

Outra evidência do protagonismo feminino é o predomínio do processamento em baixa escala, realizado predominantemente pelas agricultoras familiares. Essa estratégia requer menor investimento em infraestrutura, evitando imobilizar muitos recursos em equipamentos e estruturas físicas. Em 2009–2010, a Associação Renascer de Urubici trabalhou na constituição de uma agroindústria para processamento do pinhão (Coradin et al., 2011). Em 2015, um projeto do Centro Vianeí²⁵ envolveu a FSF e outras entidades do NPS e doou 15 conjuntos de equipamentos para processamento em baixa escala de pinhão. O processamento do pinhão é majoritariamente realizado pelas mulheres e agrega valor ao produto. Essa mesma estratégia vem sendo realizada em outras regiões produtoras como Caxias do Sul, RS, onde o pinhão cozido e moído é uma boa oportunidade para agregar valor, sendo vendido ao preço médio de R\$ 15,00 por quilograma (Conab, 2017).

Além da Cooperativa Ecoserra, da Associação Renascer de Urubici e da Afaoc de Otacílio Costa, outras organizações de mulheres compõem o NPS. É o caso da Associação das Mulheres Camponesas Unidas pelo Trabalho de Curitiba e da Associação das Mulheres do Cruzeiro do Cerro Negro, que coordenam em parceria com a Cooperativa Ecoserra os projetos do PAA em seus respectivos municípios. Além disso, essas duas associações também promovem feiras

24 Importante frisar que a Cooperativa Ecoserra tem hoje 446 associados de praticamente todos os municípios da região, sendo que 287 destes associados são homens e 147 são mulheres. Há também 12 filiações onde consta o nome dos homens e das mulheres. A partir destes números é possível calcular que a Cooperativa Ecoserra atualmente tem aproximadamente 35% do seu quadro societário composto por mulheres trabalhadoras rurais que interagem com o extrativismo do pinhão. Esse mesmo percentual de mulheres compõe a atual diretoria da cooperativa, o que demonstra relativo avanço na participação das mulheres em instituições formais.

25 O projeto “promoção e fortalecimento da cadeia produtiva do pinhão na Serra Catarinense, tendo como protagonista a Agricultura Familiar Agroecológica e como mote a agregação de valor e o fortalecimento de mercados sustentáveis”, financiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), com recursos do Tropical Forest Conservation Act (TFCA/EUA). Esse projeto foi premiado na primeira edição do Prêmio BNDES de Boas Práticas em Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT) em 2018. O SAT desenvolvido pelos agricultores e agricultoras familiares do NPS foi considerado uma ação de salvaguarda por conservar bens culturais imateriais associados à sociobiodiversidade, além de manter e valorizar estratégias agroalimentares baseadas em conhecimento tradicional para manutenção da paisagem única da Floresta Ombrófila Mista (FOM) sobre gestão familiar que se dedica à policultura e ao extrativismo, especialmente do pinhão.

agroecológicas nos seus municípios e vendas em domicílio. No caso de Cerro Negro, a associação tem avançado tanto na produção para o autoabastecimento como para a comercialização. Fruto desse avanço também melhorou a relação com as instituições públicas do município. Segundo Waltrich (2017, p. 146), o protagonismo das mulheres da associação da comunidade do Cruzeirinho proporcionou que “os serviços das Secretarias de Saúde, Assistência Social e Agricultura ficassem mais presentes dentro da comunidade”. A associação também conseguiu firmar parcerias com instituições para além do município, como exemplo pode ser citado o projeto com o Fundo Social da Caixa Econômica Federal em 2015. Waltrich (2017) afirma que a estruturação de grupos e associações que trabalham com a produção agroecológica gera forte impacto nas famílias e nas comunidades locais, fortalecendo os grupos, melhorando a alimentação das famílias, aumentando a renda, proporcionando maior autonomia para as mulheres e ajudando no orçamento familiar.

Outra linha de atuação vital para o empoderamento das agricultoras familiares na agroecologia é a certificação da sua produção. Com o aumento das exigências legais e do mercado pela comprovação da conformidade orgânica dos alimentos comercializados, faz-se necessário que as agricultoras familiares também certifiquem sua produção. A certificação, mesmo que participativa, demanda o domínio de muitos processos na esfera da organização, controles, competência técnica na tomada de decisões. Até junho de 2018, segundo a Associação Ecovida de Certificação Participativa, o NPS tinha 128 estabelecimentos certificados. Deste total, 28 estão em nome das mulheres trabalhadoras rurais, o que perfaz 22% dos certificados. Apesar dos avanços, considera-se que na área produtiva, da certificação e comercialização, é ainda significativa a fragilidade das mulheres agricultoras, apesar de elas terem um papel ativo nas comissões de ética dos municípios e presença constante nas reuniões do NPS.

Considerações finais

O extrativismo do pinhão realizado pela agricultura familiar do PSC contribui para a conservação da espécie pelo seu uso. O manejo praticado pelas agricultoras familiares tem contribuído para a regeneração da espécie. O pinhão tem assumido importante função como fonte alimentar e como produto comercial. As agricultoras familiares têm assumido papel protagonista em diversas esferas do NPS estudado neste capítulo e contribuído decisivamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, dinamizando os processos agroecológicos em curso.

A comercialização em circuitos curtos proporciona maior remuneração para as agricultoras familiares, comparada com a venda para os atacadistas. Essa maior remuneração as estimula a conservar a espécie. O envolvimento nas organizações que praticam esse tipo de comercialização e a oportunidade de venda do pinhão processado são estímulos adicionais ao envolvimento das agricultoras, pois mobiliza um conhecimento ancestral que elas possuem sobre o processamento do pinhão e auxilia na composição de sua renda. Observou-se a forte presença das agricultoras nas modalidades de comercialização praticadas no NPS, dirigindo os processos em feiras, cestas com entrega em domicílio e no PAA/Pnae em alguns municípios, onde a organização local feminina é mais atuante. Assim, constata-se um duplo resultado: as agricultoras familiares contribuem com suas organizações e também no desenvolvimento da agricultura familiar do território, ao mesmo tempo que sua participação contribui para sua emancipação e empoderamento.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. VIEIRA, P. F. (org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: Aped: Seco, 2010. 488 p.
- ADAN, N. **Uso, manejo, conhecimento local e caracterização morfológica de variedades de *Araucaria angustifolia* (Bert.) Ktze., no Planalto Serrano Catarinense**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

AMARAL, M. M.; FICHINO, B. S. **Construção participativa de diretrizes para o manejo sustentável do pinhão (*Araucaria angustifolia*) a partir de uma visão da conservação da floresta com araucária e do uso do pinhão**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2014. 60 p. (Caderno, 43).

BERNARDES, R. M.; AMARAL, E. R. **Levantamento da produção orgânica em Santa Catarina**. São José: Mapa, 2018. 20 p.

BORCHARDT, I. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome**. Florianópolis: SDS/Instituto: Cepa/SC, 2003. 235 p. Disponível em: http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Diagnostico.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 6, de 23 de setembro de 2008**. Ministério do Meio Ambiente, reconhecer as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/179/arquivos/179_05122008033615.pdf. Acesso em: 5 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica, CDB: Conferência para Adoção do Texto Adotado da CDB – Ato final de Nairobi**. Brasília, DF: MMA : SBF, 2000. 60 p. (Série Biodiversidade, 2).

CAZELLA, A. A.; BURIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersetorialidade. **Revista Extensão Rural, CCR-UFSM**, Ano XV, p. 5-30, jan./jul., 2008.

CONAB (Brasil). **Boletim da Sociobiodiversidade**, v. 1, n. 2, abr./maio/jun. 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuário-e-extrativista/boletim-da-sociobiodiversidade>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CONAB (Brasil). **Política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade (PGPM-Bio)**. Brasília, DF, 2016. 32 p.

CORADIN, L.; SIMINSKI, A.; REIS, A. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual e potencial: plantas para o futuro: região sul**. Brasília, DF: MMA, 2011. 934 p.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: Iapar, 2012. 162 p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Ed. da USP, 2001. 176 p.

FLORIANI, G. S.; MAFRA, S. H. Diagnóstico rural participativo para gestão sócio-ambiental da araucária. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. DOI: [10.1590/S1517-97022005000300011](https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011).

HESPANHOL, R. A. M. PRONAF infra-estrutura e serviços municipais e associações de produtores em municípios selecionados da região de Presidente Prudente, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 36, n. 5, p. 16-24, maio 2006.

IBGE. **Pesquisa do Orçamento Familiar (POF)**. Disponível em: http://www2.ibge.br/home/estatistica/populacao/condicoesdevida/pof/2008_2009_analise_consumo/defaulttab.zip.alimentos.shtm. Acesso em: 20 nov. 2018.

IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: 20 out. 2018.

LOCKS, G. A. **Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito, SC**. 1998. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MAFRA, M. S. H.; STADTLER, H. H. C. Etnoconhecimento e conservação da biodiversidade em áreas naturais e agrícolas no Planalto Sul Catarinense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 3., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007.

MAGNANTI, N. J. Rede de agroecologia do território serra catarinense: um ator protagonista para o fortalecimento da agricultura familiar. **Agriculturas: experiências e agroecologia**, v. 7, n. 1, mar. 2010.

MAGNANTI, N. J. A importância social e econômica do pinhão na serra catarinense. In: PEIXER, Z.; CARRARO, J. L. **Povos do campo, educação e natureza**. Lages: Grafine, 2016. 188 p.

MAGNANTI, N. J.; ROVER, O. J. SIMINSKI, A.; SANTOS, K. L.; SIDDIQUE, I. Conservação pelo uso de espécies ameaçadas: manejo da araucária em sistemas agroflorestais agroecológicos (SAFAS). In: SIDDIQUE, I.; DIONÍSIO, A. C.; SIMÕES-RAMOS, G. A. **Construindo conhecimentos sobre agroflorestas em rede**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017. 94 p. (Série Agroflorestas Agroecológicas do Sul em Rede, 3).

MAGNANTI, N. J.; SARTORI, S. **Sistematização do território Serra Catarinense**. Lages, 2011. 46 p. (Projeto: 429-MA).

MAKUTA, G. **Biodiversidade, arca do gosto e fortalezas slow food**: um guia para entender o que são, como se relacionam com o que comemos e como podemos apoiá-las. São Paulo: Associação Slow Food Brasil, 2018. 128 p.

MANTOVANI, A.; MORELLATO, L. P. C.; REIS, M. S. Fenologia reprodutiva e produção de sementes em *Araucária angustifolia* (Bert) O. Ktze. **Revista Brasileira de Botânica**, v. 27, n. 4, p. 787-796, out./dez. 2004. DOI: [10.1590/S0100-84042004000400017](https://doi.org/10.1590/S0100-84042004000400017).

MARTINS, L.; MARENZI, R. C.; LIMA, A. Levantamento e representatividade das unidades de conservação instituídas no estado de Santa Catarina, Brasil, **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 241-259, abr. 2015. DOI: [10.5380/dma.v33i0.36900](https://doi.org/10.5380/dma.v33i0.36900).

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no nordeste brasileiro. **Revista Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 1, jan./mar. 2008. DOI: [10.1590/S0103-20032008000100006](https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000100006).

OLIVEIRA, A. A. Pinhão (semente). **Conjuntura Especial**, set. 2014.

ONGHERO, A. L. **Retratos e memórias da história de Formosa do Sul**. Chapecó: CEOM: UnoChapecó, 2012.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: PERSPECTIVAS de gênero: debates e questões para ONGs. Recife: GT Gênero/Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

PEREIRA, S. A.; REIS, E.; SILVA, R. O. **Pinhão**: produto da sociobiodiversidade: patrimônio cultural do território Serra Catarinense. 2. ed. [Lages]: Gráfica Mayer, 2015. 38 p.

POULAIN, J. P. A mundialização e os movimentos de deslocalização e de realocação da alimentação. In: POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: Ed. da EDUFSC, 2013.

REIS, M. S.; PERONI, N.; MARIOT, A.; STEENBOCK, W.; FILIPPON, S.; SILVA, C. V.; MANTOVANI, A. Uso sustentável e domesticação de espécies da Floresta Ombrófila Mista. In: MING, L. C.; AMOROZO, M. C. M.; KFFURI, C. W. (org.). **Agrobiodiversidade no Brasil**: experiências e caminhos da pesquisa. Recife: Nupeea, 2010, p. 183-214.

REIS, M.; MONTAGNA, T.; MATTOS, A. G.; FILIPPON, S.; LADIO, A. H. ; MARQUES, A.; ZECHINI, A. A.; MANTOVANI, A. Domesticated landscapes in araucaria forests, southern Brazil: a multispecies local conservation-by-use system. **Frontiers in ecology and evolution**, v. 6, p. 11, Feb. 2018. DOI: [10.3389/fevo.2018.00011](https://doi.org/10.3389/fevo.2018.00011).

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, S.; MENDES PEREIRA, J. M. **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 344 p.

ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, jun.2013.

SABOURIN, E. Mercados de troca e reciprocidade. In: SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. da EDUFRGS, 2011.

SEIXAS, C. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão dos recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 73-105.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, maio 2007. Disponível em: <http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/6427>. Acesso em: 30 jun. de 2018.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano**, n. 9, p. 169-183, 2011. Disponível em: https://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; ANDION, C. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. **Política e Sociedade**, n. 14, p. 335-380, abril de 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2009v8n14p335/10963>. Acesso em set. 2018.

VIEIRA-DA-SILVA, C. A. **(in)visibilidade de uma atividade praticada por muitos: o extrativismo e os canais de comercialização de pinhão em São Francisco de Paula, RS**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília, DF: MDA: SAF: Dater, 2006.

WALTRICH, C. C. Assessoria e capacitação para os beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e fortalecimento de grupo de mulheres agricultoras no desenvolvimento da agroecologia do município de Cerro Negro. In: MAGNANTI, N. J. **Abastecimento agroecológico de consumidores articulado com soberania e segurança alimentar e nutricional**. Lages: Mayer, 2017. 152 p.

WOORTMANN, E. F.; LOPES, A. L.; BUTTO, A.; MOLINA, C. (coord.). **Prêmio Margarida Alves: II coletânea sobre estudos rurais** Brasília, DF: MDA, 2007. (NEAD Especial, 4).

ZECHINI, A. A.; SCHUSSLER, G.; SILVA, J. Z.; MATTOS, A. G.; PERONI, N.; MANTOVANI, A.; REIS, M. S. Produção, comercialização e identificação de variedades de pinhão no entorno da floresta nacional de Três Barras-SC. **Biodiversidade Brasileira**, v. 2, n. 2, p. 74-82, 2012.

Literatura recomendada

SANTA CATARINA (Estado). Resolução CONSEMA nº 51, de 5 de dezembro de 2014. Reconhece a Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, 23 dez. 2014. Disponível em: <http://www.ima.sc.gov.br/index.php/ecosistemas/biodiversidade/flora>. Acesso em: jun. 2020.

Capítulo 9

Pissacãn: uso da planta na cultura e conhecimento tradicional de agricultoras¹

Carla Redin
Gabriela Coelho-de-Souza
Tatiana Mota Miranda

¹ Este trabalho é fruto da pesquisa de mestrado intitulada *Agrobiodiversidade e a sua articulação entre as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional: uma análise multiescalar no Território Rural dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul* (Redin, 2017).





Introdução

A maneira como as populações rurais se relacionam entre si e com o ambiente revela uma identidade própria, manifestada por hábitos e costumes locais, e muitas são as mudanças ocorridas na cultura do rural, sendo importante ressaltar que alguns hábitos permanecem e são passados de geração para geração.

Partindo-se do pressuposto que a agrobiodiversidade é o produto resultante da intervenção do homem sobre os ecossistemas, torna-se fundamental analisar a influência das questões culturais que permeiam essa relação. Os agricultores na sua relação cotidiana com o agroecossistema – seja nas práticas de produção agrícola, seja na expressividade dos alimentos ou nas formas de relacionamento comunitário – produzem um acumulado de conhecimento, que é culturalmente orientado e profundamente enraizado nas características ecológicas do espaço (Cotrim, 2013).

Da mesma forma, as práticas alimentares são relevantes na manutenção e promoção da agrobiodiversidade, visto que as escolhas dos produtos definirão e moldarão as espécies a serem mantidas nos espaços de cultivo de subsistência da propriedade, estando intrinsecamente relacionadas às dimensões cultural e nutricional da segurança alimentar e nutricional. Os hábitos e práticas alimentares, sejam elas antigas ou recentes, resultam em tradições culinárias e fazem, muitas

vezes, com que um indivíduo se considere inserido num contexto social e cultural, afirmando a sua identidade e o espaço no grupo ao qual pertence (Santos, 2005).

A formação do gosto alimentar não se dá, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional ou biológico. O alimento constitui uma categoria histórica, pois as mudanças e permanências dos hábitos e práticas alimentares resultam das complexas dinâmicas sociais na qual está inserido (Santos, 2005), e, nesse contexto, as mulheres exercem papel de destaque. Estudos indicam que, historicamente, as mulheres ocupam uma posição subordinada em relação às atividades na agricultura (Brumer, 2004; Siliprandi, 2004). Enquanto os homens desenvolvem serviços que exigem mais força física, às mulheres cabe a execução de atividades mais rotineiras, também vinculadas a casa, o que inclui a alimentação das famílias (Brumer, 2004).

Nesse sentido, o papel das mulheres está no cuidado de espaços como hortas, jardins e pomares, onde se localizam plantas medicinais e alimentares, para a subsistência das famílias (Brumer; Freire, 1984, citado por Brumer, 2004). Ainda, as mulheres, muitas vezes, se ocupam da preservação de elementos raros da agrobiodiversidade local, como é o caso de inúmeras sementes crioulas. Nesses espaços, o manejo evita a utilização de agrotóxicos e cultivos transgênicos (Samper-Erice; Charão-Marques, 2017), o que reforça o papel das mulheres como “guardiãs do bem-estar” das famílias (Siliprandi, 2004).

Samper-Erice e Charão-Marques (2017) justificam a necessidade de ver a agricultura ecológica também como algo feminista, justamente pela importância da mulher como guardiã das sementes e dos saberes. Elas defendem o papel central da mulher no bem-estar da família, mas também visto a partir da preservação da biodiversidade e da cultura, ampliando seu caráter de cuidado para toda a comunidade, garantindo, com isso, a visibilidade do seu papel na garantia da segurança alimentar e nutricional (Samper-Erice; Charão-Marques, 2017).

Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo tecer reflexões sobre o uso da planta *pissacãn*², que possui grande relevância cultural para agricultores familiares, ressaltando aspectos de seu manejo e conservação, bem como o papel das mulheres do município de São Marcos no estado do Rio Grande do Sul.

Visando atender ao objetivo proposto, o capítulo foi organizado em três seções, além dessa introdução. Na primeira, apresentam-se as características do universo social pesquisado e os caminhos metodológicos utilizados para contextualização da pesquisa. Na segunda, busca-se evidenciar a importância ecológica e cultural do *pissacãn*, bem como do papel da mulher na culinária local. Na terceira e última seção busca-se trazer reflexões finais sobre aspectos culturais do uso feito do *pissacãn*, ressaltando aspectos de seu manejo e conservação, bem como o papel das mulheres nesse contexto.

Contexto da pesquisa: o local de estudo e a coleta de dados

O local de estudo escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa tem centralidade no município de São Marcos, localizado no Território Rural dos Campos de Cima da Serra, integrante da microrregião Colonial, estado do Rio Grande do Sul. A microrregião é formada pelos municípios de Caxias do Sul, São Marcos, Antônio Prado e Ipê (Figura 1). Segundo Ribeiro (2014) e Coelho-de-Souza et al. (2015), esta delimitação se deve pela sua localização na encosta da Serra Geral, com predominância da Floresta Estacional Decidual e forte influência italiana, fruto da colonização majoritária que ocorreu nessa região a partir de 1875, principalmente para ocupar espaços geográficos vazios.

Os imigrantes italianos encontraram os alemães já estabelecidos em terras de várzeas, restando as regiões de planalto, encostas de serra e muitas terras com mata nativa, as quais foram sendo abertas

2 A escrita da planta *pissacãn* foi baseada exclusivamente na fala dos agricultores, sendo escrita no trabalho como tal, por causa da impossibilidade de sua confirmação ortográfica. É uma etnoespécie reconhecida dentro do complexo de espécies botânicas dos gêneros *Taraxacum* sp., *Hypochaeris* sp. e *Erechtites* sp.

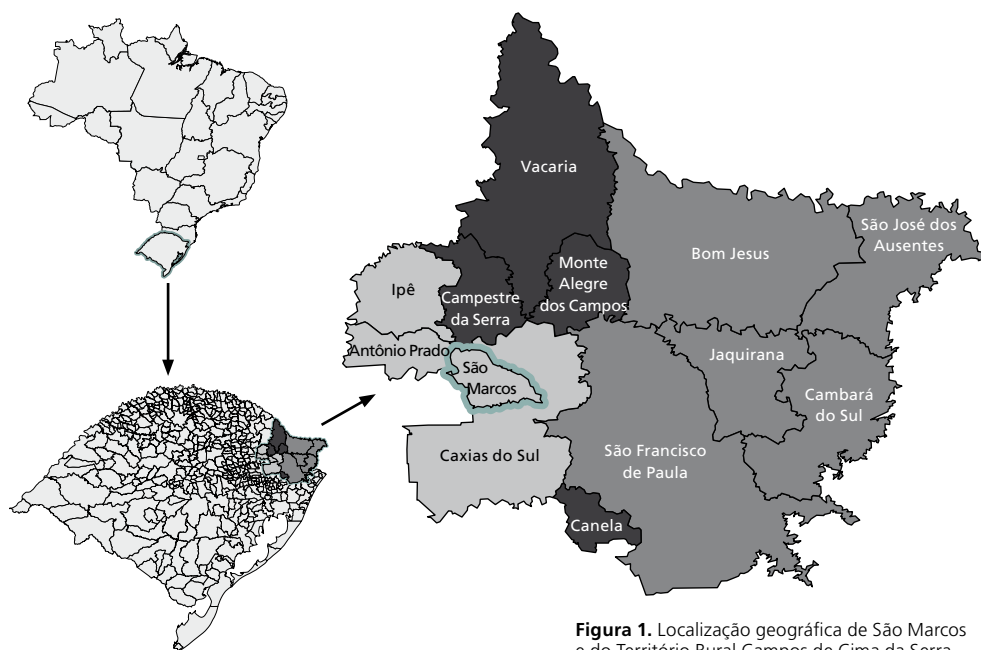


Figura 1. Localização geográfica de São Marcos e do Território Rural Campos de Cima da Serra.

clareiras para produzir alimentos a partir de uma agricultura de subsistência (Zanetti, 2010).

Para Seyferth (1992, p. 80), “colono é a categoria designativa do camponês [...] e sua marca registrada é a posse de uma colônia [...], a pequena propriedade familiar”. Assim, no Sul do Brasil, reconhecem-se e são reconhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus, com exceção dos portugueses, que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar. Ribeiro (2014) distingue a zona da colônia como o local onde os italianos acamparam.

Zanetti (2010), em sua pesquisa sobre a culinária predominante entre imigrantes italianos do Vale do Taquari, refere que os elementos entendidos pelos seus interlocutores como sendo a base da alimentação são a polenta, o pão, as massas e as carnes, além de sempre estarem presentes verduras, legumes e frutas, sendo-lhes atribuídas um status de acompanhamento das refeições. Nesse contexto,

o município de São Marcos revelou uma influência cultural na alimentação muito fortemente marcada pela colonização italiana.

O município de São Marcos está localizado na encosta da Serra Geral e ocupa uma área de 256.252 km², com prevalência do bioma Mata Atlântica. Apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,768, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,855, seguida de renda, com índice de 0,775, e de educação, com índice de 0,683 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013).

O relevo do município se apresenta de forma acidentada e com solos pedregosos dificultando o plantio. Dessa forma, a atividade agrícola principal é a policultura variada, mantida em propriedades de pequena escala, ou minifúndios, com o cultivo principal de uva e de alho (IBGE, 2015), além da produção para autoconsumo de frutas e hortaliças diversas.

A maioria dos agricultores responsáveis pelas áreas produtivas tem idade avançada e conta com mão de obra predominantemente familiar, com divisão de trabalho marcada principalmente pelo gênero, sendo as mulheres as responsáveis pelos espaços onde se produzem os alimentos, assim como as preparações culinárias que compõem a alimentação das famílias. Por sua vez, os homens são responsáveis pelos espaços de cultivo que configuram ingresso de renda monetária à propriedade, embora ocorra participação das mulheres de forma expressiva nessas atividades.

O público-alvo deste trabalho é constituído por agricultores familiares, conhecidos como colonos e seus núcleos familiares, onde se incorporaram novos sentidos para a interpretação do papel da agricultura definidos pela Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2006). O entendimento de agricultor familiar adotado nesta pesquisa compreende o que alguns autores tratam também como agricultor tradicional, que consiste em grupos de organização social baseada no parentesco

(Amorozo, 2000; Miranda, 2012) e que detém um modo de vida específico, com estratégias de reprodução social interligadas a uma coletânea cultural própria (Amorozo, 2000; Miranda, 2012). Esse agricultor apresenta, muitas vezes, uma ligação ancestral com o ambiente em que vive, resultado de herança familiar em sua maioria (Netting, 1993; Amorozo, 2000) e sobre o qual desenvolveu conhecimento específico e técnicas de manejo próprias, tratado aqui também como conhecimento local.

Nesse sentido, a agricultura familiar compreendida aqui passa a ser entendida como atividade econômica e sociocultural realizada por sujeitos que se caracterizam por uma forma particular de relacionamento com o ambiente que ocupam.

Os dados de campo foram coletados, principalmente, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com os proprietários e/ou proprietárias das unidades de produção, as quais aconteceram nas unidades rurais e consistiram em perguntas voltadas ao entendimento das características históricas e socioeconômicas das famílias, da diversidade de plantas na propriedade, bem como sobre os seus espaços de cultivo e formas de manejo. As entrevistas continham também perguntas sobre pratos típicos considerados como característicos do local pelos agricultores, tendo sido repassados pelos antepassados ou compartilhados entre os membros das comunidades. Anotaram-se todas as preparações culinárias citadas, assim como o nome dado para elas, os ingredientes principais e o modo de fazer simplificado.

Importante mencionar que, a partir da permissão do participante e sob sua condução, ocorria durante a entrevista ou imediatamente após a esta uma turnê-guiada (Albuquerque et al., 2010), onde se buscava conhecer a propriedade e as plantas citadas, visando ao melhor entendimento do contexto de pesquisa. Ademais, por fim, utilizaram-se também os dados gerados a partir da observação participante, com a finalidade de se adquirir informações sobre o cotidiano da comunidade estudada (Viertler, 2002; Albuquerque et al., 2010).

Importância ecológica e cultural do *pissacãn* e o papel da mulher na culinária colonial

A história e a cultura italiana são mantidas vivas entre os agricultores de São Marcos, pela conservação de elementos culturais herdados, como o dialeto italiano de seus ascendentes, além de elementos da culinária bastante preservada pelas agricultoras do local, que reproduzem, no cotidiano das famílias, pratos típicos italianos mesclados com elementos da agrobiodiversidade local, representada por 159 espécies de plantas alimentares conhecidas e/ou utilizadas. O resultado da mescla entre o conhecimento tradicional originário da cultura italiana e da agrobiodiversidade local é evidenciado por formas de uso específicas da biodiversidade, sendo exemplo disso o reconhecimento de um conjunto de plantas denominadas popularmente como *pissacãn*.

A etnoespécie *pissacãn*³ corresponde a espécies dos gêneros *Taraxacum* sp., *Hypochaeris* sp. e *Erechtites* sp., pertencentes à família Asteraceae, conhecidas como herbáceas anuais ou perenes que crescem espontaneamente em solos agrícolas, sendo consideradas por muitos como plantas invasoras de lavouras, pastagens, gramados e jardins (Kinupp; Lorenzi, 2014; Brasil, 2015). Suas sementes são dispersas pelo vento, sendo esta sua forma de reprodução (Ardisson et al., 2009). No Brasil, é pouco utilizada na alimentação, sendo mais empregada como planta medicinal. Entretanto, é muito valorizada pela agricultura alternativa, graças a sua rusticidade, que permite ser manejada em hortas caseiras para o consumo como hortaliça (Kinupp; Lorenzi, 2014; Brasil, 2015).

O uso culinário da planta é marcado pelo sabor amargo, sendo que as folhas mais novas são utilizadas em saladas, enquanto as mais velhas, em refogados. É possível empregá-la ainda no preparo de croquetes, sopas, farofas e sucos (Brasil, 2015). Seu potencial na promoção da segurança alimentar e nutricional se dá a partir da riqueza

3 Entende-se, no presente trabalho, como etnoespécie as categorias etnobiológicas reconhecidas localmente como tal, que podem ou não corresponder a uma espécie botânica.

de minerais, como ferro, cobre e potássio, além de possuir quantidades significativas de vitaminas A e C, flavonoides e outros compostos químicos de interesse, inclusive, medicinal (Ribeiro et al., 2004). Dados de análise nutricional disponibilizados especificamente a respeito da espécie *Taraxacum officinale* F.H.Wigg. revelam que em 100 g da planta há: 52 kcal; 2,7 g de proteína, 0,7 g de lipídeos; 8,8 g de carboidratos; 3,1 mg de ferro, 36 mg de vitamina C, 0,2 mg, 0,14 mg e 0,8 mg de vitaminas B1, B2 e B3, respectivamente (Brasil, 2015).

A planta tem forte influência cultural aos agricultores descendentes de imigrantes italianos, que a reconhecem localmente pelo termo coloquialmente ítalo: "*pissacãn*". Os termos radite-de-mato e dente-de-leão são outros nomes populares também utilizados por alguns agricultores como sinônimos ao *pissacãn*, sendo utilizados com menor frequência para identificar as plantas às pessoas externas à comunidade local.

Apesar de não haver consenso, esse conjunto de espécies é, por vezes, diferenciado localmente a partir da coloração das suas flores e da estruturação de suas folhas, conforme ilustrado na Figura 2. É importante frisar que os usos das plantas anteriormente mencionadas são semelhantes, quer na culinária quer nos demais usos locais apontados pelos agricultores de São Marcos.

Em São Marcos, o *pissacãn* foi amplamente mencionado nas entrevistas, o que pode ser comprovado por suas 53 citações, de um total de 56 propriedades familiares visitadas. Sua presença nas unidades produtivas está fortemente associada ao cultivo de lavouras de uva, com destino majoritariamente comercial, em especial, àquelas onde não são utilizados herbicidas no controle de 'ervas daninhas' que nascem em terrenos cultivados. Nesse aspecto, o *pissacãn* apresenta função de marcador biológico indicando o uso de agrotóxicos nos espaços de cultivo, especialmente porque, segundo os agricultores de São Marcos, a espécie não nasce onde há uso intensivo de herbicida.

Cabe ressaltar que os agricultores que produzem uva de forma convencional (com utilização de agrotóxicos) deixaram de



Figura 2. Diferenças entre as plantas *pissacãn* e *radite-de-mato*, segundo os agricultores de São Marcos, RS. Fonte: Redin (2017).

usar herbicidas para fazer a limpeza do terreno abaixo das parreiras, visando permitir o aparecimento da planta de forma espontânea, demonstrando com isso indícios de uma consciência ecológica presente na concepção da agroecologia. Com menos utilização de herbicidas nesse espaço, mais matéria orgânica é produzida, o que beneficia a recuperação dos solos e o equilíbrio biológico desse micro-habitat. Vale ressaltar que em propriedades onde se cultivavam uvas orgânicas certificadas o *pissacãn* foi mencionado como motivo de orgulho entre os agricultores como uma forma de comprovação do manejo ecológico de suas lavouras.

A contribuição que essa prática tem sobre a consciência ecológica dos agricultores é extremamente relevante. Tal contribuição

agrega elementos para a preservação de práticas agrícolas geradoras de menor impacto ambiental, dada a não utilização de agrotóxicos para permitir o aparecimento e existência da planta, ao mesmo tempo que mantém vivos elementos culturais de antepassados presentes na alimentação junto a uma noção de obtenção de um alimento mais limpo e saudável, fortalecendo os laços culturais e de pertencimento à cultura de seus antepassados.

Práticas e métodos de produção agroecológicos ou orgânicos com base em relações menos danosas ao ambiente, sem utilização de agrotóxicos, por exemplo, são identificados como o caminho mais adequado para o desenvolvimento agrícola com foco no direito à alimentação, na autonomia das populações mais vulneráveis e em relação mais equilibrada com os recursos naturais. Além disso, Caporal e Costabeber (2002) relacionam a agroecologia à noção de sustentabilidade, sendo esta entendida como a capacidade de um agroecossistema manter-se socialmente produtivo ao longo do tempo. Segundo Altieri (2004), a sustentabilidade somente poderá ser alcançada no contexto de organização social se houver proteção à integridade dos recursos naturais e estímulo à interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. Sendo assim, a agroecologia coloca a agricultura na trajetória da sustentabilidade por desvincular a produção de alimentos à dependência de energias não renováveis, como petróleo e gás, principalmente (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012).

Considerando-se as relações de gênero, percebeu-se uma divisão de trabalho no interior das unidades familiares de São Marcos, ao passo que são as mulheres que exercem maior influência e responsabilidade para a manutenção e manejo dos espaços constituintes pelo aporte de alimentos ao autoconsumo das famílias, realidade também presente nas pesquisas de Menasche et al. (2008) com agricultores do Vale do Taquari, RS. Da mesma forma, as mulheres exercem papel importante na preservação e na conservação de sementes e mudas de espécies, assim como na transmissão de conhecimentos sobre a

produção e formas alternativas de manejo de pragas e doenças em seus espaços de cultivo.

Apesar disso, essas atividades, conforme assinala Siliprandi (2009), não são valorizadas socialmente, sendo consideradas apenas “complementares” aos cultivos comerciais, tidos como os principais e sob responsabilidade dos homens. A autora afirma a necessidade de reconhecer não apenas os aportes das mulheres à produção agrícola, mas, sobretudo, os seus conhecimentos e sabedoria, historicamente acumulados, no preparo e na distribuição dos alimentos (Siliprandi, 2009). Ela propõe a valorização das experiências das mulheres nas casas e nas comunidades, buscando fortalecê-las como sujeitos e valorizando mais os aspectos relativos à segurança alimentar e nutricional, seja em termos de alimentação adequada, da saúde das pessoas e do ambiente, como parte de uma discussão mais ampla sobre o sistema agroalimentar (Siliprandi, 2009).

O papel e a influência da mulher se apresentam nesse contexto, pois o uso culinário é de domínio feminino, o que revela a sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional das famílias e para a manutenção das tradições alimentares locais.

Conforme já mencionado, a marcante presença do *pissacãn* no portfólio de plantas alimentares no município de São Marcos também se faz expressiva entre os agricultores como um componente do hábito cotidiano presente na alimentação das famílias, o que corrobora com sua importância cultural, aqui expressa na culinária, onde é utilizada em preparações alimentares típicas para o grupo, herdadas de seus antepassados italianos.

Em São Marcos, foram descritos 34 pratos referidos como típicos, que foram sendo repassados por familiares ou compartilhados por meio de encontros comunitários. Desse total, quatro envolveram o *pissacãn*, os quais são descritos na Tabela 1.

O *pissacãn*, de sabor predominantemente amargo, é utilizado em São Marcos no preparo de três tipos diferentes de saladas, dentre as quais se destaca um prato típico conhecido popularmente entre

Tabela 1. Preparações culinárias com *pissacãn* entre agricultoras familiares de São Marcos, Rio Grande do Sul.

Nome da preparação	Ingrediente principal	Modo de preparo (simplificado)
Salada de <i>pissacãn</i>	<i>Pissacãn</i>	Utilizar as folhas para salada, temperar a gosto
Salada de <i>pissacãn</i>	<i>Pissacãn</i> Bacon Vinagre	Picar as folhas e reservar. Fritar o bacon e adicionar vinagre. Despejar o bacon e o vinagre por cima das folhas
<i>Radite Cotti</i>	<i>Pissacãn</i> Bacon Tempero verde	Cozinhar as folhas na água, espremer e picar. Refogar o bacon com os temperos. Adicionar as folhas ao refogado
Ravióli de <i>pissacãn</i>	Massa de ravióli <i>Pissacãn</i>	Cozinhar as folhas do <i>pissacãn</i> na água, espremer e picar. Utilizar para rechear o ravióli

Fonte: Redin (2017).

os agricultores como '*Radite Cotti*'⁴, que se constitui em uma preparação com as folhas cozidas do *pissacãn*, às quais se adicionam bacon e vinagre colonial. Esse prato é denominado localmente pelo nome coloquialmente italiano, sendo bastante comum entre os colonos da Serra Gaúcha. Dada à expressividade dessa planta na culinária local, ela ainda aparece junto de preparações à base de massas caseiras, outro elemento culinário típico entre descendentes de imigrantes italianos. Destaca-se a preparação Ravióli de *pissacãn*, na qual a planta é utilizada como recheio da massa.

A valorização das informações culinárias repassadas por gerações e preservadas pela perspectiva cultural está aliada à variedade e à riqueza de ingredientes utilizados em São Marcos – que contribuem com o aporte de nutrientes das famílias – e, consequentemente,

4 A exemplo da grafia da planta denominada *pissacãn*, a escrita do prato baseou-se exclusivamente na fala dos agricultores, sendo escrito no trabalho como tal, por causa da impossibilidade de sua confirmação ortográfica.

vislumbra o seu papel no contexto de promoção de saúde das famílias e comunidades. Samper-Erice e Charão-Marques (2017) pontuam que o papel do cuidado é atribuído historicamente às mulheres, visto que são elas que manejam a agrobiodiversidade, tanto para prevenir quanto para curar. Da mesma forma, essa noção se estende às práticas cotidianas de reprodução social, como a preparação das refeições, o cuidado do quintal produtivo, dos pequenos animais, a produção para autoconsumo.

O cuidado à saúde pode ser entendido como uma forma de repensar as práticas em seus modos de vida e a agricultura, com a preocupação da manutenção de alimentos ‘mais limpos’, produzidos com menos agrotóxicos, constituindo um nexo entre a saúde do indivíduo e da família e a do planeta.

Em São Marcos vislumbra-se a importância das práticas culinárias mantidas e repassadas pelas agricultoras, estando de acordo com os referenciais de promoção de saúde por meio da alimentação. O *Guia Alimentar para a População Brasileira*, em sua 2ª edição, recomenda que o equilíbrio alimentar e nutricional pode ser alcançado ao preferir alimentos in natura ou minimamente processados como sendo a base da alimentação, contemplados em grande variedade e na sua diversidade, com predominância dos de origem vegetal, apropriados culturalmente e promotores de um sistema alimentar social e ambientalmente sustentável (Brasil, 2014). Destacam-se a preocupação do referencial em relação à escolha da alimentação e o seu impacto nas formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade do ambiente.

O resgate, o reconhecimento e a incorporação desses alimentos no cotidiano das práticas alimentares representam importante iniciativa de melhoria do padrão alimentar e nutricional, contribuindo para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável e da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Outro ponto muito importante do guia é a chamada para a valorização e incentivo ao resgate das práticas culinárias como uma

alternativa segura e eficaz de promoção da alimentação saudável. Vivencia-se um momento global em que as culturas alimentares tradicionais, baseadas no consumo de alimentos in natura, em preparações culinárias e em refeições compartilhadas, vêm perdendo espaço e valor, tornando-se, assim, cada vez mais importante preservar as tradições (Brasil, 2015).

Outra publicação de relevância do Ministério da Saúde é o livro *Alimentos Regionais Brasileiros* (Brasil, 2015), que busca promover os alimentos regionais por meio da orientação de seu uso em preparações culinárias, visando resgatar, valorizar e fortalecer a cultura alimentar brasileira. Nessa publicação, aparece a espécie *T. officinale*, denominada dente-de-leão, como sendo uma das espécies que compõem o conjunto de plantas reconhecidas pelos agricultores de São Marcos como *pissacãn*.

É nesse cenário, portanto, que a valorização a partir da utilização culinária do *pissacãn* em São Marcos apresenta um potencial alimentar bastante promotor de saúde, alinhado às recomendações e princípios da alimentação adequada e saudável, além de contribuir para a manutenção das práticas culinárias e seu conhecimento tradicional.

Percebe-se que a promoção de uma alimentação saudável envolve mais que a escolha de alimentos adequados, relacionando-se com a defesa da biodiversidade de espécies, o reconhecimento da herança cultural e o valor histórico do alimento, além do estímulo à cozinha típica regional, contribuindo, assim, para o resgate das tradições e o prazer da alimentação (Brasil, 2015).

Por fim, visualiza-se, em São Marcos, que a mulher apresenta um papel central na adoção de práticas agroecológicas em seus locais de domínio, tais como hortas e quintais, os quais destinam à produção de alimentos. Além disso, sua importância é expressa no próprio incentivo para que, nos espaços de domínios masculinos como os parreirais, seja diminuída a quantidade de agrotóxicos, visando à manutenção do *pissacãn*, concebido como um alimento mais limpo e

saudável. Fato este graças às mulheres estarem mais envolvidas com as propostas de cuidado integral de saúde, de alimentação das famílias, além de possuírem o conhecimento e as práticas culinárias e de manter as tradições herdadas de suas antepassadas.

Considerações finais

O uso do *pissacãn* no município de São Marcos reflete a influência da cultura italiana sobre a agrobiodiversidade local, o que atribui aos agricultores e agricultoras familiares amplo conhecimento local sobre o ambiente em que vivem. O *pissacãn* compreende, em São Marcos, um conjunto de espécies botânicas similares entre si, sendo suas características principais o hábito herbáceo e o seu crescimento espontâneo.

Sua importância ambiental é ressaltada na medida em que o aparecimento do *pissacãn* vincula-se à manutenção de parreirais, manejados com menores quantidades de agrotóxicos. Além disso, seu emprego culinário no contexto de subsistência familiar materializa sua importância cultural, conhecimento que está atribuído ao papel das mulheres e à sua contribuição com a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias.

Finalmente, este capítulo buscou valorizar uma experiência prática que envolve tanto a promoção de uma agricultura mais sustentável, que busca manter o equilíbrio do ambiente, quanto o respeito ao conhecimento local, a importância da qualidade da alimentação e o papel central da mulher nesse processo.

Referências

ALBUQUERQUE, U. P. D.; LUCENA, R. F. P.; ALENCAR, N. L. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. In: ALBUQUERQUE, U. P. D.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. D. (org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: Nuppea, 2010. p. 39-64.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/ketheley/agroecologia-miguel-altieri>. Acesso em: 13 jun. 2017.

AMOROZO, M. C. M. Management and conservation of *Manihot esculenta* Crantz. Germplasm by traditional farmers in Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso State, Brazil. **Etnoecológica**, v. 4, n. 6, p. 69-82, 2000.

ARDISSONE, R. E.; MOUZER, M. V. S.; BRACK, P.; SILVA, T. P.; SILVEIRA, F. **Biodiversidade pela boca: plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Parte 1 – Hortaliças**. Santa Cruz do Sul: Ed. da UFRGS: MPA, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Regulamento Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 25 jul. 2006. p. 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Alimentos regionais brasileiros**. 2. ed. Brasília, DF, 2015.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan.-abr. 2004. DOI: [10.1590/S0104-026X2004000100011](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011).

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN. **Agroecologia e o direito humano à alimentação adequada**. Brasília, DF: MDA, 2012. Relatório apresentado pelo Relator Especial sobre direito à alimentação, Olivier de Schutter.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 3, jul./set. 2002.

COELHO-DE-SOUZA, G.; TEIXEIRA, A. R.; RAMOS, J.; SCHREIBER, N.; WIVES, D. G.; CRUZ, F. T.; MELLO, R. S. P.; BEROLDT, L. Novos territórios rurais no Rio Grande do Sul: os campos de cima da serra e litoral e suas microrregiões. In: SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS, METODOLOGIAS E IMPACTOS: DADOS E PARTICIPAÇÃO, 5., 2015, São Leopoldo, RS. **Anais...** São Leopoldo, RS: Gpace, 2015.

COTRIM, D. S. **O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico**. 2013. 244 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**: São Marcos, RS. 2015. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://cidades.gov.br/v4/brasil/rs/sao-marcos/pesquisa/14/10193?detalhes=true>. Acesso em: 20 jun. 2017.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. Nova Odessa: Plantarum, 2014. 768 p.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 145-158, jul./ago. 2008. Suplemento. DOI: [10.1590/S1415-52732008000700013](https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700013).

MIRANDA, T. M. **Etnobotânica de sistemas agrícolas de pequena produção na região da Serra da Mantiqueira**. 2012. 154 f. Tese (Doutorado em Biologia Vegetal) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

NETTING, R. M. **Smallholders, households: farm families and the ecology of intensive, sustainable agriculture**. Standford: StandfordUniversity Press, 1993.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-marcos_rs. Acesso em: 20 nov. 2016.

REDIN, C. **Agrobiodiversidade e a sua articulação entre as dimensões da segurança alimentar e nutricional: uma análise multiescalar no Território Rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RIBEIRO, C. **A paisagem e a ruralidade nos distritos de Vila Seca e Criúva: Caxias do Sul, RS, Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

RIBEIRO, M.; ALBIERO, A. L. M.; MILANEZE-GUTIERRE, M. A. *Taraxacum officinale* Weber (dente-de-leão) – uma revisão das propriedades e potencialidades medicinais. **Arquivo Apadec**, v. 8, n. 2, 46-49, 2004.

SAMPER-ERICE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 683-705, maio/ago. 2017. DOI: [10.1590/1806-9584.2017v25n2p683](https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p683).

SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 78-95, 1992.

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. **Cadernos de Debate**, v. XI, p. 38-57, dez. 2004.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SANTOS, C. R. A. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **Questões & Debates**, n. 42, p. 11-31, 2005.

VIERTLER, R. B. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (org.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro, SP: Unesp/CNPq, 2002. p. 11-29.

ZANETTI, C. **Sabores e saberes: hábitos e práticas alimentares entre famílias rurais descendentes de imigrantes italianos na região do Vale do Taquari/RS**. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Capítulo 10

As mulheres agricultoras na conservação on farm de variedades crioulas de milho-pipoca

Inês Claudete Burg
Juliana Bernardi Ogliari





Introdução

A agrobiodiversidade é composta pela diversidade biológica dos agroecossistemas que se encontra em coevolução¹ com as redes sociais, as dimensões culturais, os sistemas de conhecimento tradicional e com o fluxo dinâmico do material biológico (Boef, 2007; Marzall, 2007). Além disso, é fundamental para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos resilientes² às mudanças climáticas e para segurança e soberania alimentar das populações. Parte significativa da agrobiodiversidade conservada on farm está aos cuidados das agricultoras em seu estabelecimento agrícola, enquanto cultivam, manejam e utilizam os diferentes cultivos. Historicamente, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e agricultores e agricultoras familiares desenvolveram processos de domesticação e diversificação genética, conservando sob cultivo uma diversidade de variedades de plantas de importantes espécies, e, dessa forma, mantiveram os processos evolutivos. Uma das espécies domesticadas mais importantes para a economia e a alimentação é o milho (*Zea mays* L. subsp. *mays*), que mostra ampla variação, adaptabilidade e distribuição em diferentes ambientes e contextos

1 Coevolução é o nome dado ao processo pelo qual duas ou mais espécies evoluem simultaneamente em resposta às pressões seletivas exercidas pela outra (Ehrlich; Raven, 1964), e, mais recentemente, incorporou-se a pressão exercida pelos sistemas sociais e culturais.

2 Em ecologia, resiliência é a capacidade de um sistema restabelecer seu equilíbrio ou se recuperar após este ter sido rompido por um distúrbio.

culturais. Entre as espécies cultivadas, o milho destaca-se pela ampla diversidade, com cerca de 400 raças³ identificadas em todo o mundo, 300 das quais são das Américas (Vigouroux et al., 2008).

No Brasil, existem poucas pesquisas voltadas à diversidade de variedades crioulas de milho (VCM) conservadas on farm, sendo a maioria relacionada com o germoplasma⁴ conservado ex situ⁵ em bancos de germoplasma e para uso em melhoramento genético. Em relação às variedades crioulas de milho-pipoca (VCMP), há poucas informações a respeito de seu status atual de produção, conservação e consumo, apesar da importância da cultura como alimento no Brasil. Também são raras as pesquisas com foco no conhecimento das mulheres sobre as práticas de seleção⁶, uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade e seus impactos sobre a diversidade genética resultante. Nesse sentido, a identificação e o registro da diversidade de VCMP, do conhecimento tradicional associado ao seu manejo e o reconhecimento do saber das mulheres agricultoras guardiãs⁷ se tornam imprescindíveis.

Esses recursos genéticos demandam ser identificados, visibilizados e revalorizados, para que sirvam como ferramenta para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos resilientes, bem como para segurança e soberania alimentar das populações e para contraposição ao monopólio das sementes e à introdução de plantas geneticamente modificadas. Além disso, essas variedades podem estar em risco de perda e erosão genética, em razão de uma série de riscos socioeconômicos e ambientais presentes nos agroecossistemas e seu entorno (Burg, 2017).

3 Raça de milho se refere a um grupo de populações aparentadas, com características suficientes em comum para permitir seu reconhecimento como grupo (Anderson; Cutler, 1942), ou, um conjunto de populações em *panmixia* que ocupa uma área geográfica definida (Brieger et al., 1958).

4 Amostra ou acesso que tem a capacidade de manter geração após geração as características genéticas de uma população.

5 Ex situ envolve a conservação de germoplasma fora de seu habitat, armazenado principalmente em bancos de germoplasma.

6 A seleção artificial pode ser realizada de forma intencional ou inconsciente e visa à melhoria das características vegetais que interessam às necessidades humanas. Esse processo, também conhecido como domesticação, é praticado há milênios e está diretamente relacionado à evolução das plantas cultivadas (Harlan, 1992).

7 Denominamos de guardiãs da agrobiodiversidade as agricultoras que selecionam, conservam e trocam variedades crioulas, desenvolvem conhecimentos, baseados em sua realidade sociocultural, estimulando a dispersão dessas variedades e do conhecimento associado a seu manejo.

No presente capítulo trata-se do protagonismo das mulheres na seleção, manejo e conservação de VCMP, tendo como referência a primeira pesquisa realizada sobre VCMP no município de Novo Horizonte, localizado na região Oeste de Santa Catarina, no Sul do Brasil (Figura 1). Mostram-se os resultados sobre o trabalho de seleção, uso, manejo, intercâmbio e, conseqüentemente, da conservação on farm de VCMP realizadas pelas agricultoras, bem como a importância que essas variedades assumem na alimentação, como recursos genéticos para o futuro da alimentação e agricultura, principalmente para o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos. Aborda-se o uso das características morfológicas e socioculturais como indicadores de diversidade e a ação das mulheres agricultoras na seleção e acumulação da variabilidade genética do milho-pipoca. O principal objetivo, portanto, é mostrar o protagonismo e o papel imprescindível das mulheres na diversificação e conservação das VCMP e a omissão histórica dos seus conhecimentos e, conseqüentemente, sua invisibilização.

A estratégia de pesquisa e o local de estudo

O município de Novo Horizonte está localizado na mesorregião Oeste de Santa Catarina, Brasil, possui cerca de 2.750 habitantes, dos quais 66,5% residem no meio rural, sendo que 46% possuem até 10 ha (IBGE, 2010). Tem um território de 151,852 km², e as propriedades rurais estão distribuídas entre 422 m a 948 m de altitude (IBGE, 2010). A colonização teve início em 1946, e a origem étnica predominante é a italiana com procedência, em sua maior parte, do Rio Grande do Sul e, em menor número, do litoral catarinense. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,706 é classificado como alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud (Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento) (Atlas..., 2013). O território da mesorregião se estende até a fronteira com a Argentina, sendo que, ao norte, faz divisa com o estado do Paraná e ao sul, com o Rio Grande do Sul. O município está inserido numa

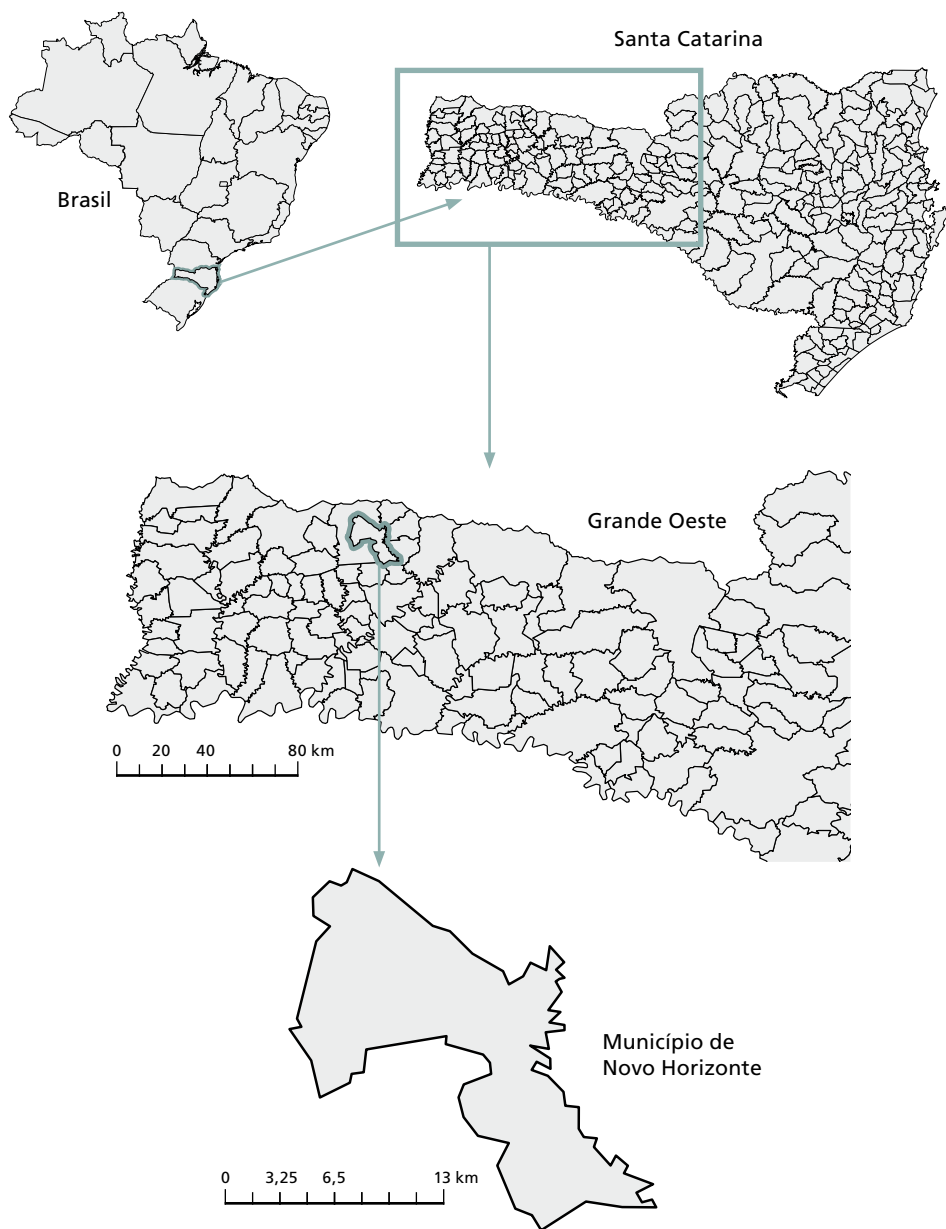


Figura 1. Localização do município de Novo Horizonte na grande região Oeste do estado de Santa Catarina. Fonte: Atlas (2013).

região cuja economia é predominantemente agropecuária e marcada pela presença de grandes agroindústrias brasileiras, que têm sede e origem na região.

A pesquisa foi realizada por meio de um censo da diversidade⁸ de *Zea mays* L., entre os anos 2011 e 2012, com base em 398 entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores de 21 comunidades. As entrevistas foram respondidas em sua maioria por homens (52,8%), seguido pelas mulheres (26,2%) e por ambos (19,58%). Nesse momento, os participantes foram informados da estratégia de aprofundamento dos estudos e questionados se gostariam de participar do diagnóstico da diversidade. Entre os anos 2013 e 2014, foi realizado o diagnóstico da diversidade com 66 famílias mantenedoras de VCM, com o objetivo de aprofundar os estudos sobre a pipoca, e dessa forma solicitou-se que o membro familiar efetivamente responsável pela conservação respondesse a entrevista. Dessa forma, as mulheres foram a maioria (63,2%), seguido pelos homens (20,6%) e por ambos (16,2%), respondendo a entrevista. Neste último caso, pode-se perceber que o conhecimento sobre a seleção, manejo e conservação das VCMP era emitido pelas mulheres, apesar de os homens terem participado da entrevista, o que resultou no acesso ao conhecimento das mulheres por meio de 79,4% das entrevistas.

As entrevistas continham questões sobre idade e etnia das guardiãs, sobre o sistema de seleção, cultivo, uso, intercâmbio e armazenagem das variedades de pipoca. As análises foram conduzidas com base nas seguintes perguntas orientadoras: a) qual é a abundância e a riqueza das VCMP; b) quais fatores são usados pelas agricultoras para decidir sobre a seleção e a conservação ao longo do tempo de cultivo; c) quais aspectos socioeconômicos e culturais influenciam na geração e conservação dessa diversidade. Para análise e verificação da existência de interesses distintos entre homens e mulheres

⁸ O Censo da Diversidade consistiu em uma abordagem metodológica, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Agrobiodiversidade da Universidade Federal de Santa Catarina (NEABio/UFSC), para a realização de estudos sobre a diversidade, bem como para fornecer um inventário de riqueza e abundância de espécies ou variedades crioulas conservados in situ on farm por agricultores familiares, em pequenas regiões geográficas (Costa et al., 2016).

quanto às qualidades intrínsecas consideradas importantes nas variedades, foi realizado um teste estatístico (qui-quadrado a $p \leq 0,05$). Com base no conhecimento tradicional das agricultoras, as variedades foram caracterizadas e agrupadas em grupos morfológicos. Os grupos morfológicos foram formados pela combinação das características fenotípicas⁹, incluindo seis cores de grãos (amarela, branca, roxa, vermelha, preta e misturada ou multicolorida), três formatos de grãos (redondo, pontudo e intermediário) e três tamanhos de grãos (grande, pequeno e médio). Os valores de uso e cultivo (VUC¹⁰) foram organizados em seis categorias (patrimônio familiar e cultural, adaptativo, agrônomo, econômico, conservação da diversidade e gastronômico), e estas, por sua vez, estão divididas em 17 subcategorias (maciez, sem casca ou pouca casca, sabor, crocância, capacidade de expansão, grande, pequena, produtiva, precoce, tardia, fatores abióticos, fatores bióticos, amplitude de adaptação, tradição, custo de produção, venda de sementes e venda de grãos) e cinco sub-subcategorias (volume, estoura bem, resistência à seca, resistência a doenças e resistência a pragas).

A agricultura familiar da região Oeste Catarinense: o contexto da pesquisa

A agricultura familiar e camponesa da região Oeste de Santa Catarina, no Sul do Brasil, é responsável por 89,1% dos alimentos produzidos no estado e 74,6% da produção acontece em propriedades com área menor ou igual a 10 ha (IBGE, 2010). Ao mesmo tempo que essa região tem uma grande importância na produção de alimentos, também está apontada por um estudo realizado em 2013 como sendo uma das regiões do estado mais atingida por desastres naturais ou eventos climáticos extremos (Atlas..., 2013). Além disso, a agricultura

9 São as características observáveis nas variedades que resultam da expressão dos genes do organismo, da influência de fatores ambientais e da interação entre os dois.

10 Os termos 'valores de uso e cultivo' são aqui usados para fazer referência aos valores intrínsecos presentes na combinação das características essenciais que levam ao uso e cultivo das variedades baseadas em aspectos agrônômicos, econômicos, ambientais e socioculturais.

familiar da região é reconhecida pela sua ampla diversidade de variedades crioulas de diversas espécies conservadas on farm, sendo que estas possuem múltiplos usos e características, como resistência à seca e a doenças (Sasse, 2008; Kist et al., 2010; Burg, 2017). Pesquisas sobre VCM têm sido realizadas desde o ano de 2002 pelo NEABio/UFSC e têm indicado a presença de uma elevada riqueza de VCM conservadas on farm por agricultores familiares (Canci et al., 2004; Costa et al., 2016; Burg, 2017). Recentemente, destacaram-se trabalhos de Costa et al. (2016), indicando um microcentro de diversidade do milho para a região do extremo Oeste Catarinense, e de Silva et al. (2016), identificando a presença de novas raças de milho-pipoca nessa mesma região. A dimensão da elevada quantidade de VCM ainda conservadas na região pode ser mostrada durante o Censo da Diversidade realizado nos anos de 2011 a 2012, onde foram identificadas nos municípios de Anchieta e Guaraciaba 1.513 VCM, dentre estas 1.078 de milho-pipoca, 337 de milho comum, 61 de milho adocicado e 37 de farináceo (Costa et al., 2016).

O milho-pipoca desde a sua origem e domesticação

O milho, segundo mostram as evidências arqueológicas e genéticas, foi domesticado a partir de uma gramínea chamada teosinto¹¹ (*Zea mays* L. subsp. *parviglumis*), há aproximadamente 9 mil anos antes do presente (A.P.) na região Sul do México (Doebley, 1990; Grobman et al., 2012). Nos milênios seguintes à sua origem, espalhou-se para outras regiões tropicais, atingiu a costa do Pacífico e atravessou a América do Sul de leste a oeste, transpondo a Cordilheira dos Andes (Brieger et al., 1958; Grobman et al., 2012). Posteriormente, dispersou-se para as regiões dos planaltos e terras baixas do continente (Mcclintock et al., 1981; Oliveira-Freitas et al., 2003), migrando em direção ao sul e ao longo da costa leste do Brasil, em tempos

¹¹ O teosinto ou dente-de-burro não se parece muito com milho, especialmente quando se comparam seus grãos, mas no nível do DNA os dois têm o mesmo número de cromossomos e um arranjo similar de genes. Na natureza, o teosinto pode cruzar com milho e formar híbridos férteis que continuam se reproduzindo. Durante a pesquisa, foi identificada a presença da espécie sendo cultivada como pastagem.

relativamente recentes (Mcclintock et al., 1981). A variedade pipoca é um dos tipos de milho e – especificamente sobre a sua origem, dispersão pelas Américas e a trajetória de introdução na região Oeste Catarinense – ainda carece de estudos mais aprofundados, além do realizado recentemente por Silva et al. (2016).

No Brasil, o milho tipo pipoca já era cultivado antes do processo de colonização europeia (Oliveira-Freitas et al., 2003; Sánchez et al., 2007). Os povos indígenas são considerados os principais responsáveis pela domesticação, seleção e dispersão das diferentes variedades e raças atualmente existentes (Brieger et al., 1958; Paterniani; Goodman 1977; Schmitz; Gazzaneo, 2017). Entre as etnias indígenas que habitaram/habitam as terras baixas da América do Sul, os Guaranis cultivavam milho-pipoca no Paraguai, nas terras baixas da Bolívia e no Sul do Brasil (Brieger et al., 1958; Paterniani; Goodman, 1977). Nesses territórios, cultivavam as raças de milho-pipoca Avatí Pichingá de grãos pontudos e Avatí Pichingá Ihú de grãos redondos. No estado de Santa Catarina, há indicativos de que o milho tenha sido introduzido há cerca de 2 mil anos atrás (Oliveira-Freitas et al., 2003). A relação de parentesco entre as populações de milho-pipoca cultivadas no extremo Oeste Catarinense com as cultivadas pelos Guaranis em outros países da América foi parcialmente confirmada por Silva et al. (2016), que, em estudo preliminar sobre as relações filogenéticas entre as populações, identificaram cinco raças e duas origens geográficas, uma relacionada às terras altas e a outra, às terras baixas da América do Sul. Nesse estudo, três raças identificadas foram consideradas novas.

As estratégias de conservação das variedades crioulas de milho

Para a conservação da diversidade genética do milho, existem duas estratégias principais: a conservação on farm, que é a conservação realizada pelos agricultores e agricultoras em seus estabelecimentos agrícolas, enquanto cultivam, manejam e usam os diferentes cultivos (Clement et al., 2007); e a conservação ex situ em bancos de germoplasma. Atualmente, no Brasil, são mantidos na coleção ex situ do banco de

germoplasma de milho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (Colbase/Embrapa) quase 4 mil acessos, os quais são, em sua maioria (82,1%), constituídos por variedades crioulas e locais¹² obtidas por coletas ou doações. Dentre elas somente 191 acessos são de milho-pipoca já caracterizados (Pereira Neto et al., 2011). As estratégias de conservação on farm e ex situ, para serem eficientes, devem ser complementares, pois isoladamente cada uma delas tem as suas vantagens e desvantagens. A conservação on farm permite que as variedades continuem evoluindo com os agroecossistemas e com os sistemas culturais, além disso, oferece apoio à conservação ex situ, especialmente quando esta falha por razões técnicas, financeiras ou administrativas, pois pode oferecer germoplasma de reposição e atualização das coleções ex situ (Clement et al., 2007; Jarvis et al., 2011). Por sua vez, a conservação ex situ também é um fator de segurança à conservação on farm, principalmente em casos de perda de material genético ocasionado por desastres ecológicos ou mudanças socioeconômicas e culturais. Portanto, o uso de estratégias complementares fornece uma condição adequada para a conservação. Dessa forma, um sistema eficaz de conservação incorpora os elementos de ambas as estratégias (Jarvis et al., 2011).

A importância dos recursos genéticos conservados para alimentação e agricultura

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-ONU), persistem na atualidade grandes preocupações em relação à alimentação, pois existem cerca de 795 milhões de pessoas passando fome e mais de 2 milhões carecem de micronutrientes ou estão sobrealimentadas (FAO, 2017). Ademais, a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares globais e a vida planetária podem estar em perigo, por causa da crescente pressão sobre

¹² Variedades crioulas e locais são aquelas cultivadas pelos agricultores por um longo período de tempo, sendo consideradas populações geograficamente distintas, diversas em sua composição genética e adaptadas às condições agroclimáticas e ecológicas particulares às áreas de cultivo (Zeven, 1998). Como proposto por Ogliari et al. (2013), o termo variedade local pode ser usado para designar a população antiga autóctone ou derivada parcialmente de cultivares melhoradas e que são conservadas, selecionadas, multiplicadas e usadas por agricultores familiares e tradicionais em pequena escala.

os recursos naturais e das mudanças climáticas que estão em curso (FAO, 2017). Na modernidade, tem-se alcançado o incremento da produção alimentar e o crescimento econômico, na maioria das vezes, à custa da degradação ambiental, com especial destaque para erosão da biodiversidade. Para alimentar uma população mundial crescente, cuja previsão é atingir mais de 9 bilhões de pessoas em 2050, torna-se necessário, portanto, o estabelecimento de sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis (Godfray et al., 2010; FAO, 2017), e, nesse sentido, os recursos genéticos presentes no germoplasma das variedades crioulas conservadas on farm e ex situ são essenciais.

Nesse contexto, para o segmento da agricultura familiar, é de extrema importância a conservação on farm de variedades crioulas adaptadas aos seus agroecossistemas e às suas preferências de uso, bem como a disponibilidade de sementes próprias para plantio na safra seguinte. Além das variedades crioulas integrarem a história de vida de muitas famílias, a sua conservação on farm implica menor custo de produção, segurança alimentar e nutricional e na prestação de um serviço à sociedade pela conservação da diversidade genética e cultural (Canci et al., 2004; Guadagnin et al., 2007; Altieri et al., 2015). Além disso, as estratégias de conservação on farm de variedades crioulas e do conhecimento associado ao manejo delas permitem uma menor variação na oferta e qualidade de alimentos e no desenvolvimento de agroecossistemas mais resilientes a fatores bióticos e abióticos (Altieri et al., 2015).

O processo de modernização da agricultura, ao estimular o uso de cultivares de milho de alta tecnologia e as transgênicas – que demandam o uso intensivo de insumos industrializados –, tem gerado a substituição parcial ou total de variedades locais adaptadas aos agroecossistemas e colocado em risco a conservação on farm (Machado et al., 2011; Baltazar et al., 2015). Essas mudanças na agricultura também têm impactado as práticas de autoconsumo (Sacco dos Anjos et al., 2010) e, conseqüentemente, a conservação da diversidade genética presente nas variedades crioulas e locais. A passagem de um sistema diversificado de produção de alimentos para outro hiperespecializado – baseado em ultraprocessoamento, homogeneização

e integração aos amplos sistemas de produção agroalimentar – tem progressivamente pautado o entendimento do alimento-mercado-ria (Machado et al., 2016) e desvalorizado os alimentos tradicionais. No entanto, em muitos locais da América Latina, onde predomina a agricultura familiar e tradicional, ainda se cultivam VCMP e, anualmente, reservam uma parte da produção como semente para a próxima safra.

Em relação ao milho-pipoca, há poucas informações a respeito de seu status atual de produção e consumo em nível nacional. Segundo Miranda et al. (2012), o Brasil é o segundo maior produtor mundial, com uma produção anual aproximada de 80 mil toneladas, porém importa milho-pipoca da Argentina e dos Estados Unidos para suprir o consumo interno. Os Estados Unidos são o maior produtor mundial, com 500 mil toneladas por ano (Miranda et al., 2012). Além disso, com pouca diversidade disponível, sendo que, na última listagem publicada para o ano agrícola 2013/2014, apenas três cultivares (RS 20, UFVM2-Barão e IAC 125) foram disponibilizadas para comercialização (Cruz et al., 2014).

A pesquisa realizada com VCMP, no Brasil, além de recente, prioriza a perspectiva de melhoramento genético clássico e não uso per se (por si só), em razão da alegação de que as VCMP são pouco utilizadas porque têm qualidade baixa e não se adequam para comercialização, por causa do padrão de exigências dos consumidores (Santos et al., 2007). Apesar das dificuldades no sistema produtivo, o milho-pipoca é uma cultura que apresenta elevado valor cultural e de potencial econômico a ser explorado (Araújo, 2007).

A invisibilidade das mulheres nos processos produtivos e na conservação da agrobiodiversidade, apesar do protagonismo

A divisão do trabalho por gênero atribui às mulheres as responsabilidades com as necessidades humanas concretas, como a nutrição e a saúde dos familiares. Este trabalho, que está na interface natureza e cultura, é desvalorizado e invisibilizado (Inhetveen, 2002). Nesse

contexto, emerge a agrobiodiversidade, que é o resultado de um processo contínuo de domesticação e seleção por gerações de agricultoras para atender às suas necessidades em termos de segurança alimentar, nutrição, renda e integridade cultural (Padmanabhan, 2011). Nos últimos anos, apesar da invisibilidade do seu trabalho, mundialmente tem sido destacado o papel das mulheres na conservação da agrobiodiversidade, principalmente de variedades relacionadas com a alimentação. Na maioria das culturas, as mulheres têm sido as guardiãs da agrobiodiversidade, enquanto praticam agricultura, ou seja, produzem, reproduzem, consomem e conservam a biodiversidade. No entanto, à semelhança dos demais aspectos de seu trabalho e saber, a contribuição das mulheres no desenvolvimento e conservação da biodiversidade tem-se apresentado como um não trabalho, um não conhecimento, como parte da natureza, apesar de estar baseado em práticas culturais e científicas complexas (Shiva, 1995).

Dessa forma, organizações como a FAO, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), além de inúmeras pesquisas, têm mostrado que as mulheres agricultoras são responsáveis pela manutenção da maior parte da biodiversidade, acumulam conhecimentos sobre os seus ecossistemas, incluindo a gestão das pragas e doenças, a conservação do solo, o desenvolvimento e uso dos recursos genéticos de plantas e animais (Howard, 2003; Castro, 2010; FAO, 2011), e são as principais protagonistas das trocas de sementes e mudas (Castro, 2010). Além disso, grande parte da produção de alimentos se dá nos quintais que também são utilizados como espaços de experimentos, troca de conhecimentos entre as mulheres, promovendo o enriquecimento da agrobiodiversidade local. Ao mesmo tempo que introduzem mudanças nos sistemas de produção, as mulheres vão experimentando transformações em sua vida cotidiana que as levam ao questionamento do modelo agrícola e social, consagrando-se como sujeitos políticos (Pacheco, 2009). Nesse sentido, no Brasil, como resultado das mobilizações das mulheres brasileiras, foram incluídas ações prioritárias para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), com uma diretriz que reconhece e valoriza o

protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis e agroecológicos e na conservação da agrobiodiversidade no intuito de fortalecer a sua autonomia econômica e política.

A diversidade conservada e os processos de seleção e manejo de variedades crioulas de pipoca realizados pelas mulheres agricultoras de Novo Horizonte

Na pesquisa realizada em Novo Horizonte foram identificadas 241 VCMP conservadas principalmente por mulheres. A caracterização foi feita por meio do conhecimento tradicional das agricultoras sobre as variedades e pelo uso da taxonomia local baseada nas características cor, formato e tamanho de grão. A combinação entre as características resultou na classificação de 32 grupos morfológicos (Figura 2). Os grupos morfológicos formados indicaram a presença de uma elevada diversidade de pipoca quanto às características fenotípicas estudadas (Figura 3). A maioria (73,7%) das variedades pertence ao grupo das pipocas brancas e amarelas, mas também foram identificadas variedades com cores roxa, preta, vermelha e misturada ou multicolorida (várias cores em uma mesma espiga). A tendência por cores de grãos mais claros também foi observada por Costa et al. (2016), para os municípios de Anchieta e Guaraciaba. A preferência por parte dos consumidores brasileiros pelo milho-pipoca com cores claras, principalmente de cor amarela, foi abordada por Sawazaki e Paterniani (2004), que também alertaram sobre como essa preferência regula, direciona e impacta o melhoramento genético, a produção comercial e o mercado da cultura. No entanto, conforme será relatado a seguir, a conservação de variedades com cores e formatos diversos é de suma importância na manutenção da diversidade genética e um potencial a ser explorado economicamente.

Quanto ao tamanho e formato (Figura 2), as pipocas mostraram igualmente uma elevada diversidade, sendo que entre os grupos morfológicos formados, 13 (40,6%) são do grupo dos grãos de formato pontudo, 13 (40,6%) possuem grãos redondos e, 6 (18,8%) possuem

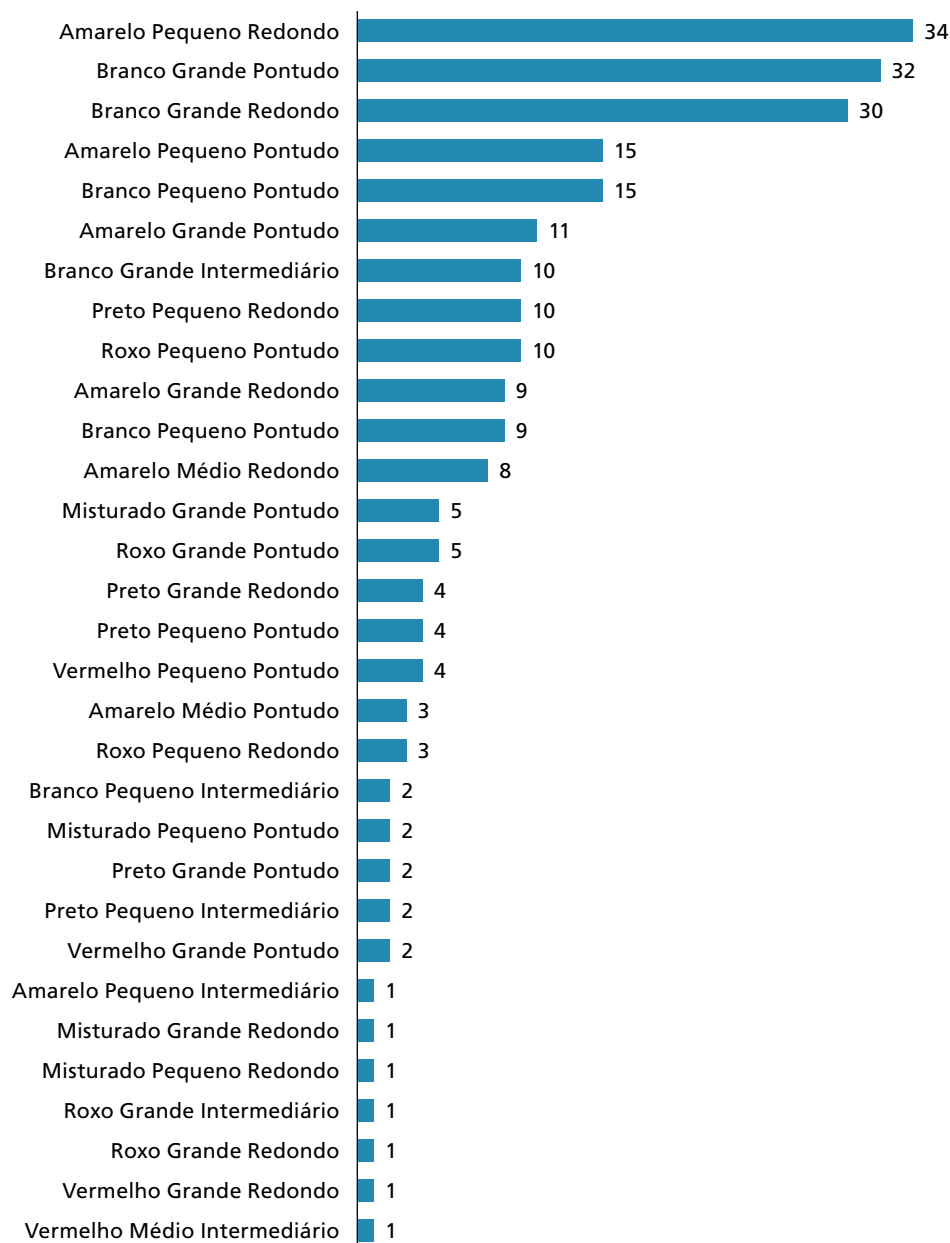


Figura 2. Frequência absoluta das variedades crioulas de milho-pipoca por grupo morfológico no município de Novo Horizonte, SC.
Fonte: Burg (2017).



Fotos: Inês Claudete Burg

Figura 3. Diversidade de cor, tamanho e formato de grãos em variedades crioulas de milho-pipoca do município de Novo Horizonte, SC.

grãos com formatos intermediários (grãos redondos e pontudos na mesma espiga). Além da diversidade de formatos, quatro grupos (12,5%) apresentaram cores misturadas ou multicoloridas. Portanto, presentes em menor quantidade estão as variedades com os grãos de cores misturadas, tamanho médio e formato intermediário. Porém, a

presença dessas pipocas chama atenção por indicarem a ocorrência de fluxo de pólen ou castiçamentos (misturas), em que o processo de manejo e seleção realizado pelas mulheres está gerando de forma sistemática uma nova diversidade de variedades de pipocas. Durante os anos de 2011 a 2012, o NEABio realizou o Censo da Diversidade em dois municípios da região Oeste de Santa Catarina. Nesta pesquisa foram identificadas em Guaraciaba e Anchieta 627 e 451 variedades de milho-pipoca respectivamente (Costa et al., 2016), perfazendo em conjunto com Novo Horizonte um total de 1.319 VCMP identificadas na região. A elevada quantidade e diversidade presente na região Oeste Catarinense a coloca num status de microcentro de diversidade genética da cultura, conservada on farm principalmente por mulheres agricultoras (Silva, 2015; Costa et al., 2016; Burg, 2017).

Crítérios usados pelas mulheres na seleção das variedades crioulas de pipoca

Em Novo Horizonte, a maioria (83%) dos agricultores e agricultoras que conservam as VCMP realizam algum tipo de seleção. A identificação das etapas, partes das plantas e características utilizadas para seleção das VCMP pelas agricultoras deu-se a partir do questionamento “do que você gosta na variedade e o que observa para selecionar as sementes e quando o faz”. Na Tabela 1 constam todos os critérios e as características importantes para os homens e as mulheres que realizam a seleção. Para as mulheres, as partes da planta escolhidas para a seleção foram a espiga (84,4%) e o grão debulhado (15,6%). As etapas em que elas fazem seleção são as escolhas da melhor espiga no paiol (50%), das melhores sementes pós-debulha (34,4%) e das melhores espigas no campo (15,6%). Quanto às características, as mulheres observam os grãos quanto ao tamanho (34%), ao formato (9,4%), à cor (7,5%) e à sanidade (1,9%). As espigas são observadas quanto ao tamanho (37,8%) e ao empalhamento (1,9%). Outra característica observada pelas mulheres é a sanidade da planta (7,5%).

Tabela 1. Características indicadas como importantes na seleção de variedades crioulas de milho-pipoca, segmentadas em número de citações e percentual por gênero. Novo Horizonte, SC.

Categoria	Homem		Mulher		Valor absoluto por característica (nº)	Valor relativo por característica (%)
	Valor absoluto (nº)	Valor relativo (%)	Valor absoluto (nº)	Valor relativo (%)		
Parte da planta						
Espiga	16	59,2	27	84,4	43	72,9
Planta inteira	4	14,8	0	0	4	6,8
Grão debulhado	7	26	5	15,6	12	20,3
Total de citações	27	100	32	100	59	100
Etapa						
Melhor espiga no paiol	6	42,8	16	50	22	47,8
Melhores sementes pós-debulha	4	28,6	11	34,4	15	32,6
Melhores espigas no campo	2	14,3	5	15,6	7	15,3
Melhores plantas na lavoura	2	14,3	0	0	2	4,3
Total de citações	14	100	32	100	46	100

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Categoria	Homem		Mulher		Valor absoluto por característica (nº)	Valor relativo por característica (%)
	Valor absoluto (nº)	Valor relativo (%)	Valor absoluto (nº)	Valor relativo (%)		
Característica						
Cor do grão	1	3,2	4	7,5	5	5,9
Formato do grão	3	9,7	5	9,4	8	9,5
Tamanho do grão	7	22,2	18	34	25	29,8
Tamanho da espiga	10	32,3	20	37,8	30	35,7
Empalhamento	2	6,4	1	1,9	3	3,5
Planta sadia	6	19,4	4	7,5	10	12
Planta baixa	1	3,2	0	0	1	1,2
Grão sadio	1	3,2	1	1,9	2	2,4
Total de citações	31	100	53	100	84	100
Total geral	72		117		189	

As características cor, formato e tamanho do grão (Tabela 1) se constituem marcadores importantes para caracterizar preliminarmente a diversidade conservada on farm em Novo Horizonte. Além disso, cor e tamanho dos grãos são usados pelas agricultoras para distinguir e descartar as sementes contaminadas por pólen estranho. Essas características em conjunto com o tamanho das espigas e os valores de uso gastronômico são a base da seleção realizada pelas mulheres agricultoras. Os dados do município pesquisado condizem com os encontrados por Silva et al. (2015), em Guaraciaba. As cores também são utilizadas para selecionar variedades em outros locais (Rosa et al., 2008; Sadiki et al., 2011). O trabalho, o conhecimento e as preferências das mulheres de Novo Horizonte predominam na etapa do pós-colheita. Da mesma forma como observado por Lope-Alzina (2007) em estudo com mulheres mexicanas, onde prevaleceu a importância dos processos pós-colheita e formas finais de consumo para seleção de variedades.

A influência dos aspectos socioculturais na seleção das variedades

O Censo da Diversidade do milho de Novo Horizonte mostrou que as mulheres são as principais responsáveis (58%) pelo cultivo, conservação e fluxo de sementes das VCMP. O protagonismo das mulheres na conservação do milho-pipoca também foi confirmado no Diagnóstico da Diversidade, quando solicitado que o membro familiar efetivamente responsável pela seleção, cultivo e armazenagem das sementes respondesse o questionário, sendo que em 64% dos casos a indicação foi de mulheres, 23% de homens e 13% por grupo familiar misto, tanto em gênero quanto por geração familiar. Se considerar que as mulheres estavam presentes no grupo familiar e responderam a maioria das perguntas, então foram acessados seus conhecimentos em 79,4% das entrevistas. Quanto à quantidade conservada individualmente, 81,6% conservam uma variedade; 11,9%, duas variedades; 5%, três variedades; 1%, quatro variedades; e 0,5%, cinco variedades. Apesar da baixa porcentagem de mulheres que conservam mais de uma variedade, ainda assim há a presença de elevada diversidade.

A elevada diversidade conservada on farm pelas mulheres de Novo Horizonte está sob constante influência de fatores agronômicos, adaptativos e de aspectos socioeconômicos e culturais. Dessa forma, o trabalho das mulheres na seleção das VCMP é influenciado pelos VUC (Figura 4) presentes nas variedades que resultaram em 291 indicações a partir da pergunta “do que você gosta na variedade”, o que revelou as qualidades intrínsecas das variedades. Essas indicações foram organizadas em 6 categorias, 17 subcategorias e 5 sub-subcategorias, ou seja, uma elevada riqueza de VUC motiva as mulheres e incide diretamente na conservação em longo prazo das VCMP. A análise estatística indicou a existência de interesses distintos entre homens e mulheres quanto às qualidades das variedades consideradas importantes, mostrando que os valores socioculturais e os papéis de gênero afetam a diversidade genética e a conservação. Quando os dados são segregados em razão das responsabilidades por gênero, as mulheres são responsáveis por 58,6% das indicações de escolhas das qualidades intrínsecas, enquanto os homens respondem por 11,4%. Do restante das indicações, 30,0% se dividem entre a composição de diferentes categorias (pai e mãe, pai e filhos, família, avô e avó), mostrando que as mulheres utilizam uma diversidade maior de categorias na escolha das variedades.

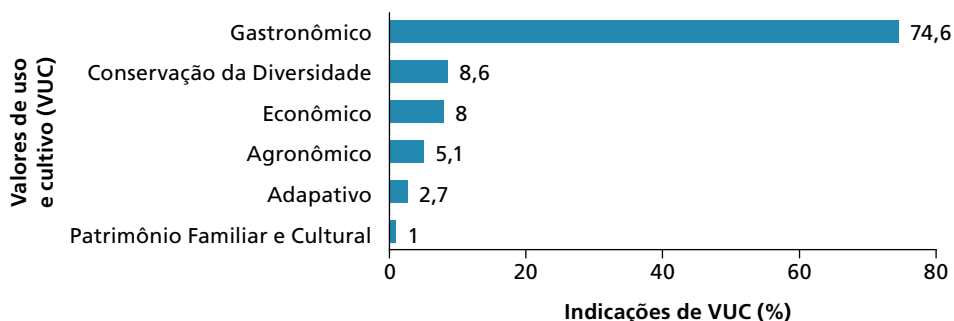


Figura 4. Frequências de citações das diferentes categorias de valores de uso e cultivo (VUC) quanto à conservação de variedades crioulas de milho-pipoca, segundo a descrição de agricultores familiares de Novo Horizonte, SC.
Fonte: Burg (2017).

As preferências relacionadas às qualidades intrínsecas das variedades ou VUC impactam no tempo em que as VCMP estão sendo conservadas e, conseqüentemente, na continuidade dessa conservação. O valor mais indicado é o gastronômico, em 83,8% das indicações de uso em todos os intervalos de tempo de cultivo, sendo que esse valor é mais abundante para as pipocas com cores de grão branca e amarela. Os valores de patrimônio familiar cultural e adaptativo são citados como importantes, em variedades com idade superior a 20 anos, e as com cores de grão mais escuras se encaixam nesse perfil. A partir da pergunta “para que usa esse milho”, destacou-se a predominância do uso direto das VCMP nos estabelecimentos agrícolas para alimentação humana em 93% dos casos, sendo que o restante (7%) da produção é destinado como estoque de sementes para a próxima safra e para comercialização de sementes e grãos. As variedades com potencial para comercialização em forma de grãos para consumo e para sementes têm gerado renda para as agricultoras de Novo Horizonte. Além disso, as VCM da região Oeste podem apresentar potencial como fontes naturais de carotenoides e antocianinas (Kunhen et al., 2011). Para tanto, as variedades de pipocas de Novo Horizonte devem ser investigadas também quanto a sua composição bioquímica e como potenciais para a geração de renda adicional para as agricultoras.

Em relação ao tempo de uso e cultivo (TUC), a maioria (72,8%) das variedades de pipoca tem até 10 anos de cultivo, mas o restante (27,2%) varia entre 10 a 70 anos, o que indica a presença de um número considerável de variedades bem antigas. As variedades circulam entre as agricultoras por meio do sistema de intercâmbio de sementes, que é dinâmico e se dá com base nas relações de confiança entre parentes e vizinhos. As principais fontes de sementes são a vizinhança (39%) e os parentes e/ou herança (38%). Outras categorias participam em menor proporção no abastecimento, como festas e feiras (3%), cooperativas (2%), comércio local (6%) e outros municípios (2%) e Movimento dos Pequenos Agricultores (2%). Os que mencionaram não lembrar ou não saber a origem das sementes somam 8%. Esses

espaços, onde se buscam e trocam sementes, são socialmente construídos e, dessa forma, definidos em razão dos papéis de gênero, sendo que os espaços mais públicos são os menos acessados por mulheres para a troca de sementes. Em pesquisa semelhante realizada nos municípios Guaraciaba e Anchieta, localizados na região Oeste Catarinense, foi identificado que as sementes de milho-pipoca são obtidas de diferentes fontes. Porém, a exemplo de Novo Horizonte, prevalecem na maioria a vizinhança (29%), a herança de família (26%) e a doação de amigo ou parente (17%), sendo que as demais fontes foram agropecuárias, feiras de sementes, instituições locais, grupo de idosos e Kit Diversidade¹³ (Silva, 2015). Dessa forma, conclui-se que o fluxo mais significativo na região Oeste se dá entre parentes e vizinhos, à semelhança dos achados de Emperaire et al. (2008), o que caracteriza as sementes como elementos com forte apelo cultural e por costumes locais.

A análise do tempo de cultivo em relação à origem das sementes mostra que as variedades mais antigas são originadas por herança e guardadas como patrimônio familiar, e esse aspecto mostra que historicamente as agricultoras guardiãs tiveram nessas variedades as suas principais fontes de sementes. As mais recentes têm diversas origens entre feiras de trocas, festas e cooperativas, e estes espaços estão relacionados com o trabalho de organizações sociais presentes na região, iniciado há cerca de duas décadas, o qual incentiva a retomada da diversidade de variedades crioulas de diversas culturas. Os aspectos relacionados aos atributos gastronômicos e características dos grãos e espigas influenciam na tomada de decisão em relação ao uso e seleção, e, conseqüentemente, essa ação pode implicar tempo de conservação pelo uso das variedades, formando um círculo virtuoso entre uso e conservação. A importância do tempo de cultivo a que estão submetidas as variedades se dá pelo fato de que nas variedades mais antigas os aspectos adaptativos e culturais são incorporados durante o processo de seleção realizado pelas agricultoras. Por sua vez, o

13 O Kit Diversidade foi uma metodologia utilizada para reintroduzir sementes crioulas de diferentes espécies e, assim, recuperar a diversidade de germoplasma e a produção de alimentos para autoconsumo (Guadagnin, 2007).

fluxo de genes ocorrido mediante intercâmbio das sementes interfere na diversidade genética, destacando, dessa forma, a importância da compreensão da dinâmica associada ao sistema de sementes utilizado pelas agricultoras (Louette et al., 1997). As múltiplas características morfológicas envolvidas nas escolhas das variedades são fundamentais e podem estar relacionadas ao uso, ao desempenho agrônômico, à adaptação a determinados fatores ambientais, definindo a seleção de plantas de uma população, interferindo, dessa forma, na intensidade do fluxo de sementes e contribuindo para a sua conservação ao longo do tempo (Sadiki et al., 2011).

As mulheres guardiãs do município conservam suas variedades e também mantêm um sistema de conhecimento relacionado a essas variedades; as guardiãs são, portanto, as principais agentes dos processos de seleção. As mulheres se identificaram como de etnia prevaiente a italiana (72,8%), mas também a brasileira¹⁴ com 13,5%, a germânica com 7,6%, a cabocla com 4,5% e a indígena com 1,5%, o que mostra a presença multiétnica nos processos de conservação das variedades no município. O acesso ao conhecimento sobre a seleção se dá, principalmente, pela transmissão intergeracional em que 71% afirmaram acessar o conhecimento sobre o manejo das variedades crioulas com seus pais. Em menor número (29%), os outros espaços e pessoas citadas pela transmissão do conhecimento se dividem de forma equitativa entre técnicos, cursos e eventos, vizinhos, outros e da parcela que afirmou não saber a origem. Esses dados mostram a importância da transmissão do conhecimento local sobre as variedades por via intergeracional e, por consequência, da sucessão geracional para a continuidade da seleção e conservação on farm, dado que, das mulheres responsáveis pela conservação, apenas 13,7% têm idade inferior a 30 anos; 49,1% têm até 50 anos e 50,9% têm idade superior a 50 anos. Em Novo Horizonte prevalece a transmissão do conhecimento de forma intergeracional, das sementes ou recursos genéticos dentro da

14 Segundo Poli (2006), a autodenominação como “brasileiro” e “caboclo” pode ser explicada pelo processo de ocupação da região Oeste de Santa Catarina quando a população luso-brasileira miscigenou-se com a indígena, resultando na população cabocla que tinha como atividades principais a agricultura e o tropeirismo.

família e entre vizinhos, ou seja, nas relações próximas e de confiança, culturalmente marcados como espaços femininos. Os dados reforçam a existência de um risco de descontinuidade na transmissão dos recursos genéticos e do conhecimento sobre seu manejo. As formas de intercâmbio de sementes com fluxo principal entre parentes e vizinhos também são relatadas por Silva (2015) e Costa et al. (2016) para Guaraciaba e Anchieta na região Oeste Catarinense. Pesquisadoras como Emperaire et al. (2008) e Pelwing et al. (2008) relataram essas práticas predominantes para outras regiões do Brasil, e Louette e Smale (1996) e Duran et al. (2005) as relataram para outras regiões do mundo. Em outros locais, as sementes e suas informações agroecológicas e culturais associadas são regularmente compartilhadas entre familiares, vizinhos e amigos (Oakley; Momsen, 2007).

Em Novo Horizonte as agricultoras realizam o cultivo das variedades em sua maioria na roça (77%), sendo que essa roça, usada para cultivo, está dividida em uso de melhor área (47%) e pior área (30%). O restante se divide em plantio na horta (21%) e sistematicamente alternando entre estes locais (2%). Para a produção das VCMP se usa pouco ou nenhum insumo, e quando usado, é proveniente do próprio agroecossistema. A adubação em sua maioria (40,9%) é orgânica e 22,7% não utilizam adubação. Em 92,4% dos casos, não se utiliza nenhum tipo de controle de plantas espontâneas, de doenças e pragas, ou seja, como relatam as mulheres: “deixam a natureza agir”. Em relação à forma de armazenagem, a maior parte (73%) é feita com garrafas plásticas tipo “PET” (da sigla de polietileno tereftalato), as quais são identificadas com nome e data de colheita e que se mostram bem adequadas à armazenagem de sementes do milho-pipoca no contexto da agricultura familiar. Os dados do município sobre cultivo e manejo do milho-pipoca mostram que existe uma adaptação das variedades ao sistema de manejo presente nos agroecossistemas.

No entanto, apesar da importância das variedades e da grande quantidade de VCMP que ainda estão sendo conservadas em Novo Horizonte, foram relatados 22 casos de perdas de VCMP entre os anos 2011 e 2014, sendo que a seca de 2012 foi indicada como causa em

80% dos casos, enquanto o falecimento do guardião e a desistência de plantio por falta de mão de obra perfazem os 20% restantes. Além disso, foram relatadas perdas sistemáticas que vêm acontecendo ao longo dos últimos anos e que envolveram 38 VCMP. A seca e a não multiplicação de sementes por diferentes motivos são os fatores que explicaram 72,5% das perdas sistemáticas. As mudanças climáticas já têm impactado fortemente a conservação das VCMP, o que onera ainda mais as responsabilidades atribuídas às mulheres agricultoras. Como indicam os estudos sobre clima, a região Oeste de Santa Catarina é um das mais afetadas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos (Atlas..., 2013), e esta situação gera uma grande insegurança na agricultura, colocando em risco as espécies conservadas on farm.

A importância das mulheres na conservação do milho-pipoca

Os resultados da pesquisa em Novo Horizonte mostraram a importância dos aspectos socioculturais na definição da diversidade existente, reforçando que, no momento em que as mulheres fazem a seleção das variedades, esses aspectos são determinantes, o que resulta na grande diversidade conservada, uma grande riqueza de VUC com 291 citações referentes a 6 categorias, 17 subcategorias e 5 sub-subcategorias. Em sua maioria, os VUC estão na categoria gastronômica e 36,9% na categoria relacionada com a capacidade de expansão, mostrando que esse aspecto é fundamental na escolha das variedades e que influencia a seleção e a geração da diversidade de pipocas. A presença de grãos multicoloridos e dois tipos de formato (pontudo e redondo) na mesma espiga indica a existência de fluxo de genes, principalmente por cruzamento entre as diferentes variedades de milho-pipoca, gerando aumento da diversidade mantida pelas agricultoras do município, pressupondo que o castiçamento não tenha afetado a capacidade de expansão, o que acarretaria no descarte da variedade, já que essa é a principal característica da pipoca. Isso

demonstra efetivamente que as mulheres fazem um trabalho de seleção muito eficiente quanto à característica capacidade de expansão.

Ressaltam-se ainda mais os méritos do trabalho das mulheres ao levar-se em conta que, para preservar as características de expansão, o milho-pipoca apresenta uma grande complexidade no cultivo, colheita e armazenamento. Especialmente seu cultivo exige cuidados especiais para que não perca a capacidade de expansão, demandando seleção e/ou isolamento geográfico e temporal como barreira contra a contaminação por pólen de outros indivíduos da mesma espécie. Na colheita os cuidados devem ser redobrados com a forma de secagem e debulha dos grãos das espigas. Os grãos, após o processo, devem estar intactos para não comprometer a capacidade de expansão do amido ao ser submetido ao calor durante seu preparo. Dessa forma, as mulheres têm um papel importante na seleção, no beneficiamento e no armazenamento que fazem no pós-colheita, escolhendo as melhores espigas e destas, os melhores grãos debulhados, que são secados e armazenados para assim manter a identidade varietal¹⁵ e a capacidade de expansão. Da mesma forma, ao observar os grãos escolhidos, que representam a identidade varietal, as mudanças no tamanho e na cor indicam contaminação por pólen estranho, o que poderá afetar a capacidade de expansão e o descarte da variedade comprometida. Os resultados de Novo Horizonte também foram consistentes com estudo de Louette e Smale (1996, 2000), realizado no estado de Jalisco, no México, onde as variedades de milho são selecionadas pelas características de grãos e espigas. Em uma microrregião do estado de Puebla no México, Rosa et al. (2008) mostraram que a coloração dos grãos foi o critério mais importante que determinou as diferenças entre os grupos identificados por 54 populações de milho. Portanto, a exemplo de outros locais, a conservação on farm de Novo Horizonte se mostra bem dinâmica, conduzida principalmente pela pressão de seleção contínua realizada pelas mulheres sobre as características presentes nos grãos, para segregar as pipocas contaminadas

¹⁵ Características morfológicas (cor, tamanho, formato) e descritivas (nome, tipos de uso) que identificam determinada variedade.

por pólen estranho. Dessa forma, as práticas de seleção garantem a manutenção da identidade varietal. Além disso, a presença da grande diversidade e o elevado número de VUC podem promover a diferenciação de uma nova diversidade de variedades, como observado no México (Rosa et al., 2008; Perales; Golicher, 2014).

Como a seleção está acontecendo ao mesmo tempo que ocorre o consumo, as características gastronômicas relacionadas com a capacidade de expansão, presença ou ausência de casquinha e o sabor também estão influenciando as decisões na manutenção ou descarte das variedades. Mas também está presente a valorização de características adaptativas, como a resistência à seca e a pragas e doenças (Figura 4). Além disso, pode ser atribuído maior peso às agricultoras nas decisões sobre o que conservar em razão do uso alimentar rotineiro da pipoca no município e pelo vínculo das mulheres com a alimentação em razão de seu papel de gênero. A responsabilidade das mulheres com o consumo alimentar das famílias e os VUC das variedades influenciam um processo contínuo de geração de diversidade genética e asseguram a sua conservação ao longo do tempo.

Na agricultura familiar, há uma maior dedicação ao manejo e conservação de espécies alimentares por parte das mulheres, comumente envolvidas com diversas atividades relacionadas à segurança alimentar e reprodução familiar (Siliprandi; Cintrão, 2011; Siliprandi, 2012, 2013; FAO, 2015; Faostat, 2015), que são as responsabilidades de gênero atribuídas pela sociedade às mulheres (Puleo, 2014). O papel atribuído mundialmente para as mulheres na conservação e uma propalada “destinação natural” das mulheres ao cuidado com a natureza e conservação de sementes podem, no entanto, significar uma sobrecarga de responsabilidade. Para Puleo (2014), a essência feminina que relaciona as mulheres à natureza, ou os laços que certas mulheres sentem com a natureza, tem a sua origem em suas responsabilidades de gênero. Ou seja, o fato de as mulheres terem uma proximidade maior com a conservação de variedades alimentares teria a ver com a sua responsabilidade histórica em relação ao autossustento das famílias; o que não deve ser confundido com uma determinação biológica.

Nesse sentido ressalta-se o papel das mulheres agricultoras na geração e conservação da diversidade genética de diferentes espécies. As mulheres são as pioneiras no desenvolvimento de vários processos agroecológicos, na promoção da recuperação e da conservação da agrobiodiversidade, e estas ações podem assegurar a segurança e a soberania alimentar dos povos, mas seu trabalho é invisibilizado pela economia clássica e estatísticas oficiais (Burg; Lovato, 2007; Melo; Di Sabbato, 2009; Moreno, 2014; Puleo, 2014). Em Novo Horizonte, as mulheres possuem um rico conhecimento e são as protagonistas na gestão dos processos de seleção e conservação de VCMP, a exemplo do constatado na Etiópia por Tsegaye (1997), que afirma que as mulheres agricultoras têm uma enorme riqueza de conhecimento sobre a identificação, a caracterização morfológica e os atributos qualitativos das variedades crioulas. Costa et al. (2016) concluíram que, nos municípios de Anchieta e Guaraciaba, a contribuição das mulheres representa 49,72% do esforço dedicado à conservação e gestão da pipoca. Em pesquisa de Osório (2015) sobre conservação de espécies olerícolas nos mesmos municípios e sobre quais membros da família tomam parte da produção para o autossustento, a mulher é citada em 86,3% dos casos de conservação de alface. Na pesquisa realizada para Anchieta por Canci et al. (2004), as mulheres são as responsáveis pela conservação de 70% das diferentes espécies cultivadas para alimentação, o que está de acordo com Benin et al. (2006) para Etiópia, Joshi et al. (2006), no Nepal, e Jarvis et al. (2011), em estudos mais amplos e em diferentes locais.

Mundialmente, o pioneirismo das mulheres agricultoras no desenvolvimento de vários processos agroecológicos e na recuperação, manejo e conservação da agrobiodiversidade tem sido destacado (Howard, 2003; Momsen, 2007; Siliprandi, 2012, 2013; FAO, 2015; Faostat, 2015), principalmente, em relação aos itens alimentares que erroneamente são considerados como 'miudezas' ou recursos menores (Burg; Lovato, 2007; Siliprandi; Cintrão, 2011; Howard, 2016), porque produzidos em quantidades menores, geralmente, em áreas marginais dos estabelecimentos agrícolas ou em quintais próximos à casa, a exemplo do constatado com as VCMP em Novo Horizonte. Sua

desvalorização também se deve ao fato de não se tratarem de cultivos comerciais, que agregam valores monetários aparentes ou que possam ser mensurados pela economia clássica e estatísticas oficiais (Nobre, 2003; Moura; Moreno, 2013; Moreno, 2014).

Para Lope-Alzina (2004), as relações de gênero são consideradas a base da seleção de variedades locais, em que homens e mulheres decidem sobre a seleção, conforme suas preferências e interesses. Em Novo Horizonte, existe uma participação diferencial de homens e mulheres na seleção e conservação, o que implica diferentes responsabilidades, percepções e interesses sobre as variedades conservadas (Burg, 2017). Essas diferenças devem ser consideradas quando do planejamento de ações de conservação. Para Berg (1992) e Aguilar-Støen et al. (2008), embora as práticas de seleção possam ser exercidas por todos na comunidade, os níveis de sofisticação e conhecimento variam de acordo com o sexo e a idade, o que está de acordo com a perspectiva de acúmulo de conhecimento tradicional por agricultores mais idosos e da lógica do papel exercido dentro da divisão sexual do trabalho nas famílias do município. Nesse sentido, a indicação dos papéis de gênero na conservação de VCMP, em Novo Horizonte e na região Oeste, segue a lógica apontada por Aguilar-Støen et al. (2008) de que as culturas de lavoura ou comerciais são, geralmente, de responsabilidade dos homens, que tendem a valorizar mais os cultivos que darão retorno monetário. Para Tripp et al. (1998), as unidades familiares chefiadas por mulheres em Gana, na África, são mais propensas a plantar e conservar variedades tradicionais, e, conforme esta tradição, é destinada às mulheres a responsabilidade pela conservação das culturas do entorno ou miudezas, ligadas basicamente à alimentação das famílias, o que termina resultando no papel fundamental dessas mulheres na conservação da biodiversidade (Momsen, 2007). A constatação de que as mulheres têm um papel importante na seleção de sementes e são depositárias de germoplasma em Novo Horizonte e região também é consistente com o encontrado em outras regiões do mundo, como Nepal por Bajracharya (1994), Áustria por Vogl-Lukasser et al. (2010) e para Península Ibérica por Reyes-García et al. (2010).

O papel desempenhado pelas mulheres na seleção, manejo e conservação da agrobiodiversidade e nos sistemas produtivos agroecológicos implica positivamente a segurança e a soberania alimentar dos povos (Siliprandi; Cintrão, 2011). Para Bellon et al. (2003), as mulheres são as responsáveis e guardiãs da maioria das espécies conservadas, em particular, as estreitamente relacionadas com a autossuficiência e segurança alimentar da família, e para a escolha utilizam critérios como sabor, ciclo, cor, tempo de cozimento e facilidade de preparo. Em Novo Horizonte, o conhecimento das mulheres sobre as variedades faz com que assumam papel central na sua conservação e na segurança alimentar das famílias, como já apontado para outras regiões por Maxted et al. (1997), Machado et al. (2006) e Momsem (2007). Portanto, na região Oeste, o protagonismo das mulheres na seleção e conservação do milho-pipoca está intrinsecamente relacionado com a importância alimentar das VCMP e a lógica da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar.

Perspectivas sobre a continuidade na conservação de variedades crioulas

A cultura do milho-pipoca ainda é desvalorizada comercial e monetariamente, por ser considerada uma 'miudeza', com cultivo principalmente realizado por mulheres dentro do âmbito considerado doméstico e não comercial. Além disso, em Novo Horizonte, 50,9% das mulheres responsáveis pela conservação de VCMP têm idade superior a 50 anos e há poucos jovens envolvidos, o que mostra uma tendência de rompimento da sucessão geracional nos trabalhos de conservação.

Nesse sentido, o processo sucessório é reconhecido como a transferência de poder da gestão, do patrimônio material, histórico e sociocultural. No entanto, estudos mostram que atualmente existe uma forte tendência de ruptura na transmissão de saberes entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar (Stropasolas, 2011). Os diversos interesses e projetos de vida e as visões de mundo contrastantes entre os membros do grupo familiar têm gerado conflitos de

gerações no âmbito da agricultura familiar. Pesquisas realizadas por Aguiar e Stropasolas (2010) constataram que, de maneira geral, os principais conflitos intergeracionais se revelam no modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai e “chefe” de família; na dificuldade dos pais em aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as); na impossibilidade de os jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca participação dos(as) filhos(as) nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas.

Dessa forma, as entrevistas realizadas em Novo Horizonte não esclareceram especificamente os motivos dos jovens e das jovens não assumirem a conservação das VCMP. No entanto, sabe-se que as mulheres jovens têm sua condição social marcada pela falta de autonomia e de oportunidades de renda; que a recusa em seguir a profissão dos pais é uma consequência e tem comprometido a continuidade dos estabelecimentos familiares e, no caso de Novo Horizonte, a conservação da riqueza genética presente nas VCMP. Ainda assim, as mulheres agricultoras assumem a maioria das responsabilidades na seleção e na conservação principalmente das variedades mais antigas. Portanto, a situação de desvalorização e invisibilidade das mulheres, jovens e dos cultivos realizados por elas pode afetar a conservação das VCMP ao longo do tempo. Dessa forma, demanda-se que, na elaboração de políticas públicas e planos estratégicos de conservação, se incorpore a perspectiva de gênero, a valorização e visibilização do conhecimento e do trabalho das mulheres guardiãs.

A importância das VCMP conservadas pelas agricultoras do município e região toma ainda mais relevância na medida em que se está enfrentando esses grandes desafios para manutenção da conservação on farm de germoplasma das variedades crioulas. Por sua vez, o processo de modernização da agricultura tem exercido pressão e gerado a substituição parcial ou total de variedades localmente adaptadas por cultivares modernas, e, assim, colocado em risco a conservação on farm

(Garcia; Altieri, 2005; Baltazar et al., 2015) e consequentemente a conservação da diversidade genética presente nas variedades crioulas e locais (Garcia; Altieri, 2005; Grisa; Schneider, 2008) e do conhecimento associado a seu manejo. Essas mudanças na agricultura também têm impactado as práticas de autoconsumo (Sacco dos Anjos et al., 2010; Popkin et al., 2012). Dessa forma, se observa a passagem de um sistema diversificado de produção de alimentos para o alimento-mercadoria (Monteiro et al., 2013; Machado et al., 2016), em que a produção e a distribuição dos alimentos, das sementes e dos agroquímicos estão cada vez mais articuladas e controladas por seis empresas transnacionais (Popkin et al., 2012; Leão, 2013). No entanto, tem surgido um contraponto baseado em um sistema alimentar que propõe revalorizar os aspectos socioculturais (Popkin et al., 2012), retomar a comensalidade e promover a produção agroecológica. Essa perspectiva resgata a alimentação relacionada à história de vida das famílias, ao sabor do alimento, à reunião da família e ao consumo de alimentos não contaminados por agroquímicos. Esse movimento tem identificado que, em muitos locais, ainda se cultivam variedades crioulas e anualmente reserva-se parte da produção como semente para a próxima safra, a exemplo do constatado na região Oeste de Santa Catarina.

Dessa forma, o elevado número de variedades encontradas em Novo Horizonte, com elevada diversidade de tipos de grãos, a riqueza dos VUC e os demais aspectos socioculturais que agem no uso, na geração e conservação da diversidade de VCMP ressaltam a importância da seleção e conservação realizada pelas mulheres. As diferentes indicações de usos e a descrição das qualidades intrínsecas mostraram a importância do conhecimento tradicional na conservação on farm do germoplasma do milho-pipoca. Essas variedades são fundamentais para a segurança alimentar das famílias, e potenciais para uso em programas de melhoramento genético e desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção. A conservação on farm, no entanto, não se baseia unicamente na conservação do germoplasma existente, mas nas condições que permitem o desenvolvimento de

novos germoplasmas (Bitocchi et al., 2009). Portanto, ressalta-se mais uma vez a importância do desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção e a continuidade na transmissão intergeracional do conhecimento sobre o manejo para continuidade dos processos de conservação de germoplasma. A grande diversidade genética mantida em conservação nos quintais e roças, onde há uma grande diversidade interespecífica e intraespecífica, mostra a valorização dessas ações em manter e amplificar a variabilidade genética (Peroni; Hanazaki, 2002).

Considerações finais

Na região Oeste Catarinense, a presença de uma grande diversidade de VCMP, selecionadas e conservadas de forma dinâmica pelas agricultoras de origem pluriétnica, está, também, fortemente associada a aspectos socioculturais e ao uso tradicional na alimentação humana. De forma geral, a conservação on farm de variedades crioulas para autoconsumo, realizada pelas agricultoras, pode ser associada às estratégias que garantam a segurança alimentar das famílias e, desse modo, às suas estratégias de reprodução social, ao mesmo tempo à resistência ao abandono dessas variedades para a adoção de cultivares modernas e ao papel que as mulheres agricultoras exercem na seleção e conservação. Essas famílias tradicionalmente priorizam acessar sementes de VCMP nas relações próximas e de confiança, intensificando, dessa forma, o fluxo de sementes entre vizinhos e parentes, bem como a transmissão do patrimônio genético e cultural dentro das famílias por meio da herança, do conhecimento associado ao uso, manejo e conservação de germoplasma, o que garante autonomia em relação aos sistemas agroalimentares modernos. Portanto, as agricultoras são imprescindíveis na conservação e diversificação de VCMP e devem ser reconhecidas pelo seu papel na domesticação das plantas, na conservação de recursos genéticos, no conhecimento e cultura associados, tal como já preveem o Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos para a Alimentação e Agricultura (Tirfaa/ FAO) e a Pnapo no Brasil.

Referências

- AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- AGUILAR-STØEN, M. **Gardens in the forest: peasants, coffee and biodiversity in Candelaria Loxicha, Oaxaca, Mexico**. 2008. PhD (Doctoral) – Norwegian University of Life Sciences, As, Norway.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I.; HENAO, A.; LANA, M. A. Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 35, n. 3, p. 869-890, 2015.
- ANDERSON, E.; CUTLER, H. C. Races of *Zea mays*: I. Their recognition and classification. **Annals of the Missouri Botanical Garden**, v. 29, n. 2, p. 69-88, 1942. DOI: [10.2307/2394331](https://doi.org/10.2307/2394331).
- ARAÚJO, C. Milho pipoca tem potencial ainda para ser explorado. **Jornal Eletrônico da Embrapa Milho e Sorgo**, Ano 1, edição 3, dez. 2007.
- ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- BAJRACHARYA, B. **Gender issues in Nepali agriculture: a review**. Kathmandu, Nepal: Ministry of Agriculture/International, 1994. (Research Report, 25).
- BALTAZAR, M.; ESPINOZA, L. C.; BANDA, A. E.; MARTÍNEZ, J. M. de la F.; TIZNADO, J. A. Z.; GONZÁLEZ GARCÍA, J.; GUTIÉRREZ, M. A.; RODRÍGUEZ, J. L. G.; DÍAZ, O. H.; HORAK, M. J.; MARTÍNEZ, J. I. M.; SCHAPAUGH, A. W.; STOJŠIN, D.; MONTES, H. R. M.; GARCÍA, F. Z. Pollen-mediated gene flow in maize: implications for isolation requirements and coexistence in Mexico, the Center of Origin of Maize. **PloS one**, v. 10, n. 7, p. e-0131549, July 2015. DOI: [10.1371/journal.pone.0131549](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0131549).
- BELLON, M. R.; BERTHAUD, L.; SMALE, M.; AGUIRRE, J. A.; TABA, S.; ARAGÓN, F.; DÍAZ, J. CASTRO, H. Participatory landrace selection for on-farm conservation: an example from the Central Valleys of Oaxaca, Mexico. **Genetic Resources and Crop Evolution**, v. 50, p. 401-416, June 2003.
- BENIN, S.; SMALE, M.; PENDER, J. **Explaining the diversity of cereal crops and varieties grown on household farms in the highlands of northern Ethiopia**. Washington, DC: Cabi Publishing, 2006.
- BERG, T. Indigenous knowledge and plant breeding in Tigray, Ethiopia. **Forum for Development Studies**, v. 19, n. 1, p. 13-22. 1992. DOI: [10.1080/08039410.1992.9665903](https://doi.org/10.1080/08039410.1992.9665903).
- BITOCCHI, E.; NANNI, L.; ROSSI, M.; RAU, D.; BELLUCCI, E.; GIARDANI, A.; BUONAMICI, A.; VENDRAMIN, G. G.; PAPA, R. Introgression from modern hybrid varieties into landrace populations of maize (*Zea mays* ssp. *mays* L.) in central Italy. **Molecular Ecology**, v. 18, p. 603-621, 2009. DOI: [10.1111/j.1365-294X.2008.04064.x](https://doi.org/10.1111/j.1365-294X.2008.04064.x).

BOEF, W. S. de.; THIJSSSEN, M. H.; OGLIARI, J. B.; STHAPIT, B. R. (org.).

Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre: L&PM, 2007. 271 p.

BRIEGER, F. G.; GURGEL, J. T. A.; PATEMIANI, A.; BLUMENSCHIN, A.; ALLEONI, M. R. **Races of maize in Brazil and other eastern South American countries.** Washington, DC: National Academy of Sciences – National Research Council, 1958. 283 p. (Publication, 593).

BURG, I. C. **As estratégias de conservação on farm e as ameaças de erosão genética e do conhecimento associado às variedades crioulas de milho de agricultores familiares do município de Novo Horizonte - SC.** 2017. 371 f. Tese (Doutorado) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BURG, I. C.; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 1522-1528, fev. 2007.

CANCI, A.; VOGT, J. A.; CANCI, I. J. A. **A diversidade de espécies crioulas em Anchieta – SC: diagnóstico resultado de pesquisa e outros apontamentos para a conservação da agrobiodiversidade.** São Miguel do Oeste: Mclee, 2004. p. 212.

CASTRO, F. P. Resgate e conservação de sementes crioulas: uma iniciativa do grupo de intercâmbio em agricultura sustentável em Mato Grosso do Sul. In: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL, 3., 2010, Corumbá, MS. **Anais...** Corumbá, MS, 2010.

CLEMENT, C. R.; ROCHA, S. F. R.; COLE, D. M.; VIVAN, J. L. Conservação on farm. In: NASS, L. L. (ed.). **Recursos genéticos vegetais.** Brasília, DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2007. p. 511-544.

COSTA, F. M.; SILVA, N. C. de A.; OGLIARI, J. B. Maize diversity in southern Brazil: indication of a microcenter of *Zea mays* L. **Genetic Resources and Crop Evolution**, v. 64, p. 681-700, [2016]. DOI: [10.1007/s10722-016-0391-2](https://doi.org/10.1007/s10722-016-0391-2).

CRUZ, J. C.; PEREIRA FILHO, I. A.; QUEIROZ, L. R. **Milho: cultivares para 2013/2014: quatrocentas e sessenta e sete cultivares de milho estão disponíveis no mercado de sementes do Brasil para a safra 2013/2014.** 2014. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, [2014]. Disponível em: <http://www.cnpms.embrapa.br/milho/cultivares/index.php>. Acesso em: 16 jun. 2017.

DOEBLEY, J. Molecular evidence and the evolution of maize. **Economic Botany**, v. 44, p. 6-27, July 1990.

DURAN, L. A.; BLAIR, M. W.; GIRALDO, M. C.; MACCHIAVELLI, R.; PROPHETE, E.; NIN, J. C.; BEAVER, J. S. Morphological and molecular characterization of common bean landraces and cultivars from the Caribbean. **Crop Science**, v. 45, n. 4, p. 1320-1328, 2005. DOI: [10.2135/cropsci2004.0501](https://doi.org/10.2135/cropsci2004.0501).

EHRlich, P. R.; RAVEN, P. H. Butterflies and plants: a study in coevolution. **Evolution**, v. 18, n. 4, p. 608, 1964. DOI: [10.1111/j.1558-5646.1964.tb01674](https://doi.org/10.1111/j.1558-5646.1964.tb01674).

EMPERAIRE, L.; ROBERT, P. de; SANTILLI, J.; ELOY, L.; VELTHEM, L. van; KATZ, E.; LOPEZ, C.; ANNE-AQUES, A. E.; CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. Diversité agricole et patrimoine dans le moyen Rio Negro (Amazonie brésilienne). **Les Actes Bureau Ressources Génétiques**, n. 7, p. 139-153, 2008.

FAO. **El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación**. Rome, 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i2050s.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

FAO. **Plan de Acción Mundial**: para la conservación, la utilización sostenible de los recursos genéticos forestales. Rome, [2017].

FAO. **The State of Food and Agriculture**: social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty. Rome, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4910e.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

FAOSTAT. **Statistical databases and data-sets of the Food and Agriculture Organization of the United Nations**. 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#home>. Acesso em: 3 mar. 2018.

GARCIA, M. A.; ALTIERI, M. A. Transgenic crops: implications for biodiversity and sustainable agriculture. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 25, n. 4, p. 335-353, 2005. DOI: [10.1177/0270467605277293](https://doi.org/10.1177/0270467605277293).

GODFRAY, H. C. J.; BEDDINGTON, J. R.; CRUTE, I. R.; HADDAD, L.; LAWRENCE, D.; MUIR, J. F.; PRETTY, J.; ROBINSON, S.; THOMAS, S. M.; TOULMIN, C. Food security: the challenge of feeding 9 billion people. **Science**, v. 327, n. 5967, p. 812-818, 2010. DOI: [10.1126/science.1185383](https://doi.org/10.1126/science.1185383).

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./ jun. 2008. DOI: [10.1590/S0103-20032008000200008](https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000200008).

GROBMAN, A.; BONAVIA, D.; DILLEHAY, T. D.; PIPERNO, D. R.; IRIARTE, J.; HOLST, I. Pre-ceramic maize from Paredones and Huaca Prieta, Peru. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 109, n. 5, p. 1755-1759, 2012. DOI: [10.1073/pnas.1120270109](https://doi.org/10.1073/pnas.1120270109).

GUADAGNIN, C. A.; GUADAGNIN, C. M. I. E; CANCI, A.; COSSA, D. Kit diversidade: uma alternativa sustentável na produção de alimentos para autoconsumo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, set. 2007.

HARLAN, J. R. **Crops and man**. 2nd ed. Madison: American Society of Agronomy: Crop Science Society of America, 1992.

HOWARD, P. L. Women and the plant world: an exploration. In: HOWARD, P. L. (org.). **Women & Plants**: Gender Relations in Biodiversity Management & Conservation. London: Zed Books, 2003. p. 1-48.

HOWARD, P. L. **The major importance of 'minor' resources**: women and plant biodiversity. London: International Institute for Environment and Development, 2016.

IBGE. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2010_v37_br.pdf. Acesso: 12 mar. 2017.

INHETVEEN, H. Women pioneers in farming: a gendered history of agricultural progress. *Sociologia Ruralis*, v. 38, n. 3, p. 265-284, Dec. 2002. DOI: [10.1111/1467-9523.00078](https://doi.org/10.1111/1467-9523.00078).

JARVIS, D. I., T.; HODGKIN, T.; STRAPIT, B. R.; FADDA, C.; LOPEZ-NORIEGA, L. An heuristic framework for identifying multiple ways of supporting the conservation and use of traditional crop varieties within the agricultural production system. *Critical Reviews in Plant Sciences*, v. 30, n. 1-2, p. 125-176, 2011. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1080/07352689.2011.554358>. Acesso: em 2 fev. 2016.

JOSHI, K. D.; BIGGS, S.; GAUCHAN, D.; DEVKOTA, K. P.; STHAPIT, B. R. **The evolution and spread of socially responsible technical and institutional innovations in a rice improvement system in Nepal**. [Germany], 2006. (Discussion Paper, 8).

KIST, V.; OGLIARI, J. B.; MIRANDA FILHO, J. B.; ALVES, A. C. Genetic potential of a maize population from Southern Brazil for the modified convergent-divergent selection scheme. *Euphytica*, v. 176, p. 25-36, July 2010.

KUHNEN, S.; LEMOS, P. M. M.; CAMPESTRINI, L. H.; OGILARI, J. B.; DIAS, P. F.; MARASCHINO, M. Carotenoid and anthocyanin contents of grains of Brazilian maize landraces. *Journal of the Science of Food and Agriculture*, v. 91, n. 9, p. 1548-1553, 2011. DOI: [10.1002/jsfa.4346](https://doi.org/10.1002/jsfa.4346).

LEÃO, M. (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: Abrandh, 2013. 263 p.

LOPE-ALZINA, D. G. Gendered production spaces and crop varietal selection: case study in Yucatán, Mexico. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 28, n. 1, p. 21-38, Feb. 2007. DOI: [10.1111/j.1467-9493.2006.00274.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-9493.2006.00274.x).

LOPE-ALZINA, D. **Gender relations as a basis for varietal selection in production spaces in Yucatan, Mexico**. 2004. 115 f. Thesis (Doctorate) – Wageningen University, Holanda.

LOUETTE, D.; CHARRIER, A.; BERTHAUD, J. In situ conservation of maize in Mexico: genetic diversity and maize seed management in a traditional community. *Economic Botany*, v. 51, n. 1, p. 20-38, 1997.

LOUETTE, D.; SMALE, M. **Genetic diversity and maize seed management in a traditional mexican community**: implications for in situ conservation of maize. Mexico, DF: Cimmyt, 1996. (NRG Paper 96-03).

LOUETTE, D.; SMALE, M. **Genetic diversity and maize seed management in a traditional Mexican community**: implications for in situ conservation of maize. CIMMYT, 1996.

LOUETTE, D.; SMALE, M. Farmers' seed selection practices and traditional maize varieties in Cuizapala, Mexico. *Euphytica*, v. 113, n. 1, p. 25-41, 2000.

MACHADO, A. T.; JOSÉ. A. N.; CYNTHIA, T.; LUCIANO, L. N.; BATERO, F. C. da R. Mejoramiento participativo en maíz: su contribución en el empoderamiento comunitario en el municipio de Muqui, Brasil. **Agronomía Mesoamericana**, v. 17, n. 3, p. 393-405, 2006.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T.; NASS, L. L. Manejo da diversidade genética e melhoramento participativo de milho em sistemas agroecológicos. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, p. 127-136, 2011.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 2, 505-515, Apr./June 2016. DOI: [10.1590/S0104-12902016151741](https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741).

MARZALL, K. Fatores geradores da agrobiodiversidade: influências socioculturais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 237-240, fev. 2007.

MAXTED, N.; HAWKES, J. G.; GUARINO, L.; SAWKINS, M. Towards the selection of taxa for plant genetic conservation. **Genetic Resources and Crop Evolution**, v. 44, n. 4, p. 337-348, 1997.

MCCLINTOCK, B.; KATO, T. A.; BLUMEN, S. A. **Chromosome constitution of the races of maize**: its significance in the interpretation of relationships between races and varieties in the americas. Mexico: Chapingo, 1981.

MELO, H. P. de; DI SABBATO, M. R. L. **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília, DF: MDA, 2009.

MIRANDA, D. S.; SILVA, R. da; TANAMATI. A. A. C.; CESTARIA, L. A.; SCAPIM, M. R. Avaliação da qualidade do milho-pipoca. **Revista Tecnológica**, p. 13-20, 2012. DOI: [10.4025/revtecnol.v0i0.14950](https://doi.org/10.4025/revtecnol.v0i0.14950).

MOMSEN, J. H. Gender and agrobiodiversity: introduction to the special issue. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 28, n.1, p.1- 6, 2007. DOI: [10.1111/j.1467-9493.2006.00272](https://doi.org/10.1111/j.1467-9493.2006.00272).

MONTEIRO, C. A.; MOUBARAC, J. C.; CANNON, G.; NG, S. W.; POPKIN, B. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. **Obesity Reviews**, v. 14, n. 2, p. 21-28, 2013.

MORENO, R. A economia na agenda política do feminismo In: MORENO, R. (org.). **Feminismo, economia e política**: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, 2014.

MOURA, M. C. D.; MORENO, R. F. C. A Interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais no Sertão do Apodi. **Mediações**, v. 18, n. 2, p. 28, 2013.

NOBRE, M. Diálogos entre economia solidária e economia feminista. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). **A produção do viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003. p. 91-101.

OAKLEY, E.; MOMSEN, J. H. Women and seed management: A study of two villages in Bangladesh. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 28, n. 1, p. 90-106, 2007. DOI: [10.1111/j.1467-9493.2006.00278.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-9493.2006.00278.x).

OGLIARI J. B.; KIST, V.; CANCI, A. The participatory genetic enhancement of a local maize variety in Brazil. In: BOEF W. S. de (ed.). Community biodiversity management, promoting resilience and the conservation of plant genetic resources. **Routledge**, Edição 1, p. 265-271, 2013.

OLIVEIRA-FREITAS, F.; BENDEL, G.; ALLABY, R. G.; BROWN, T. A. DNA from primitive maize landraces and archaeological remains: implications for the domestication of maize and its expansion into South America. **Journal of Archaeological Science**, v. 30, n. 7, p. 901-908, July 2003. DOI: [10.1016/S0305-4403\(02\)00269-8](https://doi.org/10.1016/S0305-4403(02)00269-8).

OSÓRIO, G. T. **A dinâmica da conservação de variedades crioulas no oeste catarinense**: um estudo a partir de alface e radice em Anchieta e Guaraciaba/SC. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) – Universidade Federal de Santa Catarina.

PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas: Experiência em Agroecologia**, v. 6, n. 4, p. 4-8, 2009.

PADMANABHAN, M. Women and men as conservers, users and managers of agrobiodiversity. A feminist social-ecological approach. **Journal of Socio-economics**, v. 40, n. 6, p. 968-976, 2011. DOI: [10.1016/j.socrec.2011.08.021](https://doi.org/10.1016/j.socrec.2011.08.021).

PATERNIANI, E.; GOODMAN, M. M. **Races of maize in Brazil and adjacent areas**. Mexico: Cimmyt, 1977. 95 p.

PELWING, A. B.; FRANK, L. B.; BARROS, I. I. Sementes crioulas: o estado da arte no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 391-420, 2008.

PERALES, H.; GOLICHER, D. Mapping the diversity of maize races in Mexico. **PloS one**, v. 9, n.12, Dec. 2014. DOI: [10.1371/journal.pone.0114657](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0114657).

PEREIRA NETO, L. G.; TEIXEIRA, F. F.; JOSE, S. C. Coleção de base de germoplasma e milho. In: WORKSHOP DE CURADORES DE GERMOPLASMA DO BRASIL, 1., 2011, Campinas. **Anais...** Campinas, 2011.

PERONI, N.; ARAUJO, H. F. P.; HANAZAKI, N. Métodos ecológicos na investigação etnobotânica e etnobiológica: o uso de medidas de diversidade e estimadores de riqueza. In: ALBUQUERQUE, U.; LUCENA, R.; CUNHA, L. (org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: Nupea, 2010. p. 257-276.

PERONI, N.; HANAZAKI, N. Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation systems in the Brazilian Atlantic Forest. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 92, n. 2-3, p. 171-183, 2002.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, n. 24, p. 149-184, 2006.

POPKIN, B. M.; ADAIR, L. S.; NG, S. W. Global nutrition transition and the pandemic of obesity in developing countries. **Nutrition Reviews**, v. 70, n. 1, p. 3-21, 2012. DOI: [10.1111/j.1753-4887.2011.00456.x](https://doi.org/10.1111/j.1753-4887.2011.00456.x).

PULEO, A. H. **Ecofeminismo para otro mundo posible**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2014.

REYES-GARCÍA, V. The relevance of traditional knowledge systems for ethnopharmacological research: theoretical and methodological contributions. **Journal of ethnobiology and ethnomedicine**, v. 6, Article number 32, 2010.

ROSA, H. S. R.; GIL, A. M.; SANTACRUZ-VARELA, A.; MIRANDA, S. C.; CÓRDOVA, T. C. Diversidad morfológica de maíces nativos del Valle de Puebla. **Agricultura Técnica en México**, v. 34, n. 2, p. 189-200, 2008.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; HIRAI, W. G. Mudanças nas práticas de autoconsumo dos produtores familiares: estudo de caso no sul do Brasil. **Revista Agroalimentaria**, v. 16, n. 30, p. 115-125, 2010.

SADIKI, M.; JARVIS, D.; RIJAL, D.; BAJRACHARYA, J.; HUE, N. N.; CAMACHO-VILLA, T. C.; BURGOS-MAY, L. A.; SAWADOGO, M.; BALMA, D.; LOPE, D.; ARIAS, L.; MAR, I.; KARAMURA, D.; WILLIAMS, D.; CHAVEZ-SERVIA, J. L.; STHAPIT, B.; RAO, V. Nombres de las variedades: un punto de entrada a la diversidad genética de los cultivos ya su distribución en los agroecosistemas? In: JARVIS, D. I.; PADOCH, C.; COOPER, H. D. (ed.). **Manejo de la biodiversidad en los ecosistemas agrícolas**. New York: Columbia University Press, 2011. p. 37-81.

SÁNCHEZ, G. J. J.; GOODMAN, M. M.; STUBER, C. W. Racial diversity of maize in Brazil and adjacent areas. **Maydica**, v. 52, n. 1, p. 13-30, 2007.

SANTOS, F. S.; AMARAL JÚNIOR, A. T.; FREITAS JÚNIOR, S. de P.; RANGEL, R. M.; PEREIRA, G. P. Predição de ganhos genéticos por índices de seleção na população de milho-pipoca UNB- 2U sob seleção recorrente. **Bragantia**, v. 66, n. 3, p. 389-396, 2007. DOI: [10.1590/S0006-87052007000300004](https://doi.org/10.1590/S0006-87052007000300004).

SASSE, S. **Caracterização de variedades locais de milho procedentes de Anchieta - SC quanto à resistência a *Exserohilum turcicum***. 2008. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SAWAZAKI, E.; PATERNIANI, M. E. Evolução dos cultivares de milho no Brasil. In: GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. (ed.). **Tecnologias de produção de milho**. Viçosa, MG: Ed. da Universidade Federal de Viçosa, 2004. p. 55-83.

SCHMITZ, P. I.; GAZZANEO, M. O que comia o Guarani pré-colonial. **Revista de Arqueologia**, v. 6, n. 1, p. 89-105, 2017. DOI: [10.24885/sab.v6i1.84](https://doi.org/10.24885/sab.v6i1.84).

SHIVA, V. **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia**. Madrid: Horas y horas, 1955.

SILIPRANDI, E. **Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. Brasília, DF: IICA/NEAD, 2013.

SILIPRANDI, E. Pobreza rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Edição Especial, p. 21-27, ago. 2012.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. P. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Cadernos de Debate** - Segurança Alimentar e Nutricional, v. 18, n. 2, 12-32, 2011. DOI: [10.20396/san.v18i2.8634675](https://doi.org/10.20396/san.v18i2.8634675).

SILVA, N. C. A. **Conservação, diversidade e distribuição de variedades locais de milho e seus parentes silvestres no extremo Oeste de Santa Catarina, Sul do Brasil**. 2015. 228 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, N. C.; VIDAL, R.; OGLIARI, J. B. New popcorn races in a diversity microcenter of *Zea mays* L. in the Far West of Santa Catarina, Southern Brazil. **Genetic Resources and Crop Evolution**, p. 1-14, Aug. 2016.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

TRIPP, R.; WALKER, D. J.; OPOKU-APAU, A.; DANKYI, A. A.; DELIMINI, L. L. **Seed management by small-scale farmers in Ghana: a study of maize and cowpea seed in the Brong-Ahafo and Volta Regions**. Chatham, UK: Natural Resources Institute, 1998. (Bulletin, 68).

TSEGAYE, B. The significance of biodiversity for sustaining agricultural production and role of women in the traditional sector: the Ethiopian experience. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 62, n. 2, p. 215-227, 1997. DOI: [10.1016/S0167-8809\(96\)01134-6](https://doi.org/10.1016/S0167-8809(96)01134-6).

VIGOUROUX, Y.; GLAUBITZ, J. C.; MATSUOKA, Y.; GOODMAN, M. M.; SÁCHES, G. J.; DOEBLEY, J. Population structure and genetic diversity of New World maize races assessed by DNA microsatellites. **American Journal of Botany**, v. 95, n. 10, p. 1240-1253, 2008. DOI: [10.3732/ajb.0800097](https://doi.org/10.3732/ajb.0800097).

VOGL-LUKASSER, B.; VOGL, M. G.; HECLER, S. Plant species with spontaneous reproduction in homegardens in eastern Tyrol (Austria): Perception and management by women farmers. **Ethnobotany Research and Applications**, v. 8, p. 1-15, 2010.

ZEVEN, A. C. Landraces: a review of definitions and classifications. **Euphytica**, v. 104, p. 127-139, June 1998.

Capítulo 11

Mulheres, trabalho e segurança alimentar no Marajó, estado do Pará

Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral
Katiúscia Miranda Fernandes
Ruth Silva Corrêa
Marcos dos Santos Silva





Introdução

A alimentação humana é vital para os processos de produção e reprodução da vida e envolve dimensões que não se restringem somente ao fenômeno biológico, da nutrição, do físico, mas que envolvem também elementos socioculturais. A produção de estudos em torno do interesse da alimentação tem nos mostrado, a partir de variados temas e campos de conhecimentos, os múltiplos significados que esse tipo de estudo assume no campo social (Maluf, 2007; Poulain, 2013; Menasche, 2015). Maluf (2007), ao ressaltar a questão da segurança alimentar e nutricional¹ – entendida aqui como a garantia de acesso universal regular e permanente a alimentos básicos seguros e de qualidade e em quantidade suficientes para o desenvolvimento integral do ser humano, tendo como base práticas alimentares sustentáveis –, aponta o estabelecimento da relação da identidade cultural contida nas formas de produzir, nas escolhas, na sua preparação e consumo e do importante papel exercido pelas mulheres nesse contexto.

A produção de alimentos direcionados ao consumo é parte fundamental de estratégias de reprodução social desenvolvidas por muitas famílias do meio rural e é indissociável da história das mulheres.

¹ A Lei nº 11.346/2006 (Brasil, 2006) cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. O Decreto nº 7.272/2010 (Brasil, 2010) institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) e dá outras providências.

Conforme apontam vários estudos sobre o meio rural, as mulheres circulam entre os espaços da casa, do quintal, da roça, dentre outros, integrando produção e reprodução, pois estão efetivamente presentes em diferentes atividades de trabalho como uma espécie de “coringa”². Suas tarefas nem sempre estão voltadas para a obtenção de renda, mas são fundamentais para a reprodução do grupo familiar, como aquelas ligadas aos cuidados com a saúde, conservação ambiental e à produção de alimentos. São tarefas centradas na sustentabilidade da vida. Porém, essa participação foi secundarizada para a sociedade ao longo da história.

Os estudos sobre a questão de gênero têm mostrado que a divisão sexual dos papéis ou da posição social de mulheres e homens não é natural: é uma construção social, que pode ser mudada. A referência às formas como se organiza a divisão do trabalho entre homens e mulheres é uma espécie de modelo histórico e social, em que são reservados às mulheres os trabalhos voltados para a “reprodução” do “privado” e aos homens, os da esfera da “produção” do “público”. Essa divisão é fruto das representações que atribuem significados diferenciados e hierarquizados aos indivíduos, com maior valorização das atividades realizadas pelos homens do que as executadas pelas mulheres e crianças, isso tudo reforçado e produzido pela cultura (Sarti, 2003; Hirata; Kér goat, 2007).

De maneira geral, as atribuições que cabem às mulheres como nos diz Maneschy (2013, p. 166) “são variadas, sempre associadas à produção de condições materiais e sociais para a manutenção da família”, e, no caso das atividades “produtivas”, por serem, na maioria das vezes, realizadas em ritmos e tempos múltiplos, e muitas das vezes sem envolver renda monetária, contribuem para reforçar sua invisibilidade e sua percepção como de posição menor para a sociedade.

O fato de as atividades de trabalho voltadas para a alimentação serem definidas socialmente como uma responsabilidade pessoal das

² A autora se refere à expressão “coringa” como “um elemento que pode ser recorrido para realizar diferentes trabalhos, na agricultura, na casa, na socialização dos filhos, na confecção de artefatos domésticos...” (Alencar, 1993, p. 78).

mulheres por via do trabalho doméstico – caracterizado como espaço de “dona de casa”, “obrigação de mulher” e geralmente “não realizado sob condições mercantis” (Maneschy, 2001; Carrasco, 2008) – faz com que não sejam identificadas com o status de trabalho, mesmo que sejam atividades vitais para o grupo familiar. O reconhecimento, a valorização e a visibilidade do trabalho feminino devem receber devida importância na construção de políticas públicas que satisfaçam as necessidades humanas.

Várias pesquisas realizadas na Amazônia, com perspectivas de gênero e trabalho, têm mostrado valiosas experiências das mulheres nas práticas da produção agroextrativista e suas contribuições para promoverem a sustentabilidade da vida (Wolff, 1999; Maneschy, 2001; Cardoso, 2007; Mota et al., 2008; Simonian, 2011; Amaral, 2016). De acordo com esses estudos, os conhecimentos mobilizados sobre os recursos naturais e práticas que as mulheres vão construindo em seus territórios são primordiais à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais dos quais dependem para aportar o autoconsumo, garantir saúde da família, renda para o grupo familiar e segurança alimentar.

Wolff (1999, p. 79) afirma que mulheres, trabalho e família são categorias “inseparáveis” quando queremos compreender a questão do trabalho feminino. É no contexto das estratégias familiares, segundo a autora, que ganham sentido as diversas atividades exercidas pelas mulheres, nas quais elas (as mulheres) podem ser vistas como “produtivas”. A autora, em estudo etnográfico sobre a história das mulheres do Alto Juruá, estado do Acre, observou que, no período de 1890 a 1945, embora as mulheres não fizessem parte, visivelmente, das tarefas consideradas “produtivas” dos seringais, elas desenvolviam neles atividades que possibilitavam sua sobrevivência. Era um sistema do qual elas estavam excluídas ideologicamente. As tarefas realizadas³ só passavam a ser atividades consideradas “peças-chaves” no momento

3 Entre as várias atividades realizadas, destacam-se: “colher coquinhos para defumar a borracha, colher leite da estrada cortada pelo marido enquanto este vai caçar, criar galinhas que só são mortas em caso de extrema necessidade ou de alguma visita importante, costurar as roupas e etc.” (Wolff, 1999, p. 80).

em que se viam esses trabalhos como importantes para a manutenção da família e para a relação da família com o mercado.

O presente capítulo evidencia o trabalho realizado coletivamente por um grupo de 20 mulheres de uma comunidade da mesorregião do Marajó, situada na Amazônia paraense, as quais se organizaram para ofertar alimentação de qualidade e em quantidade suficiente para a escola local e garantir melhorias de renda, por meio de ações mais respeitosas com o meio ambiente e de cuidado com a saúde.

A pesquisa é fruto das atividades realizadas no período de abril de 2018 a fevereiro de 2019 no âmbito do projeto intitulado Mulheres Marajoaras: inclusão produtiva e sustentabilidade, desenvolvido pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), em parceria com organizações locais: Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acuti-pereira (Ataa), Associação dos Moradores da Gleba Acuti-pereira (Asmoga) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Breves. O projeto envolveu ações de fortalecimento de práticas das atividades produtivas locais realizadas pelas famílias, com foco no protagonismo feminino.

As informações de campo foram coletadas em processos participativos de planejamento e capacitações do projeto, que contou com uso de algumas ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (matriz de distribuição das tarefas entre homens e mulheres, relógio da rotina diária, entrevistas, intercâmbios de conhecimentos entre mulheres das comunidades das glebas Acangatá, Alto Camarapi, Joana Peres II, Jacaré-Puru e Acuti-pereira), além de registros de áudio e imagens. Ao lado disso, uma busca de literatura existente acerca de informações sobre a região, dados censitários e discussões teóricas sobre gênero, trabalho e elementos socioantropológicos da alimentação foram mobilizados.

Este estudo procura contribuir para o conhecimento sobre estratégias para a promoção da segurança alimentar e nutricional na Amazônia, as quais visam à manutenção e diversificação dos ingredientes da cultura alimentar local sem uso de agrotóxicos, (re)conhecendo

e valorizando a inserção produtiva de mulheres para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Localização da área de estudo

A *Amazônia Marajoara* – como chama Pacheco (2018) para afirmar sobre as diferenças e especificidades existentes na região amazônica, sem esquecer as semelhanças e complexidades da realidade entre municípios que a compõe – é localizada na região norte do estado do Pará e cercada pelos rios Amazonas e Tocantins e pelo Oceano Atlântico. É a mesorregião reconhecida com o maior arquipélago flúvio-marinho do mundo, além de uma parte continental. Comporta vários *Marajós*⁴. São 16 municípios de dimensões complexas e distintos contextos, os quais formam as microrregiões, divididas assim: 1) microrregião do Arari – Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Pontas de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure; 2) microrregião do Furo de Breves – Afuá, Anajás, Breves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista; e 3) microrregião de Portel – Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. Este estudo se desenvolve especificamente em uma comunidade *ribeirinha*, chamada Santo Ezequiel Moreno, do município de Portel⁵, tendo como municípios limítrofes: Melgaço, ao norte; Oeiras do Pará, a leste; Itupiranga e Porto de Moz, ao sul; e Senador José Porfírio, a oeste.

Breve caracterização da comunidade de Santo Ezequiel

Trata-se de uma comunidade em área de várzea, localizada às margens do Rio Acuti-pereira, que faz parte do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Acuti-pereira (Peaex). Criado em 2018, o assentamento possui 65.640 ha e integra 368 famílias distribuídas

4 Corroborar-se o termo pluralizado por Pacheco (2018) por entender que esse espaço não é dotado de uma identidade natural única, homogênea. Muito pelo contrário; abarca complexidade de realidades físicas, humanas, históricas e culturais existentes entre os municípios conformadores das regiões de campos e florestas. Segundo dados do Censo 2010, a população é de 52.172 mil habitantes, a maioria vivendo em áreas rurais, IBGE (2010).

5 É situado na região dos Furos, ao sul/sudoeste do arquipélago. Dista 278 km de Belém, capital do estado. Aproximadamente 50% de sua população vivem na zona rural. As fontes de renda do município são o extrativismo de madeira e a agricultura de subsistência, sobretudo o cultivo da mandioca (Ramos et al., 2006).

em 18 comunidades. A população dessas comunidades é formada por agricultores familiares, agroextrativistas e pescadores.

Nesse local as famílias desenvolvem diferentes atividades, com destaque para o extrativismo do açaí e da produção da farinha da mandioca como atividades principais do sistema de produção. Na vida diária, estas atividades são organizadas e distribuídas entre os membros do grupo considerando sua composição, do ciclo de vida, do gênero das pessoas, dos acordos estabelecidos, do tempo que elas dispõem para desempenhá-las, e isso se expressa em papéis sociais e perspectivas diferenciadas entre homens e mulheres.

Atualmente, a comunidade de Santo Ezequiel abriga 40 famílias, compostas por pessoas que são parentes entre si, quase sempre nascidos no mesmo local ou em outras localidades do Marajó.

Em cada casa, são abrigadas, atualmente, entre uma e nove pessoas. A composição apresenta como tipo majoritário a família composta por um casal, que compreende o marido e a mulher, unidos pelo casamento civil e/ou religioso ou vivendo "juntos", sem filhos ou com filhos. Embora a composição pela presença do casal e filhos é a forma mais tradicional de organização familiar no Brasil, outras combinações são encontradas em Santo Ezequiel, com contornos diversificados em relação a parentes.

Os primeiros moradores do Acuti-pereira, de acordo com as informações do *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Rio Acuti-pereira* (Ramos et al., 2006) datadas do início do século 20, eram de origem nordestina. O processo migratório pode ser explicado por fatores ligados ao extrativismo do látex da seringueira, buscando terra e trabalho para sobreviver. Naquele momento inicial de ocupação, as estradas de seringa foram fundamentais para a delimitação das posses. Com o fim do ciclo da borracha, as explorações do palmito e da madeira passaram a ser os referenciais para estabelecimento de limites de respeito das posses.

As casas estão dispostas ao longo da margem do rio. Como é padrão nesse lugar, assim como em outras comunidades em áreas de

várzea, são construídas, em sua maioria, de madeira, com o teto em fibrocimento. As casas encontram-se em torno de uma igreja, uma pequena agroindústria de frutas, um centro comunitário, uma escola e da Cozinha Agroextrativista Iaçá⁶ (Figura 1).

A comunidade possui um histórico de pressões sobre o seu território, dado o grande potencial florestal e de recursos naturais nela presente (Ramos et al., 2016; Paiva et al., 2017). Assim como outras comunidades no município, os moradores enfrentam várias privações

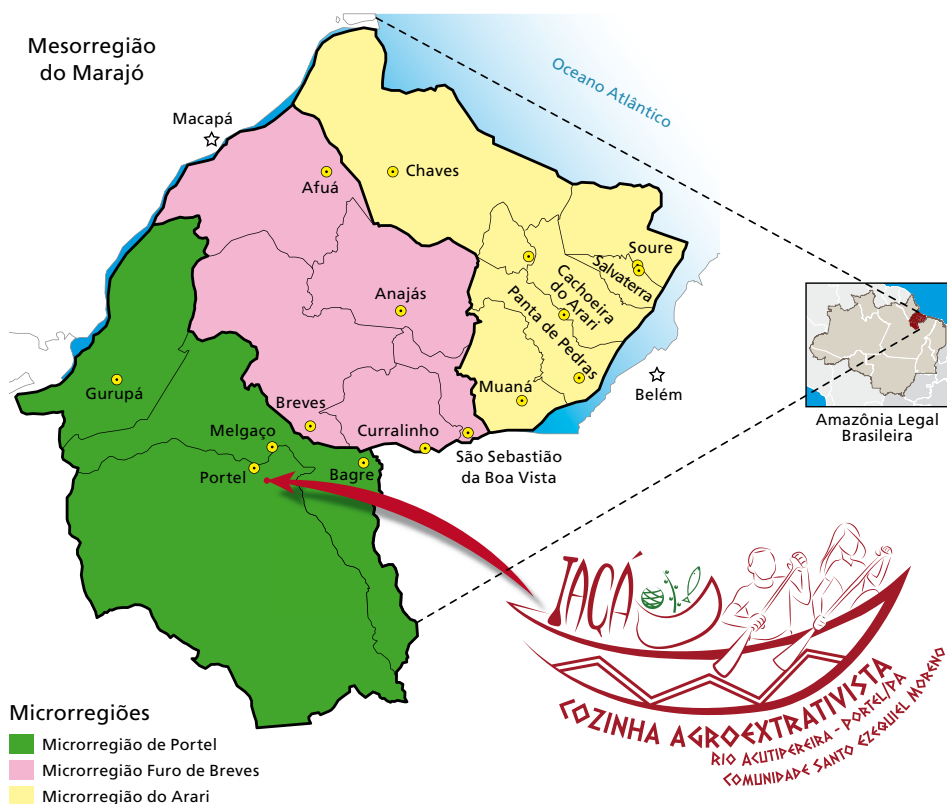


Figura 1. Mapa de localização da Cozinha Agroextrativista Iaçá, Rio Acuti-pereira, Portel, PA.

Fonte: Instituto Internacional de Educação do Brasil (2019).

6 É compreendida como um espaço de experimentações e de formação para os grupos de mulheres envolvidos com a culinária local, tornando-se referência para as demais comunidades.

sociais pela ausência e/ou baixa efetividade de políticas públicas que valorizem e incentivem as alternativas produtivas agroextrativistas locais, pelas condições precárias de prestação de serviços sociais básicos, dependência de atravessadores e pelo desmatamento ilegal. Esses fatores têm provocado a transformação de paisagem, afetando a diversidade de espécies presentes (animais e vegetais). Situação que se reflete nos baixos indicadores socioeconômicos e ambientais do município.

Não é à toa que o município de Portel ocupou o oitavo lugar, em 2019, na lista dos municípios que mais desmataram na Amazônia Legal e está entre os quatro municípios que mais contribuíram para o desmatamento no estado do Pará (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2019).

Essa situação tem provocado transformações no ambiente e na socioeconomia das populações residentes, afetando, inclusive, a diversidade, a qualidade da dieta alimentar e a saúde de seus moradores, além de dificultar a geração de renda para os comunitários.

Apesar desse quadro preocupante, as famílias que lá vivem têm procurado diminuir esses impactos negativos a partir de ações de parcerias com associações locais, organizações não governamentais (ONGs) e instituições de ensino, pesquisa e extensão para fortalecer seu principal objetivo: manter a vida nesse lugar e defender seu território.

Assim, estratégias coletivas para o sistema produtivo e de segurança alimentar são elaboradas e executadas. Dentre elas, a recuperação dos açaizais nativos⁷, a implementação de sistemas agroflorestais, a implantação de uma miniagroindústria de frutos, o emprego de práticas agroecológicas, como adubação orgânica, a criação de um fundo solidário e autogestionário chamado de Fundo Solidário Açaí. Criado

7 Atualmente a comunidade abriga o Centro de Referência do Manejo de Açaizais no Marajó (Manejaí). O centro é fruto de uma articulação institucional entre a Embrapa Amazônia Oriental, a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), as Associações do Peaex Acuti-pereira (Ataa e Asmoga), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Tem como objetivo central contribuir para o desenvolvimento sustentável.

em 2012 e gerenciado pela própria comunidade, com apoio da Ataa, o fundo é baseado num arranjo simples: na safra do açaí, a cada lata coletada e comercializada, o agricultor ou agricultora que efetuou a venda doa R\$ 2,00 para o fundo, que é usado principalmente para investir em infraestrutura e diversificação produtiva (Paiva, 2017).

Voltando às estratégias de enfrentamento de produção e consumo, por meio da iniciativa de conservação florestal e de produção diversificada, os moradores perceberam que a escola seria um espaço fundamental para formação de valores e hábitos de vida e de equipamento de segurança alimentar. São destacados: a) o protagonismo das mulheres com seus conhecimentos acumulados; b) a sustentabilidade própria da organização social local; e c) a oportunidade de inserir os produtos aos programas governamentais de aquisição de gêneros alimentícios: Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)⁸. Esses ingredientes foram fundamentais para colocar em prática a ideia de fortalecer a economia local e valorizar produtos do território, acessando novos mercados e contribuindo para um debate mais amplo sobre a garantia de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Começando devagar para colher frutos mais tarde

Até pouco tempo a alimentação servida à mesa a alunos(as) da única escola da comunidade de Santo Ezequiel Moreno incluía, principalmente, produtos industrializados e de poucos nutrientes (sucos artificiais, biscoitos, mortadela, charque e enlatados), proporcionando o distanciamento entre o alimento e a natureza e desconectando os consumidores locais de seu universo biocultural (Poulain, 2013; Toledo; Barrera-Bassolst, 2015). Como diz uma moradora da região:

Estávamos perdendo a cultura de usar produtos do nosso próprio quintal e começamos a desenvolver a cultura de comprar. É mais rápido!

⁸ Os programas PAA e Pnae são programas governamentais de aquisição de alimentos. Ambos têm como base comum a compra institucional local de produtos da agricultura familiar para ações de segurança alimentar e nutricional. Os beneficiários desses programas são produtores de alimentos da agricultura familiar e os consumidores de alimentos (estudantes e usuários de entidades da rede socioassistencial) (Cunha et al., 2017).

Mas com o tempo fomos ver que na própria escola, a alimentação era tudo embutido: tinha suco de caju em garrafa, frango de granja, charque, soja... tudo ultra processado. Como pode isso? Se aqui tem boa parte dos alimentos fresquinhos e sem veneno (comunicação pessoal)⁹.

É sabido do importante papel social e econômico que a agricultura familiar exerce no País. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)¹⁰, esse segmento rural é responsável por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa. Porém, em geral, sofre com a ausência ou o baixo acesso a estratégias de inserção produtiva dos agroextrativistas no mercado, fazendo que alimentos oriundos dessa produção sejam poucos valorizados e inseridos no mercado local. Portanto, dar resposta concreta para diminuir o uso de produtos industrializados e aumentar a possibilidade de acesso a produtos locais de qualidade tornam-se fundamentais.

Essa situação de insegurança alimentar vivenciada pelos moradores de Santo Ezequiel Moreno tem se alterado nos últimos anos em decorrência do esforço coletivo, especialmente das mulheres, como produtoras de alimentos, para garantir a inclusão de alimentos locais de qualidade e saudáveis no cardápio escolar.

Em 2018, oito famílias foram desafiadas pela Secretaria Municipal de Educação de Portel a ofertar seus produtos para seis escolas municipais do recente Peaex, por meio da venda ao Pnae e do PAA. Esses programas são considerados pelos moradores como canais que garantem a venda dos produtos e fortalecem a produção da agricultura familiar.

No entanto, os moradores perceberam que a comunidade não dispunha de condições necessárias de infraestrutura para o beneficiamento da produção, para o armazenamento e o transporte necessários para essas entregas, e, por isso, não poderiam honrar com o compromisso de abastecer as seis escolas existentes. Como enfatizou uma

9 Sônia Almeida, integrante do projeto na comunidade de Santo Ezequiel Moreno, Pará, 2019.

10 Ver mais detalhes em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1043666/>.

liderança local, o senhor Teofro, durante as primeiras reuniões de planejamento de ações do projeto Mulheres Marajoaras: “Naquele momento avaliamos que era preciso começar devagar para colher frutos mais tarde” (comunicação pessoal)¹¹. Mesmo sabendo da oportunidade de fortalecer suas práticas agroextrativistas, de diversificar a renda e o sistema agrícola, além de valorizar seus produtos sem uso de agrotóxicos na merenda escolar, os moradores decidiram dividir a demanda da prefeitura entre oito famílias da comunidade, mas com responsabilidade de abastecer apenas a escola local.

O apoio do Fundo Solidário Açaí em meados de 2018 possibilitou a construção da cozinha agroindustrial na comunidade de Santo Ezequiel, batizada pelos moradores de Cozinha Agroextrativista laçá em referência ao principal produto da comunidade (o açaí), favorecendo a mobilização das mulheres para se organizar e acessar novos mercados com mais autonomia. Juntando com as ações previstas do projeto desenvolvido pelo IEB, foi possível a aquisição de equipamentos e utensílios para a cozinha comunitária, a realização de encontros de capacitação em boas práticas de manipulação de alimentos, intercâmbios, orientações de uso de equipamentos e instrumentos internos de gestão e governança. Ao longo da semana, exceto aos sábados e domingos, 13 famílias da comunidade ofertam produto ao Pnae.

Da Cozinha laçá, são preparados diariamente para a merenda escolar: bolos, sucos, pães, tapioquinha, beiju, batata-doce, batata-acará, farinha e frutas.

A construção agroextrativista da Cozinha laçá como ferramenta de novas possibilidades

Cotidianamente, um grupo de 20 mulheres da comunidade utiliza o espaço para o beneficiamento de vários produtos, advindos da roça, mata, quintais e do rio para atender à demanda da prefeitura e para vender os produtos em feiras e eventos. Assim, vão se

¹¹ Relato do senhor Teofro, nas reuniões do projeto Mulheres Marajoaras em Assentamento Acuti-pereira, Ilha de Marajó, em 2018.

organizando a partir de uma tabela de dias fornecida pelo grupo de controle da coordenação da cozinha para a entrega dos produtos ao Pnae e PAA.

Antes da construção da estrutura física da Cozinha láçá, a venda acontecia de forma individual e coordenada pelo grupo da associação e do Fundo Açaí. Após algumas reuniões internas, o grupo consolidou uma estrutura de funcionamento da cozinha comunitária, composta da seguinte forma:

- Coordenação – é composta por três mulheres, responsáveis pelas finanças e pelos contratos, assim como pela representação institucional.
- Controle da entrega da alimentação – envolve duas mulheres, que administram a escala da entrega da merenda escolar (manhã e tarde) e outras demandas solicitadas à cozinha. Além disso, monitoram a qualidade da produção e auxiliam no melhoramento e padronização dos produtos.
- Estocagem da matéria-prima – administra o estoque de matéria-prima para o preparo das receitas diárias. Por fim, todos os dias há um número variado de mulheres, dependendo da escala diária e da demanda de entrega, as quais se encarregam do preparo da merenda escolar e da limpeza do espaço físico e dos utensílios diários.

Com o novo espaço instalado, as mulheres preparam o cardápio da merenda escolar coletivamente, mas ainda mantêm sob sua responsabilidade o trabalho da casa e atividades do sistema de produção. As tarefas de preparação da alimentação são consideradas, no local, do âmbito feminino e interpretadas muitas vezes apenas como extensão das atividades domésticas, mesmo que essas atividades representem uma dimensão importante para composição do orçamento familiar e contribuam para sua autonomia financeira.

Algumas mulheres dizem que, para garantir a demanda diária do mercado institucional e o uso da cozinha, se baseiam em uma escala construída em conjunto com a coordenação da cozinha e elaboram

arranjos em casa para garantir participação. Em casa, dependendo das circunstâncias e da idade dos membros da unidade familiar, compartilham as atividades domésticas e dos cuidados dos filhos com outros membros da família, principalmente entre as filhas, embora mencionem receber apoio dos homens, sobretudo aquelas que possuem filhos menores. Apesar do pouco tempo de existência da cozinha, elas começam a perceber a necessidade de compartilhar as tarefas da casa, sobretudo, quando precisam se ausentar por mais tempo da comunidade para participar de eventos e processos formativos.

O envolvimento direto dos homens nas atividades da produção para o mercado institucional ocorre no abastecimento de diversas matérias-primas, a partir de diferentes frentes de trabalho (plantio, colheita, manejo, etc.). As tarefas de preparação das receitas são realizadas pelas mulheres e contam com auxílio de algumas filhas, quando estas não estão na escola ou envolvidas nos afazeres domésticos.

Produtos agroextrativistas

Os produtos agroextrativistas que servem de base para a preparação da alimentação na Cozinha laçá são baseados na diversificação e na utilização de estratégias que combinam a exploração de diferentes recursos naturais (vegetal e animal), com destaques para as frutas, hortaliças, aves e produtos de base florestal. Os produtos vegetais são de áreas de uso comum do assentamento (áreas do açaí manejado) e dos quintais e roças.

A mandioca, a macaxeira e o açaí são destaques na dieta local e na transformação em subprodutos para a venda, além da abóbora e do bacuri. Os produtos são transformados em diversos subprodutos: 1) à base de mandioca – farinha, farinha de tapioca, beiju, beiju-de-baré, tucupi, mingau de tapioca, bolo de tapioca; 2) à base de macaxeira – coxinha, bolo, pão doce, quindim, pizza, empada; 3) à base de açaí – coxinha, pão, pizza, bolo, mingau, doce, licor, creme, suco e sorvete; e 4) à base de abóbora – mingau, bolo, pão, creme, sorvete e coxinha.

Saberes, sabores e diversidade

A realização de intercâmbios de conhecimentos promovidos pelo projeto com assessoria técnica e com outras mulheres de comunidades próximas (glebas Acangatá, Alto Camarapi, Joana Peres II, Jacaré-Puru e Acuti-pereira) possibilitou identificar os desafios e as potencialidades de acessar mercados curtos como as “feiras agroecológicas” no município e fora dele. As mulheres são enfáticas ao dizer que a iniciativa tem oportunizado melhorar os aprendizados e a importância de plantar sem uso de insumos químicos:

[...] se a gente não planta não tem como transformar o produto com qualidade e saudável (comunicação pessoal)¹².

Às vezes a gente não sabe tudo, não tem a criatividade, mas quando encontra as colegas companheiras parece que abre uma luz para lembrar e criar novamente.

Com o trabalho coletivo propiciado pela Cozinha Iaçá, as mulheres estão se aperfeiçoando no preparo da alimentação, diversificando e ressignificando os produtos locais a fim de diminuir a inserção de produtos ultraprocessados. Um exemplo dessa prática é a elaboração de um livro contendo 20 receitas (re)criadas a partir do conhecimento culinário prévio dessas mulheres.

Outro destaque é para as lembranças acionadas dos aprendizados, que estão deixando de ser transmitidas de geração para geração, pois os hábitos locais vão se perdendo em razão da oferta de produtos industrializados, que estão cada vez mais presentes na comunidade:

Eu lembro da minha mãe, da minha avó faziam um caldinho de folha, escaldado com pirão para trazer a alegria de volta. Tudo isso vai se perdendo se a gente não resgatar as receitas e plantar. (comunicação pessoal)¹³.

Isso quer dizer que a alimentação não abrange somente a dimensão biológica, envolve elementos social e simbólico. Nesse ínterim, os

12 Maria Cláudia, integrante do projeto em Santo Ezequiel Moreno, Pará, 2019.

13 Maria Luiza, integrante do projeto em Santo Ezequiel Moreno, Pará, 2019.

encontros de trocas de conhecimentos têm sido fundamentais para a (re)criação de receitas que valorizam elementos de pertencimentos e de identidade própria e específica da comunidade (Menasche, 2015), avançando em forma de qualidade para substituir as frituras por produtos assados e usando cada vez menos produtos externos para preparação dos pratos para autoconsumo e venda.

Considerações finais

Os produtos para a venda ao mercado, oriundos dos quintais, roças, matas, transformados em diferentes subprodutos, expressam a importância do trabalho das mulheres para diminuir a inserção de produtos industrializados ofertados aos alunos(as). Além disso, contribuem para a manutenção e valorização dos ingredientes da cultura alimentar local, mesmo que os alimentos tenham ganhado diferentes apresentações e misturas, mas que continuam fazendo parte da vida social, cultural e econômica da comunidade.

Além disso, por conta de parcerias estabelecidas pela comunidade, foi possível proporcionar a participação das mulheres em diferentes eventos fora do município, como: 1) a *Semana do Meio Ambiente* da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) em Belém, onde foram convidadas para facilitar uma oficina sobre a culinária da Cozinha laçá; 2) apresentação da experiência da cozinha a outros grupos que prospectam a inclusão socioprodutiva de grupos de mulheres no estado do Amapá; 3) a *Feira Socioambiental* da Caixa Econômica Federal e o *Congresso Internacional de Etnobiologia*, promovido pelo Museu Paraense Emilio Goeldi, ambos realizados em Belém. Nos dois eventos os produtos da Cozinha laçá foram comercializados.

Esses movimentos, além de dar visibilidade à iniciativa das mulheres aumentando sua autoestima, abriram possibilidade de novos contatos e representam mais uma opção de nicho de mercado ao grupo de mulheres nesses eventos, evitando, assim, a venda a atravessadores.

Assim, as mulheres seguem colaborando para a garantia da segurança alimentar e nutricional, para a ampliação de possibilidades de autonomia financeira e empoderamento, garantindo um lugar no debate local de desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Referências

- ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G; LEITÃO, W. M.; MELLO, A. F. (org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 63-81.
- AMARAL, W. R. S. **No vai e vem das marés, o movimento da vida: mulheres, família e trabalho na ilha de Quianduba, Abaetetuba, PA**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -- Universidade Federal do Pará, Pará.
- BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2010.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 2006.
- CARDOSO, D. M. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007. DOI: [10.1590/S0104-026X2007000200016](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200016).
- CARRASCO, C. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, M. L.; TITO, N. **Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: SOF, 2008.
- CUNHA, W. A. da; FREITAS, A. F. de; SALGADO, R. J. dos S. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, jul./set. 2017. DOI: [10.1590/1234-56781806-94790550301](https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301).
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132. p. 595-609, set./dez. 2007. DOI: [10.1590/S0100-15742007000300005](https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005).
- IBGE. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/portel/pesquisa/23/25124?detalhes=true>. Acesso em: 8 jun. 2020.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB. **Receitas da Culinária Aroextrativista**. Brasília, DF: Mil Folhas, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAIS. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes)**. 2019. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e nutricional com valorização da cultura alimentar. In: MIRANDA, D. S. de; CORNELI, G. (org.). **Cultura e alimentação: saberes alimentares e sabores culturais**. São Paulo: Sesc, 2007. p. 143-150.

MANESCHY, M. C. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, M. J. J. (org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Ed. da EDUFPA, 2001. p. 165-196.

MENASCHE, R. (org.). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. (Série Estudos e Pesquisa).

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; FERNANDES, T. Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba no nordeste e norte do Brasil. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 5/8, p. 53-70, 2008. DOI: [10.18542/raf.v0i5-8.4471](https://doi.org/10.18542/raf.v0i5-8.4471).

PACHECO, A. S. Cartografia & Fotoetnografia das águas: modos de vida e de luta na Amazônia Marajoara. **Iluminuras**, v. 19, n. 46, p. 63-98, 2018. DOI: [10.22456/1984-1191.85243](https://doi.org/10.22456/1984-1191.85243).

PAIVA, J. D.; MIRANDA, K.; SILVA, R. C. Experiência do Fundo Solidário Açaí de Portel. In: MIRANDA, K.; POTIGUAR, M.; MOARES, M.; MENDONÇA, R.; SILVA, R. C. (org.). **Embarca Marajó: estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: Mil Folhas, 2017. p. 59-100.

POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. 285 p.

RAMOS, C. A. Acuti Pereira: quantos frutos de açaí valem um palmito? In: CASOS de ensino sobre manejo florestal comunitário na Amazônia. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2016. p. 37-48.

RAMOS, C. A.; MELO, P.; NASCIMENTATO, R.; LACERDA, T. (org.). **Diagnóstico sócio-econômico-ambiental do Rio Acuti-Pereira, município de Portel no Estado do Pará**. Belém, 2006. Relatório interno. Disponível em: <https://rl.art.br/arquivos/4331518.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

SARTI, C. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: Ed. da UFPA/NAEA, 2001.

SISTEMA DE ALERTA DE DESMATAMENTO - SAD. Out. 2018. Disponível em: https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/transparencia_florestal/Boletim%20SAD%20outubro%202018.pdf. Acesso em: 3 jul. 2019.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2015. 272 p.

WOLFF, C. S. **Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

Capítulo 12

Mulheres, agroecologia, alimentação e nutrição: caminhando juntas pela soberania alimentar

Islandia Bezerra
Michelle Jacob
Veruska Prado Alexandre-Weiss





Introdução

As discussões sobre os impactos das práticas de produção e processamento de alimentos sobre a saúde humana e ambiental são crescentes. Distintas áreas do conhecimento vêm incorporando debates e produzindo evidências científicas acerca do tema, dentre eles: dizimação de insetos, aves e outros organismos vivos; contaminação do solo, do ar, de rios, lagos e mares; riscos ocupacionais aos quais estão expostos os trabalhadores e trabalhadoras; maior prevalência de doenças associadas ao consumo de alimentos contaminados nas etapas de produção-colheita-processamento; perpetuação de padrões dietéticos não saudáveis relacionados ao consumo de alimentos ultraprocessados, dentre outros (Monteiro et al., 2013; Carneiro et al., 2015; Frison, 2017).

Nesse cenário, o debate sobre o papel da agroecologia como estratégia para promoção da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar vem sendo fortalecido. A agroecologia configura-se como alternativa que permite bem alimentar e nutrir as pessoas, cuidando da saúde humana e ambiental, promovendo sistemas agroalimentares sustentáveis de forma holística, estabelecendo outra conexão na relação sociedade-natureza. Algumas autoras brasileiras vêm abordando em seus trabalhos a relação entre a agroecologia e uma alimentação adequada e saudável, aproximando, assim, os temas

da soberania alimentar, equidade de gênero e em saúde, bem como justiça social e ambiental com a ciência da Nutrição sob a ótica do direito humano à alimentação adequada (DHAA) (Azevedo, 2004; Rigon, 2005; Navolar, 2007; Costa, 2010, 2015, 2016, 2017; Pacheco, 2015; Schottz et al., 2015; Giordani et al., 2017).

Neste capítulo, buscar-se-á refletir sobre esses desafios que passam a construção e a consolidação de sistemas agroalimentares sustentáveis e sua relação com a ciência da Nutrição. Para tanto, serão feitas referências às primeiras intersecções entre agroecologia, alimentação e nutrição, enquanto campo de conhecimento (formação) e prática (profissional), mediante a consulta dos marcos normativos e institucionais, bem como experiências acadêmicas que remarcam as lutas, resistências e enfrentamentos na construção desse conhecimento no âmbito da ciência da Nutrição, destacando, assim, o papel das mulheres em materializar as estratégias em ações que religuem e conectam esse campo.

Inicia-se com uma síntese sobre como as intersecções entre agroecologia, alimentação e nutrição aparecem nos registros descritos nos relatórios finais das conferências de segurança alimentar e nutricional (SAN). Essa escolha é feita pelo argumento de que os debates gerados e registrados nas conferências de SAN também influenciaram a formação em Nutrição no Brasil, estimulando a adoção de abordagens que superassem a predominância de um olhar biológico sobre os aspectos da alimentação e nutrição.

As experiências acadêmicas aqui apresentadas se inserem em atividades de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão que hoje são desenvolvidas no campo da Nutrição, mais especificamente em três universidades públicas dos estados do Paraná (Sul), Goiás (Centro-Oeste) e Rio Grande do Norte (Nordeste). Em que pese uma relativa ausência de um aprofundamento teórico no que diz respeito à abordagem de gênero nesses projetos, considerou-se que tais experiências oportunizaram trazer para a reflexão e debate no cotidiano (acadêmico) a perspectiva feminista de ser/fazer/estar. Por meio das experiências apresentadas, busca-se, portanto, responder às seguintes questões:

- a) Como experiências inseridas na ciência da Nutrição vêm colaborando para fortalecer o debate da agroecologia e o protagonismo das mulheres nos sistemas agroalimentares?
- b) Como a relação entre a agroecologia, alimentação e nutrição, a partir das experiências relatadas, potencializa ações cotidianas de soberania alimentar e, ao mesmo tempo, visibiliza o trabalho das mulheres?

Mulheres e agroecologia – caminhos da construção das intersecções entre agroecologia, alimentação e nutrição

As conferências nacionais de políticas públicas assumiram um papel potente e fundamental de definição de agenda pública prioritária no Brasil, principalmente após a redemocratização no País na década de 1980 (Romão, 2014). A *Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* (CNSAN) também se insere nesse contexto de institucionalização da participação social, tendo contribuído substancialmente para a construção do arcabouço conceitual e político da SAN no Brasil (Oliveira, 2017). A definição de lemas e os debates empreendidos nas CNSANs dialogam com temas disciplinares do campo da saúde e agricultura, mas também avançam ao estabelecer conexões com debates sobre questões climáticas, desenvolvimento, economia, cultura, etc. (Rocha; Alexandre-Weiss, 2019). Essa visão mais integral e intersectorial sobre a SAN influencia também a formação profissional e gera movimentos de reformulação dos conteúdos e das práticas de ensino, pesquisa e extensão dentro das universidades.

A construção de intersecções entre agroecologia, alimentação e nutrição foi também guiada pelas contribuições das CNSANs. No total, foram realizadas cinco conferências de SAN no Brasil. A *I Conferência* foi realizada em 1994, intitulada *Fome: a Questão Nacional*, e explicitava a necessidade de criar e reformular as políticas públicas para estabelecer outra relação com as dimensões da produção e consumo de alimentos. Os registros disponíveis no relatório da *I Conferência Nacional de Segurança Alimentar* – que ainda não adotava o termo

nutricional – não denotam a perspectiva da agroecologia como uma abordagem para essa conexão produção e consumo (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 1995). A *II CNSAN*, intitulada *A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, foi realizada em 2004. A referência à agroecologia está associada ao fortalecimento da produção local/regional, no que diz respeito aos hábitos e cultura alimentar e na preservação da biodiversidade. O projeto político pedagógico e os currículos de graduação e pós-graduação em Saúde e Nutrição devem contemplar temas associados à SAN e à agroecologia (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2004).

Já a *III CNSAN*, realizada em 2007, teve como tema *Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*. Essa conferência elaborou as bases da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e seus eixos temáticos foram posteriormente incorporados como diretrizes dessa política, conforme disposto no art. 3º do Decreto nº 7.272/2010. Diferente das conferências anteriores, esta teve como percurso metodológico a organização dos debates por eixos temáticos – a saber: 1) Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento; 2) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN); e 3) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), cujo objetivo era a construção do Sisan previsto na Lei Orgânica de SAN (Losan) nº 11.346 de 2006 (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2007).

A agroecologia, pela primeira vez, é referenciada de forma explícita na diretriz 2 do eixo temático 2 do relatório final da *III CNSAN* – Estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos. No item Promoção da Agroecologia, são apresentadas 11 propostas de ações e estratégias que podem incidir em processos de transição agroecológica e no fortalecimento das unidades produtivas já existentes. Outra abordagem importante do relatório final da *III CNSAN* diz respeito ao eixo temático 1 – SAN nas Estratégias de Desenvolvimento, que problematiza a conexão entre agroecologia, alimentação e nutrição a partir de várias dimensões, tais como:

a) o padrão produtivo altamente tecnificado associado à concentração de terras, bem como a outros meios de produção, e à utilização massiva de agrotóxicos; b) o sistema de abastecimento nacional, cujo modelo adotado prioriza os produtos ultraprocessados e beneficia grandes empresas do setor de varejo; c) a não valorização da agricultura familiar, em especial aquela de base agroecológica, que impõe à sociedade um modelo de consumo alimentar insalubre; d) o perfil epidemiológico e de saúde da população, cujas doenças relacionadas à má alimentação estão cada vez mais presentes (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2007).

A IV CNSAN, realizada no ano de 2012, teve como tema central *Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos* e foi organizada a partir de três eixos temáticos (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2012). Dentre as proposições aprovadas no eixo 1 – Avanços, ameaças e perspectivas para a realização do DHAA e da soberania alimentar, explicitamente se faz referência ao papel das políticas públicas na articulação de sistemas agroalimentares saudáveis, os quais dentre outras características assumem a valorização da agricultura orgânica e/ou agroecológica como pilares para a sustentabilidade (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2012).

No eixo 2, que versa sobre o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), mais especificamente na diretriz 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, faz-se destaque à oferta de alimentos para grupos em situação de vulnerabilidade. A conexão entre agroecologia, alimentação e nutrição foi mencionada em conjunto com a necessidade de se fortalecer o papel estratégico dos equipamentos públicos de abastecimento, alimentação e nutrição (Epan), como: restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, por exemplo. Essa ação possibilitaria melhor acesso à alimentação adequada e saudável das populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e cita como ação concreta a “inclusão das feiras e mercados populares, agroecológicos e de economia solidária como equipamentos públicos

de abastecimento, alimentação e nutrição” (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2012, p. 44). A diretriz 2 – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentável de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos – traz como proposta a promoção da agroecologia, proteção e valorização da agrobiodiversidade (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2012).

A V CNSAN, em 2015, teve como tema *Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar*. A este foram associados subtemas agrupados em três eixos temáticos: 1) Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; 2) Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcances da política pública no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional; e 3) Fortalecimento do Sisan (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2015). Uma característica que marcou a V Conferência foi a metodologia adotada que envolveu a votação de propostas prioritárias vinculadas a subtemas dos eixos temáticos. Os subtemas 2 – Evolução da produção agroalimentar e suas repercussões ambientais, sociais e no padrão alimentar, e o 8 – Processos permanentes de educação alimentar e nutricional e de preservação dos conhecimentos tradicionais: pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada (DHAA) – apresentaram referência explícita ao campo de intersecção entre agroecologia, alimentação e nutrição que este capítulo destaca (Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 2015).

Essa síntese de contribuições das CNSANs às intersecções entre agroecologia, alimentação e nutrição buscou destacar o chamado para uma atuação de base sistêmica e intersetorial. Nesse contexto, seja no campo do conhecimento da Saúde (aqui, no caso, a Nutrição), seja em outros relacionados à produção e ao processamento de alimentos como as Ciências Agrárias (tais como as Ciências dos Alimentos, Engenharias Agrônoma e de Alimentos), bem como outras áreas do conhecimento, a formação disciplinar e fechada nos conteúdos clássicos das áreas pode ser uma barreira para se alcançar uma atuação

sistêmica, integrada e intersetorial sobre a SAN, o DHAA e a soberania alimentar, registrada nos debates das CNSANs. Dentre os temas estruturantes para as intersecções entre agroecologia, alimentação e nutrição que se destacam a partir das conferências de SAN estão a biodiversidade, as mulheres na produção de alimentos e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Os sistemas de produção agroecológica contribuem para melhorar a segurança alimentar e a nutrição humana, e amplia o número de espécies nativas utilizadas na alimentação para mitigar os problemas relacionados à dieta monótona e resgatar o valor cultural dessas espécies, frequentemente relacionados aos saberes dos povos tradicionais (Frison, 2016; FAO, 2017). Nesses termos, trabalhar a perspectiva da agroecologia relacionando à sua potencialidade como mantenedora da biodiversidade, alinhando a isso práticas alimentares que promovam e resgatem técnicas de preparo e consumo de alimentos, pode vir a ser um caminho viável para materializar ações cotidianas de soberania alimentar com vistas a uma nutrição adequada.

Seguindo essa construção, convém mencionar o papel que as mulheres ocupam nos sistemas agroalimentares. As mulheres são reconhecidas como aquelas que assumem o protagonismo do ser/fazer da relação agroecologia, alimentação e nutrição uma realidade possível. Sobre essa assertiva, Esteve (2017) demonstra o papel fundamental das mulheres em materializar tais ações. Segundo a autora, entre 60% e 80% da produção de alimentos nos países do Hemisfério Sul é realizada por mulheres. Já o *Atlas das mulheres rurais da América Latina e do Caribe* destaca o papel crucial das mulheres no campo da produção, processamento, distribuição, comercialização e, por conseguinte, consumo de alimentos (Nobre; Hora, 2017). O protagonismo das mulheres se materializa na produção, reprodução e troca de saberes ligados à memória histórica dos povos e ao manejo agroecológico. Como exemplo, podem-se citar: produção e conservação de sementes, de plantas e ervas de usos medicinais e plantas alimentícias não convencionais; coleta de alimentos; cuidado de rebanhos e de pequenos animais e também na obtenção de água. No que diz respeito ao processamento

de alimentos, elas assumem a tarefa de manter e reproduzir técnicas de preparo e práticas alimentares cotidianas, constituindo-se, portanto, como guardiãs da cultura alimentar e garantindo, assim, um patrimônio imaterial de saberes (Campos et al., 2014; Esteve, 2017; Nobre; Hora, 2017).

Além disso, as mulheres também são responsáveis por uma parcela significativa da comercialização dos alimentos (in natura e processados). No entanto, mesmo diante desse protagonismo, a contribuição delas para construção e fortalecimento de sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e mais equitativos não é reconhecida, chegando a ser invisibilizada. A isso soma-se, ainda, o baixo acesso que elas têm aos meios de produção, como o quantitativo de terras sob seu controle, além dos diversos entraves relacionados à educação e à participação política (Esteve, 2017; Nobre; Hora, 2017).

Reconhece-se, todavia, que, ao longo das últimas décadas, programas e políticas públicas impulsionaram processos transformadores na relação agroecologia, alimentação e nutrição e o reconhecimento do papel das mulheres. Cita-se, como exemplo, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), que traz em uma das suas sete diretrizes a intenção de contribuir para redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres (Brasil, 2012). Essa referência às mulheres na Pnapo é mais um indicativo da influência da agroecologia na construção de um projeto de sociedade mais justo e equitativo. A partir dessas constatações, pode-se inferir que a presença das mulheres – em vários países do mundo – e, sobretudo, permeando as várias dimensões dos sistemas agroalimentares, possui significativa relevância nas ações cotidianas da soberania alimentar dos povos.

Ainda nessa dimensão, convém referenciar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – mediante a Lei nº 11.947 (Brasil, 2009) – e a, já mencionada, Pnapo, que, para além do recorte de gênero, têm se constituído como janelas de oportunidades fomentando estratégias reais para a

superação da condição de insegurança alimentar, tanto das populações rurais quanto das populações urbanas, alinhando de forma prática a agroecologia na relação produção-consumo de alimentos. Salienta-se ainda que a concretização dessas ações públicas – em que pese suas limitações operacionais – contou com o apoio fundamental dos movimentos e organizações sociais.

Esses temas exemplificam, concretamente, as ações que trazem a relação da agroecologia com a alimentação e nutrição, e de como estas assumem um campo de intersecção amplo no qual as abordagens centradas e construídas por mulheres podem também contribuir para a construção de práticas integradas e intersetoriais de SAN, de promoção do DHAA e da soberania alimentar.

A próxima seção abordará algumas experiências, vinculadas a cursos de graduação em Nutrição, que reportam o desafio de construir uma prática com abordagem sistêmica e integrada que conecte agroecologia, alimentação e nutrição com ênfase ao papel das mulheres. Nem todas as experiências adotaram a abordagem feminista como guia ou referencial inicial de planejamento, porém, nos relatos, é possível identificar e compreender que, em algum momento da sua trajetória, se reconhece a perspectiva feminista como sendo um potencial a ser explorado, sobretudo para garantir uma melhor conexão entre agroecologia, alimentação e nutrição.

Das experiências que conectam agroecologia, alimentação e nutrição e o protagonismo das mulheres para promover a soberania alimentar

O Plano Nacional de SAN, 2016–2019 (Brasil, 2016), destaca a necessidade de as universidades atuarem na formação de recursos humanos com habilidades para implementação de mudanças nos sistemas agroalimentares sensíveis à nutrição, alinhando a essa perspectiva análises que evidenciem as questões de gênero nesse campo. Corroborando esse entendimento, esta seção traz elementos que vêm contribuindo com processos formativos em três cursos de graduação

em Nutrição. Assim, as experiências aqui elencadas serão trazidas em forma de relatos vivenciados por um grupo de professoras de distintas universidades federais de três estados e regiões diferentes do Brasil. Pode-se considerar que tais iniciativas são inovadoras no campo da ciência da Nutrição, já que viabilizam o debate sobre aspectos conceituais e práticos aplicados aos temas da agroecologia, alimentação e nutrição sob a ótica da soberania alimentar, com a perspectiva feminista para o campo técnico de atuação profissional, a partir das dimensões do ensino, pesquisa e extensão. Convém mencionar, ainda, que essas ações ocorrem em diálogo com a sociedade civil organizada – de organizações e movimentos sociais, bem como outros coletivos que pautam alguma representatividade das diversas entidades do campo e da cidade.

A relação da produção-consumo de alimentos ressignificada no processo de ensino-aprendizagem para uma convergência agroecológica

Cada vez mais, a relação do sistema agroalimentar pautado na elaboração de produtos processados e ultraprocessados – que, por sua vez, são industrialmente artificializados (em cor, textura e sabor) e barateados a partir de aditivos (químicos e sintéticos) e coadjuvantes tecnológicos – distancia-nos do entendimento de saúde humana e do que seria uma comida saudável e referenciada culturalmente, provocando novos arranjos nas formas contemporâneas do comer e do nutrir. O sistema agroalimentar vigente, portanto

[...] manipula as escolhas, as decisões e as compreensões de mundo com vistas a manter o status quo; que por meio de alienação e criação de mecanismos de dependência, controla e suprime a participação de grupos e segmentos sociais não hegemônicos [...] no processo de produção, circulação e consumo de alimentos, impedindo esses sujeitos de se assumirem como protagonistas de suas histórias. (Giordani et al., 2017, p. 435)

A situação alimentar e nutricional da população, sobretudo em países em desenvolvimento, sugere uma análise reducionista dos

problemas da má nutrição característicos do atual perfil epidemiológico e nutricional. Essa assertiva vale-se da constatação de que tais explicações responsabilizam, única e exclusivamente, o indivíduo, pelas suas escolhas alimentares. No entanto, outras análises mais complexas vão além e contestam o atual sistema de produção e consumo de alimentos ou mesmo as políticas que o fortalecem e o reproduzem. Convém mencionar ainda que a produção de alimentos tem, ao longo das décadas, se distanciado do cotidiano alimentar em diferentes dimensões e nas mais distintas sociedades. A partir dessa concepção, é necessário pensar em ações estratégicas nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem analisar criticamente o ato de alimentar e nutrir as pessoas, sobretudo no processo formativo, considerando, nesse contexto, o cuidado para com a saúde das pessoas e do ambiente, promovendo, assim, outro ver-fazer-sentir-ser na relação sociedade-natureza (Jacob, 2017; Costa, 2018).

Partindo desse pressuposto, algumas estratégias vêm sendo desenvolvidas no âmbito do curso de Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Uma delas é o projeto de extensão – iniciado em 2017 e segue em desenvolvimento – intitulado aliMENTE-SE: Produção e Consumo Consciente e Solidário, que desenvolve ações que promovem (e/ou fortalecem) a produção-consumo de alimentos agroecológicos. As iniciativas assumidas no referido projeto dialogam com a concepção que se tem de soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e, portanto, convergem em ações para que se consiga perpetrar um aprofundamento analítico e crítico, reverberando, assim, nas mudanças de atitudes do cotidiano alimentar, conforme Costa (2010). O objetivo geral do projeto é realizar atividades que promovam a reflexão e, por conseguinte, mudança de atitudes, especialmente, no seu cotidiano alimentar, repensando, assim, as práticas de aquisição e consumo de alimentos; e, a partir dos diferentes eixos, as ações são organizadas de forma interativa e sob uma perspectiva feminista e dialogada. Entre os eixos, destacam-se:

- a) Na dimensão do ensino: criar instalação pedagógica itinerante – aliMENTE-SE – que viabilize ações para a troca de

saberes (e sabores) entre famílias agricultoras agroecológicas com docentes, discentes e comunidade acadêmica e externa. Nessa ação, é inegável o destaque que as mulheres aportam ao debate, porém, aproveita-se esse momento para (des)construir o ato de cozinhar como sendo algo exclusivo da mulher. Tomar a cozinha como um espaço geográfico que deve/precisa ser ocupado por todas as pessoas é algo pedagógico e permanente.

- b) Na dimensão da extensão: 1) promover dias de campo integração campo-cidade – aliMENTE-atitudes; 2) criar grupos de consumo conscientes e solidários (GCCS) – aliMENTE-saúde para as ações específicas referentes às sacolas agroecológicas solidárias; e 3) promover sessões de cinema – aliMENTE-debates sobre temas que permeiam a produção e o consumo de alimentos de forma crítica-reflexiva. Para tais ações, o papel das mulheres ganha destaque nas diversas dimensões (pública e privada). Questionar a divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres (do campo e das cidades) a responsabilidade do trabalho doméstico, sobretudo o cuidado relacionado à alimentação, impondo-lhes uma limitação na sua atuação como sujeito político.
- c) Na dimensão da pesquisa: investigar sobre os temas que permeiam a relação da produção e consumo de alimentos agroecológicos, dando ênfase às questões de gênero que perpassam as dimensões que vão desde à produção, incluindo os conflitos e disputas que abordam a problemática da terra, território, sementes e acesso aos meios de produção, até a logística do processamento, distribuição, comercialização e, por fim, consumo.

Ainda de forma mais direcionada ao processo formativo, outro projeto – também de extensão universitária – intitulado Resgatando Saberes e Práticas: Aproximação Necessária entre Produção e

Consumo de Alimentos para Formação e Atuação Crítica e Consciente de Nutricionistas – vem, desde 2015, trazendo vários elementos para um debate reflexivo, problematizador e propositivo. O objetivo desse projeto é construir um espaço de discussão e ação permanente acerca dos aspectos científicos, tecnológicos, culturais e sociais que abarcam a produção e o consumo de alimentos agroecológicos, com vistas à promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN). Ele prevê um enfoque na agroecologia enquanto ciência, prática e movimento, possibilitando assim uma visão integrada da relação produção-consumo. Para tanto, delinea-se a partir de um método de ação em que o conhecimento se integra à prática profissional e à realidade social (Anjos, 2015).

Para Giordani et al. (2017), as escolhas pautadas no produzir e consumir alimentos estão radicadas na sociedade e é exatamente por esse motivo que não é possível negligenciar as diversas influências, sejam estas concebidas, determinadas, impostas e construídas socialmente. As autoras avançam nessa reflexão que menciona que são as manifestações de resiliências, alicerçadas nos sistemas de conhecimento local, que moldam os cenários de disputas em torno de um modelo agroecológico e soberano de produção e consumo de alimentos. Discutem ainda questões relacionadas aos processos de formação profissional, que entram nesse campo de disputa de dois modelos divergentes de produção e consumo de alimentos. Nessa perspectiva, os projetos em curso trazem a perspectiva feminista para fomentar o debate conectado entre agroecologia, alimentação e nutrição.

Considerando ainda as ações dos respectivos projetos citados, distintos componentes curriculares vêm sendo discutidos e redesenhados para pensar a formação profissional e, por conseguinte, a atuação técnica com vistas a mediar ações concretas em direção da soberania alimentar. É bem verdade que, do tripé que compõe a universidade – ensino, pesquisa e extensão –, não por acaso, é a extensão que possibilita romper com as amarras burocráticas do chamado ensino formal, permitindo, assim, seguir outro caminho no processo de ensino-aprendizagem. Anjos (2014, p. 10) cita que “a extensão

universitária ainda consegue sair dos mares ‘acadêmicos’ e transitar por águas que moldam o saber popular [...] e nesse transitar é possível contribuir para uma construção contextualizada, crítica, não neutra, histórica e social da ciência e da tecnologia”. A autora reforça que, embora algumas ações extensionistas assumam, no âmbito acadêmico, um caráter assistencialista e de prestações de serviços, outras, por sua vez, possibilitam colaborar com a formação de cidadãos e cidadãs com senso crítico e transformador. E, em que pese a limitação no que diz respeito ao aprofundamento teórico, a perspectiva feminista se faz presente, e, assim, as ações extensionistas demandadas pelos referidos projetos oportunizaram amplos debates e promoveram importantes alterações na matriz curricular. Dos componentes curriculares que abordam de forma mais evidente os temas que possibilitam o debate, estão:

- a) Extensão Universitária I, que tem na sua ementa itens como: história, conceito, diretrizes, princípios básicos e modalidades da extensão universitária. Política e Plano Nacional de Extensão Universitária. Concepções sobre extensão universitária e papel social. Extensão universitária na promoção da segurança alimentar e nutricional e da saúde.
- b) Nutrição e Saúde Coletiva I, cuja ementa pauta: pensamento social em saúde, alimentação e nutrição. O papel da cultura africana e dos povos originários na formação política, econômica e alimentar brasileira. Sociedade, ambiente, alimentação e nutrição. Sistemas produtivos e sua relação com consumo alimentar. Gênero e a relação com a soberania e segurança alimentar e nutricional. Identificação dos principais problemas de alimentação e nutrição de interesse para a saúde coletiva. Introdução às metodologias dos processos de planejamento e avaliação e às políticas públicas.
- c) Nutrição e Saúde Coletiva II, que tem como ementa determinação do processo saúde-doença – aspectos sociais,

econômicos, políticos, culturais e ambientais. Perfil alimentar e nutricional da população brasileira. Sistemas e políticas públicas de saúde e segurança alimentar e nutricional. Atuação do(a) nutricionista na transformação da realidade alimentar e nutricional, considerando gênero, raça e etnia. Participação e controle social em alimentação e nutrição. Planejamento de ações de alimentação e nutrição voltados à saúde coletiva (Proposta..., 2016).

Outros componentes curriculares (como Extensão universitária II, Sociologia da nutrição, Alimentação escolar, Planejamento alimentar, entre outros) também trabalham os respectivos temas – agroecologia, alimentação e nutrição –, porém de forma mais diluída. A nova matriz curricular do curso de Nutrição (UFPR) desafia, cotidianamente, docentes e discentes a seguir pautando os debates nas mais distintas arenas de disputas (ensino – de sala de aula, aula de campo, estágios curriculares/não curriculares –, pesquisa e extensão).

As ações de extensão voltadas para os mercados institucionais – construindo o olhar das conexões entre produção e consumo na Nutrição

Esta seção abordará projetos e ações de extensão universitária que têm sido desenvolvidos na Faculdade de Nutrição (Fanut) da Universidade Federal de Goiás (UFG) em articulação com atividades de ensino e pesquisa, acerca da temática dos mercados institucionais e locais – a saber PAA, Pnae e feiras institucionais. Especificamente, tem-se dado maior atenção ao Pnae em decorrência de a Fanut/UFG acolher um Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecane), desde dezembro de 2008¹.

O Cecane tem como objeto de atuação a política pública da alimentação escolar e guia suas ações a partir de legislações e resoluções do Pnae. Dentre as atividades desenvolvidas pelo projeto, tem-se:

¹ O Cecane/UFG teve atividades sistemáticas suspensas nos anos 2015 e 2016, e retomou as atividades em 2017. Atualmente (2020), há, no Brasil, outros Cecanes em universidades e institutos federais distribuídos em diferentes regiões do Brasil. Para saber mais: <http://rebrae.com.br/index.php/centros-colaboradores>.

assessoria aos municípios no processo de implantação e adequação à legislação do Pnae, formação de atores sociais (gestores públicos da educação, vigilância sanitária, agricultura, agricultores e agricultoras familiares, professores de escolas públicas, membros dos conselhos de alimentação escolar, dentre outros); apoio a processos de fiscalização e orientação desenvolvidos pelo Conselho de Alimentação Escolar, etc. (Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás, 2018).

A equipe do Cecane/UFG é formada por professoras(es) e estudantes dos cursos de Nutrição, Ciências Contábeis e Agronomia, além de profissionais como nutricionistas e agrônomos(as). Dentre as atividades de ensino apoiadas pelo Cecane/UFG, destacam-se a inclusão e facilitação do conteúdo sobre o Pnae na disciplina obrigatória Nutrição em saúde pública e a participação em uma disciplina optativa, Alimentação escolar (32 horas por aula, teórico e prática). Na disciplina optativa, leis e resoluções do Pnae são debatidas à luz da realidade regional, por meio de estudos de casos e debates com profissionais responsáveis por operacionalizar o programa de alimentação escolar no estado de Goiás (Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás, 2018).

Outra ação de extensão também voltada à alimentação escolar, porém agregando outros circuitos de comercialização como as feiras e o PAA, foi realizada em 2013 pela Fanut e a Escola de Agronomia (EA) da UFG, a partir do financiamento pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt). Na ocasião, foi aprovado e conduzido um programa de extensão denominado Construindo Novas Trajetórias e Fortalecendo Redes por Meio de Desenvolvimento Rural Sustentável, que, por meio da atuação integrada com uma cooperativa de agricultores e agricultoras familiares, buscava articular a produção de alimentos com os mercados institucionais, Pnae e PAA, em um município de pequeno porte populacional do estado de Goiás (Alexandre, 2012; Alexandre et al., 2018). O desenvolvimento do programa foi conduzido pela metodologia do Arco de Maguerez (Bordanave; Pereira, 1989), e todas as etapas conduzidas e acompanhadas por um comitê gestor

formado pela diretoria da Cooperativa de Agricultores(as) Familiares e equipe vinculada à UFG. Nesse programa, foram trabalhados três componentes para o desenvolvimento rural local: cooperativismo, produção de alimentos e mercados (Alexandre et al., 2018).

Cabe destacar que um dos principais resultados desse programa se refere ao envolvimento das mulheres no projeto de venda do PAA – modalidade compra com doação simultânea, cuja composição feminina chegou a 53,3% dos participantes. Tal resultado foi fruto do fortalecimento da relação entre mulheres, inseridas na gestão de políticas públicas, e aquelas que atuavam na produção e processamento de alimentos da agricultura familiar, a partir de estratégias construídas de forma conjunta e participativa com as agricultoras (Alexandre et al., 2018).

A equipe desse programa era composta por estudantes e professores(as) da UFG, com diferentes formações: Nutrição, Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Comunicação Social, o que potencializou os debates interdisciplinares em torno dos distintos temas, entre eles as iniquidades de gênero no contexto do campo e das cidades. Como comunidade externa, participaram gestores(as) municipais do setor de educação, agricultura, coordenadora do Pnae, nutricionistas, professores(as) de escolas municipais e agricultores(as) familiares (Alexandre et al., 2018).

Ambas as ações de extensão, aqui relatadas, têm como característica a composição interdisciplinar e a atuação intersetorial, principalmente envolvendo a universidade com setores públicos da educação, saúde, agricultura e, também, com organizações não governamentais como cooperativas e associações da agricultura familiar. Outras publicações destacam os resultados de projetos de pesquisa conduzidos de forma integrada a essas atividades de extensão. Neste relato, o enfoque recai principalmente sobre a dimensão de avaliação de aprendizagens e impactos dessas ações sobre a formação de nutricionistas, destacando o potencial dessas vivências no fortalecimento do debate sobre a integração da produção e consumo, sistemas agro-alimentares e nutrição, bem como o papel da(o) nutricionista – uma

categoria profissional majoritariamente feminina – frente às ações de soberania alimentar, agroecologia e SAN.

Este percurso de integração entre o campo da agricultura, da produção de alimentos com a nutrição no âmbito da Fanut/UFG é mais longo do que este breve relato aponta. Outras ações de extensão foram desenvolvidas no âmbito de assentamentos rurais no estado de Goiás, também com quilombolas e outras comunidades tradicionais. Esse percurso temporal tem permitido que temas como agroecologia, produção orgânica de alimentos, denúncias sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde humana e ambiental sejam temas de projetos de conclusão de curso, dossiês, rodas de conversa na Fanut/UFG.

Todos esses movimentos devem ainda ser lidos enquanto ações de resistência, em distintos níveis da sociedade (universidades, escolas, órgãos públicos, organizações não governamentais e outros coletivos), já que ocorrem em um estado (Goiás) predominantemente agrícola, com alto grau de dependência econômica do setor da agricultura de larga escala (pecuária e produção de grãos voltados à exportação) e em que casos de injustiças ambientais, expropriações da natureza e dos povos, e de violações do DHAA e dos direitos humanos, tiveram repercussões nacionais, como o da pulverização aérea com agrotóxico em uma escola rural².

Horta Comunitária Nutrir – aprendizagem baseada em hortas, ação comunitária e biodiversidade na formação em Nutrição

Com o objetivo de atuar na formação de profissionais capazes de implementar mudanças nos sistemas agroalimentares atuais, bem como de construir redes alternativas de construção coletiva de saberes, foi desenvolvido um projeto de horta, intitulado Horta Comunitária

2 O documentário “Brincando na Chuva de Veneno: Cinco anos depois” de Dagmar Talga traz o relato deste crime. “O Documentário narra cinco anos depois que uma aeronave da empresa Aerotex Aviação Agrícola Ltda., no dia 3 de maio de 2013, sobrevoou a Escola Municipal Rural São José do Pontal, localizada na área rural do município de Rio Verde, GO, ‘pulverizando’, com o veneno (141 g/L de tiametoxam e 106 g/L de lambda-cialotrina), aproximadamente 100 pessoas, entre elas crianças, adolescentes e adultos, que estavam na área externa do prédio em horário de recreio, onde algumas crianças e adolescentes, “encantados” com a proximidade que passava o avião, receberam elevadas ‘doses’ de agrotóxico.” Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=3&v=2Rc4pr6V4bM.

Nutrir (HCN), no curso de Nutrição do campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)³. A abordagem metodológica incorpora os princípios de aprendizagem baseada em hortas (ABH) ou *garden-based learning*, em inglês. Em ABH, a partir dos problemas apresentados pela horta, os sujeitos são convidados a experimentar e colaborar para agir sobre questões de natureza transdisciplinar, estimulando novas formas de comunicação, aprendizado e reflexão em ação (Desmond et al., 2004). Existe um leque de evidências científicas que atesta a eficácia do ABH como estratégia de aprendizagem na educação básica: aumento da aceitação por frutas, verduras e legumes, mudanças voluntárias na dieta, melhoria na compreensão sobre questões ambientais, promoção da participação social, melhoria do comportamento e maiores taxas de aprendizagem quando em comparação com métodos convencionais de educação (Davis et al., 2015).

Alguns estudos também legitimam a eficácia do ABH no ensino superior em sua interface com a comunidade. Gaylie (2009) traz uma experiência no ambiente universitário como ponto de partida para a reflexão sobre o ecocentrismo. Ao enfrentar problemas durante a implantação da horta, os educandos e educandas tiveram que discutir criticamente soluções sobre questões de justiça social e ambiental, o que levou à reflexão sobre suas atitudes em relação ao meio ambiente. Cheang et al. (2017), em um estudo que analisou as perspectivas dos atores envolvidos na implementação de uma horta em um campus universitário em Hong Kong, sublinharam os ganhos relativos à comunicação dos atores envolvidos no projeto. A proposta de Aftandilian e Dart (2013) está mais próxima da ideia apresentada neste relato. Os autores usaram o ABH em cursos de graduação para trabalhar em prol da justiça alimentar no contexto da SAN, melhorando as práticas de ensino e fortalecendo os vínculos entre o meio acadêmico e a comunidade. Os resultados apresentam uma avaliação positiva da proposta e enfatizam a importância de desenvolver uma

3 Disponível em: <http://nutrir.com.vc>.

boa comunicação entre os atores, o que encoraja a construção de relações baseadas no diálogo.

Com base nessas evidências, e frente ao problema inicial de articulação do tema da agroecologia com a alimentação e nutrição, é que nasceu a HCN no ano de 2017, um projeto que integra atividades de ensino, pesquisa e extensão, na UFRN, nordeste brasileiro. Inicialmente, como estratégia de ensino, ela nasce como resultado prático de discussões entre professores(as) que ministram componentes curriculares no curso de Nutrição e que se envolveram ativamente com a ideia de construir e utilizar uma horta com finalidade pedagógica, sendo provenientes dos departamentos de Nutrição, Botânica, Ecologia e Agronomia. Oito componentes curriculares da graduação em Nutrição desenvolvem atividades diversas que dialogam com a HCN. Cada ação tem o objetivo de redirecionar aspectos do currículo visando à abordagem de sistemas agroalimentares agroecológicos em uma perspectiva transdisciplinar e problematizadora, na qual a perspectiva de análise feminista perpassa.

A cada semestre, são definidas quatro plantas alimentícias não convencionais (Pancs) para estudo, em razão do potencial subexplorado dessas plantas para contribuir para a SAN (Global..., 2007). Além disso, considera-se as Pancs como um tema estratégico para a abordagem da biodiversidade e diversidade cultural, pautas caras à agroecologia (Lévi-Strauss, 2011; Kinupp; Lorenzi, 2014). A opção de focar o trabalho em plantas, e não em variedades de animais ou fungos, deve-se ao fato de que há um escopo cada vez mais amplo de evidências científicas que relacionam dietas baseadas em vegetais com melhores indicadores de saúde humana e ambiental (FAO, 2016).

Cada componente curricular estuda um dos aspectos dessas plantas. Ao final do período letivo, todas as informações produzidas, com o apoio de atividades de extensão e pesquisa, são compiladas em fichas informativas sobre essas plantas. Essas fichas contemplam as seguintes informações: nome científico, nomes e usos populares, descrição botânica, ecologia da espécie, propagação, cultivo e

manejo, usos alimentícios, informação de composição nutricional e aplicações culinárias.⁴ As fichas de alimentos, além de instrumentos de divulgação científica, refletem o intuito de gerar um modelo reduzido palpável dessa experiência transdisciplinar. A HCN é um projeto temático em que se estudam Pancs, logo, os produtos finais gerados são as fichas sobre essas plantas (disponíveis no site do projeto), que são elaboradas nesse processo de aprendizagem, com a colaboração de diversos campos de saberes (Prado, 2009). Até agora, as seguintes plantas foram estudadas no âmbito do projeto: beldroega (*Portulaca Oleracea* L.), brejo (*Amaranthus viridis* L.), camapu (*Physalis pubescens* L.), cana-do-brejo [*Costus spiralis* (Jacq.) Roscoe], cariru [*Talinum fruticosum* (L.) Juss.], chanana (*Turnera subulata* L.), couvinha [*Porophyllum ruderale* (Jacq.) Cass.], mastruz [*Dysphania ambrosioides* (L.) Mosyakin & Clemants], monguba (*Pachira aquatica* Aubl.), ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata* Mill.), palma [*Opuntia ficus-indica* (L.) Mill.], trapoeraba (*Commelina erecta* L.), ubaia (*Eugenia pyriformis* Cambess), melão-de-são-caetano (*Momordica charantia* L.), moringa (*Moringa oleifera* L.) e tiririca (*Cyperus rotundus* L.).

Participam do projeto estudantes do curso de Nutrição inscritos em componentes curriculares que trabalham com ABH, membros da comunidade externa, além de equipe técnica multiprofissional formada por professores(as) de diversos cursos, monitores(as) de graduação, além de estudantes de pós-graduação. O projeto também inclui profissionais voluntários e voluntárias, das mais diversas áreas: Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais, Gastronomia e Arquitetura. No eixo comunitário, referente às atividades de extensão, são desenvolvidas as seguintes atividades: a) mutirões para executar as atividades de manejo, b) mutirões para apoiar outros projetos de horta comunitárias na cidade, e c) sessões de estudo e prática em Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

É importante também citar que todas as experiências geradas a partir da vivência na horta, além de serem agentes motivadores

4 Exemplo disponível em: http://www.nutrir.com.vc/horta/Ficha_Turnera.pdf.

do trabalho coletivo, despertaram uma nova temática de interesse do grupo, que vem movimentando discussões coletivas nos mutirões, redes sociais, sala de aula e em projetos de pesquisa: o estudo da biodiversidade relacionada à alimentação e nutrição. Embora cerca de 300 mil espécies de plantas comestíveis estejam disponíveis para humanos, mais de metade da necessidade de energia global atualmente é atendida por apenas quatro culturas: arroz, batatas, trigo e milho (FAO, 2010). A avaliação da biodiversidade alimentar dos sistemas alimentares e a incorporação desses dados botânicos e nutricionais em tabelas de composição alimentar, diretrizes alimentares, programas de educação alimentar e nutricional e políticas de alimentação e nutrição fornece uma oportunidade única para atravessar duas dimensões críticas do desenvolvimento sustentável – saúde humana e ambiental (FAO, 2017). Assim, a horta vem se constituindo em um laboratório vivo de Pangs com ocorrência no bioma Caatinga. A coleta de dados sobre a biodiversidade local, tanto a partir de levantamentos etnobotânicos – com ênfase nos conhecimentos tradicionais associados às plantas – como de revisões de literatura científica para obtenção de dados de composição nutricional, é o objetivo central da proposta de pesquisa do projeto HCN. A horta construída coletivamente, em uma área de 10 m², abarca hoje mais 110 espécies e variedades de plantas, a maior parte delas, representativas do nosso bioma. Tal temática tem uma conexão direta com o papel social atribuído às mulheres no campo da alimentação da família, mas também remonta ao seu papel como guardiãs da sociobiodiversidade.

Além disso, os primeiros reflexos do projeto fizeram com que estratégias para abordagem da educação para o ensino de sistemas alimentares fossem incluídas no novo currículo. Por exemplo, foi acrescentado o componente curricular Sistemas Alimentares Sustentáveis para Segurança Alimentar e Nutricional (45 horas), com o fim de fortalecer essa pauta global na formação de nutricionistas.

O reconhecimento do papel das mulheres em políticas de alimentação e nutrição brasileiras, seu protagonismo em movimentos sociais, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas, sua colaboração na

preservação da diversidade biológica e de seus conhecimentos tradicionais associados, bem como o estudo de métodos de pesquisa com abordagem feminista são temas presentes no conteúdo programático nesse componente. As aulas desse componente são livres e abertas à participação da comunidade da horta.

Como resultado, esse projeto, que congrega ações de ensino, pesquisa e extensão, foi indicado pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (Committee on World Food Security) das Nações Unidas como sendo exitoso na aplicação das Diretrizes Voluntárias para Apoiar a Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (Voluntary guidelines to support the progressive realization of the right to adequate food in the context of national food security). A publicação da experiência, sob o título *Hortas comunitárias para a democracia alimentar: direito à alimentação adequada, ensino superior e conscientização através da abordagem de sistemas alimentares sustentáveis no nordeste brasileiro* (Community gardens to food democracy: Right to Adequate Food, higher education and awareness raising through the approach of sustainable food systems in Brazilian northeast), foi apresentada na 45ª Reunião do Comitê em 2018⁵.

No âmbito nacional, destaca-se que a experiência do projeto da Horta Comunitária Nutrir: educação para o desenvolvimento sustentável na formação em alimentação e nutrição, foi selecionada como uma das finalistas do Prêmio ODS-Brasil, que visa incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no Nordeste brasileiro.⁶ Em outubro de 2018, a UFRN, por meio da Portaria nº 46/2008 de 2018, transformou a HCN em Laboratório Horta Comunitária Nutrir – Labnutrir. Em razão de as hortas não serem enxergadas usualmente como espaços formativos, como são os laboratórios diversos, bibliotecas, clínicas, escolas e outros, não

5 O relato completo pode ser obtido no link: http://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/CFS45/sessions/gtedocs/Compilation_of_RTF_Submissions_Original_final.pdf.

6 Ver experiência completa em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3629>.

há espaço destinado à sua implantação nos projetos institucionais. A UFRN, ao transformar a Horta Comunitária Nutrir no Labnutrir, assegura sustentabilidade a essa prática formativa e, consequentemente, com agendas nacionais e internacionais implicadas com a agroecologia, nutrição e alimentação, a exemplo da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Um estudo detalhado de avaliação dos impactos da metodologia na comunidade discente encontra-se em andamento. Todavia, alguns resultados preliminares indicam um potencial da ABH na formação, como: a) aquisição de conhecimentos técnicos relacionados à agroecologia, sistemas alimentares sustentáveis, biodiversidade; b) aquisição de habilidades de pesquisa, de manejo e de trabalho em equipe; c) aquisição de atitudes relativas ao fortalecimento dos laços comunitários, cidadania e democracia (Jacob et al., 2018).

É, portanto, a partir dessas ações que a formação de nutricionistas com capacidade técnica e política para atuar na construção de sistemas agroalimentares vem sendo pautada; potencializando, assim, a convergência entre agroecologia, alimentação e nutrição; fortalecendo a ação comunitária para promover saúde e soberania alimentar; usando (os existentes) e produzindo novos indicadores de biodiversidade alimentar. Cita-se ainda que a HCN materializa – ações no cotidiano alimentar (e ainda nas dimensões social, cultural e econômico) – espaços de diálogos que reconhecem a agroecologia e, fundamentalmente, a presença e ação das mulheres, como sendo uma estratégia essencial para a construção de um projeto de sociedade mais justa e equânime, no qual as mulheres, a natureza, a alimentação e, por conseguinte, a nutrição assumem níveis iguais de importância para essa condução.

Pilares que conectam a nossa caminhada rumo à soberania alimentar

Duas perguntas motivaram a escrita deste capítulo: a) Como experiências inseridas na ciência da Nutrição vêm colaborando para

fortalecer o debate da agroecologia e o protagonismo das mulheres nos sistemas agroalimentares? e b) Como a relação entre agroecologia, alimentação e nutrição, a partir das experiências relatadas, potencializa ações cotidianas de soberania alimentar e, ao mesmo tempo, visibiliza o trabalho das mulheres? No entanto, é necessário – mesmo que de forma breve – esclarecer sobre dois aspectos que possuem uma intrínseca relação com o que se está debatendo.

Em primeiro lugar, no contexto do neoliberalismo, reconhecem-se os desafios que envolvem a promoção da soberania alimentar como fim. O *modus operandi* do sistema agroalimentar neoliberal se caracteriza pela transferência do poder da sociedade civil para os órgãos operadores da economia. Ao mesmo tempo, promove uma interferência do estado no mercado por meio da sua desregulamentação e ainda potencializa processos de privatizações, priorizando, assim, grandes empresas e/ou conglomerados do setor. As crises, portanto, tornam-se cada vez mais presentes nas sociedades e incorrem em perdas de direitos sociais com uma integração profunda do capital agroalimentar transnacional (Jacques, 2015), que, por sua vez, alimenta-se da reprodução de injustiças sociais. Nesse contexto, compreende-se soberania alimentar como utopia (Wald, 2015), não no sentido de sua impossibilidade ou de escapismo, antes como possibilidade de visualização de alternativas para o futuro que queremos, de criação de espaços de esperança e, por fim, como forma de contestar a ordem social vigente em que se insere o problema particular da alimentação.

Em segundo lugar, as experiências relatadas nascem de projetos que têm como finalidade o combate às desigualdades sociais. O que envolve afirmar que, no conjunto das vivências apresentadas, nem todas utilizaram especificamente a abordagem de gênero no seu planejamento. Ainda assim, durante o desenvolvimento e avaliação dessas ações, pode-se reconhecer que a desigualdade de gênero é um dos principais gargalos que inviabiliza nossa caminhada coletiva em direção à soberania alimentar: de um lado temos o protagonismo do feminino em diversas instâncias do sistema agroalimentar, e do outro

temos sua paradoxal invisibilidade no âmbito da educação, profissionalização e posse dos meios de produção.

Acredita-se que as experiências apresentadas colaboram com o debate da agroecologia de forma estratégica por criarem espaços de diálogo que conectam polos que se complementam no sistema alimentar: quem produz-quem consome; comunidade-governo; saberes tradicionais e populares-científicos. O pensamento neoliberal não atua apenas sobre a economia, mas, sobretudo, na forma como desmonta a perspectiva de projetos coletivos em nome do indivíduo, e ideias em nome da técnica. O resultado é a fragmentação e a criação de polos excludentes. Reconectar sujeitos reconhecendo seu potencial político-criativo-inovador com o pensamento (e os ideais) é, portanto, a primeira tarefa em direção à almejada soberania alimentar. Reconhece-se o papel da extensão universitária como uma dimensão facilitadora da criação desses espaços. As ações de extensão desenvolvidas no âmbito das universidades brasileiras são importantes instrumentos de formação educativa, sobretudo, se desenvolvidas de forma integrada com as atividades de ensino e pesquisa, sem negligenciar, portanto, o seu caráter crítico-problematizador-propositivo (Carbonari; Pereira; 2007).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (Forproex) destaca o papel de relevo que as ações de extensão podem lograr no fortalecimento de políticas públicas e na promoção da cidadania, desde que sejam pautadas na atuação de uma universidade mais dialógica; que sejam transformadoras e apoiadoras do desenvolvimento regional; que tenham como base uma atuação interdisciplinar em um ambiente de interação entre pessoas, instituições e setores; e, também, que expressem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Rodrigues, 2015). Nas experiências relatadas, a extensão universitária foi o cenário de uma potente experiência de comunicação, no sentido de Paulo Freire (1983). A comunicação é dotada de uma reciprocidade que não pode ser rompida. Não é possível pensar a educação como extensão sistemática porque não há eu, não há outro. *Eu é um outro*, assevera Rimbaud (1960). Reconhecendo

o limite da palavra, mas dela fazendo uso também para comunicar entre os pares, afirma-se que a extensão como experiência de comunicação é uma importante ferramenta de religação na caminhada coletiva rumo à soberania alimentar.

A extensão, portanto, oferece o meio onde o debate entre agroecologia, alimentação e nutrição acontece e se fortalece. E quais seus resultados? Ou seja, como as experiências apresentadas potencializam ações de soberania alimentar? Os três principais eixos que nortearam as reflexões são apresentados a seguir.

Primeiro, por formularem e acolherem agendas sociais pautadas em temas e grupos sociais historicamente marginalizados, tais como mulheres, juventudes, povos originários, outros povos e comunidades tradicionais. Convém mencionar que o trabalho diagnóstico que se constrói com base nas evidências científicas assim como o constante diálogo com a comunidade, via extensão universitária e, em um sentido mais amplo, com a sociedade, pela via das instâncias de construção popular e pactuação, tais como as conferências, auxiliam na delimitação das questões de relevo em nossos projetos. É importante, todavia, reconhecer que atender a essa demanda social implica acolher temas que não raro estão à margem do mercado científico. Assim como Vasconcelos (2013, p. 343) menciona, o mercado científico não é uma estrutura autônoma, neutra e desinteressada que trabalha em nome do progresso científico; é, antes, um “mercado particular dentro da ordem econômica capitalista”. Por isso, o trabalho com pautas de redução da desigualdade em suas mais diversas nuances é, em geral, não financiado, e por isso, propõe-se a romper com essa ordem. Destaca-se, por isso, o relevo do incentivo à pesquisa com financiamento público e, ainda, uma maior atenção das agências de fomento a projetos dessa natureza.

Segundo, acredita-se que as experiências apresentadas potencializam nossa caminhada rumo à soberania alimentar, uma vez que ampliam o escopo da abordagem da nutrição, lançando-a em uma perspectiva sistêmica. A teoria dos sistemas, ao nos convidar a

pensar com um olhar mais ampliado, pode ajudar na tarefa de analisar questões complexas como a da alimentação, em que interagem múltiplos atores, em diversos processos, em um contexto de mudanças não lineares (Peters, 2014). A ideia é entender as conexões entre si, e, se possível, provocar mudanças. Nessa abordagem, podem-se citar como exemplos as dietas, cujas preparações (modo de fazer, ingredientes) prevalecem sobre os nutrientes, ou ainda a suplementação e/ou biofortificação que dão lugar à promoção da biodiversidade, e, por fim, as políticas de Estado promotoras de ambientes saudáveis que, por sua vez, prevalecem sobre a responsabilização do indivíduo (Frison, 2017). O conjunto dessas experiências, por exemplo, tem oportunizado a reflexão acerca do relevo dos mercados institucionais – PAA e Pnae – como interessantes *locus* de problematização sobre o lugar das mulheres nos espaços de tomada de decisão, de execução operacional de políticas públicas, assim como nas ações de produção e processamento de alimentos.

Por fim, como terceiro ponto, destaca-se que projetos e disciplinas, aqui relatados, são também considerados ações estratégicas para reorientação profissional, já que buscam atuar no desenvolvimento de competências profissionais, colaborando para uma formação crítica acerca do sistema que usa, exclui e expropria, e, assim, que seja capaz de atuar sobre as complexidades da nutrição no contexto de sistemas alimentares (FAO, 2014; Nações Unidas, 2015, 2016; Brasil, 2016). Essas vivências retiraram profissionais, docentes e estudantes de Nutrição de uma rota conhecida em que o debate sobre a alimentação se dava a partir do alimento disponível em mercados varejistas, sem um olhar ampliado para o consumo enquanto um ato político e gerador de mudanças sociais. Essa perspectiva, por si só, exige outras posturas no processo de ensino-aprendizagem e, ainda, demanda de cada uma (um) de nós um processo contínuo de atenção na produção e reprodução do conhecimento, já que somos frutos de um modelo de ciência patriarcal e sexista.

Uma das barreiras a todo e qualquer processo de ruptura começa no campo das ideias, e as ideias, às vezes, parecem ser à prova de

balas. Mas não são. Enquanto docentes e, no âmbito das universidades, essa demarcação de posição tem sido um intenso processo de ensino-aprendizagem, cujo destaque se dá a partir das influências que determinantes macrossociais têm sobre as questões de cunho biológico, amplamente discutidas nos cursos de Nutrição. A transformação do pensamento, da ciência e da vida, em que se insere a nossa utopia da soberania alimentar, segue como um trabalho em construção.

Considerações finais

Este capítulo destacou – a partir da análise sobre experiências acadêmicas e de algumas referências conjunturais, governamentais, políticas e científicas – a necessidade de pensar na formação de profissionais de Nutrição que possam atuar na elaboração de uma agenda futura que comporte as complexidades do campo sob a ótica da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de redirecionar métodos e técnicas, que vão desde os componentes curriculares (disciplinas), na perspectiva do ensino e extensão, até as questões de pesquisas, de modo que estas problematizem e incidam em transformações sociais, políticas e ambientais relacionadas ao ato de alimentar (a si e aos demais), tomando-se como princípios as bases de uma produção e consumo de alimentos agroecológicos, fortalecendo, assim, a relação entre agroecologia, alimentação e nutrição.

A Nutrição é uma das áreas do conhecimento e de prática profissional diretamente implicadas com os desafios apresentados aqui. Todavia, a abordagem hegemônica dessa ciência enfoca o nutriente, concedendo pouca ênfase às perguntas do como, onde, e por quem os alimentos são produzidos, processados e distribuídos. O nexa agroecologia, alimentação e nutrição apresentado neste capítulo permite compreender que o apelo às mudanças no modelo atual de produção-consumo não resultará em impactos significativos se, em meio aos processos, continuarem sendo negligenciados nossos problemas de base: desigualdade no acesso aos meios de produção (exemplo,

terra, água e crédito), pobreza e desigualdades sociais, sobretudo no que diz respeito às iniquidades de gênero. As evidências mostram que não avançaremos se insistirmos na leitura reducionista do problema nutricional. A visão ampliada sobre as falhas do sistema agroalimentar global, como no exemplo das experiências acadêmicas apresentadas, pode ser útil para que profissionais de Nutrição ampliem sua percepção e avaliem sua capacidade de resposta aos complexos desafios atuais relacionados à sua área.

Referências

- AFTANDILIAN, D.; DART, L. Using garden-based service-learning to work toward food justice, better educate students, and strengthen campus-community ties. *Journal of Community Engagement and Scholarship*, v. 6, n. 1, p.1-15, 2013.
- ALEXANDRE, V. **Construindo novas trajetórias e fortalecendo redes por meio de desenvolvimento rural sustentável – FANUT 133**. Goiânia: PROEC/UFG, 2012. 10 p.
- ALEXANDRE, V.; MARTINS, B.; HAROLD, C. Potencializando o desenvolvimento humano sustentável por meio do apoio a mercados locais em um município de Goiás, Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 25, n. 3, p. 17-28, 2018. DOI: [10.20396/san.v25i3.8651328](https://doi.org/10.20396/san.v25i3.8651328).
- ANJOS, M. de C. R. dos. (coord.). **Resgatando saberes e práticas: aproximação necessária entre produção e consumo de alimentos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2015. Disponível em: <https://intranet.ufpr.br/sigueu/public/projetoExtensao!view;jsessionid=OcSKscHA5TrnV-E4ygK5yhnw.node1?projetoExtensao.id=4026>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- ANJOS, M. de C. R. dos. **Fronteiras na construção e socialização do conhecimento científico e tecnológico: um olhar para a extensão universitária**. 2014. 442 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- AZEVEDO, E. **As relações entre qualidade de vida e agricultura familiar orgânica: da articulação de conceitos a um estudo exploratório**. 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*, 21, ago. 2012. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: PLANSA 2016-2019: revisado**. Brasília, DF: Caisan, 2016.

CAMPOS, M. R. H.; MONEGO, E. T.; ZAGO, M. F. C.; MARTINS, K. A.; SOUZA, L. M.; ALEXANDRE, V. P. Produção de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: desafios da regulação sanitária. **Vigilância Sanitária em Debate**: Sociedade, Ciência & Tecnologia, v. 2, n. 4, p. 102-106, 2014. DOI: [10.3395/vd.v2i4.418](https://doi.org/10.3395/vd.v2i4.418).

CARBONARI, M.; PEREIRA, A. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007.

CARNEIRO, F.; AUGUSTO, L.; RIGOTTO, R.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (CECANE UFG). **CECANE – Centro Colaborar em Alimentação e Nutrição do Escolar**: início. Disponível em: <https://fanut.ufg.br/p/28685-cecane-centro-colaborador-em-alimentacao-e-nutricao-escolar>. Acesso em: 15 dez. 2018.

CHEANG, C. C.; SO, W.-M.; ZHAN, Y.; TSOI, K. Education for sustainability using a campus eco-garden as a learning environment. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 18, n. 2, p. 242-262, 2017. DOI: [10.1108/IJSHE-10-2015-0174](https://doi.org/10.1108/IJSHE-10-2015-0174).

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - CONSEA, **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/1a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - (CONSEA). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a construção da política nacional de segurança alimentar e nutricional: relatório final**. Olinda, PE, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - (CONSEA). **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional: relatório final**. Fortaleza, CE, 2007. Disponível em: <http://www.ibfan.org.br/documentos/outras/doc-254.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - (CONSEA). **IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: alimentação adequada e saudável: direito de todos: relatório final.** Salvador, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_IV/relatorio_preliminar_4_conferencia_seguranca_alimentar_nutricional.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - (CONSEA). **V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar: relatório final.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 12 mar. 2020.

COSTA, I. B. da. **Agroecologia no prato, saúde no corpo (e no meio ambiente):** a luta diária pela Soberania Alimentar. In: JORNADA DE AGROECOLOGIA, 15., 2016. Lapa, PR. [Anais...] Lapa, PR, 2016.

COSTA, I. B. da. **É comida:** alimentação saudável e agroecologia. In: JORNADA DE AGROECOLOGIA, 14., 2015. Arati, PR. [Anais...] Arati, PR, 2015.

COSTA, I. B. da. Mais integração entre nutrição e agroecologia. **Revista Conselho Federal de Nutricionista**, Ano XV, n. 52, p. 24-25, jul./dez. 2017.

COSTA, I. B. da. **"alIMENTE-SE":** produção e consumo consciente e solidário. Projeto de Extensão Universitária. Curitiba: Ed. UFPR, 2018. Disponível em: <https://intranet.ufpr.br/sigueu/public/projetoExtensao!view?projetoExtensao.id=12499>. Acesso em: 20 jul. 2019.

COSTA, I. B. da. **Nesta terra, em se plantando tudo dá?** Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA. 2010. 334 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

DAVIS, J.; SPANIOL, M.; SOMERSET, S. Sustenance and sustainability: maximizing the impact of school gardens on health outcomes. **Public Health Nutrition**, v. 18, n. 13, p. 2358-2367, Sept. 2015. DOI: [10.1017/S1368980015000221](https://doi.org/10.1017/S1368980015000221).

DESMOND, D.; GRIESHOP, J.; SUBRAMANIAM, A. **Revisiting garden-based learning in basic education.** Rome: FAO: International Institute for Educational Planning, 2004. 90 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-aj462e.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida:** quem controla nossa alimentação? São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FAO. **Guidelines on assessing biodiverse foods in dietary intake surveys.** Rome, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6717e.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

FAO. **Influencing food environment for healthy diets**. Rome, 2016.

Disponível em: <https://cgspace.cgiar.org/bitstream/handle/10568/80578/InfluencingFoodEnvironmentsForHealthyDiets.pdf?sequence=2>. Acesso em: 18 out. 2018.

FAO. **Second International Conference on Nutrition**. Rome, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ml542e.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

FAO. **Second report on the state of the world's plant genetic resources for food and Agriculture**. Rome, 2010.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRISON, E. A. (coord.). **From uniformity to diversity: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems**. Belgium: Ipes-Food, 2016. 95 p. Disponível em: https://cgspace.cgiar.org/bitstream/handle/10568/75659/UniformityToDiversity_FullReport.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 out. 2018.

GAYLIE, V. **The learning garden: ecology, teaching, and transformation**. New York: Peter Lang, 2009.

GIORDANI, R.; BEZERRA, I.; ANJOS, M. Semeando agroecologia e colhendo nutrição: rumo ao bem e bom comer. In: A POLÍTICA nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: Ipea, 2017. p. 433-454.

GLOBAL facilitation unit for underutilized species: progress report. Rome: GFU, 2007. Disponível em: http://www.fao.org/docs/eims/upload/237670/PC_11_GFUUS_Nov07.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

JACOB, M. Comer bem, viver bem: artes da nutrição humana. In: JACOB, M. **Comer bem, viver bem: arte, cultura e educação**. Natal: Aliá, 2017.

JACOB, M.; MACEDO, J.; CUNHA, T.; ALVES, M.; MENDONÇA, T.; GUEDES, R. **Garden-based learning no ensino superior: reflexões sobre o método a partir da monitoria da Horta Comunitária Nutrir**. In: ENCONTRO INTEGRADO DOS PROGRAMAS DE ENSINO DA UFRN, 2018, Natal. [Anais...] Natal: Ed. da UFRN, 2018.

JACQUES, P. Civil society, corporate power, and food security: counter-revolutionary efforts that limit social change. **Journal of Environmental Studies and Sciences**, v. 5, n. 3, p. 432-444, July 2015.

KINUPP, V.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (Panc) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. São Paulo: Plantarum, 2014. 768 p.

LÉVI-STRAUSS, C. Cultural diversity: the common heritage of humanity. In: UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Echoing voices**. Cultural diversity: a path to sustainable development. Paris: Unesco, 2011.

MONTEIRO, C. A.; MOUBARAC, J. C.; CANNON, G.; NG, S. W.; POPKIN, B. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. **Obesity Review**, v. 14, Suppl 2, p. 21-8, Sept. 2013. DOI: [10.1111/obr.12107](https://doi.org/10.1111/obr.12107).

NAÇÕES UNIDAS. **The un decade of action on nutrition 2016-2025**. New York, 2016. Disponível em: <https://www.unscn.org/en/topics/un-decade-of-action-on-nutrition>. Acesso em: 18 out. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. New York, 2015. Disponível em: https://stg-wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/11125/unep_swio_sm1_inf7_sdg.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 out. 2018.

NAVOLAR, T. **Agricultura familiar ecológica enquanto ação promotora da saúde**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NOBRE, M.; HORA, K. **Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe**. Rome, 2017. 82 p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

OLIVEIRA, A. R. A lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) 2006: relatos, fatos históricos e processo de elaboração. **Tempus, Actas de saúde Coletiva**, v. 11, n. 4, p. 59-75, 2017. Doi: [10.18569/tempus.v11i4.2243](https://doi.org/10.18569/tempus.v11i4.2243).

PACHECO, M. Apresentação. In: SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2015. p. 17-22.

PETERS, D. The application of systems thinking in health: why use systems thinking? **Health Research Policy and Systems**, v. 12, Article number 51, p. 1-6, 2014. DOI: [10.1186/1478-4505-12-51](https://doi.org/10.1186/1478-4505-12-51).

PRADO, M. **Elaboração de projetos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/1sf.pdf>. Acesso em: 29 out. 2013.

PROPOSTA de Nutrição. Projeto Político Pedagógico do Curso de Nutrição. **Reforma Curricular**. Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.saude.ufpr.br/portal/nutricao/ufpr-2>. Acesso em: 29 out. 2018.

RIMBAUD, A. **Oeuvres**. Paris: Garnier, 1960, p. 344-345.

RIGON, S. do A. **Alimentação como forma de mediação da relação sociedade/natureza: um estudo de caso sobre a agricultura ecológica e o autoconsumo em Turvo PR**. 2005. 321 f. Dissertação – (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ROCHA, D. G.; ALEXANDRE-WEISS, V. P. The convergences between the sustainable development goals and national agendas: the Brazilian case. **Health Promotion International**, v. 34, Suppl 1, p. i46-i-55, Mar. 2019. DOI: [10.1093/heapro/daz010](https://doi.org/10.1093/heapro/daz010).

RODRIGUES, V. O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 4, n. 2, p. 391-409, 2015.

ROMÃO, W. M. **Políticas públicas e democracia participativa: avanços e limites das conferências nacionais no Brasil**. [São Paulo]: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014. 27 p. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10964.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

SCHOTTZ, V.; MARONHAS, M.; CARDOSO, E. É trabalho, não é ajuda! Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 12, p. 48-53, 2015.

SLOTERDIJK, P. **Regras para o parque humano**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

VASCONCELOS, F. A pesquisa qualitativa nos programas de pós-graduação em nutrição no Brasil: análise das dissertações e teses. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 8, p. 29-48, 2013. DOI: [10.12957/demetra.2013.6741](https://doi.org/10.12957/demetra.2013.6741).

WALD, N. Towards utopias of prefigurative politics and food sovereignty. In: STOCK, P.; ROSIN, C.; CAROLAN, M. **Food utopias: reimagining citizenship, ethics and community**. London: Routledge, 2015. p. 107-125.

A *Coleção Transição Agroecológica* é uma inovação editorial, produto de um acordo entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), cujo objetivo é oferecer informações científicas para sistemas de produção de base ecológica, os quais articulam o conhecimento técnico-científico com os saberes históricos dos agricultores e das comunidades tradicionais. A coleção contribui, assim, para consolidar o conhecimento na Agroecologia e estimular a reflexão sobre o processo de construção do conhecimento agroecológico, com foco em seu elemento central, a sustentabilidade, em suas dimensões epistemológica, metodológica, sociológica e tecnológica.

Este quinto volume aborda as relações entre a cultura alimentar e a biodiversidade, perpassada pelas relações de gênero, bem como suas contribuições para a soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos, a partir de experiências agroecológicas locais. A obra reúne um grupo de pesquisadoras e pesquisadores do Brasil e de outros países que privilegiam olhares para a realidade de mulheres e homens, revelando as dificuldades enfrentadas pelas agricultoras em ser visibilizadas como protagonistas, mostrando claramente suas vivências, as propostas e projetos em que elas estão envolvidas.



Embrapa

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



CGPE 016812